

7

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**O masculino em conferências e
programas das Nações Unidas:
para uma crítica do discurso de gênero**

Margareth Arilha

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública
para obtenção do título de Doutor
em Saúde Pública

Área de concentração: Saúde Materno-
Infantil

Orientador: Prof. Dr. Ivan França Júnior

**São Paulo
2005**



**O masculino em conferências e
programas das Nações Unidas:
para uma crítica do discurso de gênero**

Margareth Arilha

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública
da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Saúde Pública

Área de concentração: Saúde Materno-
Infantil

Orientador: Prof. Dr. Ivan França Júnior

**São Paulo
2005**

*A meus pais,
Elfriede e Albino,
in memoriam.*

Agradecimentos

Quero expressar meus agradecimentos a pessoas que foram muito especiais nesta trajetória e a quem devo, em grande parte, a sensação positiva que hoje carrego comigo, a de ter conseguido encerrar uma etapa relevante da vida, apesar das dificuldades do caminho.

Primeiramente, a meu orientador Ivan França Júnior que, desde o primeiro momento, foi um impulsionador incansável deste trabalho; por sua perspectiva ética na relação orientador-orientando, sua forma de acompanhar e acreditar na capacidade humana de criar com liberdade e autonomia; sobretudo, pela força que me transmitiu a cada momento em que a vida resolveu se impor com seus reveses.

A José Ricardo Ayres, mestre inspirador, admirável e constante presença humana, com quem aprendi a encontrar-me com o mundo de outra maneira, descobrindo um pouco mais da arte do entendimento.

A Regina Maria Barbosa, que me indicou o princípio do caminho, com sua energia e encanto, e me incentivou a não deixá-lo, apesar de tudo.

A Maria Isabel Baltar, por sua empatia e vibração, dedicação e capacidade de ler e entender, alertar e redirecionar.

A Benedito Medrado, por seu entusiasmo e interesse em seguir construindo.

A Wilza Villella e Simone Diniz, parceiras e cúmplices nessa longa e já histórica trajetória que adquiriu contornos com sabor do feminismo.

A Tina, amiga, pelas horas de sono perdidas, pela dedicação e compromisso.

Em especial agradeço a Elza Berquó, por ter me acompanhado durante toda a vida intelectual, política e afetiva, por me apoiar em cada etapa de meu caminho, tão cheio de surpresas; por partilhar seu brilho, seus projetos e ideais de transformação e por me ensinar ousadia, objetividade, persistência e solidariedade.

Ao meu amor, Flávio, minha doce gratidão, por ter me ajudado a seguir a trilha e a superar todos os momentos de inquietação e dúvidas; por sua tolerância e lucidez e, sobretudo, por ter me ajudado a compreender que a vida é mais do que isso.

E a meus queridos filhos Marina e Gabriel, agradeço a alegria e o entusiasmo, com a esperança de que um dia compreendam o significado desse esforço e persigam suas próprias utopias.

Resumo

Arihla M. O masculino em Conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero. São Paulo; 2004. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva, em geral dirigidas a mulheres, vêm considerando a inclusão de homens – para que “participem” e “assumam responsabilidade” paterna e familiar –, apoiando-se em discursos normativos originários das Nações Unidas, os quais se baseiam no conceito de gênero, que lastreia o feminismo em sua demanda dos direitos das mulheres. Procedeu-se aqui à hermenêutica desse conceito em textos da ONU, em sua relação com os enunciados sobre homens, à luz da literatura de gênero e masculinidades, visando identificar suas possibilidades e limitações para expressar necessidades dos homens e assim orientar políticas destinadas à população masculina. Foram analisados os textos de oito Conferências Mundiais sobre População e Mulher desde 1974, além de aproximadamente 50 documentos de diversos órgãos da ONU. A perspectiva de gênero dominante nos discursos revelou-se atrelada ao conceito de divisão sexual do trabalho; a visão do masculino é cristalizada na do trabalhador, heterossexual e pai de família. Propostas daí derivadas não parecem adequadas para alcançar uma efetiva igualdade de gênero. Estudos recentes de masculinidades, sobre prevenção da aids ou da violência de gênero, parecem anunciar enfoque mais promissor, embora de forma incipiente, fragmentada e ainda voltada a atender demandas ou necessidades das mulheres. Sugere-se produzir consistentes diagnósticos mundiais sobre a situação da população masculina e promover ações que, em diálogo com o movimento de mulheres, identifiquem e incrementem a presença pública das demandas masculinas, tanto no nível da realidade local quanto global.

Palavras-chave: Políticas de saúde sexual e reprodutiva; Gênero; Divisão sexual do trabalho; Masculinidades; Organização das Nações Unidas

Abstract

Arilha M. O masculino nas Conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero [‘Men’ and ‘male’ in United Nations conferences and programmes: for a criticism on gender discourse]. São Paulo (BR); 2004. [PhD Thesis – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brazil].

Public policies on sexual and reproductive health, usually directed to women, have lately been trying to involve men – urged to “participate” and be “responsible” as fathers and toward the family. Such policies are influenced by a normative discourse issuing from the United Nations (UN) based on the concept of gender, which grounds feminism in its advocacy for women’s rights. This study proceeded to a hermeneutics of the concept of gender as it shows in UN documents, in the light of literature on gender and masculinities, with a view to assess its capacity to attend to men’s needs and thus guide policies aimed at the male population. The texts of eight World Conferences since 1974 were analysed, as well as approximately 50 documents from several UN agencies. The dominant gender perspective was found to draw on the concept of sexual division of labour; the view on men is crystallised in the image of heterosexuals, workers, fathers, with a family. Recommendations issued from such views do not seem likely to lead to effective gender equality. Recent studies on masculinities, mainly about aids and violence prevention, seem to bear on more promising approaches, though in an incipient and fragmented way, and still aiming at meeting women’s needs and demands. It is suggested that consistent world-scale diagnostics on men’s situation be produced, and that concerted thought and action be fostered between the field of masculinities and women’s movements, so as to enhance public visibility of men’s needs and demands in both local and global realities.

Key-words: Sexual and reproductive health policies; Gender; Sexual division of labour; Masculinities; The United Nations

Sumário

Introdução	1
Capítulo I Construção de uma crítica do conceito de gênero: desafios éticos, lingüísticos e epistemológicos	6
Problema e justificativas	19
Capítulo II Gênero e a exclusão dos homens	28
Capítulo III Caminhos para uma hermenêutica de gênero	56
Capítulo IV Mulheres e homens: histórias de gênero em tempos globais	78
Os textos das Conferências: o mapa do caminho	79
As Nações Unidas: mulheres, população e igualdade	83
As Conferências Internacionais da ONU: discursos normativos	91
Processo de construção dos textos: a presença das mulheres	108
Os homens, enfim!	111
Gênero no texto das Conferências	123
Interpretações do masculino e de gênero	133
Capítulo V De como, nas Nações Unidas, Adão nasceu de Eva	135
“Homem”, para as várias agências do sistema da ONU	139
Criando sinergias, gerando transformações	156
Considerações finais	160
Bibliografia consultada	167
Bibliografia complementar	174
Anexos	
Anexo I Lista de ações e eventos sobre homens e masculinidades no Brasil e outras regiões, 1995-2004	A1
Anexo II Excertos dos textos analisados, de Conferências das Nações Unidas, contendo menção a “homens” e “gênero”	A4
Anexo III Glossário de siglas	A97

Introdução

As questões que aqui discuto foram sendo formuladas ao longo de uma história de vida pessoal, profissional e política, configurando-se em um processo contínuo de interrogações que desembocam nesta tese cuja produção, nesse momento de minha vida, implicou um significativo investimento no exercício de reflexão e sistematização teórica que a experiência acadêmica permite realizar.

Desde o início da década de 1980, venho fazendo parte da comunidade que, com base nas premissas do feminismo, desenvolveu subsídios para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas de assistência à saúde da mulher, com ênfase especial na transformação político-cultural da sociedade brasileira para lidar com o tema da contracepção. Isso era compreendido naquele momento como o direito das mulheres de conhecer e ter acesso à contracepção, como um direito de cidadania, como uma política a ser assegurada pelo Estado, e como direito individual ao próprio corpo, à própria sexualidade e saúde. Esse processo, nacional e internacionalmente, desenvolveu-se de forma a construir e dar visibilidade a um novo campo de direitos – o dos direitos reprodutivos – que se solidificaram como repertório importante no contexto das conferências da ONU na década de 1990. Como decorrência dessa trajetória, desenvolvi ao longo dos anos forte compromisso com o desenvolvimento de políticas públicas de saúde. Fiz parte do Conselho Nacional de Saúde¹, da Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher² e da

1 Trata-se de componente da estrutura do SUS – Sistema Único de Saúde, que executa o controle social das políticas públicas de saúde em âmbito nacional.

2 O funcionamento do Conselho Nacional de Saúde (CNS) apóia-se também em comissões como a Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher (CISMU). Estive vinculada a ambos até 2001.

CCR³. Durante a década de 1990, organizei e participei de inúmeras atividades que promoveram debate e ensino⁴ sobre questões sexuais e reprodutivas, associadas ao campo dos direitos individuais e sociais. Também participei *in loco* da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, particularmente da reunião das organizações não-governamentais, e em meu retorno considerei necessário conhecer um pouco mais a maneira pela qual os homens poderiam ou deveriam se vincular a tais problemáticas do campo da sexualidade e da reprodução. Na ECOS – ONG onde eu trabalhava e que, desde sua fundação, incorporou uma preocupação com adolescentes do sexo masculino – foi criado o Gesmap – Grupo de Estudos em Sexualidade Masculina e Paternidade. Esse grupo, desde agosto de 1995, funcionou aglutinando interessados em trabalhar em pesquisas e intervenções com pessoas do sexo masculino, refletindo sobre a construção social das masculinidades, com especial destaque para as questões relativas à sexualidade e saúde reprodutiva. Ao mesmo tempo que participava desse processo, elaborei minha dissertação de mestrado, *Masculinidades e gênero: discursos sobre a responsabilidade na reprodução*, problematizando a visão presente no texto da Conferência do Cairo sobre a associação entre homens e responsabilidade ou irresponsabilidade. Posteriormente, passei a trabalhar em consultorias no campo da saúde reprodutiva em países da América Latina e Caribe para o UNFPA⁵. Já na

3 A CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução – é uma organização da sociedade civil que, desde 1991, aglutina pessoas reconhecidas por seu conhecimento técnico e envolvimento político na defesa de temas associados ao campo dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos humanos.

4 Dentre elas, foi experiência relevante a coordenação de módulos programáticos sobre “Sexualidade” e “Concepção e Contracepção”, nos Programas de Estudos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva desenvolvidos pelo NEPO – Núcleo de Estudos de População (da Unicamp), apoiados especialmente pela Fundação Ford.

5 United Nations Population Fund; em português, Fundo das Nações Unidas para Assuntos de População (FNUAP). Optei por referir-me aqui aos órgãos das Nações Unidas por suas siglas em inglês, já que a maioria dos documentos citados são nessa língua; a exceção é a sigla da própria ONU, mantida em português.

qualidade de assessora regional em Políticas de Saúde Reprodutiva, Gênero e Direitos do UNFPA, fazendo parte da Equipe de Apoio Técnico para América Latina, tenho me inquietado com a abordagem dada à “participação masculina” e, especialmente, na participação nos processos sexuais e reprodutivos, de forma a preservar o direito das mulheres. A partir dessa experiência profissional tenho podido observar de um lado a intenção de focalizar as ações em populações masculinas, mas por outro lado, também posso observar como na prática, os programas são dedicados aos homens visando atingir, em última análise, as necessidades de saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

Tomando essa inquietação como meu ponto de partida, identifico hoje, em meu dia-a-dia profissional, a necessidade premente de aprofundar uma discussão que nem todos querem fazer. Supostamente, para muitos não seria aceitável, salvo raras situações, pensar quais poderiam ser as conseqüências do desenvolvimento e aplicação conceitual a que as agências das Nações Unidas, bancos, outras agências de cooperação, governos e ONGs passaram a proceder com a perspectiva de gênero, em seus próprios programas depois de Cairo. Ou, mais especificamente, como têm introduzido os homens nesse processo. Gênero é um conceito que tem sido útil e necessário para a compreensão e transformação das realidades socioculturais em que vivem as populações. No entanto, quais seriam seus limites? Quais seriam as questões éticas que seu uso estaria hoje determinando? Que desafios lingüísticos e epistemológicos estariam hoje presentes no uso desse conceito? Como se sabe, gênero é um conceito formulado no ambiente acadêmico, como resposta às inquietações que o movimento feminista evidenciava sobre a hierarquia vigente entre homens e mulheres e sua condição de subalternidade. Possivelmente, é sua própria origem que determina seu uso “equivocado”

em muitas situações, isto é, como um conceito que fala apenas a respeito das necessidades e direitos das mulheres, e não sobre a hierarquia das relações de subordinação entre masculino e feminino, homens e mulheres. Sua formulação e uso estão radicalmente associados a um projeto político com atores sociais claramente definidos no movimento social de mulheres. Quais são as implicações do uso de igualdade de gênero, equidade de gênero, transversalização de gênero, perspectiva de gênero, gênero, desigualdades de gênero? Como esses processos têm incorporado os homens?

O caminho pelo qual decidi realizar essa aproximação levou-me a dar centralidade, de um lado, a processos de investigação baseados em visões e instrumentos provenientes da Filosofia e, de outro, à definição do corpo empírico no âmbito da ação das Nações Unidas – as conferências e seu impacto sobre programas específicos do sistema. Inserida ao mesmo tempo nesse sistema e no contexto da universidade, sinto-me em posição de buscar respostas que podem extrapolar o campo da saúde pública, mas que visam, em última instância, o bem-estar de homens e mulheres.

Ao refletir sobre a extensão do trabalho possível de ser realizado, sobre sua validade junto às comunidades com as quais me comprometo, pergunto-me sobre o alcance de tal reflexão, uma vez que muito se produz e se pensa no campo dos estudos feministas, ou no de estudos de gênero, particularmente sobre gênero, homens e masculinidades. É pois com ousadia e modéstia que proponho esta contribuição a um universo de pensamento que é muito mais amplo. Foi a dissonância entre viver envolvida na defesa dos direitos das mulheres e, ao mesmo tempo, conviver com o conceito de gênero e as tentativas de sua aplicabilidade, que me fez construir este trabalho.

O processo de produção da investigação, aqui apresentada em cinco capítulos, foi longo, árduo e repleto de interrupções determinadas pela

própria vida, mas agora chega a seu final. Traz no Capítulo 1 a explicitação detalhada do problema e a justificativa da investigação realizada; no Capítulo 2 retomo algumas das perspectivas e conceituações de gênero que me parecem centrais para o trabalho, e ao mesmo tempo, ofereço elementos para ilustrar a exclusão dos direitos e necessidades dos homens em contextos do campo da saúde sexual e reprodutiva; no terceiro capítulo realizo uma incursão ao campo da Filosofia, para construir uma determinada maneira de olhar sobre os textos de algumas conferências das Nações Unidas, o que examino no Capítulo 4. No Capítulo 5 trato de refletir sobre a maneira como as visões registradas no capítulo anterior influenciaram os referenciais adotados por algumas agências ou programas do sistema das Nações Unidas, mecanismos esses que têm mais oportunidade de exercer influência sobre as políticas e programas governamentais. E, no último capítulo, faço algumas reflexões finais buscando compreender as razões de ser e implicações práticas – éticas e políticas – para a superação da redução e instrumentalização do conceito de gênero quando associado aos homens.

CAPÍTULO I

Construção de uma crítica ao conceito de gênero: desafios éticos, lingüísticos e epistemológicos

O objetivo deste estudo é o de contribuir para a revisão da maneira como o campo de saúde sexual e reprodutiva, gênero e direitos sexuais e reprodutivos vem operando na definição e implementação de estratégias e programas de ação destinados à população masculina. Proponho-me a analisar criticamente o conceito de gênero e seu uso no sistema das Nações Unidas, identificando as razões pelas quais sua utilização tem deixado de lado o outro lado da equação, isto é, por que o conceito tem sido usado de maneira tão evidente apenas a favor das necessidades e/ou dos direitos das mulheres. Apesar de Berer, em seu texto de introdução a *Men* (1996), criticar a discussão então incipiente no contexto dos debates do Cairo, perguntando “de que equação os homens estão fora?”, a inquietação persiste. Em 2004, dez anos depois da realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento no Cairo em 1994, e no contexto da Conferência Internacional da Mulher em sua versão +10 (“Beijing+10”), o que se observa é que a preocupação com a situação dos homens continua tendo pouca visibilidade e influência, tanto na produção acadêmica quanto nas intervenções realizadas por grupos da sociedade civil ou no âmbito das ações do sistema das Nações Unidas. Por exemplo, durante a realização do *Taller sobre Género* pelo UNFPA na Venezuela, em abril de 2004, Olavarría (2004) destacava com desconcerto o fato de que, em meio aos processos de revisão de Cairo+10 e Beijing +10, era surpreendente observar como os homens estavam excluídos das preocupações que tomavam corpo nos cenários oficiais de discussão promovidos em contextos das Nações Unidas. Olavarría apontava sua

preocupação com a persistente distância entre os grupos feministas e de mulheres, de um lado e, de outro, os atores que tentam introduzir os homens e suas necessidades no campo de debates de gênero, argumentando que, sem essa articulação estratégica, não seria possível conferir maior visibilidade aos problemas e necessidades masculinas. E elencou algumas críticas à visão hegemônica ainda persistente no campo feminista quando se fala dos homens: o tema de sua responsabilidade, o de sua incorporação apenas para o apoio às necessidades e o empoderamento das mulheres.

Em janeiro de 2003, troquei correspondência com Sonia Corrêa, conhecida ativista feminista na área de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Em minha mensagem manifestava ansiedade em relação aos caminhos que observava na instituição em que trabalho atualmente (UNFPA) quanto à forma e conteúdos associados ao uso do conceito de gênero nos vários níveis da instituição. A identificação quase exclusiva do conceito com a defesa e promoção dos direitos das mulheres, a frágil motivação para fazer caminhar, nas experiências locais, um trabalho voltado para atender aos homens para além de sua contribuição para atender a necessidades das mulheres, salvo raras exceções, eram demasiado visíveis. Eu expressava então minhas inquietações e, de certa maneira, indicava a necessidade de se construir uma pressão externa ao sistema, para provocar um incremento teórico sobre o conceito e sua aplicabilidade. Corrêa me respondeu de maneira muito clara que, se dentro do sistema não se observavam grandes avanços, tampouco fora do sistema havia muita clareza e possibilidades de refletir sobre esse tema. Mas, o que mais chamou minha atenção nessa época foi sua argumentação de que, se o UNFPA insistisse muito nisso, naqueles tempos sombrios pré-Cairo+10, em que crescia a pressão das forças conservadoras, poderia ser entendido como diversionismo. Aquele era um momento em que toda a

atenção e preocupações recaíam exatamente na direção da defesa do direito (das mulheres) ao aborto e dos direitos sexuais e reprodutivos. Ela não disse, mas subentendia-se que se referia aos direitos sexuais e reprodutivos *das mulheres*. Sua preocupação, obviamente, devia-se à crescente presença do fundamentalismo, não apenas na América Latina, mas globalmente.

Isso posto, ganha mais sentido o que Corrêa diz em seu texto de 2002 *Gênero: concepto, caminos teóricos y aplicaciones*, cujo título retrata, de certa maneira, a preocupação central aqui. Como gênero é um conceito que nasce no campo feminista e se refere a ação teórica e ao mesmo tempo a ação política, sugere a existência de questões pragmáticas muito candentes, como por exemplo a acima aludida, relativa às forças fundamentalistas. Ora, como realizar um processo de discussão teórica sem reconhecer a presença das forças conservadoras⁶ no campo, que têm sob sua mira exatamente o conceito de gênero? Como veremos no próximo capítulo, justamente em Cairo e Beijing pôde-se assistir à presença dessas forças conservadoras em suas formas mais expressivas, determinadas a chamar atenção para seu foco: o conceito é perigoso e ameaçador. Por sua vez, Lamas (2004), em debate realizado na Venezuela, também alertava para o fato de que convivem diversas compreensões de gênero no mundo contemporâneo. As feministas têm várias perspectivas, mas também as forças conservadoras têm suas perspectivas. Trata-se de constatar a convivência de um conjunto de interpretações produzidas pela cultura sobre o feminino e o masculino e suas relações hierárquicas de poder. Ora, da

6 A expressão “forças conservadoras” refere-se aqui a um conjunto de forças políticas cuja configuração pode variar no tempo, em função de alianças que se estruturam no transcurso de um determinado período. Neste contexto refiro-me basicamente à Santa Sé, ao governo norte-americano e a grupos alinhados com essas tendências, como ONGs que vêm operando em um contexto global defendendo a “família natural” e que vêem na progressão da influência e reconhecimento da perspectiva de gênero uma ameaça explícita a seus valores. Os países asiáticos de orientação predominante muçulmana com tendência fundamentalista também se alinham com o conjunto das forças conservadoras.

mesma maneira que convivem diversas formas de feminilidade e diversas formas de masculinidade – esse é um dos pontos que o conceito de gênero ilumina –, também devemos admitir que estão estabelecidas diversas maneiras de compreender gênero, não apenas no universo acadêmico, mas também no *momentum* da compreensão, análise e ação política por parte de feministas, não-feministas, homens e mulheres, ONGs, esferas das Nações Unidas.

Nesse processo de “fazer gênero”, tem centralidade absoluta a presença do movimento internacional de mulheres ou feminista, como movimento social que se organiza para promover respostas coletivas a processos que geram transformações sociais, políticas, econômicas e culturais a favor dos direitos das mulheres. O feminismo tem oferecido historicamente às distintas sociedades em diferentes tempos um conjunto de idéias críticas sobre como as mulheres são posicionadas por determinações culturais, políticas e econômicas que trazem implicações para seu cotidiano e que se nutrem de desigualdades injustas. O movimento feminista internacional tem presença nos processos internacionais desde muito tempo. No entanto, seu sentido transnacional ganhou força e relevância mais recentemente, em particular com os processos desenvolvidos no âmbito das conferências das Nações Unidas. Como indica Moghadam (2000), o movimento de mulheres está estruturado em um forte sentido de identidade coletiva que permite compartilhar significados e metas comuns por parte de todas/os as/os participantes. Petchesky (2003), em seu livro *Global prescriptions: gendering health and human rights*, mostra a ação contundente do movimento das mulheres pela saúde e como suas idéias e estratégias, a princípio focalizadas no âmbito da saúde e direitos, tomaram uma forma ampliada em seu conteúdo pela liderança que surge do Sul. Além disso, sua capacidade de intervenção cresce substantivamente durante os anos 1990.

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (conhecida como Cairo-1994) é, sem dúvida alguma, o eixo central desse processo, em que as forças do movimento transnacional de mulheres entram a dialogar para a manutenção de processos de transformação de linguagem que serão determinantes para o âmbito da conformação futura de políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais no âmbito da saúde e do desenvolvimento. A linguagem de “igualdade e equidade de gênero e empoderamento das mulheres” cristaliza-se nesse processo. A ação dos grupos de mulheres passa a ser não apenas local, mas tem escopo regional, internacional, transnacional. Isso significa (Moghadam 2000) intercâmbio de informações, apoio mútuo técnico e político, presença de processos de análise e de interpretação de realidades que se potencializam, estratégias comuns de ação, solidariedade transnacional. Moghadam (2000) nomeia como uma vigorosa demonstração da presença do feminismo no campo o processo de preparação para a 4ª Conferência Internacional da Mulher, em todo o mundo, e que resulta na Declaração da Plataforma de Beijing, em suas palavras o “manifesto do feminismo global”. A linguagem da transversalização de gênero se cristaliza nesse processo.

É nesse sentido que, no histórico número da revista *Reproductive Health Matters* (Men, n.7, maio 1996), Berer, a título de introdução, faz uma forte crítica à colocação de que os homens estão excluídos. Segundo ela, ouve-se dizer “não podemos deixar os homens fora da equação”, mas pondera: “de que equação os homens sentem que foram deixados de lado”? Relembra que, desde a Conferência do Cairo, os homens foram incentivados a apoiar as necessidades das mulheres e seu empoderamento. Critica o repentino aparecimento de uma mudança na direção principal, em que se começa a falar da participação masculina em saúde reprodutiva. Berer (1996) problematiza: de quais homens estamos falando? Daqueles que colaboram ou dos homens que efetivamente produzem danos à saúde e à vida física e

emocional de mulheres? Ou de quais aspectos do envolvimento dos homens se trata? O que a autora argumenta é que, de toda maneira, os homens já estão envolvidos nos processos associados à sexualidade e decisões reprodutivas. Em sua perspectiva poder-se-ia, sim, tratar de envolver um número maior de homens que pudessem apoiar as necessidades das mulheres. Em 1996 a autora apontava que poderia ser desejável aumentar a preocupação com, e a aceitação de, os problemas de saúde reprodutiva das mulheres e o papel dos homens nesses processos. Alguns dos aspectos em que prevê a possibilidade de contar com os homens são: homens tomando a responsabilidade de terminar a violência de gênero, estupro e abuso sexual das mulheres; homens tomando a responsabilidade por sua própria fertilidade e dividindo responsabilidade pelas crianças nascidas; homens aceitando sua infertilidade e não punindo as mulheres por serem inférteis; homens apoiando as mulheres por terem controle de sua própria fertilidade e direitos reprodutivos, incluindo o direito de não gestar crianças indesejadas; homens participando apenas de relações sexuais consensuais; homens procurando compreender sua própria masculinidade e seu próprio comportamento em relação às mulheres e a outros homens em uma perspectiva de gênero; e confrontado a homofobia em expressões da masculinidade.

Em 1991, uma publicação pioneira foi o número *Respuestas a las Necesidades de la Salud Reproductiva masculina en América Latina*, da revista *Quality, Calidad, Qualité*, preparado por Debbie Rogow, com introdução e conclusão de J. Bruce e A. Leonard, produzida pelo Population Council. A introdução dessa publicação inicia-se problematizando da seguinte maneira:

Saúde reprodutiva masculina? Não se tem dedicado muito tempo, pensamento ou recursos a definir seu significado, e menos a prover serviços centrados no homem. Até há pouco tempo, a ênfase na saúde reprodutiva e no planejamento familiar tem sido nas mulheres, uma eleição óbvia, como indica IPPF, pela (...) real ameaça que significam as sucessivas gestações para a saúde da mulher, a estreita relação entre

planejamento familiar e a emancipação feminina, e a decisão política e prática em muitos países em vias de desenvolvimento de ofertar serviços de planejamento familiar através dos centros de saúde materno-infantil (Rogow 1991, p.1)

No entanto, minha tese é que o crescente uso do conceito de gênero – e o correspondente investimento e reflexão sobre os homens no âmbito da saúde sexual e reprodutiva e de sua participação em processos de desenvolvimento – têm sido marcados por um caráter puramente instrumental, isto é, recorre-se aos homens apenas para melhorar as condições de saúde e de exercício de direitos das mulheres. Particularmente, considero que as referências ao masculino que aparecem nos textos das conferências da ONU o fazem de maneira redutora e instrumental, vendo o homem como pai de família e colocando-o na perspectiva estrita de concorrer para o bem-estar feminino. Outros discursos apontam para a necessidade de considerar a população masculina como sujeitos de direitos, incluindo-a em projetos, programas e ações de forma a que sua especificidade de gênero (masculino) seja contemplada nesses mesmos terrenos, particularmente no campo da saúde e do desenvolvimento. Meu interesse é analisar como esse processo vem se construindo e discutir se serão considerados os sofrimentos masculinos e os direitos dos homens ao se recorrer ao conceito de gênero.

No transcurso da última década também surgiram iniciativas que começaram a ganhar visibilidade, mesmo sem situadas no eixo central de um campo discursivo^{7,8}. Por exemplo, realizou-se recentemente um congresso específico sobre a saúde sexual e reprodutiva dos homens

7 Parte significativa desses processos de intervenção e de pesquisa encontra-se registrado em documentos e livros (Ariha *et al.*, 1998; Mora, 2001) e/ou aglutinados em *sites* ou em veículos especiais, tais como o documento em CD-ROM elaborado pelo Center for Communication Programs, School of Hygiene and Public Health, apoiado pelo subcomitê Men and Reproductive Health do grupo de trabalho Office of Population Interagency Gender Working Group da USAID – United States Agency for International Development (2000).

8 Ver lista de iniciativas “Homens e Masculinidades” realizadas no Brasil e nas Américas na última década no Anexo 1.

(USAID 2003); durante o mês de junho de 2004 inaugurava-se no México o “I Colóquio Internacional sobre Gênero e Masculinidades”. No Brasil, também durante 2004, a organização não-governamental Instituto Papai incentiva a realização de campanhas de mídia tendo como foco uma nova perspectiva em relação à paternidade: cuidado, desejo, prazer, compromisso; a ONG organiza uma reunião de jovens pais destinada a discutir pública e participativamente os rumos e inquietações da paternidade. Mas, o que tenho observado no decorrer da última década é que o processo de inclusão dos homens no debate sobre gênero tem sido feito de maneira extremamente lenta, com pouca comparabilidade com o que ocorreu há pelo menos três décadas no campo da sexualidade, reprodução, saúde sexual e reprodutiva e dos direitos *das mulheres*.

Então, a pergunta é: por que não se constrói socialmente uma real escuta para as vulnerabilidades e necessidades dos homens, quando se fala de gênero? O que é que “gênero” está tematizando, quando fala das mulheres, e o que está tematizando quando fala dos homens? Nesse sentido, estou de certa forma retomando minha dissertação de mestrado, *Masculinidades e gênero: discursos sobre a responsabilidade na reprodução*⁹, que nasceu dessa mesma inquietação. O eixo central do trabalho desenvolvido naquele momento foi justamente uma crítica à noção de responsabilidade usada pelo texto da Conferência do Cairo, mostrando sua essência normativa, operando com uma visão cristalizada de juventude e de masculinidade hegemônica, contribuindo para sedimentar o estereótipo de que homens em geral, assim como os jovens de ambos os sexos, são irresponsáveis, devendo ser capturados por políticas especiais e educados para se tornarem “responsáveis”. Se, por um lado, o trabalho era inovador e ousado na medida em que apontava para uma visão crítica da abordagem

⁹ Minha dissertação de mestrado (Arihla, 1999) foi elaborada sob a orientação de Fúlvia Rosemberg e defendida junto ao Programa de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

do masculino na Conferência, não foi possível, naquele momento, seguir adiante e aprofundar um eixo que parece promissor, ou seja, de que “a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política” (Scott 1990). Com Scott, penso que gênero é uma das primeiras maneiras de dar significado às relações de poder, ou que gênero é um primeiro campo por meio do qual o poder é articulado. Como já referi (Arihla Silva, 1999), penso que essa segunda parte da definição de Scott tem sido esquecida de uma maneira geral. E se é esta também sua forma de estar no mundo, como conceito orientador de análises, seria necessário investigar melhor suas possibilidades de problematizar o mal-estar masculino.

Minha intenção é investigar o que vem ocorrendo com os homens no campo em que me situo, uma arena técnica – e política –, com o objetivo de problematizar o que poderiam ser limitações éticas, lingüísticas e epistemológicas a serem superadas na utilização do conceito de gênero. Minha sensibilidade para o fato de que as mulheres põem em risco suas vidas, são agredidas, violentadas, podem ser presas, adoecer ou morrer, por exemplo, por um aborto feito em condições de clandestinidade não invalida minha percepção de que, ao mesmo tempo, há um cenário que é efetivamente masculino e/ou relacional, cuja problematização e inserção no debate público não é contemplado, ou que não encontra espaço para ser visto. Acreditamos que seja possível que os homens se modifiquem? Sim – desde que se admita que ser homem ou tornar-se homem também está sujeito a processos de gênero, e que os homens têm necessidades determinadas por gênero, além de serem estimulados a se envolver ou participar na vida das mulheres. Não seria necessário olhar a longo prazo? Como fazer para que o conceito de gênero possa ser entendido e utilizado de maneira radicalmente relacional?

Como lembra S. Corrêa (2002b), foi o texto resultante da Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD 1994) que, pela primeira vez, utilizou o termo “gênero” no âmbito das Nações Unidas. O objetivo era dar espaço à igualdade de gênero, equidade de gênero e empoderamento das mulheres. Por seu potencial “subversivo e de transformação” (Corrêa 2002b), o conceito foi questionado no ano seguinte, em 1995, pelas forças conservadoras que tentavam atuar em Beijing. Nesse mesmo estudo, Corrêa aponta para o fato de que, seja como for, no início desse terceiro milênio gênero alcança o *status* de um conceito legitimado, tanto no mundo acadêmico como no discurso político das sociedades e das instituições – e, além disso, é um conceito ameaçador. A crítica a esse seu potencial subversivo ficou bastante evidenciada durante a realização do III Congresso Mundial de Famílias, na cidade do México em abril de 2004, organizado por forças conservadoras e destinado a defender e disseminar a proposta de conformação de “família natural”, considerada como aquela criada por Deus e constituída por um homem e uma mulher, destinada à reprodução. Nesse contexto, o que se indicava era que a ideologia de gênero deveria ser abolida no mais curto espaço de tempo por representar tudo o que vem destruindo as sociedades ocidentais contemporâneas: a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a redução no número de filhos, a distorção da real função dos casamentos, o incentivo à homossexualidade, dentre outros. Como indica Lamas (2004), em nossas sociedades convivem muitas “perspectivas de gênero”. Seja como for, em palestra sobre *La categoría género y sus estrategias de implementación*¹⁰, Lamas refere-se à constatação de que o uso de gênero é algo que ficou “na moda”, tanto intelectual quanto politicamente. Nesse processo, mostra como o recurso à “perspectiva de gênero” ou à “transversalização de gênero” vem sendo reificada.

10 Palestra proferida no já aludido *Taller de Género*, do UNFPA (14-16 abr. 2004) em Caracas, Venezuela.

Obviamente, no processo de Cairo, quando se definiu o que viria a ser nomeada como a “linguagem do Cairo”, não era exatamente esse o cenário antecipado. Em 1994, novas realidades foram sendo conformadas e disseminadas mundialmente pela linguagem do Cairo, em que os eixos centrais foram igualdade e equidade de gênero, empoderamento das mulheres e direitos reprodutivos, tal como especificado no capítulo 4 do texto do Programa de Ação (CIPD 1997)¹¹. A 4ª Conferência Internacional da Mulher, em Beijing (1995) apoiou o estabelecimento de direitos para as mulheres e determinou que governos deveriam ser os responsáveis por liderar o processo de *gender mainstreaming*, buscando por exemplo mulheres para posições hierárquicas de alto nível, com recursos e autoridade para influir sobre a formulação de políticas públicas para as mulheres. Guzmán (2001) indica como, historicamente, programas e projetos desenvolvidos no âmbito das Nações Unidas se situam inicialmente no âmbito do paradigma "Mulher e Desenvolvimento" (MED), emergindo posteriormente o que chama de “novo paradigma”, criado sob influência de intelectuais ligadas ao movimento feminista, "Gênero e Desenvolvimento" (GAD). O enfoque GAD, ainda de acordo com Guzmán (2001), orienta as recomendações emanadas da Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher (Nairobi, 1985), embora nessa época não fosse ainda usada a expressão *gender mainstreaming*, referida à criação e manutenção de mecanismos de gênero ou de uma institucionalidade de gênero, termo usado atualmente para nomear órgãos como Secretarias, Ministérios e Conselhos da Mulher. Isso já estaria determinado desde a Conferência Mundial da Mulher no México em 1975, quando se apontou

11 Chama atenção que, na edição em espanhol do texto do Programa de Ação do Cairo, elaborado pelo UNFPA em 1996, o título do capítulo 4 seja “Igualdad y Equidad entre los Sexos y Habilidadación de la Mujer”, enquanto, tanto em português como em inglês, o título se refere a gênero: “Igualdade e Equidade de Gênero e Empoderamento da Mulher”; “Gender Equality, Equity and Empowerment of Women”.

a necessidade de estabelecer algum tipo de mecanismo dentro do próprio Estado, com equipe e recursos adequados, para promover a aceleração da conquista da igualdade de oportunidades para as mulheres e sua total integração na vida nacional.

Teoricamente, a mudança de linguagem de MED para GAD implicaria passar de um processo circunscrito à discriminação vivida pelas mulheres a um enfoque que aborda relações de poder hierárquicas, que extrapolam as pessoas, marcando sua presença em matrizes culturais, sistemas legais e institucionais, valores simbólicos, distintas esferas de construção cultural. Isso ampliava o eixo de ação que, teoricamente, sairia do campo “mulher” para focalizar relações e processos sociais. No entanto, o que parece haver ocorrido foi a ampliação da esfera da atuação sobre “a mulher” para começar a ativar, de maneira mais incisiva, os fatores que são contínuos promotores da desigualdade entre mulheres e homens. Nesse processo, o Estado passa a ser o *locus* privilegiado da implementação das políticas de gênero. Guzmán (2001) afirma que o enfoque GAD teria levado a centrar a atenção não somente nas relações desiguais entre os gêneros, mas também nas estruturas que geram as desigualdades. Para operar de acordo com esse novo enfoque, a estratégia de ação passa a ser a de realizar o *gender mainstreaming*, implicando “descentralização da responsabilidade da equidade de gênero para o setor público, no que se refere à formulação de políticas, implementação de programas e entrega de serviços” (Guzmán 2001, p.18). Portanto, conclui-se que esse novo paradigma colocaria os Estados nacionais na posição de redutores de desigualdades de gênero. No entanto, configura-se uma ampliação que, de toda maneira, ainda continua a destacar as mulheres como centro de sua ação.

Há diferentes tipos de argumentação sobre a relevância dos caminhos de gênero na contemporaneidade que, de uma maneira geral, podem ser

resumidos em três âmbitos: primeiro, o caminho daqueles que efetivamente pensam que gênero não está sendo usado de maneira adequada porque tem sido usado como sinônimo de “mulher”; segundo há quem pense que, ao se usar gênero, perde-se a dimensão de defesa das necessidades das mulheres, origem e causa da incorporação, por exemplo, da dimensão de gênero nos programas e ações das Nações Unidas. Mas há uma terceira visão, segundo a qual não se está incluindo os homens e o masculino de maneira abrangente no debate. Há que se considerar que houve inúmeras transformações nas últimas décadas e que o conceito de gênero, especialmente na América Latina, como Corrêa (2002a) indica, tem sido útil para a abertura de espaços para o diálogo entre disciplinas (Sociologia, Antropologia, Psicanálise, Economia, História); tem servido para analisar a constituição plural e complexa do masculino e do feminino em culturas que são diversas e em momentos históricos distintos; permitiu examinar as relações (ou desigualdades) entre homens e mulheres em variadas esferas da vida social e do conhecimento; tem permitido conceber a construção das masculinidades e feminilidades tanto no âmbito dos indivíduos, quanto de grupos e coletividades; tem permitido admitir o papel essencial das instituições como criadoras de discursos em relação ao que se pondera ser feminino, masculino, e das relações entre os termos. No entanto, meu empenho de reflexão aqui vai no sentido de apontar que, apesar de todos os esforços realizados nas últimas décadas, há mudanças que o conceito de gênero não tem conseguido abarcar ou alavancar. Por exemplo, a última Conferência Internacional de HIV/Aids realizada na Tailândia em 2004 apontava para um certo “cansaço” nas propostas e soluções para a epidemia de aids, bem como para o persistente crescimento da mesma entre mulheres¹²: “consagrou-se” o crescimento da

¹² Ana Luisa Liguori, em comunicação pessoal. Também se observa essa tendência em documentos sistematicamente produzidos por acadêmicos e profissionais de saúde, no Brasil e internacionalmente.

epidemia entre mulheres, especialmente as de baixa renda, com pouca escolaridade. O fenômeno já é conhecido, ou seja, a transmissão sexual heterossexual é determinada pela escassa percepção ou consciência masculina do fenômeno, e de sua maneira de construir sua identidade subjetiva, em que o pensar e atuar com seu corpo torna-se uma forma de considerar sua masculinidade um instrumento de poder. Por outro lado, as mulheres apresentam pouca possibilidade de negociação em suas práticas sexuais. No entanto, quais serão os obstáculos, os impedimentos para refletir de maneira consistente sobre o significado da presença dos homens nesse processo? E mais, para refletir sobre suas próprias dificuldades em modificar elementos de seu próprio ser e fazer que permitam incorporar noções de cuidado para si e para o/a outro/a?

Problema e justificativa

É nesse sentido que o problema que esse trabalho tenta responder é: é útil o uso do conceito de gênero? O que se inclui e o que se exclui com os usos do conceito de gênero? Essa preocupação se justifica na medida em que, em minha perspectiva, nem mesmo as necessidades das mulheres serão plenamente atendidas e transformadas sem uma inclusão radical e transformadora dos homens nos processos de transformação cultural. E, por outro lado, as transformações dos homens necessitam de espaço para ocorrer. Nesse sentido, as políticas públicas, entendidas como resposta explícita do Estado a um campo de demandas, não estão respondendo à população masculina, também pela dificuldade de formalização das demandas, como tais, pela própria população masculina. Apesar do crescimento do trabalho das organizações não-governamentais nesse campo, do crescimento dos *men's studies* como área de estudos acadêmicos, há problemas em sua aplicação. Dentro do sistema das Nações Unidas, em que pesem os aspectos específicos gerados pelo crescimento da importância

da epidemia de aids e da problemática da violência chamada de gênero, as estratégias de ação adotadas visam basicamente a população feminina. Ou seja, o que tem sido realizado é, definitivamente, insuficiente.

Não há dúvida de que as agências multilaterais, as agências do sistema das Nações Unidas têm tido um papel preponderante na incorporação do discurso de gênero nas ações governamentais, e que têm tentado, de alguma maneira, ao lado da ação de algumas agências financiadoras, trazer a público os homens, especialmente desde sua inclusão explícita no texto da Conferência do Cairo. Não obstante, essa ação também não é homogênea, gerando dissonâncias discursivas que vão sendo incorporadas de maneiras diferenciadas pelos vários atores que buscam implementar ações, especialmente os governos locais, departamentais e nacionais. Se formos verificar cronologicamente as últimas ações do sistema das Nações Unidas – por exemplo, nos documentos *Declaração do Milênio* e, especialmente, nas *Metas do Milênio* (ONU 2000a, 2000b) –, não encontramos os homens, como destaca estudo do Instituto Allan Guttmacher (2003); e ao mesmo tempo percebemos que a concepção de gênero subjacente às perspectivas do Banco Mundial, nos tempos mais recentes, está condensada basicamente na esfera econômica, em que as mulheres são tratadas como motoras do mercado em muitos de projetos de desenvolvimento.

Qual é o lugar de gênero nesse processo? Passados praticamente 30 anos, não seria ainda o mesmo tom de defesa dos direitos da mulher que inspira as ações do sistema das Nações Unidas? Haveria algum espaço para leituras não tão hegemônicas, que apontem para a produção hierárquica de poder entre masculino e feminino, nem sempre associados a mulheres e homens? Gênero teria provocado realmente o deslocamento que é de sua “vocação” fazer? Questionamentos têm sido feitos a esse respeito: teria a

ONU adotado a perspectiva de gênero em um momento efetivamente adequado?¹³ Se ainda não havia sequer uma sedimentação teórica a respeito do tema na academia, seria possível efetivamente adotá-lo em programas que implementam estratégias de ação? Poderia o sistema das Nações Unidas deixar de considerar que, ao incorporar gênero em seu acionar cotidiano, teria sido em função do compromisso de mudar a vida das mulheres e construir justiça social?

Portanto, não sabemos se o uso de uma nova linguagem a partir dos anos 1990¹⁴ não teria aparentemente determinado um enfoque distinto, isto é, se a introdução dos termos “gênero”, “igualdade de gênero” ou “equidade de gênero” continuaram a indicar apenas as situações de desigualdade vividas pelas mulheres em várias esferas sociais. Assim, ao se adotar “gênero”, “igualdade de gênero” e “equidade de gênero” como linguagem no contexto das Nações Unidas, teria sido possível operar sobre as relações de poder de gênero em suas diversas expressões, incluindo os homens? Ou a adoção da linguagem teria sido apenas uma nova forma de expressar o compromisso de eliminar a discriminação vivida pelas mulheres, entendida [a eliminação da discriminação] como paradigma de desenvolvimento? Nesse caso, estar-se-ia deixando de operar sobre aquilo que é mais central em qualquer definição de gênero, isto é, operar sobre as estruturas hierárquicas das relações de poder entre masculino e feminino. A entrada desse novo arcabouço conceitual no sistema das Nações Unidas permitiu a ampliação da análise e formulação para âmbitos mais amplos das políticas, mas deixou de lado, efetivamente, a análise de como as estruturas de poder também podem criar desigualdades que, eventualmente, geram desvantagens para a população masculina.

13 Depoimento verbal de Belkys Mones, relatando posição de Teresita Barbieri (México, durante reunião realizada pela Equipe de Apoio Técnico para América Latina e Caribe, 2001).

14 Por exemplo, na série *Mujer y Desarrollo* do CEPAL, apenas em 1993 surge a expressão *equidad de género* no título de publicações.

Chant e Gutman, em trabalho de novembro de 2000 – *Mainstreaming men into gender and development* ¹⁵ – mostram como, na agenda política de gênero, os homens efetivamente estão mais visíveis, especialmente em termos analíticos e em comparação com o passado. No entanto, também indicam como se a abordagem GAD (Gênero e Desenvolvimento) rompeu com a ênfase dada às mulheres para abrir o campo para o trabalho com os homens em todos os níveis, isso só teria ocorrido em termos abstratos, segundo os autores, e não tem implicado aportes substantivos e específicos. Como sugerem Greig, Kimmel e Lang (2000 p.1), um dos mecanismos que facilitou o aparecimento da problemática masculina teria sido a mudança conceitual do discurso centrado no modelo MED, básico nos anos 1970 e 80, para aquele associado a GAD. Documento das Nações Unidas sobre o papel das mulheres no desenvolvimento, datado de 1999, explicita esse pressuposto de abordar gênero e as relações desiguais de poder existentes entre mulheres e homens, sugerindo que todas as estruturas sociais, políticas, econômicas e de desenvolvimento devam ser reexaminadas com base nos diferenciais de gênero, e reconhecendo que alcançar a igualdade de gênero exige mudanças transformadoras (United Nations 1999). Como alegam Herrera e Rodríguez (2001 p.158), se de relações de gênero se trata, não se poderia restringir a análise à situação das mulheres, sob pena de se deixar de lado “o aspecto dinâmico e explicativo da construção de identidades genéricas, da feminilidade e masculinidade, como produtos históricos que variam de uma cultura a outra, em diferentes contextos socioeconômicos, e ao longo do ciclo vital”. O modelo GAD deveria ajudar a refletir e atuar sobre o processo em que mulheres e homens contribuem de maneira específica aos processos de desenvolvimento – e, também, que esses influem de maneira

15 Trabalho de pesquisa encomendado pelo Banco Mundial, que pretendia facilitar a incorporação de homens em intervenções sobre gênero e desenvolvimento em populações de baixa renda.

diferenciada sobre as populações feminina e masculina. Em suas palavras, a abordagem gênero e desenvolvimento exigiria a necessidade de observar “as interações entre os gêneros no contexto das relações geopolíticas, econômicas e culturais de cada sociedade e no marco dos direitos ” (Herrera & Rodríguez 2001). Se a proposta de enfrentar a equidade de gênero existe e é entendida como construção de cidadania e vigência dos direitos humanos, não se poderia deixar de olhar para os homens em sua dinâmica relacional com as mulheres.

No entanto, Cleaver (2002) acentua que os homens parecem estar sendo esquecidos na abordagem GAD. Apesar do reconhecimento conceitual, ainda existe escasso reconhecimento de que os homens deveriam estar sendo entendidos e compreendidos assim como as mulheres, com raras exceções. A grande centralidade em suas aparições se deve à sua posição de obstáculo ao desenvolvimento das mulheres. Há preocupações dos grupos de mulheres em perder espaço, conquistas e recursos ao mesmo tempo em que se percebe que há que se ampliar a presença masculina em compreensão e ação. No entanto, uma das questões que se coloca, ainda de acordo com Cleaver (2002), é se as abordagens feministas ao enfoque de gênero e desenvolvimento seriam as mais apropriadas lentes através das quais se deveria observar os homens e a construção social do masculino. S. Corrêa, ativista feminista que tem se mostrado aberta a essa discussão, interroga por exemplo, em seu texto de 2002, “*Gênero e políticas públicas no Brasil: em que ano estamos?*”, as políticas de gênero, afirmando de maneira dura que “estamos no ano zero das políticas públicas de gênero” no Brasil. Como explicita,

De modo geral, o que se denomina – no discurso político do Estado e em grande medida do próprio movimento [feminista]– como política de gênero continuam a ser as políticas voltadas para as mulheres com um novo nome. Nesses discursos, gênero é ainda sinônimo de mulher. Na minha avaliação, estamos longe de haver compreendido e incorporado o significado das desigualdades de gênero como dimensão estrutural do ordenamento econômico e social. Da mesma forma, apenas

fizemos ensaios muito limitados no que se refere a pensar o problema das masculinidades brasileiras como um obstáculo para a igualdade (entre os gêneros e outras), o qual também deveria ser objeto explícito das políticas públicas.

Como relembra Corrêa (2002b), depois de cerca de vinte anos de incidência do movimento feminista na elaboração de políticas públicas, o que se observa no Brasil é um desenvolvimento bastante significativo das políticas que atendem às necessidades específicas das mulheres em várias áreas, especialmente saúde, trabalho, violência (Berquó 1997*, 1998; Bilac & Rocha 1998; Rocha 2001*). Quanto a gênero, o que se observa é uma inflexão da linguagem – produziu-se um deslocamento das necessidades e direitos das mulheres para a transformação das desigualdades de gênero. Uma outra mudança foi o reconhecimento de outras desigualdades presentes na sociedade brasileira, como as de raça/etnia, idade, orientação sexual, que tanto produzem desigualdades entre as próprias mulheres quanto se articulam com e aprofundam as desigualdades entre homens e mulheres.

Retornando à centralidade do problema neste trabalho, toda essa argumentação se justifica, uma vez que enfrentamos um duplo desafio: os homens também têm necessidades específicas que requerem um canal de expressão; e, ao mesmo tempo, a própria perspectiva de gênero precisa ser revisada em suas aplicações e possibilidades. É necessário encontrar caminhos conceituais mais adequados para esse pensar e agir dialético entre homens e mulheres, masculino e feminino. Lamas (2002), em um de seus últimos textos publicados, *La fetichización del género*, alerta que devemos evitar o que Bourdieu e Wacquant (2001) denominam erro epistemocêntrico, ou seja, a aplicação de conceitos para além de suas condições de validade histórica (anacronismo) ou social (etnocentrismo). Alerta também que é necessário reconhecer que conceitos e demais

Comunicação pessoal, São Paulo.

instrumentos do pensamento são produzidos em condições específicas, cuja particularidade muitas vezes também se passa por alto (Bourdieu & Wacquant 2001). De maneira muito clara, simples e direta, Lamas relembra que “formular novas categorias através das quais possamos repensar nossa cultura e tradição epistemológica exige um irrenunciável vaivém dialético: provar, comparar e redefinir” (Lamas 2002, p.182). Essas indicações poderiam ter outro peso e significado se não estivessem se referindo, nada mais nada menos, que ao conceito de gênero. Em realidade, Lamas é contundente em sua análise crítica à contínua e inconseqüente aplicação do conceito de gênero, lembrando de maneira ácida que há limites em sua aplicabilidade, e que há necessidade de buscar uma perspectiva reflexiva dialética sobre seu caminho e aplicabilidade nas sociedades contemporâneas.

Para enfrentar esse problema, retomo o fio da meada que havia “puxado” em minha dissertação para, agora, tomar o texto não apenas de Cairo, mas de várias outras conferências e programas das Nações Unidas. Considerando que o sistema das Nações Unidas é criador de discursos e perspectivas e influi sobre os caminhos que os governos seguem na implementação de suas políticas e programas, tratarei de identificar e analisar de que maneira os homens foram sendo incluídos e excluídos do debate que a perspectiva de gênero tem trazido para o cenário internacional. Inicialmente, busco na literatura aspectos que mostram a existência de um mal-estar masculino e que deveria ser visto como tal. Pretendo mostrar como é necessário resgatar a história como eixo que permite recuperar os fatos e versões sobre os fatos (Ricoeur 1999). Também pretendo mostrar como discursos vão se constituindo de maneira diversa, coexistindo com uma ausência de expressão, como diz Ávila (2003), da organização da visão dos homens. Durante o 2º Seminário Internacional e

1º Seminário Norte-Nordeste “Homens, Sexualidade e Reprodução – Tempos, Práticas e Vozes”, realizado em Pernambuco em 2003¹⁶, Ávila, uma das conferencistas, mostrava que no campo dos direitos sexuais e reprodutivos não fica claro quais são as demandas específicas dos homens heterossexuais. Como dizia, “por que os homens heterossexuais não se colocam diante da construção desses direitos? Afinal, quem quer transformar, procura ter voz, organiza uma lógica para também interferir nas práticas dos direitos sexuais e reprodutivos”. O que me interessa nesse questionamento de Ávila é justamente o quanto é notável a ausência de organização dos homens em torno de lógicas que possam expressar demandas específicas, salvo algumas poucas exceções (Arihla, Ridenti & Medrado 1999; Medrado & Fonseca 1999). Nisso, evidentemente, o feminismo, teoria e prática, abre, mostra e ocupa um espaço que é irretrucável.

O que apresento a seguir não pode ser senão uma tímida contribuição a um debate que tem caminhos por demais extensos. O que me proponho a fazer neste trabalho é uma hermenêutica do uso do conceito de gênero nos textos das conferências da ONU, tratando de compreender o reducionismo e instrumentalismo da inclusão dos homens nos textos específicos. Nesse caso, inspirando-me na forma como operou Ayres (1997), minha intenção é mostrar como o conceito de gênero foi se comportando nesses espaços, criando discursos, processos e mecanismos de intervenção, verificando se tem logrado incorporar o sofrimento ou mal-estar masculino nesses contextos. Esboço uma visão sobre o que o conceito de gênero e seus atores (nos quais me incluo) “disseram, fizeram e quiseram”

16 As instituições organizadoras desse seminário foram: Instituto Papai; Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) da Universidade Federal de Pernambuco; Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas; e Projeto Pegapacapa; com apoio da Fundação Ford, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e NEA – Núcleo de Estudos Americanos da UFPE.

(Ayres 1997). Na tentativa de construir um metadiscurso, é necessário (Ricoeur 1999) dar uma dimensão histórica a esses processos, que portanto devem ir mostrando sua cor, ou seja, “datação”, “localização” e “subjetivação” das épocas, locais e sujeitos da ação em questão.

CAPÍTULO II

Gênero e a exclusão dos homens

Gênero é tradicionalmente compreendido como sendo um assunto “de mulheres”. Como indica Lamas (2004), é muito difícil ver esse termo usado em sentido relacional. Mas, “gênero também é próprio dos homens”. Na perspectiva da Antropologia, gênero é um desígnio cultural. É relacionado a crenças e práticas que nomeiam e hierarquizam essas relações – conduzindo à opressão e discriminação. Como sugere Lamas (2004), gênero é uma construção histórica e, em cada época, modifica-se o que cada sociedade considera como próprio de cada sexo. Gênero é o que é específico, o próprio das mulheres, o que é próprio da relação, e é também o que é próprio dos homens. Esse é o cerne deste trabalho. Por qual razão nos esquecemos disso? Por que nos esquecemos de que gênero é próprio dos homens e próprio da relação entre homens e mulheres? Ao reificarmos algo, sempre nos esquecemos de algo (Lamas 2002). De quê ou para quê estamos nos esquecendo, quando nos esquecemos dos homens?

Bourdieu e Wacquant (2001 p.14) referem que alguns termos isolados, de aparência técnica, seriam mais insidiosos que as teorias ou as visões filosóficas do mundo, porque condensam e põem em circulação “toda uma filosofia do indivíduo e da organização social” (Lamas 2002, p.181). Se quisermos ser mais duros: Touraine (2002) explicitamente disse, em uma de suas entrevistas televisivas, que o mundo atualmente era feminino. Em sua visão de mundo, as mulheres podem não receber reconhecimento público de suas questões mas, na verdade, “o sentido da vida tem sido produzido pelas mulheres”. Também explicitou que seria necessário investigar o que exatamente se deseja com isso, aonde se quer chegar com isso, ou seja, por que estamos criando essa enorme distância entre homens e mulheres.

Corrêa (2002b) esclarece que, até a metade dos anos 1970, no mundo anglo-saxônico, e nos anos 1980 na América Latina, não se falava de gênero na academia. As correntes feministas ligadas à tradição marxista explicavam os processos de dominação pelo conceito de patriarcado, recorrendo a Engels. Segundo ela, algumas outras tendências, especialmente francesas, trabalhavam com categorias derivadas de Marx e Engels, como a divisão sexual do trabalho, a produção e a reprodução ampliada. Ora, um dos aspectos que irá se evidenciar nesse trabalho é que a visão que informa os processos da Conferência do Cairo, e que permanecerá sobre a mesa em toda a década, são vinculados a essa visão marxista. Portanto, um dos elementos que uso em minha argumentação é que convivem nas sociedades ocidentais, fortemente articuladas, uma hegemonia do conceito de gênero e, por outro lado, uma série de estudos, discursos, políticas, programas e experiências de trabalho com homens adultos e jovens que não conseguem adquirir presença num processo de diálogo e de ação comunicativa¹⁷ que possa ser equiparável ao produzido por gênero/mulher. Uma das questões para as quais Corrêa (2002b) aponta é para o fato de que o campo de gênero não é estritamente acadêmico, mas é campo de investigação teórica e, também, de ação política, bem como de resposta às necessidades humanas. Isso faz com que o que se encontra no cotidiano não sejam tão somente problemas, tensões e inquietações acadêmicas ou teóricas. Os desafios que se impõem estão

¹⁷ De maneira muito simplificada pode-se dizer que, para Habermas, uma ação pode ser estratégica ou comunicativa. Uma ação estratégica pode ser determinada por processo de recíproca influência entre oponentes que atuam estrategicamente. E ações são comunicativas quando são sociais, concretas, que possam ser orientadas ao entendimento. Para Habermas (1991 p.368), “entender-se é um processo de obtenção de um acordo entre sujeitos, lingüística e interativamente competentes”. Para efeito desta argumentação em relação aos homens, também vale a noção construída por Habermas de que pode haver um entendimento indireto, em que um sujeito induz o outro, por uma prática comunicativa cotidiana ou por meios lingüísticos, a comportar-se como o primeiro deseja, “instrumentalizando-o assim para o êxito de sua própria ação” (1991 p.370).

associados a desafios políticos e práticos, adjetivados por Corrêa (2002a) como “colossais”. Em sua perspectiva, com a qual concordo, um dos grandes constrangimentos a que o campo de gênero é hoje submetido é exatamente determinado pela força com que os fundamentalismos se impõem no cotidiano da vida política, dificultando as discussões mais profundas associadas a gênero e sexualidade – por exemplo, as *Metas do Milênio*, a abstinência, a transmissão vertical do HIV. Por outro lado, a centralidade dos aspectos econômicos tem retornado ao campo. Visões economicistas, associadas à divisão sexual do trabalho, têm efetivamente predominado. Com Corrêa quero afirmar que, efetivamente, esse não é o discurso de gênero que se mostrava mais promissor, uma vez que é exatamente contra essas concepções que o campo vinha “brigando” há muito tempo. Na área da saúde sexual e reprodutiva, a tendência é a de considerar sua vinculação com a pobreza, e não com sexualidade (Corrêa 2002b). Pergunto-me então: em algum momento, o campo de ação feminista teria efetivamente conseguido escapar, nos mecanismos formais das Nações Unidas, a essa visão da divisão sexual do trabalho?

Um dos trabalhos teóricos que encontrei como relevante para este estudo é o de Hawkesworth (1999), que mostra como diferentes autores/as lançam mão da categoria gênero como ferramenta de análise para distinguir características culturais daquelas puramente biológicas. E, na medida em que prolifera seu uso, também se dissemina sua naturalidade, ou seja, a convicção de que seu uso não é problemático. Hawkesworth pontua que teóricas feministas começam a indagar-se sobre a utilidade do conceito de gênero como ferramenta analítica, apesar de que o ponto central de sua crítica não é exatamente a multiplicidade de significados do termo. Bordo (1993) identificou que uma corrente de crítica seria oriunda das experiências das mulheres de outras raças e etnias, bem como de feministas lésbicas, sugerindo que suas vidas estariam submetidas a um

risco muito mais diverso, que envolve por exemplo as condicionantes classe, raça, etnicidade e orientação sexual e, por isso, não poderiam fixar-se em uma determinada categoria de análise. Outra vertente é proveniente da crítica pós-moderna, em que se descrevem as narrativas de gênero como ficção, que fixariam homens e mulheres em totalidades quase que imutáveis de dominação e subordinação. Argumentam que, se gênero aceita o corpo sexuado, pouco teria para contribuir numa perspectiva que pensa corpo, sexo e sexualidade socialmente construídos. Segundo Hawkesworth (1999), estudiosos e estudiosas teriam respondido apontando para o fato de que uma visão sofisticada de gênero incorporaria essas críticas. O que Hawkesworth (1999) recupera da obra de Scott é sua ênfase no alerta de que há que escapar de uma produção analítica simplificada, ou de generalizações universais, surdas às mudanças da história, escapar de uma fixação única no sujeito e de enfoques restritivos à família ou ao lar.

É inevitável observar que o nascimento do conceito de gênero se situa exatamente no âmbito da vida das mulheres e, de certa maneira, os resultados desta hermenêutica apontam para esse nascimento. Corrêa (2002b) recorda essa perspectiva falando de Simone de Beauvoir: com o renascimento feminista dos anos 1960-70, teriam ficado bastante evidentes os limites dos recursos teóricos disponíveis para explicar manifestações de dominação tais como a mutilação genital feminina, a violação coletiva praticada em algumas tribos amazônicas ou os pés atados das mulheres chinesas. Estaríamos, portanto, falando dos limites dos recursos teóricos existentes para responder a “manifestações brutais de dominação”, realizadas por homens. Essa mudança teórica, ainda segundo Corrêa, coincide com a turbulência epistemológica dos anos 1970, que provocou um deslocamento gradual do historicismo marxista e do estruturalismo para o pós-modernismo, pós-estruturalismo ou construtivismo social. Mas,

sobretudo, para a centralidade da linguagem. E essa é uma história bastante recente. Quais teriam sido os limites dessa virada?

Outro texto de Scott, não muito valorizado como produção de conhecimento sobre gênero, é muito esclarecedor sobre o giro lingüístico e o impacto deste sobre a construção de gênero. Trata-se do prefácio à sua obra *Gender and the politics of history* (1988), publicado em 1994 no Brasil. Esse prefácio, traduzido no calor da hora das mudanças no campo da definição de novos paradigmas para a produção científica, trata das possibilidades de conexão entre duas disciplinas: a História e a Literatura. Scott relata aí como teve de levar a sério o que seria a teoria pós-estruturalista e pensar em suas implicações para uma historiadora. Narra haver enfrentado questões filosóficas prementes em seu processo de tentar escrever a história das mulheres. E aqui é muito clara: “Nesses ensaios, gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais”. Localiza sua matriz teórica em Michel Foucault, como relata:

Uso ‘saber’, seguindo Michel Foucault, com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso relações entre homens e mulheres. Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm elas próprias uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder de dominação e de subordinação são construídas. O saber não se refere apenas a idéias, mas a instituições e estruturas práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela (...) Daí se segue que gênero e a organização social da diferença sexual (...) é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. (Scott 1994, p.12-3)

Scott é bastante clara nesse texto, afirmando que “tanto a prática política feminista como os estudos acadêmicos de gênero são parte do mesmo projeto político” ou seja, uma tentativa coletiva de confrontar e contestar as distribuições de poder existentes. Ora, essa distribuição de

percepção de que as políticas econômicas devem observar os condicionantes culturais de gênero. No entanto, a preocupação com gênero, por parte de muitos outros setores da sociedade, é muito mais ampla do que com a economia. Daeren (2004), em um estudo sobre oito programas nacionais para a superação da pobreza, aponta como apenas dois tinham enfoque de direitos. Nesse caso, os dois programas eram coordenados pelo mecanismo de gênero do país analisado, destinados a chefes de domicílio e a mães adolescentes. No geral, o que se observa é uma escassa atenção efetiva aos direitos das mulheres. Geralmente tais programas são destinados a promover o alívio da pobreza, pela criação de redes de apoio, e estão dirigidos em sua maioria às mulheres, mas em sua condição de chefes do lar, chefes de família, ou cuidadoras. Portanto, a grande contradição é constatar que mesmo os programas destinados às mulheres não estariam tratando necessariamente de efetivar um processo de emancipação, entendido como um olhar de autonomia e consciência de direitos. Ou, para ser mais explícita: não estariam atendendo à perspectiva de gênero nem mesmo para operar transformações na vida das mulheres, produzindo mudanças emancipatórias. De todo modo, porém, estariam sendo considerados programas “de gênero” – como por exemplo ocorreu com o Presidente Fox durante a IX Conferência Regional da Mulher, realizada no México em 2004. Da mesma maneira, inúmeros outros programas do Banco Mundial vêm apresentando um grande interesse em operar com políticas e programas voltados para as mulheres, tratando de maneira bastante simplificada o conceito de gênero (Corrêa 2002b).

De acordo com Lamas (2004), ao se considerar os objetivos de promoção do desenvolvimento, gênero estaria sendo usado para construir um outro projeto de transformação social, que não está associado à revisão da estruturação de subjetividades ou à estruturação de relações sociais entre homens e mulheres. É nesse sentido que Scott (1990) diz que

“gênero faz política e política faz gênero”. O uso generalizado do conceito de gênero por todas as agências do sistema das Nações Unidas ou dos Bancos (como o Mundial ou o BID), sugere revisão. Aos poucos começa a ficar mais clara a perspectiva de gênero buscada pelos bancos, ou seja, realmente promover as mulheres como motoras dos mercados, defendendo sua entrada nos mercados de trabalho, sua autonomia financeira e de decisões no âmbito familiar, de maneira a produzir mais riqueza. Há nesse sentido pois uma convivência, no campo discursivo, de muitas “perspectivas de gênero”.

O título de um dos trabalhos que são marcos no campo de estudos de gênero, já referido, é justamente o de Scott (1990)¹⁸, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Gênero, como termo e como categoria de análise, de acordo com Corrêa (2002a), é importante componente das bases do pensamento ocidental. Desde Aristóteles, gênero é um classificador. Antes de sua identificação como conceito que poderia ajudar a compreender analiticamente as relações entre feminino e masculino, homens e mulheres, essa relação era produzida por outros eixos teóricos, como por exemplo a vertente marxista, mediante o conceito de patriarcado, como definido por Engels na *História da família, da propriedade privada e do Estado*; entre outras tendências, observava-se a presença de conceitos como o de divisão sexual do trabalho, produção e reprodução ampliadas. Correntes da Psicologia Social, da Sociologia, com suas teorias de papéis, também começaram a abordar de alguma maneira os papéis femininos e masculinos, ou seja,

18 Quero salientar que esse tão importante trabalho de Scott foi publicado pela primeira vez em 1986, como “Gender: a useful category of historical analysis”, na *American Historical Review* 1986; 91(5): 1053-75. Em português, foi publicado como “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” pela revista *Educação e Realidade* 1990; 16 (2): 5-22. O mesmo artigo foi ainda publicado em uma edição revisada, *Gender and the politics of History*, New York, Columbia University Press, 1999. Em espanhol, “El género, una categoría útil para el análisis histórico”, foi incluído em *El Género: la construcción cultural de la diferencia sexual*, México, PUEG-UNAM, 1996, p.265-302. Embora possa parecer um detalhe, é importante salientar os anos de circulação da publicação, porque permite compreender sua capacidade de impacto sócio-político-cultural em distintos países.

padrões de comportamento e atitudes considerados femininos e masculinos.

Não há uma linguagem única quando falamos de gênero. Teóricas feministas pós-modernas, por exemplo, teriam uma maneira de ver as relações entre masculino e feminino, homens e mulheres em contextos diversos, aproximando-se das vertentes multiculturalistas. Por outro lado, teóricas feministas que têm em sua história a abordagem marxista combinam tais vertentes de maneiras distintas. No campo de estudos sobre sexualidade, por exemplo, há muita diversidade entre os teóricos em torno de até que ponto as práticas sexuais efetivamente são determinadas por relações (hierárquicas) de gênero, ou se os sistemas sexo/gênero seriam sistemas independentes.

Por outro lado, como acoplar às discussões de gênero àquelas associadas à construção social das masculinidades? Aqui também, muitas interpretações e versões coexistem. Além de haver muita diversidade na forma como os diferentes campos teóricos e disciplinares compreendem o conceito, também há muitas distorções, equívocos ou abusos em seu uso, conforme indicava e previa Izquierdo (1994), no mesmo ano em que a Conferência do Cairo introduzia o conceito em seu Programa de Ação.

Scott (1990), teórica feminista da área da História, oferece uma das conceituações mais abrangentes e “úteis” (como ela mesma afirma) do conceito de gênero, explicitada no artigo acima referido (em *Educação e Realidade*, 1990, p.14). Segundo ela,

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Ou seja, nessa primeira parte de sua conceituação, Scott (1990) não se limita a considerar gênero uma construção social com base nas

diferenças percebidas *entre* os sexos, mas inclui sua vinculação à dinâmica de poder. Em seguida, a autora desenha a primeira parte, explicitando as subpartes que a compõem (p.15): “como constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos” – distinção importante, e útil para análise, pois escapa ao reducionismo dos modelos interpretativos apoiados em papéis sexuais, habituais na Psicologia Social e mesmo na Sociologia. Esses quatro elementos, descritos a seguir, não apresentam relações hierárquicas *entre si*, não se reduzem *uns aos outros*, mas são interdependentes: “nenhum dentre eles pode operar sem os *outros*. No entanto, não operam simultaneamente, como se um fosse simples reflexo do *outro*”.

Os primeiros dentre os quatros são “os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolo da mulher, por exemplo, dentro da tradição cristã do Ocidente” (Scott 1990, p.14). Os segundos são os conceitos normativos que limitam os sentidos metafóricos atribuíveis aos símbolos, expressos nas doutrinas que regem os diversos campos institucionais: religião, educação, ciência, política, direito. As expressões doutrinárias de gênero “tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino” (Scott 1990, p.14). As expressões doutrinadas resultam de confrontos, conflitos, tensões que são entretanto subsumidos na posição dominante. “A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de consenso social, mais do que de um conflito” (Scott 1990, p.15), como a meu ver ocorre com o que se diz sobre os homens no texto da Conferência do Cairo.

O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez e descobrir a natureza do debate ou da repressão que produz a

aparência de permanência eterna na representação binária de gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma noção política, tendo como referência as instituições e a organização social. Este é o terceiro aspecto das relações de gênero (Scott 1990, p.15). O quarto elemento da primeira parte da conceituação é a identidade subjetiva. Nesse ponto, Scott explicita parte de suas críticas ao aporte da corrente psicanalítica da relação objetal, largamente utilizada por feministas (especialmente Nancy Chodorow e Carol Gilligan): o gênero se constrói também para além da família, para além das relações de parentesco. O modelo psicanalítico de construção da identidade, para a autora, é universalista e a-histórico (Scott 1990, p.15):

Se a identidade de gênero é única e universalmente fundada sobre o medo de castração, a pertinência do questionamento histórico é negada. Mais ainda: os homens e as mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias de análise.

A segunda proposição básica para a conceituação de Scott (1990, p.16) refere-se ao poder: "gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder". Estruturando a vida simbólica e concreta das relações e a organização social, o gênero torna-se envolvido no acesso controlado a bens materiais e simbólicos: "a política constrói o gênero e o gênero constrói a política".

Quanto aos equívocos ou limitações no uso do conceito, deve-se destacar que ainda hoje se identificam importantes escritos em que o termo gênero aparece, substituindo de maneira equivocada "sexo". Além disso, muitas publicações não usam a categoria gênero em todo o seu potencial analítico, como vêm observando Corrêa (2001a), no caso do tema gênero e saúde no contexto da sociedade brasileira, e Rosemberg (1999), no contexto das ações apoiadas pelo Banco Mundial. Geralmente, quando se introduz a categoria gênero, os textos apontam para necessidades das mulheres, para as desigualdades sociais que geram injustiças para a

população feminina, para a necessidade de organização e ação do movimento de mulheres ou para a incidência destes sobre as políticas de governo. Rosemberg (1999) situa muito claramente como, nas concepções do Banco Mundial sobre gênero, fica evidente que a noção de desigualdade de gênero à qual a instituição se reporta resulta de diferenciações de papéis sociais, sexuais ou de gênero. Repetir-se-ia aqui o que já apontei em análise do texto do Cairo (Ariha 1999), em que se observa essa mesma perspectiva limitadora. Um dos problemas que Rosemberg cita como decorrente desse tipo de abordagem é justamente o fato de que,

...ao se enfatizar a perspectiva de papéis sociais, a dimensão relacional do conceito de gênero refere-se a homens e mulheres concretos em complementaridade (e não ao masculino e feminino em relação de dominação/subordinação). A entrada dos 'homens' nos textos, principalmente quando associados à pobreza, talvez constitua o ponto mais visivelmente frágil do(s) conceito(s) de gênero que privilegiam o enfoque de papéis sociais. (Rosemberg 1999, p.9)

Flax (1991 p.218), teórica e psicanalista, expressa sua visão de que as transformações em curso nas sociedades ocidentais encontram na Psicanálise, na teoria feminista e na filosofia pós-moderna as melhores ferramentas para provocar novas idéias e pensar no que parece ser, em suas palavras, "o mais problemático em nosso estado de transição: como entender e (re)constituir o eu, gênero, conhecimento, relações sociais e cultura, sem recorrer a modos de pensar e de ser lineares, teleológicos, hierárquicos, holísticos e binários". Ao investigar, com base na teoria feminista, como se pensa e se processa (ou não) gênero, Flax relembra o significado implícito desse conceito: refere-se a hierarquias e processos de dominação. Relembra também a proximidade da perspectiva feminista com os discursos pós-modernos, na medida em que ambos têm como perspectiva comum a desconstrução. No entanto, reafirma a idéia de que não há nas teorias feministas um consenso quanto ao significado da perspectiva de gênero, de como esta estaria relacionada às diferenças

sexuais anatômicas nem, em particular, de como estas se imbricam com gênero, exercício da sexualidade e reprodução. A autora sugere ainda que talvez a própria necessidade de encontrar uma única versão ou explicação de gênero pode ser compreendida em uma perspectiva de gênero, isto é, entendida como o desejo de estabelecer uma explicação dominante (Flax 1991 p.237).

Um excelente exemplo da complexidade em que se imerge quando se fala das diferentes dimensões conceituais de gênero também é oferecida por Mayouw (2000), que indica como, a depender da vertente que se adote – por exemplo no campo de gênero e microcrédito, “auto-sustentabilidade financeira”, “alívio da pobreza” ou o “paradigma feminista de empoderamento” – também se adotarão distintas visões de desenvolvimento, de definição de políticas (incluindo a política de gênero), instrumentos, razões para ter as mulheres como público alvo, definições de empoderamento e de participação. Para tomar o exemplo de foco central em termos de política de gênero, os distintos paradigmas falariam respectivamente em oferecer um *framework* para favorecer o acesso igualitário a mulheres, o segundo falaria a favor de aumentar a participação das mulheres em grupos de auto-ajuda, e o terceiro se preocuparia com a conscientização e organização feminista.

A sociedade que produz a hierarquia de gênero captura igualmente todos os indivíduos. Evidentemente, por estarem na posição hierarquicamente inferior da equação simbólica que a sociedade estrutura, o descompasso de poder para as mulheres oferece-lhes um espaço de ação aparentemente menor. Mas a dominação de gênero também produz e constrói distintas masculinidades, estruturadas igualmente em hierarquias entre as masculinidades hegemônicas e subalternas (Connell 1995a). Também recorrendo à perspectiva de gênero, estudos sobre masculinidade vêm

assumindo alguma presença recentemente. Meu foco de interesse em relação a esses trabalhos é a América Latina onde, ainda que não de maneira efervescente, como em meados da década de 1990, há um esforço de produção de estudos para caracterizar e indicar as necessidades dos homens jovens e adultos, em suas variadas dimensões; estes, no entanto, não têm ganhado expressividade no contexto dos documentos oficiais das Nações Unidas ou dos programas executados pelos governos da região (América Latina e Caribe). Esse aspecto é totalmente visível no processo desenvolvido recentemente no âmbito de Cairo+10 e Beijing+10.

Olavarría, Valdés *et al.* (2002) delineiam um *Panorama de la investigación sobre el rol y las responsabilidades de los hombres en la salud sexual y reproductiva de las mujeres: identificación de tendencias emergentes, vacíos y desafíos (1994-2002)*. A revisão da literatura apresentada mostra como os trabalhos existentes são produzidos em perspectivas teóricas associadas ao campo dos estudos feministas ou estudos de gênero. Também aí se questiona se as lentes utilizadas para a compreensão dos homens seria a mais adequada. Os estudos revisados examinam o papel e participação dos homens na saúde sexual e reprodutiva das mulheres, preocupação que surge no contexto da Conferência do Cairo, oriunda do movimento de mulheres do mundo, em busca da equidade de gênero. Os autores também mostram como Cairo e Beijing impactaram a agenda de pesquisas, uma vez que estas, de certa forma, seguem as plataformas definidas pelas conferências. Como dizem os autores, a pressão e urgência definida nas plataformas para a busca de mudanças no comportamento dos homens e adultos jovens é marcada muito mais por uma necessidade instrumental que por um genuíno interesse teórico ou metodológico sobre os temas pesquisados. Ainda segundo o *Panorama*, as pesquisas estariam representando, de certa maneira, os interesses de quem as financia – em geral governos, organismos públicos – aos quais, eu agregaria, apoiados muitas vezes pelas agências do

sistema das Nações Unidas. Nesse processo vemo-nos diante de um paradoxo que deve ser destacado, em que (Olavarría, Valdés *et al.* 2002, p.5-6)...

...os homens, um coletivo altamente heterogêneo e diferenciado, que detêm majoritariamente o poder social e o usufruto dos dividendos de uma ordem cultural que os privilegia, se transformaram no centro das preocupações de acadêmicos/as e das/os que elaboram políticas – majoritariamente mulheres – que visam mudar sua situação, e principalmente suas condutas, sem que exista um ator social, um sujeito constituído masculino com interesse em participar da condução e promoção desse processo de mudanças.

Ainda seguindo esses autores (2002), verifica-se que, apesar de existir um reconhecimento tácito de que não se pode alcançar as mudanças desejadas, de igualdade e equidade de gênero, sem uma real incorporação dos homens nessa tarefa, a aproximação teórica é limitada, instrumental, não deixando transparecer um interesse emancipatório. O uso de “gênero”, embora visando dar conta de um aspecto relacional, é, na prática, interessado na condição feminina. É esta visão relativa a gênero e masculinidade que utilizo para orientar a aproximação aos textos das conferências das Nações Unidas: a possibilidade de o conceito de gênero elucidar as perspectivas e necessidades masculinas dependeria de uma base política que é inexistente. De acordo com Karner (*apud* Silva 2002), “existe um movimento social quando há um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes, e que afetam um grande número de pessoas”. Ora, com Olavarría acredito que tal não ocorre quando se pensa em direitos reprodutivos dos homens; há apenas alguns casos muito localizados, fragmentados, de pessoas com objetivos comuns, mas não há claramente uma ação grupal visando transformações. A ideologia vigente é a de mobilizar homens buscando apoio para a transformação da vida das mulheres.

O mesmo estudo (Olavarría, Valdés *et al.* 2002), ao interpretar os trabalhos arrolados no campo da saúde sexual e reprodutiva sobre participação masculina no período em foco, aponta que Cairo e Beijing fornecem certos delineamentos que originam interpretações variadas sobre as relações entre mulheres e homens no campo da sexualidade, da família, do cuidado com os filhos, algumas das quais, segundo os autores, chegam a limitar o alcance da CEDAW¹⁹ e das próprias conferências das Nações Unidas. Os autores referem-se a três temas em particular: 1) gênero, papéis, identidades e iniquidade entre homens e mulheres, incorporando abordagem específica de mudança, de acordo com os organismos internacionais; 2) responsabilidades e direitos em saúde sexual e reprodutiva; 3) saúde sexual e reprodutiva e serviços de saúde.

Connell (1995a, b; 1998), autor substantivo nesse cenário, defende a idéia de que a/s masculinidade/s deveria/m ser compreendida/s como configurações da prática em torno da posição dos homens nas relações de gênero. Esclarece a expressão “configuração de prática” como a ênfase nas experiências concretas presentes no cotidiano de muitos homens. A seu ver, gênero não se refere apenas aos comportamentos que as sociedades esperam dos homens nos diferentes contextos socioculturais, mas àquilo que efetivamente ocorre (Connell 1995a). Problematisa a idéia de masculinidade hegemônica, isto é, aquela de homens brancos, heterossexuais, de setores médios da população, que tenderia a se configurar como o conjunto de práticas dominantes na construção da subjetividade masculina. Connell (1995a) aponta que um dos caminhos possíveis para buscar transformações é o de recompor os elementos de gênero, isto é, tornar acessível à população o escopo do simbolismo de gênero que a própria sociedade estabeleceu. Para isso, seria necessário refletir sobre a

¹⁹ CEDAW é a sigla em inglês para a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres.

construção social das masculinidades e de como estas podem compor o gênero de maneiras distintas. Todo esse processo deve estar além da discussão sobre os papéis sexuais. A meu ver, este é um dos limites importantes do texto da Conferência do Cairo, isto é, a representação exaustiva e talvez criadora de um grande equívoco, ao afirmar a figura do “homem irresponsável” (Arihla Silva 1999; Olavarria *et al.* 2002).

O autor enfatiza que “tanto a leitura semiótica de gênero [quanto] a multiplicidade de discursos e a diversidade das posições do sujeito têm sido importantes para escapar da rigidez do determinismo biológico”. No entanto, isso não deve permitir a impressão de que gênero seja algo difuso, “práticas corpo-reflexivas formam e são formadas por estruturas que têm peso histórico e solidez. O social tem sua própria realidade” (Connell 1995a, p.65). Em sua perspectiva, pois, gênero é a maneira como as práticas sociais são ordenadas, naquilo que conceitua como “arena reprodutiva”, definida pelas estruturas corporais e processos de reprodução humana. Segundo ele, essa arena inclui desejos sexuais, atos sexuais e suas conseqüências, nascimentos e cuidados com crianças, diferenças e similaridades corporais (Connell 1995a). Lembra-nos que, quando fala em “arena reprodutiva”, refere-se a um processo histórico envolvendo corpos – e não um conjunto de determinantes biológicos. Não se refere, portanto a uma base biológica, mas sim ao fato de que os corpos existem, têm materialidade e fazem parte da construção dos processos sociais. Torna-se, pois, necessário pensar práticas de gênero incluindo o corpo no âmbito reprodutivo, considerando que os corpos reprodutivos são objetos e agentes que constroem práticas institucionais. Segundo o autor, não podemos ignorar nem o caráter radicalmente cultural da perspectiva de gênero nem sua presença corporal, sendo importante considerar, em sua perspectiva, que sensações físicas existem e

são centrais para as interpretações de gênero: “a experiência corporal é geralmente central na memória de nossas próprias vidas, portanto em nossa compreensão de quem e o que somos” (Connell 1995a, p.53).

Voltando à argumentação de Lamas (2002), com o tempo passou-se a considerar gênero como a “explicação de”. A tudo se atribui o gênero e, por outro lado, o gênero é tudo o que ocorre com ou entre homens e mulheres. Com isso temos explicações tautológicas, não escapando de raciocínios circulares. Por outro lado, Lamas destaca, do trabalho de Hawkesworth (1999), que também na produção acadêmica feminista se utiliza o conceito de gênero de maneira variada, desde a década de 1970, podendo referir-se a um filtro cultural, a uma identidade, a práticas, crenças, representações e prescrições sociais. Gênero nasce como uma categoria de análise, mas cada autor usa esse conceito a seu próprio gosto. A autora americana analisou, em revistas acadêmicas, como os diferentes autores usavam gênero, obtendo uma longa lista de duas ou três páginas que arrola os diversos usos que os autores estariam dando à categoria: gênero para a distribuição das cargas de trabalho na sociedade, atributo dos indivíduos, relação interpessoal, modo de organização social, estereótipo sexual, produto da atribuição do que se refere a homens e mulheres, produto da socialização, produto dos costumes e tradições, característica estrutural de trabalho, de poder e de afetos, relações de poder que se manifestam como subordinação, entre outros.

Lamas (2002) sugere que, se não quisermos cair no risco de transformar gênero em um fetiche, em um objeto de culto do movimento feminista e de inserção nas políticas públicas, apesar da grande variabilidade no repertório de significados associados a gênero, é preciso perceber que há algo comum que é a simbolização da diferença sexual e seu peso essencial na formação dos seres humanos. Assim, Lamas (2002)

aponta como urgente a necessidade de repensar a divisão dos sujeitos em dois sexos sem reafirmar modelos essencialistas ou deterministas. Para tanto, sugere que é necessário distanciar-se de um caminho em que o conceito de gênero ocupa um lugar politicamente correto e seguir por um caminho mais arriscado, a respeito das diferenças entre mulheres e homens: tal caminho deve considerar a tríade corpo, mente e inconsciente. Enfrentamos um processo de coisificação da compreensão de gênero, empobrecendo e paralisando seus avanços conceituais. É nesse caminho que me situo neste trabalho de pesquisa, não no universo da introdução do inconsciente, mas para a verificação um pouco mais cautelosa do que é possível problematizar, indicando e pesquisando sobre o que não chega a ter escuta social:

Do uso fetichizado de gênero se depreende uma simplificação dos conflitos dos seres humanos. Um dos perigos que derivam de um construtivismo que não incorpore as complexas dimensões do corpo é o ingênuo voluntarismo com que se pretende desenhar políticas públicas. Hawkesworth detectou a paulatina transformação do conceito de gênero de categoria analítica a força causal, com a qual se tenta explicar tudo. Essa mudança hoje se perfila como um obstáculo sério para a compreensão não somente de conflitos entre as mulheres e os homens, mas do processo de constituição do sujeito. Reconhecer que os comportamentos sociais masculinos e femininos não dependem de forma essencialista dos fatos biológicos leva a questionar os códigos culturais que herdamos, que encobrem formas de exploração e injustiça (...) Para isso é imprescindível, sobretudo, [exercer] um pensamento mais crítico sobre as ferramentas conceituais que usamos. Daí a necessidade de tomar gênero como um ponto de partida, e não de chegada, em uma cada vez mais necessária reflexão sobre a condição humana sexuada que integre carne, inconsciente, e mente produtora de cultura. (Lamas 2002 p.181-2)

“Gênero” inclui essa parte inconsciente: então não é fácil, por exemplo, como afirma Lamas (2004), chegar a uma comunidade e dizer, “suas práticas são sexistas e discriminatórias”. As questões de gênero são as mais íntimas em que nos relacionamos. Será muito difícil modificar condutas das pessoas se não considerarmos sua subjetividade. Então devemos nos perguntar como fazer intervenções simbólicas, de política cultural. Na perspectiva de Lamas (2004), são poucas as agências

internacionais que estariam dispostas a olhar para isso ou, ainda menos, a financiar tais atividades²⁰.

Muitos estudos têm sido realizados na região para problematizar a estruturação da identidade masculina. Pesquisas realizadas na América Latina indicam que há uma multiplicidade de experiências no processo de exercer a masculinidade, dependendo dos grupos populacionais a que os homens pertencem. A literatura mostra que se pode falar em “uma crise da masculinidade” ou, minimamente, de mudanças no exercício de alguns modelos hegemônicos da mesma (Connell 1997; De Keijzer 1995; Figueroa 2000; Greig *et al.* 2000; Herrera *et al.* 2001). Em um importante estudo realizado para a Equipo de Apoyo Técnico para América Latina y Caribe do UNFPA, em 2002, denominado *Identidad masculina y salud sexual y reproductiva en el contexto de las Fuerzas Armadas de América Latina*, Figueroa Perea revisa algumas importantes pesquisas feitas na região – e não apenas no campo da saúde sexual e reprodutiva. Segundo ele, na última década na América Latina têm sido produzidos inúmeros estudos sobre a maneira como se aprende a ser homem e como isso pode influir em vários aspectos, inclusive na saúde sexual e reprodutiva, nas condições de violência contra as mulheres, na paternidade, entre outros. Figueroa (2002) cita particularmente as sistematizações realizadas por autores como, Valdés & Olavarría (1998b) e Viveros (2001), que se destacam por terem realizado sistematizações sobre identidades de gênero vinculadas à população masculina e encontraram importantes variações sobre as “formas de ser homem”, dependendo dos grupos sociais, étnicos, geracionais ou das etapas de ciclo de vida de que se esteja falando.

²⁰ O UNFPA vem desenvolvendo estratégias para implementar uma agenda de direitos humanos que seja sensível à abordagem sociocultural, incrementando na instituição a produção de conhecimento, diálogos técnicos e políticos regionais e estimulando a produção de projetos e programas que sejam sensíveis culturalmente.

Como indica Figueroa (2002), obviamente isso aponta para o fato de que não existe uma única forma de ser homem, mas sim um conjunto de maneiras pelas quais os homens vivem sua masculinidade, processos estes que também estão em mudança, inclusive impactados pela própria presença do movimento de mulheres, das transformações no mercado de trabalho e no âmbito doméstico, com ênfase para as mudanças nas relações familiares e, ainda, em função das transformações sociais globais que vêm ocorrendo em todo o mundo – e na América Latina. De toda maneira, os estudos realizados mostram que certas maneiras de “ser homem”, em determinadas culturas e grupos, dificultam a existência de relações mais equitativas entre mulheres e homens, e podem também ter impacto negativo sobre a saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres (Figueroa 1998a, 1998b, 2002; Portella *et al.* 2003). Figueroa (2002) mostra como alguns autores documentaram que, no âmbito da saúde, as principais causas de morte entre homens na população masculina estariam relacionadas a um modelo de identidade masculina que exalta a vida calcada em condições de risco, com exercício da violência, descuido ou abuso das capacidades corporais (De Keijzer 1995). Ainda de acordo com Figueroa (2002), alguns autores propõem a hipótese do “mito do herói” como condição explicativa das causas que levariam os homens a expor-se intencionalmente a situações de risco para sua própria vida e para a de outras pessoas, buscando construir sua subjetividade masculina, sua condição de machos. Obviamente essa busca do risco compromete a saúde do homem e das pessoas que estão em seu entorno, manifestando-se também no âmbito da sexualidade, área da vida em que os homens também apresentam condutas de risco para si e para suas parceiras. Muitos estudos mostram que a sexualidade é objeto de competição entre os homens e uma forma de dominação das mulheres (Connell 1998; De Keijzer 1995; Fuller 1998, 2001; Seidler 1995).

Ainda segundo Figueroa (2002), é relevante mostrar que, na esfera da reprodução, algumas pesquisas têm mostrado que os eventos reprodutivos são ainda considerados algo da esfera do feminino, um tema da vida das mulheres. Obviamente, a forma de conceber os papéis destinados aos homens e às mulheres nesses processos reflete-se nos tipos de métodos anticoncepcionais desenvolvidos e utilizados, na distribuição de seu uso entre as pessoas envolvidas e, ao mesmo tempo, acaba determinando os modelos de socialização dos filhos: pai distante ou ausente, pai menos afetivo ou mais rígido, ou até mesmo pai violento (Figueroa sobre Fuller 2000 e De Keijzer 2001). Pensar os processos reprodutivos incluindo os homens e a exclusão que vivenciam nesse cenário, para Figueroa, implicaria recorrer a uma lógica de poder que influi na determinação de responsabilidades e direitos diferenciais. Aponta assim para o risco de que o debate sobre gênero não seja feito de maneira substantiva e não venha a incorporar de fato a perspectiva masculina. Segundo ele (Figueroa Perea 1998a, p.94-5),

Buscar mudanças reais no âmbito da reprodução implica incursionar em um processo doloroso de re colocação de nossas identidades e isso não é algo simples, já que supõe reconhecer diferenças, negociar liberdades, assumir responsabilidades e, sobretudo, resolver conflitos de maneira coletiva. Não se limita à interação entre os membros de ambos sexos, mas entre os de diferentes grupos sociais e entre instituições e pessoas com as que se relacionam (...) No entanto, haverá quem prefira simplesmente não questionar os papéis, nem levar gênero a suas últimas conseqüências, mas sim limitar-se a melhorar as condições de saúde de algumas populações, o que é válido, mas dificilmente conseguirá assegurar a presença dos homens em seu sentido integral, ou seja, como seres que se reproduzem em interação contraditória, afetiva, complementar e dolorosa com as mulheres e com outros homens.

Nesse âmbito, não se trata simplesmente de incorporar os homens no campo da saúde reprodutiva, mas sobretudo de fazer uma análise relacional da reprodução por meio da perspectiva de gênero, buscando novas visões e linguagens em torno da reprodução para mulheres e homens, questionando o valor que têm e que outros atribuem aos eventos

reprodutivos (Figuerola Perea 1998a, 1998b). O autor diferencia a ética feminista da ética pensada na perspectiva de gênero, pelo fato de que, na primeira, destacar-se-ia a desigualdade em relação às mulheres e porque as normas vigentes nas diferentes sociedades mundiais não levaram em conta suas necessidades de modo explícito. A segunda não desconhece essa realidade, mas também considera que os homens podem ser objeto de discriminação, e que são produto de construções sociais que também limitam possibilidades em suas vidas. Ao mesmo tempo, indica que não necessariamente estão presentes nas definições, nas normas tornando-se ao contrário, cúmplices na manutenção das normas já existentes (Figuerola Perea 2000, p.143). Com essas considerações, o autor acentua a maneira reducionista com que os homens têm sido olhados no cenário das políticas e programas de saúde e de população, das políticas de educação e de emprego, repetindo políticas excludentes.

Um estudo realizado por The Allan Guttmacher Institute (2003) sobre as necessidades de saúde sexual e reprodutiva de homens, com base na realidade de 23 países²¹ em cinco regiões, e definindo a idade reprodutiva de homens como dos 15 aos 54 anos, trabalhou as informações coletadas estratificando-as em três importantes estágios da vida sexual e reprodutiva: juventude, casamento e início da vida familiar; nascimento de filhos; e formação da vida familiar. O estudo constata que nesse período de 40 anos muitos homens têm sua primeira relação sexual, casam-se e tornam-se pais, atingindo um certo ponto em suas vidas em que não desejam mais ser pais.

21 Burkina Faso, Etiópia, Nigéria, Uganda e Zimbábwe (África Subsaariana); Bangladesh, China, Índia, Nepal e Filipinas (Ásia); Egito, Marrocos, e Turquia (África do Norte); Brasil, República Dominicana, México, Nicarágua e Peru (América Latina e Caribe); e Grã-Bretanha, Itália, Japão, Suécia e Estados Unidos (como representação de nações industrializadas).

O estudo não aponta grandes inovações no campo da saúde sexual e reprodutiva, mas configura um quadro de necessidades. Assim, por exemplo, indica que, apesar de muitos homens ao redor do mundo continuarem tomando precauções adequadas quanto à saúde sexual e reprodutiva, protegendo a si mesmos e a suas famílias, isso não é generalizado. Segundo o estudo, as necessidades dos homens estariam sendo reconhecidas, mas não atendidas. Como obstáculos, são identificados: a) o desafio de poder transformar *advocacy* em ações concretas; b) o fato de que, enquanto as conferências internacionais do sistema das Nações Unidas criam retóricas importantes, estabelecendo que os países deveriam prestar mais atenção às necessidades dos homens, na prática não se determinam seguimentos nem alocação de recursos, tampouco capacitação de profissionais de saúde para tanto; c) não se apontam quem seriam esses profissionais e como se poderia capacitá-los.

O estudo (The Allan Guttmacher Institute, 2003) destaca que o impacto de fatores estruturais como a pobreza e baixa escolaridade justapõe-se e relaciona-se com o impacto de fatores individuais e culturais, tais como o sentimento de ter poderes e prerrogativas sobre a vida das mulheres, relutância em falar sobre sexo, vergonha ou medo de usar preservativos ou de optar por uma vasectomia. A convivência e aceitabilidade, aprendida desde a infância, da grande naturalidade no exercício da violência, seja no âmbito doméstico ou público, inclusive para a solução de conflitos, não permite surpresas quando se pondera sobre a dificuldade de se falar sobre temas associados à sexualidade ou à reprodução. Outros fatores seriam falta de confiança em falar sobre esses temas, dificuldade em produzir mudanças em seu estilo normal de ser, aliados à ausência de estruturas governamentais no âmbito da saúde que incorporem essas necessidades.

Um outro estudo de amplo escopo foi realizado para a WHO (Organização Mundial da Saúde 2000) por Barker, com o apoio do UNAIDS (órgão interagencial da ONU para o combate à aids) e do governo da Noruega. Ao revisar a literatura disponível sobre saúde e desenvolvimento de adolescentes do sexo masculino, analisa as implicações para políticas e programas e discute as necessidades específicas dos adolescentes do sexo masculino, visando ao mesmo tempo promover maior equidade para as adolescentes. O marco conceitual desse trabalho, inserido no campo da saúde, é justamente operar tanto sobre a equidade de gênero como sobre as especificidades de gênero. Quanto à equidade de gênero, o estudo sugere que seria necessário analisar como as construções sociais da masculinidade afetam as mulheres jovens e como se poderia engajar os homens em processos que possam incrementar o bem-estar e o *status* das mulheres adolescentes e adultas. Segundo Barker (WHO 2000), as informações disponíveis sobre adolescentes e adultos do sexo masculino mostram que, se por um lado são considerados como sexo *default*, tampouco têm sido estudados de maneira substantiva. Por outro lado, as informações disponíveis mostram que os adultos jovens não são monolíticos, ou seja, há uma variabilidade de formas de ser que, inclusive, também os situa no campo da discriminação. Para o autor, olhar para as necessidades dos homens jovens é algo desejável e necessário, independentemente do que se possa identificar como sendo as necessidades das mulheres.

Embora não específico da América Latina, mas também produzido na região, outro conjunto de estudos que desafiam a concepção de masculinidade dominante é o daqueles sobre construção das homossexualidades (de acordo com Kimmel e Messner 1995, *apud* García 2003). Não apenas o movimento feminista teria sido importante impulsio-nador da entrada do

tema das masculinidades nos estudos acadêmicos, mas também o movimento homossexual (Almeida 1995 *apud* García 2003). As investigações produzidas conseguem romper com a tendência de olhar apenas para as masculinidades tradicionais e passam a indicar suas possibilidades de flexibilidade e transformação, revelando assim o caráter relacional e dinâmico do conceito de gênero (García 2003).

Durante a década de 1990 vários eventos e atividades públicas foram realizados na região com a intenção de destacar e continuar a dar visibilidade às necessidades específicas dos homens. O Chile tem sido um produtor muito relevante, através da Red de Masculinidades, vinculada à Flacso - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. A Red de Masculinidades é um *locus* de debate de caráter acadêmico, formada por homens e mulheres de distintas disciplinas e espaços de trabalho, que pesquisam sobre homens e masculinidades e/ou participam de programas de intervenção com homens. Realizam reuniões periódicas para trocar reflexões, bibliografia, leituras, avanços e resultados de investigações e experiências de trabalho com homens. Em 1999 realizaram o primeiro encontro “Masculinidades: identidad, discursos y deseos”; em novembro de 2000, o segundo encontro: “Masculinidades: identidades, cuerpos, violencia y políticas públicas”. Nesse segundo encontro em particular, os temas foram distribuídos em quatro mesas: Individuação e Globalização; Masculinidades e Violência; Masculinidades e Violência no Campo das Experiências de Intervenção; e Corpo, Sexualidade e Afetividade.

Colômbia, Equador, Paraguai e Brasil são outros países onde os temas associados ao debate sobre o significado da presença e identificação das necessidades masculinas têm sido estudados. Na América Central, estudos sobre jovens e masculinidades também têm sido destacados. No caso do Brasil, marcadamente depois da Conferência de Cairo, produziu-

se um esforço por parte de organizações não-governamentais para criar sinergias entre profissionais e grupos interessados no trabalho com jovens e adultos do sexo masculino. Em 1995 foi fundado o Gesmap – Grupo de Estudos Sexualidade Masculina e Paternidade, funcionando como atividade de pesquisa, criação de capacidades e articulação, no interior da ONG ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (hoje apenas Estudos, Comunicação e Sexualidade). Várias destas iniciativas buscaram dar forma e imagem ao trabalho com homens. Desse espaço pioneiro fizeram parte, por exemplo, aqueles que mais tarde fundaram a ONG Instituto Papai, em Pernambuco, que desde sua fundação trabalha no campo de gênero e homens jovens e adultos. Inspirado no Gesmap, o Instituto Papai fundou em Recife (PE) em 1998 o GEMA – Grupo de Trabalho em Gênero, visando alimentar uma rede de estudos e pesquisas sobre relações de gênero no contexto da saúde, sexualidade e reprodução. Esse grupo desenvolve discussões éticas, políticas, metodológicas, constrói projetos em parcerias e serve como uma referência de formação, articulando ensino, pesquisa e extensão: também atua junto à população em geral, pela intervenção social direta.

Em 2003 foi realizado o 2º Encontro Internacional Homens, Sexualidade e Reprodução: Tempos, Práticas, Vozes (“Seminário Norte-Nordeste”), dando continuidade ao primeiro encontro organizado em 1998, por uma coalizão de ECOS e o Programa de Estudos e Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Rio de Janeiro. Em ambos os encontros foram mantidos os eixos temáticos: a) a estruturação do campo Homens, Sexualidade e Reprodução: aspectos conceituais, éticos e políticos; b) Desejo, prazer e poder, questões em torno do masculino; c) Nos labirintos da violência; d) Corpo e Reprodução: uma questão para os homens? Os eventos contaram

com a participação de representantes de países como Chile, Colômbia, México e Peru.

Uma das questões mais debatidas no primeiro seminário, realizado em São Paulo, foi justamente o fato de que aí se enunciava um “campo”, o que gerou muitas críticas – uma das questões em jogo em processos como esse é a possibilidade concreta de formação de um campo. Essa questão extrapolava as que tinham sido propostas para esse primeiro seminário: Quais os sentidos de ser homem? Os homens estão mudando? Que homens são esses? Em que direção caminha essa mudança? Até que ponto essas mudanças vão ao encontro da ação política do movimento feminista, a curto, médio e longo prazo? Que tensões e novas perguntas se colocam para o campo de estudos de gênero? De que maneira os homens devem ser incorporados aos trabalhos relacionados à saúde reprodutiva e à prevenção em DST e AIDS? Quais os riscos e avanços dessa incorporação? Que pressupostos éticos e políticos devem embasar essa incorporação? Que instrumentos teórico-metodológicos usar para estudar os homens e masculinidades? Seria um campo específico ou um desdobramento necessário para o campo de gênero? Não obstante o empenho para responder a essas perguntas mostrar crescimento, a meu ver não alcançou a dimensão necessária para o reconhecimento e validação das necessidades masculinas, especialmente no que toca às políticas públicas, nacional e internacionalmente.

CAPÍTULO III

Caminhos para uma hermenêutica de gênero

Minha proposta metodológica inicial para enfrentar o problema foi a de realizar uma hermenêutica do conceito de gênero, tendo como sinédoque o texto da Conferência do Cairo. O texto da Conferência funciona para o campo de gênero, como já mencionado, como um momento privilegiado de integração entre parte e todo. É o momento em que melhor se unem reflexão teórica e ação política, em que se unem Estado e sociedade civil, em que se unem igrejas e Estados, comunidade acadêmica e agências do sistema das Nações Unidas. Como explica Ayres (1997), do grego *synedoché* (comparação simultânea de várias coisas), a sinédoque seria a estrutura retórica que melhor expressa o que a hermenêutica fala em termos de relação parte/todo. Sinédoque é um termo originário da área de linguagem. De acordo com Ayres²², a sinédoque é um modo de construção da narrativa onde se amalgamam as pretensões ou condições de validade éticas, epistemológicas e estéticas de um discurso, seja de sujeitos ou de instituições: “com a sinédoque, um fenômeno pode ser caracterizado usando-se a parte para simbolizar alguma qualidade que se presume seja inerente à totalidade”. Ironia, metonímia e sinédoque são tipos de metáfora, mas diferem uma das outras nos tipos de reduções e integrações que efetuam no nível literal de suas significações e pelos tipos de iluminações que têm em mira no nível figurado. A metáfora é essencialmente representacional, a metonímia é reducionista, a sinédoque é integrativa e a ironia é negacional (White 1997, p.48; Ayres 1997, p.99).

Entretanto, percebi que tratar da Conferência do Cairo como uma única unidade discursiva seria insuficiente para a observação, especial-

²² Em comunicação pessoal, por *e-mail*, 2004.

mente ao considerar o caráter cumulativo das conferências das Nações Unidas e como este impacta os textos resultantes. Era necessário considerar portanto o caráter histórico desse processo, e acabei optando pela incorporação de outras unidades discursivas – quais sejam os textos de outras Conferências sobre População e o conjunto das Conferências sobre Mulher –, buscando compreender como cada um foi construído, bem como as diferenças e relações entre os respectivos discursos. Assim, procurei interpretar os discursos das conferências em uma perspectiva crítica das implicações práticas de seus pressupostos e proposições sobre gênero e homens. Busquei construir uma fusão de horizontes com um certo discurso (o das conferências), tratando este como ponto de partida para o exame da articulação parte-todo, de modo que esse discurso seja visto como uma síntese de processos sociais complexos, a que ele dá acesso – no caso, o horizonte normativo para o masculino nos discursos sobre gênero.

Pensando recorrer a referenciais teóricos e instrumentos da Filosofia para realizar essa reflexão, deparei-me com Gadamer, Habermas e com a hermenêutica. Pode-se falar de várias maneiras a respeito da hermenêutica. Rorty (1994) aponta que, grosso modo, a hermenêutica é uma descrição de nosso estudo do que não é familiar, mas que não deve servir para indicar um “outro modo” de conhecer, alternativo, menos oficial que a epistemologia tradicional. Adotar a hermenêutica, segundo Rorty (1994), implica ficar ao lado e posteriormente afastar-se um pouco das normas discursivas daquilo que se pretende analisar.

Para Gadamer (2000), a definição de hermenêutica é muito simples: é a arte do entendimento²³. Em suas palavras, a autêntica relação entre os

²³ Vale a pena salientar que a publicação da obra *Verdad y método II*, de Hans Georg Gadamer, que consultei para este trabalho, é datada de 2000. Esse volume II reúne um conjunto de textos do autor que têm uma cronologia de produção

seres humanos é produzida como resultado de ser cada qual uma espécie de círculo lingüístico e pelo fato de que esses círculos se tocam e se amalgamam constantemente.

Vivemos sob o impacto do que se chama “giro lingüístico”, isto é, em um tempo em que, como já mencionado, há um acordo em torno do fato de a linguagem – algo sobre o que não há dúvidas que todos compartilhamos (Gadamer 2000) – ser instância fundamental de criação de novas posições de sujeitos, grupos sociais, coletividades, sociedades. Podemos evidenciar esse enunciado quando lembramos que, no decorrer da década de 1990, várias conferências mundiais foram promovidas pelo sistema das Nações Unidas com o objetivo de discutir cenários globais sobre distintos temas e necessidades das variadas e complexas sociedades humanas onde palavras, termos ou conceitos foram inaugurados, fortalecidos, revistos ou desconstruídos.

Uma das primeiras observações a ser feita é que, se estamos buscando pistas de como o conceito de gênero se expressa, se harmoniza, ou se desintegra no mundo teórico e prático, deve ser visto à luz da história de sua criação, surgimento e desenvolvimento. Nesse sentido, como ensinou Ayres, com sua hermenêutica do conceito de risco (1997), “não é possível desprezar a história e o contexto de onde e por onde o conceito circula”. Assim, temos de voltar atrás e tentar compreender o quê o conceito articula. Mesmo que minha intenção seja pensar como os homens estão incluídos, é necessário, nessa hermenêutica, ver o quê o conceito de gênero problematiza, como surge, como se insere nos contextos já existentes.

extremamente diversificada, desde aqueles com data de 1943, como o capítulo 2 (El problema de la historia en la reciente filosofía alemana), até o capítulo 1 (Entre fenomenología y dialéctica: intento de una autocrítica), datado de 1985. Para efeito desta tese, uso principalmente os capítulos 14 a 27.

No campo em que venho há muitos anos trabalhando, isto é, a área que evoca os direitos das mulheres e gênero, em particular a sexualidade e as escolhas acerca da vida reprodutiva, foi a Conferência de População e Desenvolvimento que, em 1994, construiu “uma nova linguagem”, já conhecida como “a linguagem do Cairo”. Documentos, políticas, programas, projetos e instituições encarregaram-se de formular, orientar, executar projetos que estejam de acordo com a “linguagem do Cairo”. Minha concepção inicial para a realização desta investigação é que um dos componentes importantes da linguagem do Cairo foi justamente a introdução, no texto da Conferência, da palavra “gênero”. Minha intenção é fazer uma hermenêutica do conceito de gênero, usando sobretudo elementos das obras de Habermas e de Gadamer, associados a elementos advindos de filósofos como Ricoeur e Rorty, dentre outros.

Nossa cultura ocidental esteve marcada pela preocupação com a produção e validação de suas crenças desde o século XVII, oferecendo, portanto grande centralidade às questões epistemológicas e, posteriormente, às questões metodológicas associadas à produção humana. No século XVI observava-se uma efusiva produção nos diversos campos do saber, abrindo-se, portanto, infinitos espaços para as diversas formas de existência humana, mescladas com uma concomitante extinção das tradições históricas, das formas de vida reguladas por essas mesmas tradições e com a extinção da obediência às autoridades intangíveis. Esse processo de transformação das sociedades trouxe uma evidente perda de raízes e referenciais estáveis para os indivíduos inseridos nessas culturas. Nada mais natural do que o desenvolvimento de uma sociedade em que as experiências subjetivas individualizadas e privadas passassem a ser possibilidade e exigência na tarefa de reconstruir crenças e regras de ação (Figueiredo 1993). Como diz o autor, “o exercício cada vez mais freqüente e indispensável desse capital autogerado e auto-administrado

pelo sujeito – o capital da consciência reflexiva – marcou e acentuou uma crescente separação entre cada sujeito e os objetos de exame e cogitação e entre os indivíduos e suas coletividades” (p.4).

É nesse cenário do mundo moderno que surge a questão do método, emergindo uma nova posição do homem diante do conhecimento das coisas e da coletividade. Galileu indicaria de que maneira a idéia de ciência oriunda da astronomia antiga e de seu contexto metafísico se tornaria ultrapassada; para ele, a partir de então as pessoas iriam relacionar-se com a natureza de uma outra maneira, isto é, seriam criados sistemas a partir dos quais seriam buscadas respostas para as inquietações humanas. Surgia a possibilidade de oferecer previsões, abria-se o universo. A Igreja Católica, tão presente anteriormente, já não podia mais manter a mesma posição. O indivíduo era cada vez mais entregue a si mesmo, sentindo a necessidade de criar um empreendimento representacional, o que viria a exigir a matematização do universo, processo esse presente até os dias atuais em todas as áreas do conhecimento e de sua aplicação, inclusive no campo das ciências médicas, como indica Gadamer (2000). Para levar a cabo tal processo, o indivíduo da Modernidade começa a exigir de si mesmo a autodisciplina de um método, responsável por uma espécie de ascese. Passa, com o método, a olhar para o empírico pedindo outro tipo de informações, mas é esse processo de desenho do método que será reconhecido uma vez que a crença vigente é de que aquilo sobre o que não é possível codificar não vale a pena se debruçar. Há a possibilidade de ser um real objetivado, e esta é a grande conquista desse tempo²⁴. Através da existência e aplicabilidade de um método é que poderá surgir um sujeito “epistêmico pleno, forte, fundamento e fiador de todas as certezas”

²⁴ Ayres JR. Notas de aulas no curso “Aspectos Filosóficos do Conhecimento em Saúde”, Faculdade de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo. São Paulo; 2001.

(Figueiredo 1993 p.5). A Modernidade buscou afastar-se da possibilidade de errar, e para isso desenvolveu mecanismos de controle da incerteza. Chegar à “Verdade” aí significava não errar. Esse sujeito moderno seria plenamente consciente de si, senhor absoluto de sua consciência, de sua vontade. Segundo Figueiredo (1993), tratava-se de produzir um sujeito capaz de conhecer o mundo e representá-lo com total perfeição, sem qualquer mediação interposta, livre, portanto de qualquer risco de ilusão. O método, nesse momento, produziria uma cisão entre, de um lado, uma subjetividade ascética e expurgada e, de outro, tudo o que poderia pôr em risco esse sujeito, conhecedor ideal.

A partir do século XIX assistimos “à perda de vigência do sujeito como fundamento autofundante das representações verdadeiras”, isto é, tornava-se cada vez mais difícil conservar a confiança nas virtudes ascéticas de qualquer método que tivesse “como missão constituir um sujeito plenamente senhor de sua própria consciência e vontade, capaz de uma disciplina estrita e de uma objetividade sem mácula” (Figueiredo 1993, p.8). Razões de natureza diversa – econômicas, políticas, sociais – põem em cheque o ideal dominante do vir-a-ser sujeito: o ideal de um sujeito autônomo e unificado. A característica básica do momento seguinte é a transição de uma cultura regida pelo tribunal epistemológico para uma cultura em que a ética assume uma posição central. De acordo com Figueiredo (1993), para cada doutrina haveria um “*ethos* – morada e destino do homem, em que o que se busca não é mais qual é a produção mais científica, ou mais correta, mas qual é a mais ética dentro de uma certa visão de mundo”. E, para que seja possível construir a possibilidade de avaliação ética, há que se verificar como se efetua o conhecimento e o acolhimento da experiência tal como se dá ao sujeito e, também, como se dá a desconstrução do reino das identidades e das representações.

Vários autores podem ser citados como marcos dessas novas concepções teóricas, como Deleuze, Derrida, Dewey, Foucault, Heidegger, Rorty e Wittgenstein, assim como a Escola de Frankfurt na Alemanha – além de Habermas. Esse movimento tem como eixo básico a superação da hegemonia do pensamento representacional e da noção de verdade por adequação ou correspondência. “As linguagens deixam de ser concebidas como meros instrumentos para a representação de uma realidade, para se converterem em dispositivos constitutivos da experiência” (Figueiredo 1993, p.14). Nesse momento do processo, no século XX, mesmo não havendo concordância absoluta entre os autores, não obstante todos concordam em que a linguagem – sobretudo a linguagem enquanto fala – é o meio universal da experiência na qual sujeito e objetos se constituem. A eficácia constitutiva da fala é que poderia nos dar as características da instalação do humano. Ter-se-ia dado, pois, a chamada “virada lingüística”.

Como se produz e como se valida o conhecimento nesse momento da história? Tais perguntas me interessam porque a tentativa de formatar respostas a elas têm me oferecido a oportunidade de refletir e construir aos poucos o projeto de conversação que me seduz neste momento. Trata-se de repensar crenças sobre quais são os códigos de valoração do que pode vir a ser produzido. Nesse processo, a linguagem está em um lugar privilegiado, sobretudo por sua capacidade de produzir e explicitar crenças. Crenças, conforme enunciado por Ayres (2001, ver nota 23), são um conjunto de evidências que parecem satisfatórias para um determinado momento para alguém, para alguns. Quando cremos, estamos acreditando em algo que consideramos verdadeiros para nós e para os outros. Quando convivemos com nossas crenças estamos, portanto, partilhando evidências, tanto em termos de grau quanto em termos da qualidade de como olhamos.

A construção científica indica a necessidade de se resolver conflitos entre crenças e criar consensos, compartilhamentos. Falar sobre nossas crenças permitirá resolver de maneira mais consensuada nossos conflitos. Quando construo conhecimento de maneira dialética, maior sendo a crença, menor será a sombra (Ayres 2001). Como os autores contemporâneos têm contribuído com este cenário? Como estamos nos relacionando com as tensões entre relativismo e objetivismo? Rorty, Habermas e Gadamer são os autores que Bernstein (1991) privilegiou para ajudar a olhar para as possíveis semelhanças e diferenças entre eles, e, sobretudo nos indica que devemos olhar para além das tensões entre objetivismo e realismo, focalizando sobretudo as produções atuais em torno da busca da racionalidade humana. Bernstein sugere que no momento atual estamos sendo desafiados em todas as áreas de nossas vidas, estamos vivendo, como diz Ayres (2001), “a vertigem da pós-modernidade, o que significa conviver com o neo-antifundamentalismo, e com um relativismo absoluto”. Teríamos passado de processos em que nos preocupamos com “O que é? Para que é?”, para o “Por que não?” (Ayres 2001). Estamos sendo informados (Bernstein 1985) constantemente de que não há mais algum grande *framework*, alguma linguagem neutra ou padrões permanentes, alguma racionalidade para a qual podemos apelar para entender e criticamente avaliar o que se passa em nosso contexto histórico e com nossas práticas sociais.

Para Rorty (*apud* Ayres 1997) é o sentido prático de um conhecimento, eticamente avaliado e intersubjetivamente negociado que deve dar condições de validade para suas pretensões de verdade. Rorty inicia seu artigo intitulado *Solidariedade ou objetividade* (de 1993) explicitando que haveria dois modos pelos quais seres humanos podem dar sentido a suas vidas. Um deles seria contando a história de como contribuíram com aquela determinada comunidade, que pode ter distintas características –

ser sua comunidade real, imaginária ou ficcional etc. Uma outra forma de mostrar como a vida ganha significado seria “descrever a si mesmos como encontrando-se em relação imediata com uma realidade não-humana”. Essa relação é imediata no sentido de que não deriva de uma relação entre tal realidade e sua tribo, ou nação, ou seu grupo imaginado de companheiros: “afirmarei que histórias do primeiro tipo exemplificam o desejo de solidariedade e histórias do último tipo exemplificam o desejo de objetividade” (Rorty 1993, p.109). Com essas afirmações, Rorty está fazendo duras críticas a uma visão de busca de “verdade” ainda centrada no Iluminismo, que em suas palavras constitui o “exemplo mais claro da tentativa de encontrar um sentido na existência de alguém afastando-se da solidariedade em direção a objetividade” (Rorty 1993, p.110).

Rorty é um neopragmático que tem como matriz de sua obra as idéias de William James, apoiando-se extensamente em Dewey, Wittgenstein e Heidegger, (Bernstein 1991), isto é, um representante do pragmatismo americano, um vienense de onde partiu toda a grande discussão e foco na relevância da linguagem e Heidegger, o grande autor da Fenomenologia. Em sua obra, Rorty critica o realismo em função de que no campo filosófico a verdade deve ser procurada por si mesma – “não porque será bom para o indivíduo ou para a comunidade real ou imaginária de alguém” (Rorty 1993, p.110). Os pragmatistas no entanto, vêem a verdade como “aquilo em que, para nós, é bom acreditar. Assim, eles não precisam de uma explicação de relação entre crenças e objetos chamada ‘correspondência’, nem de uma explicação das habilidades cognitivas humanas que garanta que nossa espécie é capaz de estabelecer aquela relação” (Rorty 1993, p.111). Nesse mesmo artigo Rorty especifica que, para os pragmatistas, dizer que algo pode não ser verdade é indicativo de que, em suas concepções, algo ainda pode ser melhor, que uma outra verdade mais adequada pode surgir, e sobre a qual se poderá

criar um acordo maior, mais extenso. Assim, “para os pragmatistas o desejo de objetividade não é o desejo de escapar das limitações de sua comunidade, mas simplesmente o de alcançar o maior acordo intersubjetivo possível, o desejo de estender a referência do ‘nós’ tão longe quanto possível” (Rorty 1993, p.111). Portanto, quando os pragmatistas afirmam claramente não ser possível aprovar como verdade nada além do que aquilo que são as crenças em que se considera bom acreditar, o “realista vai considerar isso como uma teoria de acordo com a qual a verdade é simplesmente a opinião contemporânea de um indivíduo ou grupo escolhido” (Rorty 1993, p.112). O filósofo refuta essa posição, dizendo que uma teoria desse tipo não se sustentaria. Insiste em que as bases de sustentação da solidariedade estariam ancoradas na ética, afirmando que não haveria uma base epistemológica ou metafísica nas investigações humanas. Portanto, o que está afirmando, a meu ver, é, como disse Rorty (1998, p.15), que “há muitas maneiras de falar sobre o que está acontecendo, e nenhuma delas está mais próxima do jeito como as coisas são em si mesmas que qualquer outra...” Sugeriu que a distinção entre aparência e realidade fosse abandonada, “em benefício de uma distinção entre formas mais úteis e menos úteis de se falar..”. Para ele, não se trata de dizer que a verdade não existe, mas que a única maneira que temos de aplicar a palavra “verdadeiro” é a justificativa, sempre relativa a uma audiência, “aos propósitos que tal audiência quer consumir e à situação na qual ela se encontra” (Rorty 1998, p.19).

Resumindo, de acordo com Rorty, a tensão entre realismo e pragmatismo se dá no momento de definir se “nossa descrição deve ser construída em torno de uma relação com a natureza humana ou em torno de uma relação com um conjunto particular de seres humanos, e de se deveríamos desejar objetividade ou solidariedade” (Rorty 1993, p.112). O realista pressupõe que o conhecimento, o homem e a natureza têm

essências reais que são relevantes para o problema em discussão. Para o pragmático, ao contrário, “conhecimento” e “verdade” seriam simplesmente “elogios feitos às crenças que poderiam estar tão bem justificadas que não seria necessária justificção adicional” (Rorty 1993, p.113).

Gadamer, filósofo que recebe influência de Heidegger e exerce forte influência sobre outros como Ricoeur, em seu livro *Verdade e Método II* (2000) mostra que o que devemos buscar é sempre um modo novo e mais interessante de nos expressarmos e, assim, lidar com o mundo. Gadamer foi o fundador da hermenêutica filosófica. Sua obra *Verdade e Método*, originalmente em alemão, data de 1960, inaugura uma corrente de pensamento na filosofia contemporânea. Classicamente a hermenêutica é o estudo dos princípios da interpretação, originária de um processo de busca de uma arte ou técnica para compreender escritos religiosos e para resgatar o significado original de textos sagrados (Cansino 2002). Posteriormente, o tema da interpretação inquietou filósofos como Gadamer, que introduziram nesse processo de pensamento o foco epistemológico. Ainda de acordo com Cansino (2002), Gadamer concebeu a hermenêutica como a maneira característica de funcionamento dos seres humanos, como algo que concerne toda experiência humana. Sua intenção foi a de demonstrar que o modelo atual de interpretação de textos constitui na realidade o modelo para a experiência humana de apreensão do mundo. Nesse sentido, a hermenêutica constituiria uma função filosófica universal e não meramente uma disciplina auxiliar. Gadamer, segundo Cansino (2002), trataria de problematizar na Filosofia a historicidade do compreender, concebido para o autor como um processo intimamente relacionado ao intérprete e a sua particular situação histórica:

O que estou descrevendo é o modo de experiência humana do mundo em geral. Eu o qualifico de hermenêutica. Porque o processo assim descrito se repete constantemente e nos é familiar. É sempre um mundo que já se interpretou a si mesmo, um mundo já coeso em suas relações, no qual entra a experiência como algo novo que

toca novamente o que havia guiado nossas expectativas, e que ao ser retocado se reordena de novo. O mal-entendido e a estranheza não são o primeiro, nem evitar o mal-entendido é a tarefa primordial, mas sim, ao contrário, o assentamento no familiar e no consenso permite a saída para o estranho, a recepção do alheio e, por fim, a ampliação e o enriquecimento de nossa própria experiência do mundo. (Gadamer 2000, p. 222-3)

Gadamer vai portanto conferir relevância ao passado. Estar assentado no passado e considerá-lo como condição para a compreensão do futuro a partir do presente é a dinâmica que estabelece para a hermenêutica. Assim, deixa uma abertura para a presença do passado e da tradição. Gadamer não vai se deter na discussão em torno do método e sua relevância na produção científica, mas tenta indicar como o problema das condições universais e ontológicas do entendimento humano deve preceder os assuntos epistemológicos e metodológicos de disciplinas específicas. De suas considerações se depreende que “o significado de um texto não é o que está por trás dele, mas a pergunta que apresenta ao leitor” (Cansimo 2002, p.13). É exatamente essa a tônica que vai inspirar o que estou buscando na leitura dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho. O processo interpretativo da compreensão move-se no círculo hermenêutico. Para efetivamente podermos gerar um círculo interpretativo, Gadamer supõe que se deva ter uma atitude de generosidade, de abertura em relação ao outro, donde se deve deixar de lado todo preconceito contra aquilo que estaria sendo dito ou falado ou escrito. Melhor, somos capturados por algo, e justamente porque algo nos captura e possui, estamos abertos ao novo, ao distinto, ao verdadeiro (Gadamer 2000). A consciência hermenêutica distingue-se por sua eficácia em permitir ver onde está a problemática, e de acordo com Gadamer (2000), a consciência histórico-efetiva se realiza dentro do universo da linguagem.

Voltando ao problema de origem aqui, ou seja, até que ponto o conceito de gênero tem sido útil, e para quê, se quisermos pensar nos sentidos a que a palavra “gênero” nos conduz, serve muito bem o que

Gadamer (2000 p.221) expressa:

As palavras que se formam, os recursos expressivos que aparecem em uma língua para dizer determinadas coisas não se cristalizam ao acaso, pelo simples fato de que não desaparecem, mas desse modo se constrói uma determinada articulação do mundo, um processo que atua como se estivesse dirigido e que podemos observar a cada passo, [como o] da criança que aprende a falar.

Não há dúvida de que efetivamente “gênero” surge e tem servido para articular um modo de experiência humana do mundo. De acordo com o autor, o mundo é sempre um mundo que já se interpretou a si mesmo, um mundo coeso em suas relações, onde entra “a experiência como algo novo que transtorna nossas experiências e que, ao se desorganizar (*trastocarse*), se reordena” (Gadamer 2000, p.223).

Um dos aspectos que me fascina na obra de Gadamer é o destaque que dá ao que é familiar. Segundo ele, não é o que é novo, ou o que é estranho que irá nos conduzir, não é o mal-estar nem a estranheza, mas sim o assentamento no que é familiar, no que é consenso que irá permitir a saída para o novo. Olhar para as próprias palavras, no sentido mais simples e banal que indicam, como ensina Gadamer (1996), buscando compreender exatamente aquilo que estava se tentando dizer foi a minha tentativa. Meu objetivo não foi buscar conhecer a essência do que tem sido dito e escrito sobre gênero e/ou homens, ou sobre sua inserção nos trabalhos em desenvolvimento, mas sobretudo tentar entrar nesse processo, deixar a linguagem usada falar novamente, efetuando uma análise do sentido nessa mesma linguagem, quando surgem os homens no cenário. Minha preocupação pode ser expressa através da frase de Rorty (1994, p.370):

O perigo que o discurso edificante tenta advertir é que algum vocabulário dado, algum modo pelo qual as pessoas poderiam chegar a pensar em si mesmas, irá enganá-las, fazendo-as pensar que, de agora em diante, todo discurso poderia ser, ou deveria ser, discurso normal. O congelamento resultante da cultura seria, aos olhos dos filósofos edificantes, a desumanização dos seres humanos...

Nesse caso, olhar novamente para toda a história dos direitos da mulher é o que, pretendo, facilitará meu olhar diferenciado para o conceito de gênero. Partimos do que nos é confortável, buscando ver que perguntas esse mesmo texto já conhecido nos oferece.

Iniciei minha busca dirigindo o olhar novamente para o texto da Conferência de Cairo, considerando-o como sinédoque, como integração. Em seguida, dirigi o olhar para o texto da Conferência de Beijing e, depois, para outros textos de conferências realizadas pelas Nações Unidas, associadas tanto aos temas de população quanto ao das mulheres, uma vez que Cairo e Beijing se mostraram insuficientes.

Gadamer (*apud* Ayres 1997) diz que quem conhece está incluído no que quer conhecer. A coincidência entre conhecedor e conhecido é vista como garantia de acesso racional à experiência, que excede a objetividade, uma vez que é apenas quando se forma um amálgama do humano com o humano que se delinea concomitantemente a identidade e a alteridade, o si e o outro. Não basta estar no lugar do outro. O acesso ao outro não é um resgate objetivo de seu horizonte; o que é exigido é uma "fusão de horizontes" (Ayres 1997). Tal fusão não coincide com a sintonia empática, espiritual da hermenêutica clássica. Não é porque somos "psiquicamente" ou "espiritualmente" humanos que podemos nos colocar em contato com o outro, mas porque o somos lingüisticamente – porque somos sempre os destinatários potenciais de qualquer discurso humano (Ayres 1997). Estando durante toda minha vida profissional imersa nos processos que produziram o espaço técnico e político para uma mudança de lugar para as mulheres no mundo, participando da reflexão sobre o que "gênero" tem produzido, sinto-me autorizada a ir adiante e compartilhar com meus pares o fato de que, embora reconheça gênero como uma categoria explicativa de como as sociedades são estruturadas – de acordo com uma diferenciação valorativa e hierárquica – entre feminino e

masculino (com implicações que vão desde a formação das identidades subjetivas dos sujeitos até matrizes simbólicas e poderes normativos e legais), é necessário atentar sobre o possível alcance negativo em torno dos homens e do masculino.

É muito possível que a atração que Gadamer provoca esteja associada também a minha história profissional anterior. Além de ter participado sempre do movimento feminista, como psicóloga, tendo vivido a experiência clínica, com formação específica, muitos anos de estudo e prática psicanalítica, embebida da teoria freudiana, minha empatia com a hermenêutica ocorre de maneira límpida e clara. Ao mesmo tempo, também gera curiosidade a análise que o autor faz do conhecimento psicanalítico e de sua aproximação ou distância com a Psicanálise, especialmente Freud e Lacan. Ele reconhece explicitamente que a hermenêutica tem um papel especial no contexto psicanalítico, uma vez que o estranhamento é parte do arsenal metodológico da Psicanálise e, portanto, esta sempre executaria de certa maneira uma reflexão hermenêutica, uma “reflexão emancipatória”, no dizer de Gadamer (2000, p.241). No entanto, ao mesmo tempo, o autor acentua os limites desse processo, na medida em que o psicanalista, no desempenho de suas funções sociais, estaria fazendo uso de um conjunto de informações que não são de domínio de seu interlocutor, de seu paciente. Nesse sentido, sua atuação poderia ser sentida como a de um desmancha-prazeres. Por outro lado, também há que considerar, de acordo com Gadamer, que o/a psicanalista está inserido, como seu/sua paciente, num processo social que envolve ambos igualmente, e portanto a ação e/ou reflexão e/ou consciência emancipatória pode ter limites.

Ricoeur (2002), por outro lado, em sua obra *Freud: una interpretación de la cultura*, originalmente de 1970, opera sobre essa proximidade. Evidentemente, considerando a psicanálise como teoria e método, essa

proximidade com a hermenêutica é latente. A Psicanálise busca interpretar. E é o que de certa maneira a hermenêutica vai fazer. Se recuperamos o conceito mais simples desse processo, hermenêutica é a arte da interpretação. Ora, o que seria interpretar a não ser “dizer algo de algo”. Assim é que Ricoeur (2002) diz que, se interpretamos a realidade dizendo algo de algo, então as verdadeiras significações seriam indiretas. Em sua obra, indica como na verdade o campo da hermenêutica estaria repleto de possibilidades, situando a máxima tensão entre essas possibilidades como estando entre, de um lado, a revisão e releitura de um texto tendo como objetivo máximo buscar a restauração de seu sentido, dirigido como uma mensagem e, de outro – onde estaria a Psicanálise –, buscar a desmistificação, buscar a redução de ilusões. De toda forma, como indica Ricoeur, a hermenêutica se banha nas águas da vontade de suspeita, mas também nas águas da vontade de escuta, ou seja, por um lado limpar o discurso, liquidar ídolos e, por outro, deixar falar tudo o que aparece como novo. Para Freud, como indica Ricoeur (2002), não é apenas um texto que permite a interpretação, mas todo o conjunto de símbolos por decifrar: um sonho, um sintoma neurótico, um rito, um mito, uma obra de arte ou uma crença. E, como tal, também a história, o passado, como quer Ricoeur, ao menos o sentido do passado, sempre está inacabado e em processo de interpretação.

A hermenêutica filosófica de Gadamer (Ayres 1997) opõe-se à falsidade característica da consciência moderna, configurada especialmente pela idolatria do método científico e pela vigência da autoridade anônima das ciências, reivindicando a tarefa mais nobre do cidadão: tomar decisões conforme sua responsabilidade – ao invés de deixá-lo a um especialista. De acordo com Ayres (1997), ao limitar, de certa maneira, o uso do plano lingüístico para a compreensão das obras humanas, Gadamer trouxe a necessidade de desenvolver uma espécie de “analítica” do sentido no

interior da linguagem. Embora seja um passo necessário compreender os discursos emitidos, ao mesmo tempo é necessário analisar de que maneira os distintos sujeitos macrossociais estão envolvidos no processo de produção desses discursos, como sugere Habermas por sua hermenêutica crítica. Adotar a hermenêutica crítica de Habermas significaria também compreender, mas pela perspectiva da ação dos sujeitos, condição de possibilidade da história, observando valores e objetivos dos variados discursos emitidos por diferentes macrossujeitos, que apresentam interesses diversos, agem e interagem nos processos de comunicação com base em valores e intensidades de distintos matizes.

A hermenêutica crítica oferece a possibilidade de buscar identificar os liames lingüísticos que estão oferecendo dificuldade à livre, justa e criativa participação dos diversos sujeitos sociais na construção das formas humanas de vida. Busca consenso, identidade simbólica e compartilhamento construído. A tão citada teoria da ação comunicativa de Habermas é considerada capaz de orientar a ação. Da mesma maneira que Gadamer, Habermas indica a necessidade de não assumirmos a postura de observadores e teóricos desinteressados, na compreensão de outras formas de vida. Segundo o autor (Gadamer *apud* Ayres 1997), não é possível escapar de uma postura avaliativa quanto à validade das afirmações, e nos situarmos nessa posição, isto é, na posição de um intérprete que possua habilidades para compreender claramente as razões implícitas para que os participantes desse grande macrodiálogo estejam adotando as idéias e posições em curso. Na qualidade de quem realiza uma hermenêutica, adoto uma atitude performativa, buscando assim participar de um processo de compreensão mútua. Seguindo as sugestões de Ayres (1997), pretendo também seguir uma dialética interpretativa, esforço habermasiano em que se busca assentimento graças à plausibilidade global da interpretação dada, isto é, por sua capacidade de criar consensos.

Busquei organizar e analisar meus dados seguindo a inspiração que me propiciou Ayres (1997). Tentei realizar uma análise "pragmática", "semântica" e "sintática" do conceito de gênero e do termo homens, olhando para a narrativa em torno de gênero e do masculino, seja longitudinal ou transversalmente. Tento mostrar como a trama de inclusão dos homens vai sendo construída, olhando para momentos em que se faz ligação entre passado, presente e futuro. De um lado, recorro ao conhecimento daquilo que me é familiar em todos esses processos de produção e, de outro, efetivamente busco a saída para o novo, usando meu estranhamento. Procurei fazer emergir e evidenciar o que já estava produzido, mostrando a pluralidade dos discursos existentes. Reitero que a inspiração direta veio da hermenêutica de Ayres, em seu livro *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia* (1997). O autor retoma os três planos de validação discursiva pelos quais orientou sua hermenêutica do risco, ou seja, os processos que se configuram em *pragmática*, *semântica* e *sintaxe* do conceito de risco. Segundo ele, em cada um desses planos de validação, ao examinar de que maneiras esta se processa tanto no campo da legitimação social como institucional, estaremos pensando não na forma como a linguagem se organiza em figuras gramaticais abstratas, mas como efetivamente opera a linguagem em processos de validação discursiva. Isso significa buscar resgatar a forma como os macrossujeitos sociais interagem, "orientados não por regras formais ou limites logicamente definidos, mas por interesses e possibilidades de ordem substantivamente prática" (Ayres 1997, p.93). Quando digo *pragmática*, estou pensando com Ayres (1997, p.94) que quero conhecer "quem, quando, com base em que experiências e com que recursos propôs-se a falar" dos homens e de gênero. Da mesma maneira, ao investigar a *sintaxe* estarei examinando não as regras formais da lingüística mas, parafraseando Ayres (1997), "o conjunto de elementos conceituais e procedimentos metodológicos efetivamente reclamados pelo

discurso” de gênero, “suas condições epistemológicas de positividade”; estou tratando de pensar *como* esses processos se concretizam. Portanto, neste caso interessa-me averiguar de que maneira, no universo das Nações Unidas, se incorporam os processos de presença dos homens no âmbito concreto de uso do conceito de gênero. E, finalmente, na análise *semântica*, seguindo Ayres, buscarei “saber do quê estamos falando, ou o que estamos efetivamente fazendo ao falar por meio do discurso” de gênero: quero saber o que efetivamente o discurso de gênero está produzindo, como estaria relacionado à problemática das necessidades dos homens, que mudanças concretas estaria gerando na vida das pessoas, que desdobramentos teóricos e empíricos estaria produzindo. Concretamente, buscarei atuar com os elementos que tanto Habermas como Gadamer – e, em sua seqüência, Ricoeur – nos oferecem, ou seja, busco a um só tempo identificar a pragmática, a semântica e a sintaxe dos discursos produzidos. Hermenêutica filosófica e hermenêutica crítica estão juntas nesse processo, buscando a fusão de horizontes proposta por Gadamer e procurando resgatar a construção e intervenção dos sujeitos sociais.

Como já mencionado, iniciei o processo de investigação com o texto do Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994; estendi a análise aos documentos associados à Conferência de Beijing e fui me estendendo, criando círculos concêntricos e maiores em seu raio histórico. Com isso, um conjunto de textos passaram a ser lidos e escutados, hermeneuticamente, criando distintas unidades discursivas. Fui definindo nesse processo os documentos que seriam lidos e analisados – documentos produzidos no âmbito do sistema das Nações Unidas, mas em diálogo e interação com textos acadêmicos e, eventualmente, algumas produções do universo das organizações não-governamentais. A metodologia e o foco teórico adotado permitiram-me partir de meu próprio envolvimento no processo

histórico de construção do feminismo. Foram incorporados também outros materiais que, por sua expressão nos cenários técnicos, acadêmicos ou políticos, mostraram relevância para o tema em estudo.

É nesse sentido que me apoio não apenas em Gadamer, mas também em Ricoeur (1999), especialmente na obra *Historia y narratividad*, para pensar a história como um texto a ser interpretado. Penso que a história do conceito de gênero também pode ser interpretada, ganhar novos sentidos com essa releitura, olhando especificamente para o interior do sistema das Nações Unidas. Como diz Ricoeur (1999), “o problema posto pela história é muito semelhante ao da interpretação de um texto (...) Em ambos os casos a situação é a mesma: não há transmissão sem uma recepção ativa e transformadora”.

Na obra de Ricoeur de 1999, dois textos são centrais para este estudo: *Qué es un texto?* e *Filosofía y lenguaje* (originais respectivamente de 1970 e de 1978). De maneira particularmente pertinente aqui, para Ricoeur o que interessa é a relação entre linguagem e comunidade lingüística, buscando escapar dos níveis psicológicos morais em que alguém pode ser tornar confinado. A linguagem, em seu entender, não é um objeto, mas uma mediação: a) entre o homem e o mundo; b) entre o homem e o outro; c) de alguém consigo mesmo. Em sua definição, “é a intenção de dizer algo sobre algo a alguém”. “Em um discurso, em um texto ou em uma obra, a primeira coisa a compreender não é o sujeito que se expressa nesse texto e que, em certo modo, se oculta atrás dele, mas o mundo que a obra abre ante tal sujeito” (1999, p.56). O que é um texto, para Ricoeur? É “todo discurso fixado pela escrita” (1999, p.59); explicar consiste em...

...pôr em relevo a estrutura, isto é, as relações internas de dependência que constituem a estática do texto; enquanto interpretar é seguir o caminho aberto pelo

texto, seu pensamento, quer dizer, pôr-se a caminho em direção ao oriente do texto (Ricoeur, 1999, p.78).

Esse é o caminho que procuro seguir no processo de interpretar os textos das Conferências de Cairo e Beijing, bem como os demais, em relação à maneira como usam e/ou orientam o uso do conceito de gênero.

Documentos de domínio público, tais como os textos das conferências das Nações Unidas, são também práticas discursivas, que se constroem como linguagem em ação. Como indica Spink (2000), é nuclear a concepção de que nas práticas discursivas pode-se reconhecer os enunciados construídos intersubjetivamente, bem como identificar regularidades lingüísticas nos processos de formação e ressignificação discursiva, além da polissemia, que permite a apresentação simultânea de idéias diferentes, de saberes e fazeres. São dimensões que se entrecruzam num ponto, que é produto e produtor social em constante formação. (Spink 2000, p.126). Nesse sentido, o trabalho com documentos de domínio público reflete tanto o fato de que circulam como produtos de um tempo quanto o de que são documentos tornados públicos a partir da "interação com um outro desconhecido, porém significativo e freqüentemente coletivo", refletindo a construção social do espaço público (Spink 2000). Uso esta perspectiva por crer que a produção histórica não tem uma causalidade única, mas, ao contrário, que as transformações sociais são construídas com muitas vozes de sujeitos macrossociais interagindo, como quer Habermas.

Em particular, considerei como sujeitos macrossociais o sistema das Nações Unidas em diálogo com o movimento feminista, a academia e o universo das ONGs. Considero que esses sujeitos macrossociais são distintos, com compromissos internacionais diversos, mas que se influenciam mutuamente, trazendo, no dizer de Spink (2000), um universo de possibilidades com grande densidade e variedade de

elementos. Assim, os documentos de domínio público indicam quais as coalizões de pensamento e diálogo existentes. Há autores que criticam essa efervescência de atores e se referem a uma construção equivocada da opinião mundial (Smouts 1997), assinalando que a emergência de um referencial comum se faz repetindo assimetrias já estabelecidas. Com Habermas, acredito que qualquer ação racional deve ser resultante de construções múltiplas de sujeitos diversos, que possuem diferentes projetos e poderes no mundo, e que estão em contínua e imprescindível interação material e simbólica. Habermas considera que não se deve nem operar em torno de posições absolutistas nem trabalhar com a perspectiva relativista. Para o autor, a razão deve ser procurada na multiplicidade de vozes socialmente construídas (Ayres 1997). Para Habermas, as verdades são construídas lingüisticamente, e será a ação comunicativa – distinta da orientação instrumental – que permitirá a construção da interação entre sujeitos diversos. Busca-se na ação comunicativa a exclusão do domínio através da linguagem. Nesse sentido, a grande questão aqui é até que ponto o universo do masculino estaria sendo efetivamente problematizado na esfera pública, por quem e de que maneira? Quais seriam os diferenciais entre o que se propõem a realizar as mulheres feministas, o feminismo, historicamente, e o que os homens têm podido realizar nos diversos cenários?

Mulheres e homens: histórias de gênero em tempos globais

Realizar uma hermenêutica do conceito de gênero em seu encontro ou desencontro com as necessidades masculinas é uma tarefa complexa. Como toda tarefa científica, exige realizar um recorte do problema para poder examiná-lo de maneira mais densa. E, nesse processo, qualquer decisão, como diz Ayres (1997), parece ser arbitrária. No entanto, seguindo os preceitos da hermenêutica, na medida em que os textos vão produzindo perguntas, e que vai se tomando contato com outras e novas versões ou interpretações do que foi escrito, o processo ganha mais densidade e volume. Para realizar uma hermenêutica, a capacidade de surpresa e de fantasia parece ser um dos principais instrumentos. Tudo o que vemos em nosso horizonte parece se tornar trançado e, aos poucos, começa a se criar um cenário muito complexo, caleidoscópico, em que novamente vamos sendo obrigados a criar hermenêuticas. São círculos concêntricos, em que se busca voltar a entender e interpretar, e reavivar as cores do que já é conhecido, e encontrar novas possibilidades interpretativas.

Uma das primeiras coisas que gostaria de comentar é que, em vários momentos deste processo de investigação, as mulheres tomavam conta de meu olhar, de meus documentos, de minhas percepções, de minhas concepções. Claro, muitas vezes tinha de me recordar que meu “foco” não eram as mulheres, mas os homens e sua exclusão; mas era também gênero, e portanto tinha de “passar” pelas mulheres. De certa maneira, o que sinto retrata e revela minhas próprias idéias iniciais, ou seja, de que as mulheres de certa maneira invadem esse processo, e de que não é tão simples a incorporação dos homens.

Os textos das Conferências: o mapa do caminho

Na hermenêutica do conceito de gênero, foi se tornando bastante claro que, se por um lado o desenvolvimento conceitual tem valor e implicações bastante substantivas – um desenvolvimento teórico recente, complexo, construído no terreno das teorias feministas –, por outro lado o papel das Nações Unidas como instância criadora, promotora, disseminadora de discursos, argumentos, propostas e políticas também está no centro da cena. O conjunto de textos que resultam das conferências têm um valor central na determinação das políticas e programas de todas as agências do sistema, e como tal acabam impactando ações desenvolvidas em cada um dos países do mundo.

O esforço deste trabalho foi o de tentar perceber, em cada uma das unidades discursivas aqui consideradas – os textos de conferências das Nações Unidas –, a maneira como o conceito de gênero foi utilizado e os homens foram contemplados. O conjunto de conferências relativas a mulher e a população são aqui tomadas em seu sentido histórico, como manifestações públicas de momentos políticos construídos por distintos atores sociais que usam ou introduzem suas linguagens específicas em cada momento histórico. Vale a pena explicitar que, embora os textos de algumas outras conferências também fossem relevantes, não foram incluídos por terem seu foco em outras dimensões específicas, como por exemplo a Conferência de Direitos Humanos de Viena, de 1993, e a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, em 2001. O tratamento de aspectos como as hierarquias de classe, raça/etnia, idade ou orientação sexual, simultâneo ao dos temas gênero e homens, tornaria a análise por demais complexa.

Claro, meu conhecimento prévio desses textos e minha inserção política direta ou indireta em alguns desses processos muito me ajudaram. O fato de ter vinculações com o movimento de mulheres por um lado, e estar vinculada nesse momento a uma agência do sistema das Nações Unidas, por outro, favoreceu o trabalho, sobretudo pela facilidade de acesso aos textos de conferências antigas (não disponíveis no *site* da ONU) e a fontes de informação secundária, em textos que usam os elementos das conferências e propõem pôr em prática suas determinações.

Foram examinados os textos de:

Conferências de População

1974 – Conferência Internacional de População – Bucareste

1984 – Conferência Internacional de População – México

1994 – Conferência Internacional de População e Desenvolvimento – Cairo

1999 – Medidas-chave para seguir executando o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Cairo+5 – Haia

Conferências da Mulher

1975 – 1ª Conferência Internacional da Mulher – México

1985 – Igualdade, Desenvolvimento e Paz: Conferência Internacional para Revisão dos Resultados da Década das Nações Unidas para a Mulher – Nairobi

1995 – 4ª Conferência Internacional da Mulher – Beijing

2000 – “Beijing+5”: A Mulher no Ano 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI – Nova Iorque

Além da releitura e análise dos textos de cada conferência, a intenção, já mencionada, de considerar o caráter cumulativo e histórico desses textos levou-me a analisar também de maneira vertical os processos das Conferências de População (1974, 1984, 1994, 1999) e as da Mulher (1975, [1980,] 1985, 1995, 2000)²⁵. Busquei assinalar, nesses textos que são

²⁵ Em vários casos, os textos foram descarregados da Internet e impressos. Outras vezes usei publicações específicas do UNFPA. Embora a intenção aqui fosse a de analisar os documentos de todas as Conferências da Mulher, o da 2ª Conferência Internacional da Mulher (Copenhague, 1980) não pôde ser localizado, não tendo sido portanto analisado.

considerados validados em processos de diálogo, os sentidos que vão sendo cristalizados ao longo do tempo, percebendo como algumas verdades se tornam absolutas ou como são anunciadas como novidades. E em cada unidade discursiva, tentei pontuar os diálogos e os discursos em questão, recuperando, com base em comentadores, historiadores e em produções dos protagonistas de cada evento, quem estava lá, com quem falava, o que propunha, com base em quê propunha, sempre tendo no horizonte a questão da forma como o masculino se apresenta e de que maneira se recorre a gênero, tentando identificar o tipo de problematização feita das necessidades ou demandas masculinas.

Adicionalmente, porém, já tinha localizado, nos textos das conferências, as palavras “homens” e “gênero”, classificando os trechos onde apareciam em três categorias. Transcrevo nos quadros do Anexo II tais excertos em três colunas: a) como os homens são apresentados ou como o conceito de gênero é apresentado; b) quais os fundamentos dessas afirmações; e c) o que é proposto. Para proceder à análise, excluí as entradas da palavra homem/ns nos casos em que era usada apenas como referência para a promoção de situações da vida social, econômica, política e cultural das mulheres. Retive como dado útil para a análise aquelas entradas em que o texto mencionava algo específico para os homens. Nos textos em espanhol, também fiz o exercício de localização dos termos *varones* ou mesmo *padres*, quando fazia sentido, ou seja, quando se podia perceber clara alusão aos homens. Isso não foi necessário no caso das entradas associadas a gênero, todas consideradas relevantes, excluindo-se apenas as repetições. Um termo que se revelou útil na identificação do que se queria foi o verbo *compartir* (compartilhar), presente desde a Conferência Internacional da Mulher, em 1975, indicando claramente que se esperava dos homens participação nas ações propostas.

É importante esclarecer que usei os textos nos idiomas que são considerados oficiais no sistema das Nações Unidas²⁶. Minha primeira opção foi a utilização de textos em espanhol. Em dois casos usei textos em inglês: um foi para a busca da palavra gênero no texto da Conferência do Cairo, pois, na tradução em espanhol, perdeu-se a palavra gênero, substituída equivocadamente por “igualdade entre os sexos” e outras expressões (mas, para a busca da palavra “homem” usei o texto em espanhol). O outro texto usado em inglês (para a busca de ambos os termos) foi o da Conferência Internacional da Mulher de Nairobi, porque não o encontrei em espanhol.

Quadro 1 Incidência dos termos “homem” e “gênero” nos textos das Conferências de População e Conferências da Mulher das Nações Unidas

CONFERÊNCIAS	Nº de palavras	Homem Incidência	%	Gênero incidência	%
Conferência de População, Bucareste 1974	- *	15		0	
Conferência de População, México 1984	- *	26		0	
Conferência de População, Cairo 1994 ♦	89.498 *	45	0,05	43	0,08
Cairo +5, Haia 1999	12.074	12	0,10	15	0,12
1ª Conferência da Mulher, México 1975	18.190	60	0,32	0	
3ª Conferência da Mulher, Nairobi 1985	37.854	92	0,24	16	0,04
4ª Conferência da Mulher, Beijing 1995	73.628	197	0,27	217	0,29
Beijing+ 5, Nova Iorque 2000	20.931	67	0,32	202	0,97

* Não foi possível estimar o total de palavras dessas conferências (pois seus textos não estão disponíveis na forma digital);

♦ No caso da contagem de palavras da Conferência do Cairo, lembro que, para a palavra homem, foi usado o texto em espanhol, enquanto para a palavra gênero o texto usado é em inglês (com total de 55.107 palavras),

Uma vez selecionadas as considerações específicas sobre gênero e homens nos textos das conferências, elas foram agrupadas, independentemente dos capítulos em que se encontravam, para permitir visualizar com

²⁶ São considerados idiomas oficiais nas Nações Unidas: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo.

mais clareza como as teses que orientavam as distintas reuniões se expressavam em cada texto, procedendo-se em seguida a sua leitura pragmática, sintática e semântica. Posteriormente, recorrendo também a outros elementos, busquei verificar como as visões que se repetem nos textos das sucessivas conferências impactaram as estratégias de ação adotadas pelas distintas agências do sistema das Nações Unidas.

A s Nações Unidas: mulheres, população e igualdade

De acordo com o Departamento de Informação Pública da ONU (Naciones Unidas 2000), o termo “Nações Unidas” foi usado pela primeira vez em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, quando representantes de 26 nações aprovaram a *Declaração das Nações Unidas*, em que seus governos se comprometiam a seguir lutando contra as “potências do Eixo”. Mas a ampla articulação de países em torno de determinados objetivos é muito mais antiga, como por exemplo a União Telegráfica Internacional e a União Postal Universal, formadas respectivamente em 1865 e 1874 (e que continuam existindo, constituindo hoje organismos especializados da ONU). Em 1899, foi celebrada em Haia a Primeira Conferência Internacional da Paz para evitar guerras e codificar normas de conduta específicas para os momentos de guerra. Essa mesma conferência aprovou uma convenção para a solução pacífica dos conflitos internacionais e estabeleceu a Corte Permanente de Arbitragem, que iniciou seus trabalhos em 1902. A instância precursora das Nações Unidas foi a Liga (ou Sociedade) das Nações, concebida em circunstâncias parecidas, no contexto da Primeira Guerra Mundial e estabelecida em 1919, de conformidade com o Tratado de Versalhes, para promover a cooperação internacional e alcançar paz e segurança. Também no marco do Tratado de Versalhes foi criada a Organização Internacional do Trabalho, afiliada à Liga das Nações – a qual mais tarde fechou suas

portas por não ter conseguido evitar a Segunda Guerra Mundial.

Foi em 1945 que representantes de 50 países se reuniram em São Francisco para redigir a Carta das Nações Unidas. Os delegados trabalharam sobre uma proposta original preparada por China, Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, entre agosto e outubro de 1944. A Carta foi finalmente assinada no dia 26 de junho de 1945 pelos representantes dos 50 países (a Polônia a assinou posteriormente, tornando-se o 51º membro da lista de Estados fundadores). A Carta, além de explicitar seus propósitos e princípios, membros participantes, idiomas oficiais, estabelece a estrutura da organização. São seis seus órgãos principais: Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Administração Fiduciária, Corte Internacional de Justiça e a Secretaria. Além dessas instâncias, a ONU compreende hoje 15 organizações e vários programas e comissões.

No âmbito das comissões estruturadas das Nações Unidas, a que mais interessa ao presente estudo é o Conselho Econômico e Social, principal órgão coordenador do trabalho econômico e social das instituições e agências especializadas que constituem o sistema das Nações Unidas. O Conselho tem 54 membros, com um mandato de três anos; realiza vários períodos de trabalho a cada ano, e um período de sessões substantivo de quatro semanas de duração, em julho – em anos alternados em Genebra e em Nova Iorque. O trabalho permanente do Conselho realiza-se no âmbito de seus órgãos subsidiários e conexos, integrado por outras nove comissões orgânicas, órgãos deliberativos que examinam questões e fazem recomendações em suas respectivas áreas de atuação (Naciones Unidas 2000). São elas: a Comissão de Estatística, a **Comissão de População e Desenvolvimento**, a Comissão de Desenvolvimento Social, a Comissão de Direitos Humanos, a **Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher**, a Comissão de Estupefacientes, a Comissão

de Prevenção do Delito e Justiça Penal, a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, e a Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável. As duas Comissões destacadas são as que mais interessam no âmbito deste trabalho.

O final da Segunda Guerra exigiu que as fronteiras das discussões demográficas fossem se alargando, ultrapassando o universo europeu e fazendo emergir atores cada vez mais importantes, como os EUA. Relevante nessa época, tanto técnica quanto politicamente, a criação de uma Comissão de População da ONU em 1946 – batizada mais tarde (logo após o Cairo) de Comissão de População e Desenvolvimento – foi um aspecto inovador nas transformações e ampliação da compreensão das mudanças em torno do significado da demografia no mundo. Em 1967 a ONU criou o UNFPA – United Nations Population Fund (Fundo de População), com o intuito de estabelecer centros de formação e experimentos-piloto nos países em desenvolvimento. O crescimento do UNFPA foi acompanhado processualmente por várias forças sociais (Lassonde, 1997). Seus matizes ideológicos sempre foram questionados, uma vez que o controle de população foi reconhecidamente o eixo motivador dos trabalhos em sua fundação, perspectiva compatível com as visões hegemônicas naquela década.

Além dessas comissões, o Conselho Econômico e Social (EcoSoc) também está estruturado em cinco comissões regionais: a Comissão Econômica e Social para a África (sediada em Addis Abeba, Etiópia) e para a Ásia Ocidental (Líbano, Beirute); as Comissões Econômicas para Ásia e África (Bangkok, Tailândia), para Europa (Genebra, Suíça) e a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Santiago, Chile). Também fazem parte do Conselho Econômico e Social cinco programas permanentes e organismos de especialistas: o Comitê de

Programa e Coordenação, a Comissão de Assentamentos Humanos, o Comitê encarregado das ONGs, o Comitê encarregado das negociações com as organizações intergovernamentais e o Comitê de Energia e Recursos Naturais para o Desenvolvimento. A estes se agrega uma série de organismos permanentes de especialistas sobre temas tais como planejamento do desenvolvimento, recursos naturais e direitos econômicos, sociais e culturais. O Conselho também coordena as atividades de programas das Nações Unidas, como UNDP²⁷, UNEP²⁸, UNICEF²⁹ e UNFPA; e os organismos especializados como FAO³⁰, WHO³¹, ILO³² e UNESCO³³. Todos informam ao Conselho e formulam recomendações para seus períodos de sessões substantivas (Naciones Unidas 2000 - ver Glossário de siglas no Anexo III).

De acordo com a Carta das Nações Unidas, o Conselho Econômico e Social (EcoSoc) também pode estruturar consultas com as organizações não-governamentais que se interessam pelos assuntos do Conselho. De acordo com a publicação usada como referência (Naciones Unidas 2000), existem mais de 1.600 organizações reconhecidas como entidades consultivas do Conselho, que classifica as que desejam registrar-se em duas categorias: categoria I, de ONGs que se interessam pela maior parte das atividades do Conselho; categoria II, as que têm competências em áreas específicas; há ainda uma categoria III, associada a uma lista específica de

27 UNDP - United Nations Development Programme / PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

28 UNEP - United Nations Environment Programme / Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente

29 UNICEF - United Nations Children's Fund / Fundo das Nações Unidas para a Infância

30 FAO - Food and Agriculture Organization / Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

31 WHO - World Health Organization / OMS - Organização Mundial da Saúde

32 ILO - International Labour Organization / OIT - Organização Internacional do Trabalho

33 UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ONGs que podem ser consultadas para contribuir com as atividades do Conselho, quando pertinente. As ONGs que pertencem à categoria III, podem enviar observadores/as às reuniões do Conselho e seus órgãos subsidiários e expressar por escrito seu parecer sobre assuntos pertinentes ao trabalho do Conselho. Também podem consultar a Secretaria das Nações Unidas sobre assuntos de seu interesse. Essa relação das ONGs com as Nações Unidas vem se solidificando e ampliando. Assim, evidentemente torna-se um outro âmbito de negociações e articulações políticas que merece ser observado (Catholics for a Free Choice 2003), por servir como uma arena para processos de intervenção e *advocacy* de natureza extremamente diversificada, englobando grupos de diversos matizes e propostas ideológicas, podendo incluir desde os muito conservadores aos progressistas.

A Comissão de População e Desenvolvimento é formada por 47 Estados membros e tem como objetivo estudar as mudanças que podem ser verificadas no mundo no campo de população e seu impacto sobre as condições econômicas e sociais das populações. Também tem por objetivo assessorar o Conselho Econômico e Social sobre esses temas. Está sob sua responsabilidade, por exemplo, examinar a implementação do *Programa de Ação* da Conferência do Cairo.

Como este recorte visa pensar o conceito de gênero no contexto das Nações Unidas, torna-se necessário examinar como o processo de constituição da ONU trouxe as mulheres para seu convívio. A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher encarrega-se de analisar o progresso realizado no mundo quanto aos temas associados à promoção da igualdade dos sexos em todo o mundo e de formular orientações, recomendações, para promover os direitos das mulheres em todos os planos –econômico, político e social. Foi sob sua coordenação que a

Comissão preparou quatro Conferências Internacionais sobre a Mulher, a última das quais foi a de Beijing. A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher foi criada pela pressão de quatro mulheres, que também assinaram a Declaração dos Direitos Humanos: Minerva Bernardino, da República Dominicana; a brasileira Bertha Luz; Virginia Gildersleeves dos Estados Unidos; e Wu Yi-Tang da China. Um feito desse grupo de mulheres é relatado por Minerva Bernardino: foram elas que conseguiram a inclusão do termo “sexo” no artigo 2 da Declaração (“Todas as pessoas têm todos os direitos e liberdades proclamados por esta Declaração, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição”), após uma luta de vários meses consecutivos, apoiadas por outras mulheres que faziam parte de Delegações de vários países (Isis Internacional s.d.).

É surpreendente, portanto, a antigüidade de processos que visam o princípio de igualdade em textos escritos das Nações Unidas, resultado de processos de articulação política de diferentes ordens, mas com a presença constante de mulheres, dando lugar e referência a um “novo” sujeito político, as mulheres – processos esses incessantes, de conformação constante de novas realidades no campo dos direitos. Outra grande batalha referida como parte da luta desenvolvida pelo mesmo grupo foi a conquista do nome da Declaração, que deixou de ser a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* para tornar-se a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Minerva Bernardino foi eleita presidenta da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher de 1953 a 1955. Ato contínuo, a Comissão consagrava os direitos políticos das mulheres e passou a constituir-se em campo de ação democrática contínua em defesa dos direitos das mulheres. Como conseqüência de sua ação ao longo dos anos seguintes, as Nações

Unidas mais tarde decretariam a Década da Mulher da ONU, de 1975 a 1985.

Esses exemplos mostram que o que ocorreu em Cairo e Beijing não foram manifestações isoladas, como se de repente o mundo decidisse ouvir as demandas das mulheres; e que o conceito de gênero surge nos textos das Conferências carregando anterioridades históricas que o determinam³⁴. Todos os processos históricos vão sendo produzidos de maneira coletiva e criando sinergias. Por outro lado, torna-se evidente que os homens vão entrando nos textos das Conferências por determinação das mulheres. Elas trazem a voz, a leitura e a interpretação que vai ser usada e registrada como delineamento importante no âmbito das Conferências. Lembro que o interesse aqui é fazer uma leitura hermenêutica concomitante de como os homens entram e saem desses processos coletivos de construção histórica, ou de que maneira as mulheres também incluem ou excluem os homens, como construtoras ativas da história. Evidentemente, necessitam falar das mulheres e, para isso, ocupam todos os espaços políticos e de articulação disponíveis – e também necessitam falar de sua visão dos homens.

Salta aos olhos que a Carta das Nações Unidas, em 1945, já tenha estabelecido o princípio da igualdade entre homens e mulheres e que, em 1946, já se tenha estabelecido a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, cuja finalidade foi então determinada como a de velar pela defesa dos direitos políticos, econômicos e sociais da mulher. Nos 20 anos seguintes, muitas medidas seriam tomadas, no âmbito das Nações Unidas, especialmente pela Assembléia Geral e pela ILO, até a aprovação, em

³⁴ A própria presença daquelas delegadas na assinatura da Declaração também remonta à ação de mulheres e à história do feminismo na sociedade ocidental: lembre-se por exemplo a francesa Olympe de Gouges, que escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadania* em 1791, ou a inglesa Mary Wollstonecraft e sua *Defesa dos Direitos da Mulher*, de 1792. Para as imbricações entre história das mulheres e história de gênero, ver Bock (1989).

1967, da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Em 1949, por exemplo, a Assembléia Geral da ONU aprovava o “Convenio para la represión de la trata de personas y de la explotación de la prostitución ajena”; em 1951, a ILO aprovou a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração entre a Mão-de-obra Masculina e a Mão-de-obra Feminina por um Trabalho de Igual Valor; e, em 1952, a Assembléia Geral aprovou a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, primeiro instrumento de âmbito internacional em que se reconhece a igualdade de direitos políticos diante da lei, incluído o direito de votar e de ser eleito para ocupar cargos. Em 1957 e em 1960, respectivamente, aprovava-se a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada e, posteriormente, um Convênio da ILO relativo à discriminação (no emprego e trabalho). Em 1962 a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre o Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para Contrair Casamento e o Registro de Casamentos. Posteriormente, em 1972, a Assembléia Geral declarava 1975 como o Ano Internacional da Mulher; em 1974 o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas convocava a 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher, que se celebrou portanto junto com o Ano Internacional da Mulher, em 1975. No mesmo ano se aprovava na Conferência o Primeiro Plano de Ação Mundial e se proclamava o primeiro decênio para “Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Em 1979, quando da aprovação da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), foi fundado o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher como um órgão de supervisão da Convenção, que examina informes dos Estados Partes. (UNIFEM 1995).

Paralelo a esse processo no âmbito das Nações Unidas, em 1974 a Comissão de População (também criada em 1946), rebatizada depois da

Conferência do Cairo como Comissão de População e Desenvolvimento, organizava a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Isso sucede apenas cinco anos após o início do funcionamento do Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, que nasce com a tarefa de estabelecer centros de formação e experimentos-piloto que guiem os países em desenvolvimento na concepção e realização de seus programas demográficos. Vale lembrar que o UNIFEM e o INSTRAW (United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women) vão ser criados em 1976, como desdobramento da 1ª Conferência Internacional da Mulher (1975), realizada no México. UNIFEM trabalha essencialmente em três áreas: fortalecimento da capacidade econômica da mulher como empresária e produtora; aumento da participação da mulher em funções de gestão pública, alta direção e adoção de decisões; e na promoção dos direitos da mulher para construir processos de desenvolvimento mais eqüitativos. Por sua vez, o INSTRAW tem por missão realizar investigações e dar capacitações utilizando novas tecnologias de informação e comunicação, visando contribuir ao avanço das mulheres e impulsionar seu acesso à sociedade de informação que caracteriza o século XXI (Naciones Unidas 2000).

As Conferências Internacionais da ONU: discursos normativos

Desde sua criação, a ONU tem como atribuição convocar os Estados nacionais para debater grandes questões ou temas que influenciam a marcha do mundo. Nesse sentido, as grandes Conferências das Nações Unidas que foram sendo organizadas desde a década de 1970 determinaram uma crescente ação e presença da sociedade civil, operando com muita proximidade com a ação diplomática, fato sem precedentes na história internacional. As Conferências significaram assim a construção de um processo de debate público e coletivo, governamental e não-

governamental, de análise de temas que mobilizam as sociedades nacional e internacionalmente, de maneira consistentemente inclusiva dos atores internacionais.

A primeira dessas “grandes” conferências data de 1972, momento em que, apesar do boicote pela União Soviética e outros países, a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano foi um acontecimento incomum, pois contou com: 113 Estados participantes, 21 agências do sistema das Nações Unidas; 18 organismos internacionais exteriores ao sistema das Nações Unidas; 298 ONGs acreditadas. Das 450 delegações, apenas 25% eram governamentais, o que constitui fator de suma importância: o fórum de ONGs foi um evento excepcional no contexto das lutas ecológicas mundiais, marcando a conexão entre o sistema das Nações Unidas, seu programa para o meio ambiente e as ONGs ambientalistas.

É no campo do direitos das mulheres, segundo Smouts (1997), que outra reunião dessa envergadura aconteceria, dessa vez sobre a mulher. A 3ª Conferência Internacional da Mulher, em Nairobi, tinha por objetivo associar novamente Estado e sociedade civil, com 157 Estados representados, 34 agências do sistema das Nações Unidas, 17 organismos internacionais não vinculados a esse sistema, 4 movimentos de liberação nacional e 163 ONGs oficialmente inscritas, para traçar um novo Plano de Ação que encerraria a Década da Mulher (1975-1985).

Na década de 1990 as grandes conferências continuaram a suceder-se em ritmo acelerado: 1990, Cúpula Mundial pelas Crianças; 1992, Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; 1993, Conferência Mundial de Direitos Humanos; 1994, Conferência sobre o Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares; 1994, Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento; 1995, Cúpula para o

Desenvolvimento Social; 1995, Conferência Internacional da Mulher; e, em 1996, a Conferência dos Assentamentos Humanos na Turquia, que parece haver encerrado um ciclo. Isso sem contar os processos de revisão das Conferências, como foram os de Cairo+5 e Beijing+5 (e continuam com Cairo+10 e Beijing+10). Como atores sociais importantes sempre estiveram presentes chefes de Estado ou de Governo, delegados governamentais, ONGs acreditadas, jornalistas. Cairo contou com a presença de cerca de 15.000 pessoas e Beijing, de cerca de 17.000 pessoas (Smouts 1997, p.681). Fóruns paralelos de ONGs geralmente foram organizados e implicavam a presença de um volume bastante significativo de pessoas. No caso de Beijing, 30.000 pessoas estiveram no evento paralelo e cerca de 3.000 jornalistas fizeram a cobertura do evento, numa reunião como jamais havia sido produzida.

Argumento com Smouts, porém, que as conferências internacionais representam um processo contínuo, de caráter cumulativo, com repetição de muitos sujeitos, atores que podem estar envolvidos para manter ou inserir na ordem do dia uma determinada agenda. No caso de Cairo e Beijing, a organização do movimento internacional de mulheres foi visível e contundente. Desde a 1ª Conferência da Mulher no México, milhares de ativistas dos movimentos de mulheres e feministas estavam articuladas para organizar o encontro paralelo das ONGs, visando intervir nos debates oficiais. Em Nairobi, cerca de 14.000 mulheres participaram do fórum paralelo, debatendo temas como a inter-relação das demandas femininas diante com os modelos de desenvolvimento econômico e social, as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como temas mais complexos e todavia atuais, como os fundamentalismos, as decisões femininas em torno da sexualidade e reprodução (DAW, 2004). Ainda de acordo com a Divisão para o Avanço das Mulheres da ONU, o

espaço das conferências internacionais serviu como catalisador de processos que visavam posições comuns, que pudessem tratar da vida das mulheres como uma temática universal. Ao mesmo tempo que a riqueza dessa internacionalidade se fazia presente, também foi ficando evidente a dificuldade de criar consensos. As conferências foram sendo espaços de “visibilidade, articulação, aprendizagem e identificação, fortalecimento de parcerias, bem como de entendimento e reflexão sobre a importância da esfera internacional sobre a vida no planeta” (DAW, 2004). O movimento da sociedade civil na década de 1990 vai se definindo como um movimento que já não é mais *internacional*, no sentido de visões nacionais que se inter-relacionam, mas *transnacional*, na medida em que cresce a compreensão de que as decisões que serão definidoras das condições de vida no planeta são de interesse “para além das fronteiras do nacional, ou seja, transcendem essa dimensão que organiza o mundo atual em Estados-Nação com fronteiras delimitadas” (DAW, 2004).

As quatro Conferências Mundiais sobre a Mulher contribuíram para situar a causa da igualdade entre homens e mulheres no cerne do cenário mundial. De uma maneira global, o que se poderia dizer é que as Conferências foram um momento de eclosão do tema, unindo a comunidade internacional no apoio a um conjunto de objetivos comuns, desenhando planos que tinham por objetivo promover as mulheres, ou a causa das mulheres, ou a causa dos direitos das mulheres, em todas as esferas da vida pública ou privada.

Na época de formação das Nações Unidas, apenas 30 dos 51 Estados que as integraram permitiam que as mulheres tivessem os mesmos direitos de voto que os homens, ou ocupar cargos públicos. Como já mencionado, os anos iniciais foram dedicados a definir um conjunto de códigos e normas que ampliavam as possibilidades de inserção da mulher na vida

pública, sobretudo no mercado de trabalho, em igualdade de condições com a população masculina. Vale lembrar que a obra de Marx e Engels, à época, tinha seguidores e impacto. Concordando com Echeverría (1998), evoco as questões então candentes: qual é o lugar do homem e da mulher no desenvolvimento, o significado da igualdade; as ambivalências na luta pela liberdade econômica das pessoas, as limitações do poder econômico entendido em termos tradicionais, o lugar dos gêneros na experiência da necessidade e a instrumentalização da mulher na luta contra a pobreza. Embora datado de 1998, o texto de Echeverría parece antecipar o que iria se tornar claro com a Declaração e as Metas do Milênio (ONU 2000a, 2000b) nas Nações Unidas: a instrumentalização das mulheres e da perspectiva de gênero pela Economia.

As Conferências de População e as Conferências da Mulher, embora desde sempre tenham sido espaços de formulação de discursos, propostas de políticas e de programas, desenvolveram-se de maneira paralela. Teoricamente envolveram atores sociais e políticos de espaços e com interesses diferentes. Se, por um lado, as mulheres pretendiam ampliar suas possibilidades de ação no mundo público, os demógrafos pretendiam elaborar projeções mundiais de população e realizar estudos sobre o sentido e os efeitos da dinâmica das populações. Após a Segunda Guerra Mundial, o problema populacional foi debatido em cinco conferências mundiais, sendo as primeiras de caráter técnico-científico e as demais reuniram delegações oficiais dos governos de grande número de países. Os integrantes do universo das Conferências de População são atores específicos, como pesquisadores, agências privadas de planejamento familiar, técnicos especialistas e agências do sistema das Nações Unidas – no caso, particularmente o UNFPA. Tendo em vista que os assuntos de população envolvem taxas de crescimento populacional e de fecundidade

feminina, as Conferências de População vão sendo expressão da tensão entre os direitos das mulheres e as políticas de população e metas demográficas.

A Conferência de População e Desenvolvimento de Bucareste (1974), de acordo com Barroso (1989), foi um marco no processo de desenhar políticas de população. Recebeu a influência de um largo espectro de forças políticas, posições científicas e instituições internacionais, destacando-se a presença dos países não-alinhados e mudanças teóricas desenvolvidas no próprio campo demográfico, provocando uma perda de força da posição neomalthusiana, segundo a qual o crescimento populacional impediria o crescimento e desenvolvimento econômico dos países (Alves & Corrêa 2004). De acordo com García (2003 p.17), em Bucareste os líderes dos países em desenvolvimento, “contrariando a agenda planejada pelos neomalthusianos, combateram as políticas controlistas com o argumento de que o desenvolvimento é o melhor contraceptivo”, afirmando ainda que “a ajuda econômica dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos seria uma estratégia muito melhor do que apoiar programas de controle de natalidade”.

O texto resultante foi bastante diferente do que havia sido proposto pelo Secretariado da ONU, e várias indicações sobre “metas quantitativas de taxas de natalidade foram substituídas por amplas mudanças sociais” (Barroso 1989, p.185), introduzindo-se vários parágrafos sobre a situação das mulheres no mundo e incluindo-se também recomendações específicas sobre a educação das mulheres e temas de investigações a serem desenvolvidas, como avaliação do impacto dos diferentes métodos de planejamento familiar sobre as condições de saúde das mulheres e de outros membros da família, além de outros mais gerais como mudanças na família, oportunidades de educação e emprego para as mulheres,

pesquisa biomédica de fertilidade masculina e feminina. De acordo com Barroso (1989), havia diferenças irreconciliáveis entre o plano e aqueles que iriam financiá-lo – e o texto (como sempre ocorre) teria representado uma acomodação de interesses. De todo modo, a autora se pergunta sobre as razões da inclusão do tema “mulher” nessa conferência de 1974. Duas linhagens são por ela identificadas e explicariam o crescente interesse das Nações Unidas na inclusão da preocupação com as mulheres: a linhagem do controle de natalidade e a linhagem do desenvolvimento. Como relata Barroso, desde a década de 1920 Margaret Sanger procurou inserir o debate na Liga das Nações sobre o controle de natalidade, enfrentando forte oposição. Apenas na década de 1960 a preocupação com o aumento populacional teria maior evidência, instalado o debate por Estados Unidos, Índia e Suécia. Ainda de acordo com Barroso (1989), em 1962 a Assembléia Geral das Nações Unidas realizava seu primeiro debate sobre população; e em 1965 Aziza Hussein³⁵ propôs uma investigação da inter-relação entre a condição da mulher e o planejamento familiar. Uma versão preliminar do documento foi usada como subsídio para a Conferência de Bucareste.

Também o Centre for Social Development and Humanitarian Affairs elaborou um documento sobre os direitos da mulher e a fecundidade, que foi apresentado em dois simpósios reunindo especialistas, em 1973 e 1974, preparatórios para a Conferência. O trabalho foi divulgado, debatido e sua tese ganhou destaque, do reconhecimento da relevância da educação e do emprego na determinação das variações do comportamento reprodutivo. O estudo, segundo Barroso (1989), usa anos de escolaridade, representação das mulheres na força de trabalho remunerada, integração nos postos de decisão política, idade ao casar e direitos e obrigações familiares para tomar suas conclusões, relativizando a importância das condições

³⁵ Delegada do Egito na Comissão da Condição Feminina e mais tarde presidenta da IPPF – International Planned Parenthood Federation.

demográficas na determinação da posição da mulher na família. O estudo enfatiza a relevância da igualdade entre os sexos e o direito humano de planejar o nascimento de filhos. Embora de alguma maneira a menção aos homens esteja presente nessa conferência, nos documentos que a analisam não fica claro quem eram os atores sociais envolvidos, nem por que defendiam determinada posição ou idéia sobre os homens. Retornando à lógica das linhagens de Barroso, a segunda delas é a do desenvolvimento. Segundo a autora, estudos realizados na década de 1970 foram determinantes. Um trabalho de grande influência sobre orçamento-tempo encomendado pela UNESCO e UNITAR (Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa) foi o de Alexander Szalai (1972), que descreve a divisão sexual do trabalho em 12 países com regimes políticos e graus de industrialização diversos, e é considerado um trabalho básico para destacar a presença da mulher na vida produtiva. Por outro lado, é importante indicar que também nesse período, em 1973 (Barroso 1989), por iniciativa do então presidente Allende, a CEPAL realizava um estudo sobre a participação das mulheres no desenvolvimento na América Latina. Esse estudo foi divulgado apenas depois de Bucareste, mas apresenta aspectos relevantes para a compreensão da inclusão das “mulheres” no texto da Conferência: a) que todos os aspectos do desenvolvimento são igualmente importantes para o avanço das mulheres e que os aspectos demográficos não podem ser isolados do contexto do desenvolvimento global; b) o tema da inclusão das mulheres no desenvolvimento é relevante porque as mulheres podem contribuir com as sociedades em seu processo de alcançar melhor qualidade de vida para todos. Como indica Barroso (1989), as duas linhagens começam a unir-se e dar destaque às mulheres, mas sempre de maneira instrumental.

Como indica Zwalen (*apud* Lassonde, 1997) o conceito de gênero já aparecia na década de 1970 nos Estados Unidos, no contexto de investigações feministas nas Ciências Sociais e Históricas. Mas em Bucareste não aparece o uso específico da palavra gênero. No entanto, três parágrafos do texto da Conferência de Bucareste são indicativos dos desenvolvimentos que seriam observados em conferências posteriores:

Las políticas de población son partes integrantes de las políticas de desarrollo socioeconómico, pero nunca las sustituyen; al tiempo que promueven objetivos socioeconómicos, deben ser congruentes con los derechos humanos internacional y nacionalmente reconocidos de la libertad del individuo, la justicia y la supervivencia de los grupos nacionales, regionales y minoritarios...

...todas las parejas e individuos tienen el derecho fundamental de decidir libre y responsablemente el numero y espacimiento de sus hijos y de disponer de la información, la educación y los medios necesarios para ello; la responsabilidad de las parejas e individuos en el ejercicio de ese derecho exige que tengan en cuenta las necesidades de sus hijos, vivos y futuros, y sus obligaciones hacia la comunidad.

...Las mujeres tienen derecho a la plena integración en el proceso de desarrollo, en particular mediante la igualdad en el acceso a la educación y en la participación en la vida social, económica, cultural y política. Además, deben tomarse las medidas necesarias para facilitar esa integración con las responsabilidades familiares, que deben ser plenamente compartidas por los dos componentes de la pareja (Principios y objetivos del plan de acción de la Conferencia de Población de Bucareste p.13) (grifos meus)

Há que se considerar, no entanto, que desde as décadas de 1950 e 60 a ideologia neomalthusiana estava ocupando maior espaço na academia e na política, com proliferação de centros de pesquisa e de ensino na área da Demografia, com apoio financeiro de Fundações como a Ford e a Rockefeller, enquanto a Usaid (United States Agency for International Development) financiava programas de planejamento familiar, institucionalizando a agenda demográfica neomalthusiana (Alves & Corrêa 2004). Paralelamente, a ciência médica construía seu domínio no diálogo com governos orientais, como os da Índia e da China, que na década de 1960 implementaram políticas de controle de natalidade (inclusive voltadas para os homens). A Medicina também dialogava com feministas ocidentais, usando a representação do “homem responsável”. Oudshoorn (1999)

mostra claramente como o discurso do “homem responsável” tem sua origem entre os cientistas da reprodução que se apoiavam na formulação feminista sobre a importância da pesquisa de métodos contraceptivos masculinos, incorporando o discurso da necessidade de compartilhar riscos entre os dois sexos. .

É possível, portanto, que nos processos de construção dos textos das Conferências de População tenham coexistido discursos produzidos, de um lado, por cientistas da reprodução e, de outro, seguindo as linhagens que Barroso (1989) aponta, onde inclusive a divisão sexual do trabalho ganha muito espaço – e iria apelar paulatinamente para a presença dos homens nas atividades domésticas. Apesar de os documentos das conferências serem firmados pelos países participantes, porém, nem todos os põem em prática. Índia e China iriam se destacar no período pós-Bucareste: a população masculina da Índia seria submetida à esterilização em massa em todo o país (Alves & Corrêa 2004) e, na China, a política do filho único ganhava espaço incentivando os casais – portanto incluindo verdadeiramente os homens nesse esforço de controle demográfico.

De toda maneira, em 1984, quando da realização da segunda Conferência de População, no México, já havia mais abertura para o tema do planejamento familiar – e, também, maior presença de um conservadorismo moral desenhado em grande parte pela presença do Vaticano nas Nações Unidas e pela crescente presença do governo norte-americano. Ronald Reagan e o Papa iriam se aliar nas discussões sobre temas como contracepção, aborto e sexualidade (Alves & Corrêa 2004). Entretanto, como afirma Berquó (1998), a reprodução percebida como resultado de um processo de construção social, e gênero, como uma relação política – aspectos essenciais para a compreensão da fecundidade – não estiveram presentes como tal na agenda de pesquisa demográfica: os estudos de

fecundidade realizados tratavam a mulher de maneira atomizada e operavam com um modelo masculino que certamente não teria correspondência nas distintas realidades pesquisadas (Garcia 2003). Essa vertente deixaria suas marcas no texto da Conferência do México, que enfatizaria que a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento não é necessariamente negativa.

Dez anos mais tarde, a 3ª Conferência de População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994 é considerada um momento único no debate histórico sobre população e desenvolvimento. Não aconteceu de maneira isolada, como as conferências que a antecederam, e trouxe visibilidade às relações Norte-Sul, representando uma inflexão no ciclo das conferências da década de 1990. No Cairo os temas de população não foram tratados de maneira limitada, associada ao crescimento econômico, mas trouxeram para o centro da cena as temáticas de desenvolvimento, meio ambiente e direitos humanos (Alves & Corrêa 2004). Cairo também foi um momento exemplar de presença do movimento feminista e de sua capacidade de articulação e negociação; também foi exemplar o processo de interação entre as delegações oficiais e as organizações integrantes dos fóruns paralelos. Nesses debates e nos impasses das negociações oficiais desenvolveram-se estratégias de *advocacy* para que a visão da sociedade civil, e especialmente do movimento feminista, estivesse presente nos documentos oficiais. Por exemplo, grande parte do texto do documento oficial da Conferência do Cairo “foi reescrito pelas organizações que acompanharam as negociações *in loco*”. Na contribuição da sociedade civil ao documento oficial, “destacam-se os parágrafos do capítulo sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, ponto fundamental de discussão desta conferência” (DAW 2004). Todo o processo mostrou a relevância da participação nos espaços oficiais e não-oficiais.

Assim, no Cairo os/as atores/as políticos/as invadiram e problematizaram discursiva e publicamente o campo das políticas demográficas, assumindo o debate em torno da reprodução, instaurando a era dos direitos reprodutivos (que já vinham sendo discutidos em outros espaços, conferências e instrumentos) e radicalizando o processo da igualdade e equidade de gênero – radicalizando para favorecer as mulheres. De acordo com Lassonde (1997), os debates que se estruturam no processo da Conferência de Cairo têm como atores centrais o “Grupo de População”³⁶, o movimento feminista internacional, o governo norte-americano, além da Secretária-Geral da Conferência, Nafis Sadik, diretora executiva do UNFPA, “uma mulher disposta a utilizar toda sua influência [...no processo] para colocar em primeiro plano os problemas das mulheres” (Lassonde 1997, p.42). Como diretora da preparação da conferência, a Nafis Sadik e sua secretaria (constituída por funcionários do UNFPA e da Divisão de População) coube “redigir o projeto do documento que seria submetido a negociação, animar o debate, mobilizar a opinião pública e ajudar os grupos que queriam expressar-se acerca do assunto” (Lassonde 1997, p.52). Vale observar que a Conferência do Cairo ocorreu durante o Governo Clinton, que se preocupava naquele momento em apoiar solidamente as causas das mulheres. O Vaticano e os países islâmicos complementam o conjunto dos atores centrais na arena do Cairo.

Ainda de acordo com Lassonde (1997), a organização da conferência dividiu-se em três fases: a) debates com técnicos especializados sobre temas específicos; b) conferências regionais; e c) reuniões internacionais para agrupar todos os representantes dos Estados membros da ONU. Nesse processo de discussões técnicas e políticas, e de busca de consensos,

³⁶ Movimento de origem estadunidense com objetivos internacionais no qual se encontram representantes de academias, governo, ONGs e meios de informação.

vários temas foram ganhando e/ou perdendo espaço. Em um instrutivo quadro, Lassonde mostra como na evolução desses debates o tema “homens” foi ganhando corpo, recebendo destaque na redação do Projeto de Programa e visibilidade máxima no texto propriamente dito do Programa de Ação. Foi abordado no debate técnico dos temas “mulheres” e “planejamento familiar”, e no debate político posterior, especialmente trazido à luz pelos países da Ásia, África e América Latina – estando ausentes os países árabes e europeus. O tema “mulheres”, como “homens”, foi enfatizado no debate técnico sobre “mulheres”, “planejamento familiar” e “meio ambiente”, permeando também os demais eixos temáticos (Políticas, Estrutura Demográfica, Migrações), bem como em debates regionais. O “homem”, como se sabe, ocupou um lugar de relevo no texto final do Programa de Ação, igualando-se à importância do tema “saúde reprodutiva” (Lassonde 1997, p.53). É muito possível que a abordagem dos “homens” ou da responsabilidade masculina tenha ganhado espaço crescente ao longo dos trâmites da Conferência do Cairo por força dos distintos atores, tanto do campo de população como do feminista. Também os grupos conservadores, que se opõem às vertentes feministas, vinham apoiando um crescente espaço para os homens, como a própria Igreja Católica, em sua *Carta às famílias* (João Paulo II, 1994).

Vale destacar que, se há literatura disponível para analisar a ação dos distintos atores sociais no processo do Cairo e seus efeitos na conformação do texto do Programa de Ação, é praticamente inexistente o detalhamento da forma como a abordagem dos homens foi feita na Conferência – quem falou, com que objetivos, nas reuniões preparatórias na Conferência propriamente dita. Sen (1994), por exemplo, aborda em detalhe a elaboração de cada um dos capítulos da Conferência, situa o

núcleo do texto como sendo os capítulos de 4 a 8, explicita como a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres são centrais; mostra inclusive como foi deixada de lado a linguagem sobre o *status* da mulher, mas apenas aponta que o capítulo 4 fala a favor de “programas para educar os homens na direção de um comportamento mais responsável” (Sen 1994, p.103; Arilha Silva 1999) .

No processo de avaliação do Cairo, isto é, em Cairo +5, optou-se por revisar a implementação daqueles que seriam os aspectos centrais do Programa de Ação. Ao se debater o capítulo 4 (Igualdade de gênero, equidade e empoderamento das mulheres), foi avaliada não apenas a situação das mulheres e das meninas, mas também a dos homens. Foi interessante observar os relatos, por exemplo, de representantes do Caribe, segundo os quais vários países da região haviam implementado medidas para encorajar os homens a desenvolver maior responsabilidade em seus comportamentos sexuais e reprodutivos e em seu papel social e familiar, por meio de programas informativos, educativos e de sistemas legais; citaram especificamente agências de planejamento familiar, alguns programas nacionais de prevenção do HIV/aids, assim como programas de apoio à prevenção da violência como implementadores dessas estratégias, que incluíram *workshops*, cursos de treinamento para a paternidade e mudanças legislativas (ECLAC 1998). A abordagem do Caribe ao tema “homens”, que no Cairo se transformara em “responsabilidade masculina”, é exemplar: ao relatar suas experiências e fazer um balanço do que foi executado, destaca a busca de um processo educativo para modificar comportamentos que seriam praticamente considerados “desviantes” dos homens, sobretudo em sua dificuldade em participar da divisão sexual do trabalho... doméstico.

Voltando o olhar para as Conferências da Mulher, pode-se dizer que significaram ação da comunidade internacional, do movimento de mulheres, de governos, academias, instituições internacionais no apoio a planos comuns e eficazes para promover as mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Se, em 1974, a Conferência Internacional de População de Bucareste perguntava-se se a redução da fecundidade favoreceria o desenvolvimento econômico (ou se o desenvolvimento econômico favoreceria a redução da fecundidade), a Conferência Internacional de Mulher de 1975 introduzia em seu discurso a necessidade de elaborar uma convenção para promover a igualdade de direitos para as mulheres de todo o mundo, gerando a aprovação da CEDAW em 1979. Foi convocada naquele ano para coincidir com o lançamento do Ano Internacional da Mulher e determinante para o decreto de criação da Década da Mulher (1976-1985). Três foram os eixos centrais dessa Conferência: igualdade plena de gênero e eliminação da discriminação por motivo de gênero, integração e plena participação das mulheres nos processos de desenvolvimento, além da contribuição crescente das mulheres à construção da paz mundial. As metas definidas estavam centradas no acesso das mulheres a educação, oportunidades de trabalho, participação política, serviços de saúde, moradia, nutrição e planejamento familiar. Delegações majoritariamente encabeçadas por mulheres e a presença dos fóruns não-governamentais marcaram os trabalhos realizados. Em função dessa Conferência é que foram criados o UNIFEM e o INSTRAW (www.un.org/spanish/conferences/Beijing/mujer2011.htm).

Já a Conferência de Copenhague se desenvolveu em um clima de maior tensão, destacando-se a compreensão de que havia disparidades entre os direitos garantidos e a capacidade das mulheres para o exercício desses direitos. De toda forma, três esferas foram definidas como centrais: igual-

dade de acesso à educação, oportunidades de emprego e serviços adequados de atenção à saúde. Embora não houvesse consenso na definição do texto da Conferência, vários fatores foram definidos como centrais para explicar a discrepância entre os direitos jurídicos e as possibilidades das mulheres de exercício dos mesmos, entre os quais a “falta de participação adequada do homem na melhoria do papel da mulher na sociedade” (www.un.org/spanish/conferences/Beijing/mujer2011.htm).

A 3ª Conferência Internacional da Mulher, realizada em Nairobi, foi convocada para avaliar os resultados da Década da Mulher. Representou o que se convencionou chamar de momento do nascimento do feminismo em escala mundial, com suas metas unificadas em torno da bandeira da igualdade, do desenvolvimento e da paz e superando aspectos associados a análises em torno dos cenários econômicos, focalizando muito mais os processos específicos das mulheres. Do fórum de ONGs participaram cerca de 15 mil pessoas. O trabalho realizado durante a Década havia produzido resultados por ter criado um acúmulo de informação, conhecimentos e experiência (www.un.org/spanish/conferences/Beijing/mujer2011.htm). A Conferência introduziu um enfoque muito mais claro e amplo em relação ao avanço da mulher, em que não se deveria priorizar apenas “as questões das mulheres”, mas, em todos os temas de desenvolvimento, deveria haver preocupação com espaço para as mulheres. Iniciava-se aí a tentativa de superação do enfoque “produção X reprodução”, ampliando-se a perspectiva de gênero. Também se incitavam os governos a desenvolver ações em todas as suas instâncias; no Sistema das Nações Unidas, recomendava-se introduzir centros de coordenação das ações voltadas à população feminina em todos os setores. A consciência de que, apesar dos esforços realizados pelos governos durante a Década, as limitações para as mulheres ainda eram imensas, obrigou à definição, por

pressão dos movimentos sociais e decisão dos governos, de definir estratégias para o futuro as chamadas Estratégias de Nairobi – um programa assinado por 157 países. Três categorias centrais de medidas foram definidas: constitucionais e jurídicas, igualdade na participação social, igualdade na participação política e na adoção de decisões. Vale ressaltar que, após a Conferência, a Assembléia Geral exigiu que fossem organizados centros de coordenação das questões relativas à mulher em todas as áreas da Organização. (www.un.org/spanish/conferences/Beijing/mujer2011.htm).

Beijing, sede da 4ª Conferência Internacional da Mulher, significou uma mudança radical de enfoque para compreender os problemas que afetam as mulheres – da simples compreensão do “*status* da mulher” passou-se a considerar o conceito de gênero para explicar como toda a estrutura social e as relações entre homens e mulheres nessas estruturas devem ser reavaliadas, analisando-se os contornos das estruturas de poder e da desigualdade. Os direitos humanos das mulheres foram assim reafirmados como direitos reprodutivos e direitos sexuais. Aí também a presença do movimento internacional de mulheres, tanto nos fóruns governamentais como não-governamentais, e sua capacidade de influir na definição do texto da Plataforma, de buscar compromissos dos governantes, foi determinante do êxito final. No âmbito dos Estados membros determinou-se que os mecanismos governamentais nacionais deveriam ser o centro articulador das políticas voltadas à incorporação da perspectiva de gênero e, no interior do Sistema das Nações Unidas, foi decidida a criação de uma Assessoria Especial em Questões de Gênero (www.un.org/spanish/conferences/Beijing/mujer2011.htm).

A reunião de Beijing +5, realizada em Nova Iorque em 2000, teve por objetivo revisar os ganhos do período, assim como renovar, de certa

maneira, os compromissos políticos contraídos para defender a igualdade de gênero, desenvolvimento e paz no século 21. O documento final foi assinado por 192 países. Mais uma vez, foram os grupos de mulheres que de maneira sintonizada e articulada puderam operar no processo de definição dos textos e trabalhos executados.

Processo de construção dos textos: a presença das mulheres

O processo de construção dos textos das Conferências é sempre apresentado como de construção coletiva. Como indica Smouts (1997), o fervor e o trabalho são intensos, o nível técnico dos documentos que são preparados com antecedência é notável, tornando-os uma das formas mais avançadas de manifestação nas sociedades contemporâneas. Os debates durante as Conferências constituem notáveis processos de negociação entre os diversos atores presentes. Mas iniciam-se muito antes, desde o processo de definição dos temas que vão ser o foco das Conferências. Uma questão ou tema é definido como prioritário na agenda política. Especialistas têm aí um papel central, ao preparar textos para discussão; a mídia também desempenha importante papel. Criam-se sinergias e solidariedade entre os vários envolvidos, que vão atuar como grupos de pressão em nível local e internacional. (Particularmente, a ação do movimento internacional de mulheres mostrou como esses documentos redigidos em comum são instrumentos preciosos e, além de seu caráter educativo, têm o valor de legitimar certas visões e facilitar seu uso junto a grupos locais, comunitários.) Além disso, alguns temas impõem-se, “pairando” acima da temática central definida para a conferência em questão. Smouts (1997) aponta como o tema “desenvolvimento” foi incorporado em todas as conferências. Possivelmente o mesmo foi acontecendo em relação a gênero, ou à participação das mulheres no desenvolvimento – e estaria acontecendo atualmente com a temática dos homens.

Ocorre que a maneira como um determinado tema vai sendo incorporado corresponde a um conjunto de elementos discursivos e à forma como esses elementos vão sendo apropriados por forças de organização social e influenciam suas ações. A ação de grupos organizados de mulheres não surgiu apenas no final do século XX. Em 1907, por exemplo, 58 delegadas de países europeus e de outras regiões do mundo assistiram à 1ª Conferência da Internacional Socialista de Mulheres, celebrada na cidade de Stuttgart, Alemanha, estabelecendo um secretariado internacional, coordenado por Clara Zetkin. Essa conferência adotou uma resolução sobre o voto feminino que se transformou no ponto de partida de uma longa e contínua luta pelos direitos políticos das mulheres. Segundo a SOCINT – Socialist International Women (s.d.), essa posição sobre o voto feminino foi confirmada no Congresso Socialista seguinte à reunião das mulheres. A 2ª Internacional Socialista de Mulheres foi realizada em Copenhague em 1910 e adotou uma resolução em que se definia um Dia Internacional da Mulher, para chamar a atenção sobre o sufrágio feminino e a emancipação política da mulher. Outra reunião seguiu-se em 1912 (às vésperas da Primeira Guerra Mundial), em que Clara Zetkin pronunciou um discurso caloroso:

A guerra moderna significa destruição e matanças excessivas. Mas a guerra somente é a extensão da matança que o capitalismo desata a toda hora, todos os dias, contra os proletários. Ano após ano, no campo da batalha trabalhista, caem centenas de milhares de vítimas, muito mais que em qualquer guerra. Entre essas vítimas, as mulheres são um número cada vez maior. A guerra é somente a forma mais exacerbada de explorar as massas pelo do capitalismo. São os filhos dos proletários quem devem enfrentar-se, matar-se entre si. As mulheres e as mães deploram esse crime (...) As mulheres podem instilar em seus filhos profundos sentimentos contra a guerra, mas isso não significa que não querem fazer sacrifícios. Sabem que é necessário lutar e morrer na luta pela liberdade. A batalha contra a guerra, tal como a batalha pela liberdade, não pode ser realizada sem as mulheres. *Krieg dem Krieg!* (Guerra à guerra!) (*apud* SOCINT, s.d.)

A Primeira Guerra estourou dias antes do início da 3ª Internacional Socialista de Mulheres, em Viena; e, apesar dela, o movimento segue

articulado. Os temas debatidos durante o período entre as duas guerras mundiais foram: A mulher e a mobilização; A mulher e o fascismo; e a Crise econômica e a mulher. A chegada da Segunda Guerra prejudicou novamente o trabalho organizativo das socialistas, mas em 1941 Mary Sutherland e as Mulheres Trabalhistas Britânicas organizaram uma Jornada Internacional da Mulher, quando mulheres vindas de países sob regime fascista pronunciaram discursos, cada qual em seu idioma nativo. O movimento foi se reorganizando e, em 1978, mudou seu nome para Internacional Socialista de Mulheres.

O que quero apontar nesse momento é que, na aludida presença de mulheres comprometidas com uma visão internacional de construção de campos democráticos, desde a criação das Nações Unidas, suas integrantes eram muito mais associadas à luta socialista que à luta feminista. Esta só cresceria em nível internacional nos anos 1960, passando de maneira lenta a produzir seus efeitos nas Conferências Internacionais da Mulher das Nações Unidas, como o que sucedeu na 1ª Conferência, em 1975. Segundo documento do UNIFEM (2001), no Fórum Paralelo das ONGs nessa Conferência, as mulheres dos países do Bloco do Leste estavam mais interessadas em questões relativas à paz, enquanto as do Ocidente punham acento na igualdade, e as dos países em desenvolvimento davam prioridade ao desenvolvimento. Do que apurei nesta análise, é efetivamente essa visão múltipla que iria informar as lutas das mulheres nos primórdios das Nações Unidas, porém com importante ênfase aos atores socialistas, que focalizavam o homem operário, geralmente casado com filhos, cuja força de trabalho, ao ser explorada pelo capital, sofria desgaste a sua saúde. As leituras e análises de Marx e Engels sobre o patriarcado eram mais evidentes naquele momento do que, por exemplo, a obra de Simone de Beauvoir (cujo título *O Segundo Sexo* data de 1949), que analisa em

profundidade os processos de socialização das mulheres em uma perspectiva que supera a visão marxista.

Os homens, enfim

O que teria acontecido com os homens? Em todo esse processo de construção de manifestações da sociedade, da intervenção dos movimentos sociais nos processos das Conferências das Nações Unidas, os homens, embora representando uma presença contínua e até hegemônica, não são nomeados como tal e não estiveram representando visões de grupo específicas. Ao contrário, as mulheres tiveram explícita e contundente presença contínua como sujeitos sociais nos processos das Conferências, não apenas nas conferências propriamente ditas, mas em todo o processo que as antecedeu (aliás, desde a própria criação das Nações Unidas, como se viu). Ora, nesse processo de estabelecimento de um agir comunicativo, as mulheres têm conseguido estabelecer ações no cenário internacional, em lugares e processos que realmente são determinantes de mudanças culturais, econômicas, políticas, sociais. De acordo com Habermas, um processo de democracia radical seria possível a partir de um agir no mundo público ou sistêmico, com distintos sujeitos, num processo em que idéias diversas podem ser debatidas, argumentadas e examinadas, criando processos de validação e legitimidade. Os esforços teóricos de Habermas ajustam-se perfeitamente para compreender de que maneira esses processos foram sendo ou são continuamente construídos no âmbito das Nações Unidas.

Quanto aos homens, se considerarmos os referenciais em uso nas ciências sociais para caracterizar movimento social, dificilmente poderíamos dizer que estejam envolvidos em algo que tenha essa configuração, em nível internacional; não apresentam qualquer dos

quatro elementos para tanto, quais sejam: a) práxis – ação grupal para a transformação; b) projeto, ou objetivo específico do grupo em questão; c) ideologia, isto é, princípios valorativos motivadores da práxis e orientadores do projeto; d) organização e direção, ainda que fluida (Scherren-Warren *apud* Silva 2002). De acordo com Habermas, esferas públicas autônomas e democráticas operam para construir discursos contra-hegemônicos e seriam autogeradas no mundo da vida. Ora, são raríssimos os grupos de homens que poderiam ter essa perspectiva – talvez apenas o Movimento dos Homens do Laço Branco³⁷, que ganhou certa dimensão internacional, mas que, na verdade, revela homens lutando para transformar uma situação que é demanda histórica do movimento de mulheres. Ou o movimento *gay*, mas cujos esforços, apesar de contribuir fortemente para a construção e visibilização de distintas masculinidades, não chegam (embora devessem) a fazer parte dos espaços e discursos ora analisados.

Uma das coisas que mais despertou meu interesse nesta pesquisa dos documentos da ONU foi a percepção de que os textos das Conferências eram repetitivos (o que pode ser explicado pelo processo de produção acima descrito, pois originam-se de documentos endógenos). Há reprodução de alguns parágrafos totalmente ou quase totalmente idênticos de uma Conferência para outra (ver Anexo II) e, sobretudo, há um tema absolutamente repetido quando se trata de incorporar os homens, que é o foco na vida familiar: a ênfase na *divisão das tarefas domésticas*, na conciliação

³⁷ A Campanha do Laço Branco foi criada no Canadá em 1989 por homens, especialmente de Ontário e Quebec, que, sensibilizados com um episódio de violência e morte contra mulheres, decidem criá-la para prevenir a repetição das violências. Seu lema é “Jamais cometer um ato de violência contra as mulheres e não fechar os olhos diante dessa violência”. O objetivo é sensibilizar homens e instituições, mobilizando-os a atuar para o fim da violência de gênero. Tendo já se estendido hoje a cerca de 30 países, chegou formalmente ao Brasil em 1999, onde é coordenada por sete ONGs: Instituto NOOS de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais (RJ), Instituto Promundo (RJ), ECOS (SP), CES (SP), Pró-Mulher, Família e Cidadania (SP), Instituto Papai (PE) e Rede Acreana de Mulheres e Homens (AC) (<http://www.lacobranco.org/campanha.htm>).

entre responsabilidades de trabalho, familiares e domésticas; nesse cenário de preocupação com as responsabilidades familiares entra também a preocupação com a reprodução biológica e, posteriormente, o cuidado com a *redução das taxas de fecundidade* e o tamanho as famílias, como tarefa que deveria ser partilhada com os homens. A preocupação com o *uso de contraceptivos* é o passo seguinte, posteriormente transformando-se em *exigência de preocupação com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e respeito a seus direitos sexuais e reprodutivos*.

Em que pese tal repetição, a presença da menção a homens no texto do Plano de Ação do Cairo é considerada inovadora e foi saudada por muitos autores, especialmente feministas³⁸, por incluir “pela primeira vez” os homens. Essa afirmação, apesar de comum e corrente em contextos nacionais e internacionais, é refutada na presente pesquisa. Os homens estão presentes nos textos das Conferências das Nações Unidas há muito tempo, não apenas como parâmetro para a construção da igualdade com as mulheres, mas sobretudo como alvo de prescrições muito diretas, especialmente para a ação governamental. Passo então a arrolar as menções a homens nesses documentos, conforme metodologia já descrita.

A Conferência Internacional de População de Bucareste-74 estabelece que os governos nacionais, em seus desenhos de políticas de população, devem levar em conta o fato de que a modificação do papel da mulher implica mudanças na função do homem. Recomenda:

- Não se pode modificar a situação das mulheres sem promover mudanças na função do homem.
- Realizar investigações sobre os papéis sociais do homem e da mulher e investigação biomédica sobre a fecundidade masculina.
- Promover medidas e políticas destinadas a melhorar e proteger a saúde do homem, da mulher e da criança.

³⁸ Foi inclusive estudada por mim no mestrado (Arihla Silva, 1999), onde discuto e critico a forma de aludir à “responsabilidade masculina”.

- Estimular a educação para a vida familiar e para a paternidade responsável.
- Promover programas destinados à juventude e oportunidades de educação e emprego para jovens de ambos os sexos visando seu pleno desenvolvimento – o que, em muitas culturas, contribuiria para evitar casamentos precoces.
- Como o fortalecimento dos direitos das mulheres promove a paternidade responsável, esta deveria inclusive ser incluída em currículos escolares.

O objetivo é promover a formação de mulheres e homens capazes de criar de maneira confortável a seus filhos, “vivos ou futuros”, como diz o texto da Conferência.

Na Conferência Internacional de População do México, de 1984, as ênfases são muito similares às da Conferência Internacional da Mulher de 1975 (comentada adiante):

- Promoção de estímulo à participação ativa dos homens em todas as esferas da vida familiar, incluídos o planejamento familiar, a criação dos filhos, o apoio nas tarefas domésticas, para que os cônjuges possam partilhar plenamente as responsabilidades familiares.
- Concessão de licença-maternidade e paternidade por um período suficientemente prolongado, a fim de que a mãe ou o pai possam atender a criança.
- Incentivo à pesquisa de novos métodos anticoncepcionais, inclusive específicos para homens.
- Oferta a adolescentes de ambos os sexos de educação adequada que inclua a preparação para a vida familiar e a educação sexual, com o devido respeito pela função, direitos e obrigações dos pais e pelos valores culturais e individuais em transformação.

Vale destacar que, embora nos textos das Conferências realizadas no transcurso dos anos 1980 e 1990 o número de entradas referentes aos homens aumente de maneira significativa (ver Quadro 1 e Anexo 2), a matriz discursiva permanece exatamente a mesma, ou seja, corresponde à idéia de desenvolver esforços para que se efetive a participação dos homens no âmbito da vida reprodutiva, aí incluídas atribuições e responsabilidades familiares, domésticas e parentais.

Na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, os elementos explicitados foram:

- Homens e mulheres devem participar e intervir de maneira igualitária na vida produtiva e reprodutiva.
- É preciso melhorar a comunicação entre homens e mulheres.
- Promover e estimular a participação do homem de maneira igualitária em todas as esferas da vida familiar e responsabilidade doméstica.
- Insistência nas responsabilidades dos homens a respeito da criação dos filhos e das tarefas domésticas.
- Insistência na responsabilidade do homem e em sua participação ativa na paternidade responsável, no comportamento sexual e reprodutivo, incluído o planejamento familiar.
- Incentivo a homens para que se responsabilizem em seu comportamento sexual e reprodutivo e assumam função social e familiar.
- Mulheres e homens devem ter informação sobre planejamento familiar, para tomar decisões livres e bem informadas.
- Os homens devem assumir maior responsabilidade na prática, no planejamento familiar.
- Programas inovadores para adolescentes e homens adultos devem prover acesso a informação, assessoria e serviços de planejamento familiar.
- Promover a educação de homens jovens para respeitar a livre determinação de mulheres e compartilhar as responsabilidades sobre sexualidade e reprodução.
- Promover a responsabilidade dos homens jovens e adultos em relação a sua saúde sexual e reprodutiva com ensino não-acadêmico e atividades comunitárias.
- Programas devem educar e facultar aos homens compartilhar o planejamento familiar, assumir a responsabilidade pela prevenção da gravidez indesejada e de DSTs, bem como dos trabalhos domésticos e da criação dos filhos.
- Acesso universal aos serviços de atenção médica, incluída a saúde reprodutiva [que, segundo essa Conferência, deve incluir planejamento familiar e cuidado à saúde sexual e reprodutiva].
- Promover e tornar acessíveis métodos contraceptivos voluntários e para prevenir DSTs, inclusive HIV/Aids.
- Orientar homens (nas culturas em que for o caso) para desencorajar a mutilação genital de mulheres.
- Reduzir as diferenças entre mortalidade e morbidade entre homens e mulheres.
- Atingir os homens em seu trabalho.
- Atingir os jovens e os adolescentes em escolas.

- Educação necessária para satisfazer as necessidades e direitos humanos das mulheres.
- Considerar como responsabilidade masculina a educação das crianças desde a mais tenra infância.
- Promover a partilha de responsabilidade por homens e mulheres para apoiar a viabilidade das famílias constituídas por várias gerações; prestar assistência às famílias no cuidado dos filhos e pessoas de idade ou com deficiências.
- Mudar leis e políticas para que os homens cumpram suas responsabilidades e proporcionem apoio financeiro a seus filhos e a suas famílias.

No texto da Conferência de Cairo+5, os itens em que se alude aos **homens** foram:

- Repercussões sobre os homens da mundialização da economia e da privatização³⁹.
- Serviços para homens não devem ser providos em detrimento dos serviços para mulheres.
- Procurar que os homens compreendam suas funções e responsabilidades, respeitando os direitos humanos das mulheres.
- Promover modelos positivos que ajudem os homens a transformar-se em adultos sensíveis à questão de gênero.
- Promover modelos positivos (masculinos) para apoiar, promover e respeitar saúde sexual e reprodutiva e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.
- Aumentar a compreensão das funções e responsabilidades dos homens na gravidez, dores do parto e partos propriamente ditos, incrementando responsabilidades e compreensão das funções dos familiares, incluídos os homens.
- Homens devem assumir responsabilidade pelo comportamento sexual e reprodutivo.
- Realizar investigações sobre sexualidade masculina, virilidade e comportamento reprodutivo dos homens.
- Investigar novos métodos anticoncepcionais inócuos, econômicos e eficazes para homens e mulheres.
- Programas de promoção da saúde para homens em idade de trabalhar (e mulheres em idade de procriar) nos casos em que se identifique estancamento ou aumento das taxas de mortalidade entre populações adultas.
- Reunir dados para avaliar estado de saúde reprodutiva de homens e mulheres.

³⁹ A referência a “homens” nesse item, embora possa parecer referir-se a “humanidade”, trata especificamente da população masculina.

- Criar oportunidades para que mulheres e homens de idade sigam aportando conhecimentos à família.
- Documentar experiências positivas (políticas e programas) e difundir informação na esfera do envelhecimento.
- Diminuir analfabetismo entre homens e mulheres.

Discuto a seguir a menção a homens nos documentos das conferências sobre a mulher. A 1ª Conferência Internacional da Mulher, México-1975, realmente parece ser uma das mais claras na explicitação de seus pontos, embora sempre tendo como referência a mesma matriz discursiva em relação aos homens. A lista que se segue, do contexto das menções a homens, não está ordenada na seqüência com que aparecem no texto nem segundo a numeração dos capítulos, mas de acordo com uma lógica que visa facilitar o reconhecimento das mudanças pleiteadas nos papéis femininos e masculinos e da centralidade atribuída a estes últimos no âmbito doméstico – a necessidade de organizar a família, ou seja, de o casal heterossexual cumprir a tarefa de educar os filhos, de definir seu número e espaçamento (aqui também considerada “doméstica”), de modificar atitudes e comportamentos masculinos em relação ao cuidar – bem como as demandas dirigidas ao Estado, de políticas e oferta de serviços que facilitem a criação e educação dos filhos:

- Reconhecer e despertar a consciência pública sobre os papéis cambiantes entre mulheres e homens.
- Necessidade de mudanças no papel tradicional dos homens.
- Homens e mulheres devem aceitar partilhar responsabilidades do lar e dos filhos e, nesse processo, a educação deve ter papel central.
- Necessidade de estabelecer critérios para facilitar a combinação entre responsabilidade familiar e de trabalho, promovendo a jornada parcial para mulheres e homens.
- Políticas para coordenar o pleno desenvolvimento harmônico da personalidade, permitindo a coordenação de diferentes papéis para mulheres e homens.
- Homens e mulheres devem ser igualmente objeto de campanhas de comunicação e mobilização para controle da fecundidade.
- Instalação de creches para promover a igualdade entre mulheres e homens, assim como outros serviços para a infância.

- Promover investigações sobre o tempo de mulheres e homens dedicado às tarefas domésticas.
- Promover a participação de homens em importantes questões que afetam suas famílias, comunidades, e sociedades em geral.
- Mulheres e homens devem ser estimulados a inculcar em seus filhos valores de respeito e compreensão mútuos por todas as nações e povos, bem como a igualdade sexual.
- Necessidade de modificar atitudes sociais, especialmente pela educação para homens e mulheres, para que aceitem partilhar as responsabilidades do lar e das crianças.
- Inclusão de homens nos mecanismos governamentais para o avanço da mulher.

A 2ª Conferência da Mulher de Copenhague traz os seguintes pontos relevantes, pensando especificamente no universo masculino:

- Promover a igualdade de direitos entre mulheres e homens.
- Promover as oportunidades e responsabilidades da mulher e do homem.
- Reconhecer a necessidade de mudanças no papel tradicional do homem.
- Oferecer aos pais que trabalham, como empregados o por sua conta, prioridade em creches.
- Orientar o ensino acadêmico e não-acadêmico e permanente em direção a reavaliação do homem e da mulher para assegurar sua plena realização como indivíduos na família e na sociedade.
- Estimular mulheres e homens a inculcar em seus filhos valores de respeito e compreensão mútuos por todas as nações e todos os povos, a igualdade racial, a igualdade sexual, o direito das nações a livre determinação e o desejo de manter a cooperação, a paz e a segurança internacionais no mundo.
- Iniciar programas de informação e educação acadêmica e não-acadêmica para que o público em geral, os pais, os professores, conselheiros e outras pessoas percebam a necessidade de ofertar as meninas uma sólida educação inicial e formação adequada.
- Atender as necessidades de combinação de responsabilidades familiares e do trabalho, incluindo: horários flexíveis de trabalho, jornada parcial para mulheres e homens, serviços de puericultura, sistemas de licença para ajudar aos pais a cuidar dos filhos, cozinhas coletivas e outros serviços que ajudem a realizar mais facilmente as tarefas do lar.
- Indicar prestígio que o cuidado do lar pode trazer a um cônjuge, pai ou mãe, encarregado das tarefas domésticas.
- Atender aos problemas da migração de homens jovens.

- Desenvolver esforços para facilitar a comunicação e mobilização igualitária entre mulheres e homens para o processo de regulação da fecundidade.
- Realizar investigações que possam determinar quais são as imagens da mulher e do homem que os meios de comunicação de massas estão projetando publicamente.

Na 3ª Conferência Internacional da Mulher, realizada em Nairobi, há maior detalhamento das recomendações, mas a lógica que informa o texto parece a mesma de dez anos antes:

- Promover a igualdade entre mulheres e homens como princípio.
- Promover mudanças na imagem tradicional de mulheres e homens e maior flexibilidade na determinação de papéis sexuais.
- Considerar que as mudanças na família, no papel das mulheres e nas relações entre mulheres e homens apresentam novos desafios, requerendo novas perspectivas, estratégias e medidas.
- Estimular a partilha de responsabilidades familiares com os homens, bem como as responsabilidades parentais entre homens e mulheres.
- Promover maior flexibilidade nos horários de trabalho de modo a facilitar a divisão de responsabilidades entre homens e mulheres.
- Construir um sistema que permita a partilha de responsabilidades parentais e domésticas entre mulheres e homens, incluindo-se nestas o processo de decisão em relação ao tamanho da família e espaçamento das crianças.
- Apoiar programas que apoiem mulheres e homens a tomar decisões sobre o número desejado de crianças.
- Oferecer serviços para facilitar as obrigações domésticas.
- Promover a licença paternidade, disponível e de preferência compartilhada por mulheres e homens.
- Compartilhar responsabilidades no âmbito da saúde.
- Educar (ambos os sexos) para a paternidade responsável e para a vida.
- Envolver homens na responsabilidade de criação de jovens gerações em atmosfera de tolerância e mútua consideração.
- Divulgar e publicizar homens que estejam envolvidos em todos os aspectos ligados à responsabilidade familiar.
- Estimular programas educacionais para capacitar homens a assumir responsabilidade na criação dos filhos e na manutenção da vida doméstica.
- Homens e a sociedade como um todo devem compartilhar responsabilidades na produção e criação das crianças.

Na 4ª Conferência Internacional da Mulher, a de Beijing (1995), os princípios e pressupostos de ação parecem ser alargados, introduzindo elementos que mais claramente falam de aspectos mais amplos da vida humana. As menções a homens estão agrupadas segundo blocos temáticos:

Bloco 1 Princípios

- Promover direitos e dignidade humana intrínseca a homens e mulheres.
- Satisfazer as necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais de mulheres e homens.
- Relação transformadora entre mulheres e homens.
- Homens devem participar em ações destinadas a garantir a igualdade.
- Mulheres e homens devem compartilhar o poder.
- Homens devem trabalhar de comum acordo e em associação com as mulheres.
- Promover ações para que mulheres e homens se comprometam a contribuir para a aplicação desse Plano de Ação.
- Promover a igualdade de gênero e exclusão dos estereótipos baseados em gênero dos papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens na família.

Bloco 2 Responsabilidade familiar

- Reconhecer que as responsabilidades devem ser compartilhadas entre mulheres e homens no âmbito do trabalho e da família.
- Promover a igualdade de direitos, as oportunidades e acesso aos recursos, a distribuição equitativa entre homens e mulheres das responsabilidades com respeito a família.
- Fomentar a participação em condições de igualdade nas responsabilidades familiares, papéis que desempenham mulheres e homens na família.
- Incentivar homens a participar em condições de igualdade no cuidado dos filhos e do trabalho doméstico.
- Assegurar que mulheres e homens possam decidir livremente e em igualdade de condições se trabalham em jornada de trabalho total ou parcial.
- Iguais oportunidades a homens e mulheres para obter licenças temporárias.
- Serviços de apoio acessíveis e flexíveis, como creches de boa qualidade, para trabalhadores de ambos os sexos.
- Estimular responsabilidades dos pais em relação aos direitos das crianças.
- Direito do homem e da mulher a obter informação e planificar suas famílias.

- Relações igualitárias entre homens e mulheres no âmbito das relações sexuais e reprodução.
- Responsabilidade compartilhada entre mulheres e homens sobre questões relativas ao comportamento sexual e reprodutivo.
- Promover normas e práticas para eliminar discriminação contra a mulher e incentivar os homens a assumir responsabilidades em relação ao comportamento sexual e à procriação.

Bloco 3 Economia

- Promover a igualdade em relação aos direitos econômicos.
- Promover a igualdade no acesso ao mercado para empresários de ambos os sexos.
- Promover igual remuneração pela realização do mesmo trabalho.
- Melhorar a obtenção de dados sobre a contribuição da mulher e dos homens à economia, incluída a economia formal.

Bloco 4 Educação

- Melhorar a qualidade da educação de mulheres e homens.
- Prover educação para todos.
- Elaborar programas de ensino e material didático para docentes e educadores para ampliar a compreensão da condição, papel e contribuição da mulher e do homem à família.
- Fomentar a adoção de carreiras não-tradicionais para homens.
- Promover programas de educação e capacitação a fim de sensibilizar jovens e adultos de ambos os sexos sobre os efeitos pessoais e sociais negativos da violência em família.

Bloco 5 Saúde

- Mulheres e homens devem poder adquirir conhecimentos sobre saúde.
- Programas educativos para mulheres e homens, especialmente pais, sobre a importância da saúde física e mental.
- Levar homens a tomar decisões e assumir responsabilidades sobre sua saúde, a ter respeito mútuo em relação à sexualidade e fecundidade, a reconhecer a importância da saúde e do bem-estar das mulheres.
- Prestar apoio financeiro e institucional a pesquisas sobre métodos e tecnologias seguros, eficazes, acessíveis e aceitáveis para a saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens.
- Apoiar atividades físicas para jovens e homens.
- Realizar seminários para orientar sobre as doenças e suas conseqüências, especialmente HIV/Aids.

Bloco 6 Outros

- Desenvolver estratégias de comunicação para incrementar o debate público sobre novos papéis das mulheres e dos homens.
- Educar mulheres, homens, meninas e meninos para que se esforcem por melhorar a situação das meninas.
- Coletar e disponibilizar dados estatísticos por sexo e idade.

- Medidas ambientais eficazes, junto com os homens, em seus lares, comunidades e lugares de trabalho.
- Preparar programas específicos para jovens de todas as idades e jovens adolescentes, reconhecendo as funções dos pais.

Com relação ao texto de Beijing+5⁴⁰, os elementos introduzidos

associados aos homens incluem os seguintes:

Bloco 1 Princípios

- Homens devem participar da promoção da igualdade de gênero e compartilhar com as mulheres essa responsabilidade
- Promover respeito ao direito da mulher e do homem à liberdade de pensamento, consciência e religião
- Meninos e homens devem ser alentados a participar ativamente em todas as atividades direcionadas a conseguir os objetivos e aplicação da Plataforma de Ação
- Fortalecer campanhas e capacitação em igualdade de gênero

Bloco 2 Responsabilidade Familiar

- Homens devem conciliar e compartilhar eqüitativamente responsabilidades de trabalho e familiares com as mulheres para que ambos possam participar das esferas pública e privada.
- Promover reconciliação entre responsabilidades trabalhistas e familiares e alentar os homens a compartilhar por igual com as mulheres as funções de atenção ao lar e aos filhos.
- Promover a atitude responsável, segura e respeitosa dos homens em relação a sexualidade e decisões livres e responsáveis sobre o assunto.
- Desenhar, aplicar e promover planos de licença-paternidade ou maternidade e outras formas de licença, bem como campanhas para sensibilizar a opinião pública a respeito da divisão eqüitativa das responsabilidades trabalhistas e familiares entre mulheres e homens.
- Formular políticas e executar programas para homens jovens e adultos para modificar atitudes e comportamentos estereotipados a respeito das funções e obrigações de cada gênero, com a finalidade de fomentar a igualdade entre os gêneros e atitudes e condutas positivas.
- Promover o papel dos pais e tutores na criação dos filhos e no cuidado dos outros membros da família.

Bloco 3- Economia

- Participação equilibrada entre homens e mulheres em relação ao trabalho remunerado.

⁴⁰ Os processos nomeados Cairo +5 e Beijing +5 são avaliações da implementação dos Programas de Ação definidos nas respectivas Conferências, decorridos 5 anos de sua implementação.

- Apoiar estudos sobre contribuição de mulheres e homens à sociedade e à economia, sobre a situação socioeconômica de mulheres e homens, em particular sua relação com a pobreza e com o trabalho remunerado e não-remunerado em todos os setores, organizando estatísticas a respeito.

Bloco 4- Saúde

- Acesso universal de homens e mulheres a serviços básicos de saúde.
- Programas para incentivar homens a adotar comportamentos sexuais e reprodutivos responsáveis e seguros (prevenindo gravidez precoce e HIV/Aids).
- Prestar particular atenção ao desenvolvimento e melhoramento do acesso a tecnologias novas e a tratamentos e medicamentos seguros e a preços razoáveis para atender às necessidades de saúde da mulher, bem como métodos anticoncepcionais para homens e mulheres.

Gênero no texto das Conferências

Nos textos das Conferências, nem sempre está claramente explícito o uso da palavra gênero. Mas se entendemos gênero como uma determinada maneira de compreender hierarquias e desigualdades que se estabelecem entre mulheres e homens, entre o masculino e o feminino, então não há dúvida de que o sistema de gênero que esses textos têm como matriz é o da divisão sexual do trabalho, entre trabalho produtivo e reprodutivo, respectivamente masculino e feminino. Parece-me que esse é o ponto central para pensar em referências explicativas para esta investigação. Nessa visão tradicional, cabe aos homens o papel de provedor, mediante seu trabalho produtivo, e às mulheres as funções reprodutivas, de cuidado, que englobam a criação e educação de crianças, manutenção da casa, cuidado de idosos e doentes, manutenção das redes familiares, serviços à comunidade etc. Echeverría (1998), tentando aplicar a perspectiva de gênero à de capacidades para o desenvolvimento de Amartya Sen – que propõe superar a visão de “desenvolvimento” como mero crescimento do produto interno *per capita* de um país, enfatizando a capacidade das pessoas e das sociedades para dominar as circunstâncias que engendram a pobreza –

mostra que quem tem expandido tais capacidades têm sido principalmente as mulheres. Embora com a ressalva de que as ações de cuidado por parte de homens podem ser em parte invisibilizadas, confirma que basicamente são as mulheres que se dedicam a essa tarefa. As atividades desempenhadas pelas mulheres têm por objetivo “produzir seres humanos que se desempenhem bem biológica, sociológica e culturalmente, no meio social e cultural em que atuam” (Echeverría 1998, p.122), enquanto os desempenhos cotidianos do homem seriam um instrumento para obter o necessário para si e para a mulher em sua tarefa de criação, educação e cuidados, “para conseguir criar ou expandir capacidades, de ampliação da gama de atividades que os filhos ou outras pessoas que estão sob seu cuidado possam desempenhar” (Echeverría 1998, p.122).

Os textos das Conferências aqui analisados realmente dão total centralidade a essa perspectiva, ou seja, de que romper com essa divisão sexual do trabalho poderia ser o elemento central na superação das desigualdades entre mulheres e homens – agregando-se a essa visão a preocupação com tudo o que se refere à esfera reprodutiva. Pequenas ampliações vão sendo introduzidas na temática, especialmente nas últimas Conferências, como a agregação do tema da violência, ou da prevenção das DST/Aids. No que tange à violência, aplica-se também a noção de violência simbólica. Como explicita Bourdieu (2003, p.49):

A preeminência universalmente reconhecida aos homens afirma-se na objetividade das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas, e baseia-se na divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere ao homem a melhor parte, assim como os esquemas imanentes a todos os *habitus*.

Ou seja, de diferentes perspectivas, segundo os textos das Conferências, realmente seria a divisão sexual do trabalho o eixo maior sobre o qual se deveriam operar transformações – com diferentes instrumentos, dependendo da ancoragem conceitual. Nessa perspectiva,

justifica-se a ênfase à necessidade de “educar” os homens, difundir idéias visando sua transformação – e a redistribuição do sexual do trabalho, revertendo a perversa divisão vigente.

No entanto, essa perspectiva não esgota, certamente, a visão de gênero do movimento feminista, ator político central nesses processos. A perspectiva de gênero adotada pelos feminismos não se resume à abordagem da divisão sexual do trabalho para apontar caminhos de transformação. Então, é no mínimo intrigante que os textos das Conferências, produzidos coletivamente, como já indicado, com a participação maciça de feministas, mostrem esse descompasso, entre a visão das relações de gênero que parecem adotar e aquela predominante entre especialistas e seus sujeitos mais atuantes. Por um lado, tal descompasso pode advir do fato de serem analisados textos produzidos desde a década de 1970, portanto anteriores ao desenvolvimento da concepção de gênero pelo feminismo – mas, ainda assim, apontando para uma grande lentidão em sua incorporação nos textos mais recentes. Por outro lado, isso poderia estar apontando para fragilidades ou brechas no próprio desenvolvimento do conceito pelo feminismo, que não teria assim conseguido fazer prevalecer sua visão.

Quanto ao uso do termo (e não do conceito) “gênero” nos textos das Conferências, meu ponto de partida tinha sido que a Conferência do Cairo fora a que primeiro o havia adotado, mas a pesquisa levou-me a perceber que isso era um equívoco. Na verdade, desde o texto de Nairobi (1985) o termo gênero é usado. O interessante nesta revisão é justamente verificar de que maneiras diferentes seu uso aparece em cada Conferência, e quais as relações com as perspectivas que informam a presença dos homens.

Na Conferência Internacional da Mulher de Nairobi (1985), o uso da palavra gênero está associado à eliminação da discriminação baseada em

gênero. Junto a essa idéia surge outra, que é a do avanço da mulher. Nesse contexto várias expressões são citadas no texto da Conferência, tais como: viés de gênero; papéis de gênero; percepções discriminatórias de gênero, atitudes e comportamentos; estereótipos de gênero na educação, normas de gênero; informação e estatísticas específicas de gênero; dados adequados e específicos de gênero; indicadores específicos de gênero; violência de gênero.

Não aparecem citadas nem a expressão igualdade de gênero nem equidade de gênero, o que marca uma diferença em relação à Conferência do Cairo.

Na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, de 1994, um dos focos que iluminam o texto da Conferência é o da inclusão dos princípios de igualdade de gênero e de equidade de gênero. O Princípio 4 (CIPD 1996) estabelece que:

A promoção da igualdade e equidade entre os gêneros, e do *empowerment* das mulheres, a eliminação de toda forma de violência contra as mulheres e a garantia de que as mulheres possam controlar sua fecundidade são elementos fundamentais dos programas relacionados a população e desenvolvimento. Os direitos humanos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena e igual das mulheres na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no gênero são objetivos prioritários da comunidade internacional...

Vale destacar aqui o uso da expressão “equidade de gênero” – que iria até propiciar seu uso distorcido, na medida em que tende a ser usado como sinônimo de “igualdade de gênero”. Enquanto “igualdade” refere-se a um universo valorativo de todos, independentemente de qualquer condição, “equidade” refere-se a esforços dirigidos a eliminar desigualdades específicas, buscando justiça social. A equidade está situada no plano da igualdade, a considera, mas considera a necessidade de tratamento diferencial para grupos específicos para eliminar a

desigualdade.

Nessa Conferência, pela primeira vez esses dois conceitos, assim como o de empoderamento da mulher, são usados de maneira integrada, de modo a se potencializarem mutuamente. Se por um lado são introduzidos de maneira substantiva, como um substantivo, seu uso não impede que se continue manter, no texto da conferência, outras expressões como na Conferência anterior, ou seja:

Bloco 1

- equidade de gênero
- relações de equidade e mútuo respeito entre os gêneros
- áreas de relação de gênero e igualdade
- eliminar a discriminação de gênero
- desigualdades de gênero.

Bloco 2

- disparidades de gênero
- sensível a gênero, sensibilidade de gênero
- defasagem de gênero
- análise baseada em gênero
- contra padrões de discriminação de gênero no interior da família
- compromisso para eliminar todo viés de gênero
- metas de gênero, étnicas e sociais
- desagregação por gênero, diferenciais de gênero
- perspectivas de gênero, particularmente para as mulheres
- papéis de gênero.

Bloco 3

- gênero e iniquidades raciais
- planos, estratégias, informação, educação, e comunicação sensível a gênero e cultura, instilando sensibilidade de gênero e racial
- respeito, tolerância e equidade de gênero.

Já na Conferência de Beijing, por alguma razão especial, de natureza política, decidiu-se não incorporar o conceito de equidade de gênero, mas apenas o de igualdade de gênero. Essa informação, embora não totalmente explicada⁴¹, consta do artigo publicado por Pellicer, *La historia previa a*

¹ Conhecendo as discussões que até hoje se enfrentam no campo de gênero sobre o uso das expressões igualdade de gênero e equidade de gênero, é de se supor que em Beijing a opção política pelo uso de "igualdade de gênero" tenha sido em

Pekín (1995), interessante relato da autora de sua participação na produção da Plataforma de Ação de Beijing, na qualidade de representante do México na Comissão para a Condição Jurídica da Mulher. Em 1992 a Comissão criou um grupo de trabalho para a Conferência Mundial, que foi presidida pelo México. Passados os processos iniciais de negociação com o governo chinês, especialmente sobre a participação da sociedade civil na Conferência, começaram as conversações em torno dos documentos a serem aprovados pela Conferência. Como informa Pellicer, o grupo de trabalho estava naquele momento influenciado por duas circunstâncias iniciais: a produção do texto da Cúpula da Infância, de 1990, que parecia ter sido exitosa, tendo sido aprovado um documento funcional, com diagnóstico curto e mensagem de alta qualidade. Ao mesmo tempo, o grupo de trabalho estava influenciado pela avaliação que tinha sido feita em 1990 sobre a aplicação das estratégias de Nairobi, isto é, uma grave análise da situação das mulheres no mundo: a crise econômica dos anos 1980 deixava registros negativos, nas questões de acesso ao poder e a postos e funções de alto comando não se identificavam avanços, tanto no setor governamental quanto no setor privado, indicando a necessidade de investigação para apontar as áreas em que as ações deveriam ser mais urgentes e prioritárias. Eram três as preocupações centrais na produção do documento: definir áreas de preocupação prioritária; estabelecer um bom diagnóstico dos obstáculos no panorama internacional em relação à situação da mulher; e construir objetivos estratégicos e medidas de ação que fossem viáveis, pouco controvertidos e capazes de sugerir a criação de medidas bem-sucedidas, como as da Cúpula da Infância. Como relata Pellicer (1995, p.19),

função de se considerar que essa expressão pode ser muito mais promissora como direção e meta a seguir na luta das mulheres por seus direitos que "equidade de gênero". Equidade de gênero implica na definição de ações específicas para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Tínhamos solicitado que o Secretariado preparasse um documento curto e conciso que, baseando-se principalmente em dados quantitativos, desse uma visão acessível e convincente da situação da mulher nas áreas de preocupação prioritária que selecionamos. Em seguida, tínhamos estabelecido objetivos estratégicos que queríamos que fossem enunciados de tal forma que pudessem ser lemas da Conferência, popularizar-se e converter-se em elementos de mobilização para as organizações de mulheres. Mas, o documento apresentado pelo Secretariado para consideração da Comissão da Condição Jurídica da Mulher tinha outras características.

Segundo Pellicer, a produção do texto manteve as 12 esferas de preocupação propostas, cada qual dividida em diagnóstico, objetivos estratégicos e medidas de ação. No entanto, o documento é longo, com objetivos e medidas de ação que não atendem o grau de operatividade e impacto que se desejava inicialmente, sendo alguns polêmicos. As dificuldades identificadas por Pellicer (1995) estão associadas a pouco respaldo do Secretariado das Nações Unidas, fragmentação entre os trabalhos das diversas agências e divisões do sistema, primeiras versões do documento muito precárias. A relação com o Secretariado Geral das Nações Unidas é citada como instância importante na definição geral de muitos textos da ONU. O ambiente gerado pela Conferência do Cairo também é citado como fator condicionador do ambiente em que os preparativos para a reunião de Beijing aconteceram, em que sobretudo países islâmicos e o Vaticano desejavam que alguns dos elementos presentes no texto da Conferência do Cairo fossem desconsiderados. O documento que chegou a Beijing foi criticado, gerou divisão de opiniões, mas de toda maneira é considerado um marco na história das Nações Unidas.

Nesse texto, pois, observa-se o uso do conceito de igualdade de gênero e, ao mesmo tempo, a continuidade da adjetivação, ou o uso de expressões associadas a gênero como se tivessem a função de advérbio, dando uma qualidade específica ao uso da palavra:

Bloco 1 Princípios

- promoção da igualdade de gênero
- para eliminar discriminação por motivos de gênero, raça, idioma, religião
- conquistar a igualdade de gênero
- promoção de relações de gênero respeitadas e justas
- especial atenção à diferença entre os sexos

Bloco 2 Perspectivas, aspectos e questões de gênero

- perspectiva de gênero
- analisar na perspectiva de gênero
- questões referentes às perspectivas de gênero
- levar em conta aspectos baseados em gênero
- elaborar meios para incorporar a perspectiva de gênero
- integrar perspectiva de gênero; integração ativa da perspectiva de gênero; incorporar políticas e programas com perspectiva de gênero; política ativa e visível de incorporação de uma perspectiva de gênero
- tratar questões de gênero devidamente
- integração de um critério de gênero
- investigações que refletem a perspectiva de gênero

Bloco 3- Desigualdade e disparidade

- desigualdades baseadas em gênero; desigualdade de gênero
- disparidades baseadas em gênero
- para a redução da desigualdade baseada em gênero
- falta de sensibilidade aumenta diferenças de gênero
- diferenças por motivo de gênero
- disparidades por motivos de gênero
- eliminar / reduzir diferenças por motivos de gênero
- desigualdades de gênero e de idade
- violência e desigualdade baseada em gênero

Bloco 4- Temáticos

- mecanismos nacionais para velar pela inclusão das perspectivas de gênero
- divisão do trabalho sobre a base de gênero
- viés de gênero em material didático e no estudo das ciências
- material livre de estereótipos baseados em gênero
- sistema docente... levar em conta questões ligadas a gênero
- ensino com orientação de gênero
- estudos e investigação sobre gênero
- direitos humanos com perspectiva de gênero em todo o ensino
- instalações desportivas que tenham em conta aspectos associados ao gênero
- programa de saúde com orientação de gênero

- programas das faculdades de medicina considerem aspectos relacionados a gênero
- autoridades responsáveis tenham em conta o gênero
- resolução de conflito levando em conta gênero
- estudos e investigações sobre o gênero
- avaliação de funções com critérios imparciais para com o gênero
- incluir aspectos relacionados a gênero nos informes
- aplicar análises de gênero a programas
- dar capacitação em matéria de gênero
- coordenar atividades de desenvolvimento associadas a gênero
- incorporar uma perspectiva de gênero em todas as atividades do Sistema das Nações Unidas
- financiamento para assegurar a inclusão de uma perspectiva de gênero no acesso aos serviços
- sistema de informação com perspectiva de gênero
- serviços de saúde que incorporem questões de gênero

Bloco 5- Outros

- barreiras baseadas em gênero
- não se reconhecem funções socialmente estabelecidas para cada sexo
- barreiras específicas devidas a vários fatores, inclusive sexo
- análises baseadas em gênero/ na perspectiva de gênero
- análise de repercussões de gênero
- rigidez em funções que a sociedade atribui por razões de gênero
- integração de política de gênero
- que levem em conta o gênero e que se centrem nas mulheres
- imprescindibilidade de gênero nas leis
- baseados na diferenciação de gênero
- perseguição baseada em gênero
- equilíbrio de gênero ao propor candidatos
- contra discriminação de gênero
- avaliação dos efeitos em matéria de gênero
- eliminar viés de gênero.

No texto da Conferência de Cairo+5, o preâmbulo fala de equidade e igualdade entre os gêneros e da promoção da igualdade e da equidade entre os gêneros, de forma bastante assertiva. Outros usos do termo são:

- injustiça e desigualdade baseada em gênero
- garantir a igualdade e equidade entre os gêneros
- erradicar a pobreza, com especial referência a gênero
- políticas e leis que tenham em conta as questões de gênero
- recursos que levem em consideração o gênero

- adotar a perspectiva de gênero em todos os processos
- dados e análises baseadas em gênero
- aprendizagem que leve em conta as questões de gênero
- sensibilidade a questões de gênero dos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Na Conferência de Beijing+5, o texto inicial refere-se à promoção da igualdade de gênero. Da mesma forma como ocorreu com o texto da Conferência de Beijing, não se utiliza a expressão equidade de gênero. A expressão igualdade de gênero aparece muito mais central, vinculada a “objetivos” ou “objetivo comum” de igualdade de gênero, “compromisso” com a igualdade de gênero, “alcance” da igualdade de gênero . Outros usos são:

Bloco 1

- preconceitos sexistas
- estereótipos baseados em gênero/ estereótipos negativos sobre a mulher e o homem

Bloco 2

- questões de gênero
- ponto de vista de gênero
- diferenças baseadas em gênero
- discriminação por motivo de gênero
- repercussões nas questões de gênero
- gênero nos planos de estudo
- violência baseada em gênero

Bloco 3

- relações entre os gêneros
- funções atribuídas a cada gênero
- equilíbrio entre os gêneros
- obrigações de cada gênero
- avaliação do papel destinado a cada gênero
- estudos especializados sobre o papel dos gêneros

Bloco 4

- centros de coordenação sobre questões relativas ao gênero
- promover sensibilidade em matéria de gênero
- consciência sobre questões de gênero
- eliminar preconceitos sexistas nas investigações biomédicas.

Interpretações do masculino e de gênero

A análise feita permite afirmar que Cairo e Beijing não são estrelas isoladas na seqüência das Conferências, mas que correspondem a um processo histórico que já vinha em construção e que não principia com as chamadas Conferências dos anos 90. Sobretudo, a de Beijing busca soluções operacionais para suas propostas, e encontra seu caminho na chamada perspectiva de gênero, ou transversalização de gênero. No México, na Conferência de População de 1984, já se viam muitos dos germes do que se observaria posteriormente. Não havia ainda a preocupação explícita com as relações de poder entre mulheres e homens, mas já se rompia com a idéia de casal, oferecendo uma clara perspectiva dos desenvolvimentos futuros. A Conferência trouxe a preocupação com os solteiros, apontando para a idéia de liberdade, autonomia dos sujeitos, mulheres e homens. Nesse sentido, a matriz da idéia de direitos parece estar presente, como por exemplo na proposta de consentimento livre de coerção. A linguagem sobre os homens é a mesma da anterior (a de Bucareste, 1974), apesar da incorporação paulatina da perspectiva de gênero. Aliás, o homem que aparece nos textos das Conferências analisadas praticamente não muda ao longo do tempo, e o universo de atenção que recebe é bastante limitado, em geral às atividades domésticas e à área da reprodução; preconiza-se sua participação na atividade de cuidado dos filhos e, principalmente, na definição do número de filhos subtendendo-se aqui sua redução. De certa forma, a visão de complementaridade masculino-feminino estaria dada pela presença dos homens na vida doméstica. Essa visão ganha cores adicionais quando se observam os textos dos processos de revisão das Conferências. Por exemplo, quando se observa Beijing+5 e Cairo+5, ambas parecem ser muito similares quanto ao que propõem para os homens. O mesmo

“homem” de Cairo é o de Cairo+5 e de Beijing+5 – na verdade, o homem da “divisão sexual do trabalho”.

Em contraste, variou muito mais a forma como o conceito de gênero foi sendo incorporado nos textos das Conferências, a maneira como seu uso foi se ampliando e sendo aplicado a diferentes circunstâncias, alcançando o posto de princípio, como é o caso dos princípios de igualdade e equidade de gênero, na Conferência do Cairo. As abordagens de gênero no Cairo e em Beijing são diversas. Em Beijing parece ser mais instrumental, no sentido de que é uma forma de ver o mundo que deve ser aplicada em diferentes situações: “análises de gênero em”. A função é qualificativa. No Cairo, os próprios princípios básicos são igualdade de gênero, equidade de gênero e empoderamento da mulher, justamente o que, de certa forma, resume as aspirações de relações simétricas e democráticas entre mulheres e homens.

Como a visão de “homem”, porém, não mudou, pode-se dizer que o uso do conceito de gênero nos textos das Conferências não parece ter produzido mudanças na maneira como é abordada a saúde sexual e reprodutiva, nem os direitos sexuais e reprodutivos *dos homens*. Não foram produzidos discursos normativos diferenciados sobre os homens ao longo das últimas quase quatro décadas. A visão que subjaz às recomendações sobre ou para os homens permanece inspirada no patriarcalismo, na concepção da divisão sexual do trabalho.

Neste estudo busquei mostrar como, nos vários âmbitos do sistema das Nações Unidas, esse é o enfoque que concretamente informa muitas das ações que foram sendo idealizadas e implementadas, como se verá no próximo capítulo.

De como, nas Nações Unidas, Adão nasceu de Eva

Em outubro de 2003, realizou-se no Brasil uma reunião do grupo de especialistas “The role of men and boys in achieving gender equality” (O papel de homens e meninos para alcançar igualdade de gênero), organizada pela Divisão das Nações Unidas para o Avanço da Mulher (DAW), em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho e com UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. Essa reunião era preparatória para a 48ª Sessão da Comissão da Mulher, que abordaria esse tema. Como de costume no sistema das Nações Unidas, a organização dessa sessão implicou várias iniciativas, como textos e reuniões preparatórias, debates *on-line*, cujos registros eram reunidos em um mesmo *site*, especialmente instalado na *homepage* da DAW (www.un.org/womenwatch/daw). Tendo acessado esse *site* já no final de meu trabalho, foi grande minha surpresa ao encontrar aí, no documento intitulado *Agreed language from intergovernmental processes* (DAW 2003), uma compilação de citações das palavras *men*, *young men* e *boys* (homens, jovens do sexo masculino e meninos) nas Conferências do Cairo, de Beijing, nas de seus correspondentes “+5” e em outras reuniões das Nações Unidas⁴².

Se, num primeiro momento, essa descoberta criava alguma superposição com o trabalho que eu havia realizado, por outro lado ajudava-me com elementos adicionais ao esforço realizado, pois textos de

⁴² As demais reuniões cujos textos foram examinados foram: sessões 40a. a 46a. da Commission on the Status of Women; Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (WSSD); WSSD + 5; a 24a. Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU; sessões da Comissão para o Desenvolvimento Social; a 26a. Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre HIV/Aids; e a 27a. Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre Crianças.

Outras conferências e reuniões tinham sido examinados. Mas sobretudo, alegrou-me porque o documento coincide com, e permite reforçar o argumento que venho construindo, de que as Conferências apresentam uma visão de homem empobrecida, cristalizada, parcial. O documento também reconhece que o eixo para a transformação da vida social, segundo os textos analisados, é a inserção dos homens na vida cotidiana, na partilha de responsabilidades no âmbito da vida doméstica, incluindo-se as ações associadas à reprodução. Contudo, destaca perspectivas emergentes quando os temas em análise passam a ser a violência contra a mulher e a aids – ambas temáticas extensivamente tratadas na reunião em questão. De fato, ao tratar dessas questões emerge uma visão de homem que abre um pouco o leque de ações para as quais os homens são convocados, parecendo ampliar-se a abordagem que se limitava, nos textos anteriores, à ênfase na divisão sexual do trabalho.

Na 40ª Sessão da Comissão do *Status* da Mulher (CSW), por exemplo, algumas das citações tinham sido (DAW, ILO & UNAIDS 2003):

A maior participação dos homens nas responsabilidades familiares, incluindo o trabalho doméstico e o cuidado das crianças e dependentes, deve contribuir para o bem-estar das crianças, mulheres, e dos próprios homens.

...maior acesso dos homens a atividades até então tidas como atividades de mulher...

...possibilitar que homens e mulheres tirem licença e recebam benefícios da seguridade social por ocasião do nascimento de filho/a...

Mudanças estruturais no mundo do trabalho são necessárias para promover a conciliação de trabalho e vida pessoal e/ou familiar, tanto para mulheres quanto para homens, inclusive a flexibilização dos horários de trabalho (...) e, quando for o caso, jornadas mais curtas...

...é necessária a partilha de trabalho remunerado e não-remunerado entre mulheres e homens.

De uma maneira geral, os textos das conclusões das reuniões da Comissão do *Status* da Mulher repetem aqueles das Conferências, mencionados no capítulo anterior. A perspectiva que parece estar presente é a de buscar a colaboração dos homens para que deixem de

produzir estragos, de causar danos, a pessoas, a famílias, a comunidades, especialmente às pessoas de todas as idades do sexo feminino. De certa maneira, trata-se de uma visão estereotipada e simplista do mundo masculino, coerente com o que se alega esperar deles: “... educar mulheres e homens, especialmente jovens, visando estimular os homens a assumir suas responsabilidades em questões relativas à sexualidade, reprodução e cuidados das crianças” (43ª Sessão da CSW - DAW, ILO & UNAIDS 2003).

A novidade nessas reuniões é a temática da aids e o papel que os homens podem ter em sua prevenção. Mas a forma de abordagem continua a mesma: “é necessário dar maior atenção à educação de homens e meninos sobre seu papel e responsabilidade na prevenção da transmissão a suas parceiras das DSTs, inclusive a aids” (46ª Sessão da CSW - DAW, ILO & UNAIDS 2003). Seguidamente sugere-se como solução “a participação” ou “o envolvimento de meninos e homens”, como se essa abordagem da divisão sexual do trabalho pudesse solucionar as tensões e conflitos entre homens e mulheres e promover a emancipação da mulher.

Essa perspectiva, apresentada na Conferência do Cairo como inovadora - e que, como vimos, é bem anterior - repete-se depois em vários outros textos, também por influência do movimento de mulheres. Por exemplo, as recomendações da Cúpula Social, realizada em 1995 na Dinamarca, repetia o mantra: “... a partilha eqüitativa entre homens e mulheres (...) envolvendo a plena responsabilidade do homem na vida familiar”, ou “... flexibilidade nos horários de trabalho para ambos, mulheres e homens”. Afinal, o espaço doméstico é considerado o espaço primordial da subordinação feminina, daí a busca de alterar as estruturas de poder de gênero no âmbito da família. Mas essa é uma perspectiva ingênua, de que assumir tarefas domésticas - incluindo aqui ter filhos (biologicamente), responsabilidades familiares de cuidado, dos filhos e de

outros, ou assumir cuidados com a vida familiar – seria suficiente para mudar as relações de poder de gênero. De acordo com De Barbieri (1991), a perspectiva de gênero, como instrumento de análise, remete sim à análise da divisão social do trabalho, considerada um âmbito fundamental do sistema de gênero,

...mas como consequência do conflito de poder e, portanto, do controle que os homens exercem sobre a capacidade reprodutiva e a capacidade erótica – não como chave de onde se originaria a subordinação de gênero. Ou seja, o controle sobre a capacidade de trabalho das mulheres, apesar de ser um dos elementos centrais na submissão do corpo feminino, não é o único, porque não é ele que faz a especificidade da diferença sexual. (De Barbieri 1991, p.36)

Nesse mesmo texto, em nota, Barbieri destaca que tradicionalmente, nos estudos sobre mulher, como em muitos outros objetos de estudo das Ciências Sociais, faz-se a distinção entre as esferas pública e privada, sendo a pública considerada de domínio masculino e a segunda como âmbito das mulheres e do feminino. Mas, como a autora indica, essa representação social dicotômica está hoje muito questionada e requer ser superada. Ora, é justamente a esse aspecto que me refiro ao apontar para a tendência à reiteração dessa determinada visão sobre os homens e o masculino nos textos que estão sendo produzidos pelas Nações Unidas, e que vão servir como linguagem de referência posterior, especialmente para as políticas e programas a ser desenvolvidos pelos governos. Também tem impacto e define um determinado tipo de linguagem, como o próprio título do documento citado no início desse capítulo assinala (*Linguagem acordada em processos intergovernamentais*). Nesse contexto, parece que coexistem as duas visões, a que busca instalar o conceito de gênero ampliada e a perspectiva que as marxistas traziam, ou seja, da incorporação do patriarcado como conceito e instrumento de análise.

Nas correntes que enfocam o patriarcado, são as hipóteses de Engels que ganham destaque, quais sejam, de que a dominação masculina ou as

sociedades patriarcais seriam produto de um longo processo desde os grupos sociais neolíticos, com passagem paulatina de sociedades matrilineares e matrifocais para sociedades patrilineas e patrifocais (De Barbieri 1991; Engels 2000 [1884]). No outro extremo, temos o pensamento das últimas décadas desvinculando o conceito de gênero dos substratos biológicos feminino e masculino. Um exemplo (dentre muitos) é o já mencionado estudo de Hawkesworth (1999), que lança um olhar crítico a textos já clássicos do feminismo, produzidos entre 1978 e 1992. De maneira corajosa, a autora desnuda esses textos para apontar que são “narrativas que vinculam o gênero com a astúcia da cultura que opera no interesse da reprodução” (Lamas 1999). Ou seja, critica a associação persistente de gênero ao âmbito da Biologia, o que deixa de lado processos sociais. Proponho então apontar aqui a maneira como a reprodução em seu sentido amplo estaria presente entre os aportes dos textos das Conferências ou resultados de reuniões formais do sistema das Nações Unidas.

“Homem”, para as várias agências do sistema da ONU

Ao buscar conhecer o impacto que os textos oficiais do Sistema das Nações Unidas pode ter produzido sobre as ações de algumas agências específicas do sistema, deparei-me com alguns textos que corroboram o que afirmo, ou seja, que trabalhos produzidos pelas Nações Unidas foram influenciados, especialmente na última década, por uma visão limitante do masculino e de gênero⁴³. Em 1997, por exemplo, organizações do sistema - UNICEF, UNESCO - publicam importantes documentos sobre o papel masculino, respectivamente na vida das crianças (*Role of men in the lives of*

⁴³ Vale lembrar que considere os documentos que tomei para análise como expressões discursivas exemplares. Não estou considerando aqui programas ou projetos específicos que podem ter sido implementados localmente em outras óticas.

children, UNICEF 1997) e para o alcance da paz (*Roles masculinos y masculinidades desde el punto de vista de una cultura de paz*, UNESCO 1997-comentado adiante). Evidentemente, dada a própria conformação do UNICEF, de instituição especificamente voltada às crianças, este estabelece, logo no início do documento, seu objetivo de incorporar os homens, de acordo com os preceitos das Conferências, para tentar prover melhor qualidade de vida para as crianças. Na introdução, estabelece-se (UNICEF 1997:

Os direitos e o bem-estar da criança se atendem melhor quando as relações entre o homem e a mulher no lar se baseiam no respeito mútuo, na igualdade de direitos e de responsabilidades compartilhadas. De acordo com essa reflexão e tendo em conta sua experiência, UNICEF deve ampliar o enfoque de sua investigação e programas para incluir homens e meninos como atores importantes nos programas de cooperação.

O documento, preparado pelo Grupo de Trabalho Inter-Divisional *ad hoc* em Homens e Famílias, explicita que é parte de um esforço constante para “compreender melhor o papel que os homens podem desempenhar nas vidas das crianças e das mulheres” – ou seja, nada mais do que a aplicação dos princípios que vêm marcando os textos das Conferências desde a década de 1970, pelo menos. É necessário considerar a inércia da máquina do Sistema, isto é, a demora na aplicação das orientações que emanam de seus próprios processos. O homem-pai e o ambiente do lar compõem o cenário específico com que o UNICEF desenvolve seus princípios de trabalho e orientações de programação: trabalhar com homens seria um desafio operacional e político, mas realizá-lo “pode proporcionar novas formas de conquistar melhores objetivos de desenvolvimento infantil e contribuir com a eliminação dos obstáculos que se opõem à igualdade entre os sexos” (UNICEF 1997, p.7).

Por sua vez a CEPAL, em 1999, lança o projeto Educação Reprodutiva e Paternidade Responsável no Istmo Centro-Americano, para “tentar

superar a ausência de paternidade responsável que prejudica o bem-estar econômico e social das famílias”. Como se descreve na apresentação do relatório das experiências do projeto desenvolvido,

...não somente parte-se do princípio de que um grande número de homens não se sentem responsáveis por sua capacidade reprodutiva e inclusive cheguem a impô-la, mas que, além da concepção de filhos não desejados, tendem a negar os deveres econômicos e afetivos em relação à mulher e ao desenvolvimento integral dos filhos: sua alimentação, sua educação, seu cuidado e orientação, seu equilíbrio psicoafetivo (Alatorre 2001).

Esse projeto também estaria apontando para uma concepção de homem-pai ou do masculino em que a vida familiar e a partilha de responsabilidades seria o núcleo central da mudança que se deseja promover. Tendo como eixo a redução da pobreza, o projeto se propõe a atuar sobre a ação – ou melhor, a não-ação – masculina que geraria “deserção escolar, inserção no mercado de trabalho prematura e deficiente, taxas alarmantes de gravidez precoce e também maior exposição a crescentes ameaças sociais na região (crianças de rua, vandalismo de grupos de jovens, prostituição, abuso de drogas, violência e criminalidade)” – associando portanto um comportamento masculino “irresponsável” a uma série de desordens sociais e gastos adicionais para o Estado. Como solução, propõe a educação para criar uma nova cultura da paternidade, que fomente “o estabelecimento de relações dos homens como pais que contribuam à satisfação das necessidades de seus filhos e filhas, ao direito da infância e adolescência, e apoio à inserção digna dos menores de idade na sociedade”.

Em 2000, o UNFPA, por sua vez, apresenta um capítulo específico sobre “Os homens, os direitos reprodutivos e a igualdade de gênero” em seu *Estado da população mundial*, documento produzido anualmente. O capítulo inicia-se com a seguinte afirmação: “A igualdade entre homens e mulheres é um assunto de incumbência da sociedade em geral, mas começa com as famílias”. O texto procura fazer uma discussão conceitual

sobre o significado das masculinidades, dos papéis masculinos, do impacto da pobreza sobre a auto-estima e identidade masculina e o papel dos homens como “condutores e promotores dos lares” (UNFPA 2000a). Também são abordados temas como violência, desigualdade de gênero e expectativas culturais, apoio aos homens para higiene sexual e saúde reprodutiva; o texto termina com o que denominam “um programa comum”: proteger a saúde de sua companheira e apoiar as opções desta; fazer frente a seus próprios riscos de saúde reprodutiva; abster-se de atos de violência por motivos de gênero; praticar a paternidade responsável; promover a igualdade de gênero, a saúde e a educação. Nesse sentido, os elementos citados estariam alinhados com o que a Conferência de Cairo e sobretudo Cairo+5 estabelecem para os homens.

Também em 2000, um importante estudo vem a público pelas mãos do UNDP (PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) como resultado do grupo de trabalho UN Men’s Group for Gender Equality, vinculado ao programa do UNDP sobre Gênero e Desenvolvimento. É possível perceber que teóricos de peso conferem sustentabilidade aos marcos conceituais e às propostas delineadas. O texto do UNDP (Greig, Kimmel & Lang 2000) inicia-se com uma citação de Connell, “uma ordem de gênero onde os homens dominam mulheres não pode evitar constituir os homens como um grupo de interesse relacionado à defesa, e as mulheres como um grupo de interesse relacionado à mudança”. Tal como o texto da UNESCO de 1997 (descrito a seguir), esse texto do UNDP de 2000 – portanto ano de Beijing+5 – é considerado importante referência teórica. O documento, além da referência a Connell, cita nos agradecimentos Michael Kaufman que, junto aos autores e a outros estudiosos, fazem parte de um notável grupo de “homens” que funcionam como uma referência do Norte sobre masculinidades.

Na realidade, cada agência da ONU busca, à sua maneira, introduzir a figura “homem” adequando-a à sua plataforma de ação. No caso do UNDP, o eixo central é o desenvolvimento. Como o texto indica, “esforços para incorporar uma perspectiva de gênero no pensamento sobre desenvolvimento requer mais do que foco nas mulheres (...) é também necessário um foco nos homens” (Greig, Kimmel & Lang 2000). Na apresentação de sua abordagem, os autores tomam como ponto de partida a passagem do discurso sobre Mulher e Desenvolvimento (MED) para o de Gênero e Desenvolvimento (GAD) (ver Capítulo 1). Esse documento traz para o centro da discussão a idéia de masculinidades, mostrando como seu uso permitiria olhar para o conceito de gênero, mas considerando também a perspectiva dos homens e levantando algumas questões que ainda devem ser consideradas: em que medida podem os homens ser envolvidos na transformação das desigualdades de gênero que atualmente os privilegiam? Em que medida os programas de gênero devem trabalhar com os homens, dado a existência de poucos recursos para o trabalho com as mulheres? Quais são as maneiras nas quais os programas de gênero podem trabalhar com os homens, de modo a alcançar as metas de igualdade de gênero? Como pode a política de masculinidade assistir programas de gênero para engajar o homem como agente potencial de transformação, sem comprometer os compromissos de avanço da mulher?

No mesmo ano em que o UNICEF publicava seu documento (1997), a UNESCO realizava uma reunião de especialistas sobre “Roles masculinos y masculinidades desde el punto de vista de una cultura de paz”, no âmbito de seu programa La Mujer y una Cultura de Paz. Essa reunião é realizada com o apoio da Comissão Nacional Noruega para a UNESCO, do Ministério Real de Relações Exteriores e do Ministério Real de Assuntos Culturais da Noruega, do Conselho da Europa e do Conselho Nórdico de Ministros. Também assumindo as orientações emanadas de

Beijing, fazendo referência à aplicação da perspectiva de gênero adotada pela Conferência, o esforço institucional aí vai na perspectiva de obtenção da paz, indicando as possibilidades de visibilizar o papel dos homens na construção de uma vida sem violência, uma cultura de paz. Segundo o texto inicial do programa, houve especial empenho para “desenvolver o discernimento e a formação em gestão de conflitos e supressão de poderes, sem recorrer a um comportamento violento” (UNESCO 1997). O grupo de especialistas desenvolve também a tarefa de definir estratégias práticas para reduzir a violência e para criar os meninos de maneira que fiquem claras as circunstâncias que “faltam” para construir uma cultura de paz sensível aos temas de gênero, em relação à sociedade e suas grandes instituições, como a família, o sistema educacional, os meios de comunicação de massa e as estruturas políticas, militares e religiosas. Nesse texto, assim como em outros posteriores, a visão de Connell tem um papel central. O texto atribui a homens a responsabilidade pela violência no mundo (UNESCO 1997):

Todos estamos familiarizados com o fato de que a maioria dos soldados do mundo são homens. São homens, quase exclusivamente, quem adota as decisões que dão início à agressão internacional e às guerras civis. Além disso, é certo que os homens são responsáveis pela maior parte dos delitos de violência na vida privada. Os homens, e não as mulheres, são o elemento central do simbolismo da violência nos meios de comunicação de massas, no esporte e na retórica política. Nas situações de conflito armado sustentável, nas situações onde o nacionalismo étnico se mobiliza, e nos movimentos racistas violentos, os modelos polarizados da hombridade e da feminilidade são típicos; incentiva-se os homens a demonstrar domínio e agressão. É corrente na formação militar de todas as partes do mundo associar a virilidade e a brutalidade, e desacreditar o temor e a sensibilidade por não serem qualidades viris.

Não há dúvida de que esse documento significou um momento de inflexão nos esforços desenvolvidos até então. Como já anunciado, uma hipótese aqui é que, ao tratar dos temas da violência e da aids, os documentos poderiam trazer mudanças no enfoque dos homens. Situando o debate no âmbito da igualdade de gênero, como estratégia de busca e construção da paz, o texto sugere que os esforços visando uma cultura da

paz se apoiem em pesquisas e debates recentes sobre masculinidades. Segundo o documento, são as novas investigações que vão trazer aportes para compreender a diversidade das masculinidades, sua constituição na infância e na vida social, as hierarquias e relações de poder entre homens e entre estes e as estruturas mais amplas, os contextos institucionais, as mudanças históricas e sociológicas das masculinidades. Como exemplos da participação masculina na construção de uma cultura de paz, citam-se, em particular, a campanha do Laço Branco no Canadá, (ver nota 32, Capítulo 3) um programa de participação comunitária para reduzir a violência masculina contra a mulher, estendido atualmente a vários países do mundo. A reunião avança várias sugestões, muitas das quais repetem elementos dos textos das Conferências, especialmente aqueles associados à igualdade de gênero, à condição dos pais, à educação, trabalho e economia; outras porém apresentam aspectos inovadores, como as sugestões de introduzir trabalho com o exército, ação junto aos meios de comunicação de massas, pesquisa sobre as condições sociais e culturais que produzem masculinidade violenta e patriarcal.

Outro momento de inflexão seria a Campanha Mundial contra a Aids, empreendida pelo UNAIDS em 2000, “Os homens fazem a diferença”. A campanha visa obter que os governos nacionais adotem, na resposta à epidemia, um outro enfoque sobre os homens, como complemento dos programas de prevenção em benefício de mulheres e meninas. Peter Piot, diretor executivo do UNAIDS, anunciou: “chegou o momento de começar a considerar os homens não como um problema, mas como parte da solução”. A campanha avança a possibilidade de que os homens passem a adotar papéis mais positivos, usando as condições sociais e políticas de expressão de que dispõem na vida pública para conseguir superar dificuldades ou problemas trazidos pela epidemia.

Ainda em 2000, a Organização Mundial da Saúde (WHO), por meio de seu Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente e Desenvolvimento, publica um trabalho de análise da literatura específica sobre adolescentes do sexo masculino. Esse trabalho de revisão (WHO 2000), com apoio do UNAIDS e do Governo da Noruega, foi produzido por Barker, outro pesquisador-chave em temas associados a homens e masculinidades. (É interessante notar a proeminência dos países nórdicos nessas produções.) Diferentemente dos documentos anteriores, claro, o eixo aqui não é desenvolvimento, o universo produtivo nem o controle da epidemia de aids, mas a saúde e o desenvolvimento dos homens jovens. O tom impresso nesse documento é o de estimular que seja superada uma visão dos jovens como portadores de problemas de saúde, ou de maneira hegemônica, sem considerar diferenças específicas em relação a suas culturas, contextos e demandas. Sugere-se analisar a “complexidade” dos adolescentes do sexo masculino, prestando atenção a seus processos de socialização, suas necessidades, mesmo considerando que têm um desenvolvimento saudável, e verificando que tipo de assistência os sistemas de saúde poderiam ofertar-lhes. Altas taxas de violência, morte, suicídios, acidentes e abusos de substâncias tóxicas são o universo de problemas que mais afetam aos adolescentes. Essas condições de suas vidas seguramente são determinadas por seus processos de socialização ou, melhor dizendo, pela maneira como percebem sua masculinidade. Também aqui os adolescentes são reconhecidos como indutores da morbidade das mulheres jovens, tais como quadros de infecção do aparelho reprodutor, DSTs, complicações relacionadas à gravidez, além da violência e maus tratos. O texto é coerente com a indicação das Conferências de Cairo e Beijing, de que seria necessário fomentar a participação masculina no âmbito da saúde reprodutiva, e também se insere no contexto dos direitos humanos, com base na Convenção sobre os Direitos da Criança. Como

desafios para o futuro e sugestões, recomendam-se: campanhas educativas para trabalhar temas de discriminação sexual, potencial dos homens jovens como pais, redução da violência em relações íntimas, recomendações gerais sobre a organização de serviços de saúde, destacando a importância da presença de modelos adultos positivos e a recomendação de que os jovens devem operar como apoiadores das gestações das jovens, dentre outras.

Também no campo da saúde, a OPS – Organização Pan-Americana de Saúde tem promovido muitas iniciativas associadas à saúde sexual e reprodutiva de homens jovens e adultos, realizando pesquisas específicas e esforços de implementação de ações de saúde, particularmente na América Central.

A Divisão da América Latina e do Caribe do Banco Mundial, por sua vez, encomenda em 2000 um estudo que tem por objetivo incorporar homens nas intervenções em desenvolvimento no nível das comunidades locais. Vale salientar que, de certa maneira, o UNDP e o Banco Mundial compartilham a bandeira do desenvolvimento. O estudo (Chant & Gutman 2000, realizado como *working paper* da Oxfam⁴⁴) investigou e analisou a literatura disponível sobre homens e masculinidades e estabeleceu processos de consulta com cerca de 30 organizações multilaterais e nacionais de desenvolvimento, bem como ONGs sediadas no Reino Unido e nos EUA. Alguns nomes voltam a ser citados nos agradecimentos, chamando atenção por sua recorrência: Javier Alatorre (envolvido no já mencionado projeto de educação reprodutiva da CEPAL), José Olavarría (da Flacso, Chile), Juan Guillermo Figueroa (do Colégio de México). Apesar de haver um número importante de mulheres envolvidas, a recorrência dos autores

⁴⁴ Oxfam é uma confederação de 12 ONG sediadas em países da Europa e América do Norte, além da Austrália, que se aliaram para combater a pobreza no mundo (www.oxfam.org).

referidos sugere a formação de um grupo ou rede de homens dedicados ao estudo das masculinidades e em diálogo com o Sistema das Nações Unidas, mesmo que não sejam considerados como tal. À diferença do movimento feminista, porém, a esse grupo de acadêmicos não corresponde uma organização de base. A notável contribuição das feministas e estudiosas de gênero é ecoada e realimentada em todo o mundo por um universo de grupos de mulheres nas comunidades, num permanente intercâmbio teoria-prática que se revela altamente transformador.

Ora, não existe um movimento dessa natureza, considerando a perspectiva de Habermas, no que se refere aos temas e problemas masculinos – salvo situações muito específicas, associadas sobretudo às temáticas da violência e da prevenção de DST/Aids e, de maneira ainda mais tímida, ao trabalho com jovens sobre saúde sexual e reprodutiva e paternidade.

Mas o estudo de Chant e Gutman (2000) tem uma especificidade, que o distingue dos citados até aqui: pergunta-se “como a inclusão dos homens em análises de gênero e desenvolvimento, políticas e práticas pode incluir trabalho com e para as mulheres, criando um acordo justo para todos os envolvidos no campo das intervenções em desenvolvimento” (Chant & Gutman 2000, p.1). O estudo procede a uma revisão crítica dos potenciais e perspectivas de alcançar uma abordagem mais inclusiva de gênero e desenvolvimento. Chamando a atenção para a ausência masculina dos debates sobre a questão, os autores indicam como aqueles poucos profissionais que demonstram real interesse na perspectiva em questão, geralmente ocupam menos postos sêniores e mais baixo nível hierárquico nas instituições. O texto reafirma que o interesse no campo de gênero, masculinidades e desenvolvimento tem sido trazido pelas mulheres para as mulheres, em defesa de seus próprios interesses, pois são elas que

efetivamente têm algo a ganhar.

É esse texto que trouxe para o centro do debate a estratégia de *gender mainstreaming* ou transversalização de gênero, partindo da crítica à abordagem “mulher e desenvolvimento”, em que “a mulher” era a categoria que deveria ser observada, analisada e considerada pelas políticas públicas. Na década de 1980, ter-se-ia se iniciado a mudança para a abordagem de “integração” dos homens e, nos anos 1990, a da igualdade entre mulheres e homens (GAD), com foco na efetivação dos direitos humanos. De acordo com os autores, o enfoque GAD requer uma abordagem das relações de gênero em todas as ações de desenvolvimento, tornando a expressão “perspectiva de gênero”, tão presente como se pode notar nos textos das Conferências, uma forma de “ver, pensar, e fazer desenvolvimento” (Chant & Gutman 2000). Novamente, o governo da Noruega emerge como ator político relevante, estabelecendo em 1997, em declaração específica, sua forma de perceber igualdade de gênero:

Não é suficiente, para promover o desenvolvimento, aplicar projetos individuais direcionados às mulheres. Mesmos direitos e oportunidades para as mulheres e para os homens necessitam ser integrados em todos os aspectos de desenvolvimento da cooperação. Não é uma questão de simplesmente mudar as atitudes e os comportamentos de indivíduos mulheres e homens. Para alcançar direitos iguais para as mulheres e para os homens, é necessário um processo de desenvolvimento radical. Isso, por sua vez, exige decisão política. É uma questão de mudança a longo prazo, gerado na necessidade das sociedades de usar o conhecimento e a experiência de ambos, mulheres e homens. (Noruega, Ministério de Relações Exteriores 1997 *apud* Chant & Gutman 2000)

Pouco tempo depois, o Banco Mundial encomendou outro trabalho de pesquisa para verificar se as reformas econômicas na América Latina teriam provocado alguma deterioração na capacidade masculina de ser economicamente auto-suficiente, de ser provedor. O estudo (Arias 2002), que colheu dados na Argentina, Brasil e Costa Rica, conclui que esse processo de marginalização não teria ocorrido. No entanto, para chegar a essas conclusões, usa informações datadas de 1988-1997, portanto de um

período incompatível com as dúvidas e realidades do momento em que foi realizado. Na conclusão, o estudo cita Gary Barker (1998, uma pesquisa comparativa sobre masculinidade e paternidade entre jovens de Chicago e do Rio de Janeiro), mas não cita outros autores do campo de estudos de gênero e masculinidades.

O mesmo Barker (2003) elaborou para o Banco Mundial, em seguida, uma revisão de literatura sobre “a participação de homens como pais na América Latina”, que não parece manter diálogo com os trabalhos anteriores – mas que mantém, sim, com vários dos já citados expoentes dos estudos sobre masculinidades, além de outros autores⁴⁵. Tecendo considerações sobre o papel dos homens na família e no desenvolvimento e bem-estar das crianças, o texto destaca a fragilidade do conjunto de informações existentes sobre o papel dos pais na região, comparando-o à extensa bibliografia disponível sobre saúde sexual e reprodutiva; mesmo assim, haveria um conjunto de informações relevantes no âmbito da formação de identidade, processos de socialização e suas reações às transformações do mercado de trabalho e na formação da família, que apontam sugestões sobre como modificar a perspectiva masculina em relação à paternidade. Ainda que usando o discurso de papéis de gênero, o autor analisa a experiência de políticas e programas que buscam envolver a participação dos pais, indicando suas possíveis implicações econômicas. De acordo com Barker (2003), tais programas em geral – que se ressentem de escassa avaliação – continuam partindo do pressuposto de que os pais não estão interessados em seus filhos ou, pelo menos, menos interessados que

⁴⁵ Barker cita, dentre outros, Peter Aggleton, Robert Connell, Mathew Gutman e Michael Kaufman, mas também, dado que seu foco é a América Latina, Javier Alatorre, Benno de Keijzer, Jorge Lyra, Benedito Medrado, Pedro Nascimento, Sócrates Nolasco, Jose Olavarría. Algumas autoras consideradas fundamentais para o desenvolvimento do campo também são citadas, como Janet Brown, Judith Bruce, Sylvia Chant, Patrice Engle, Ann Leonard, Cynthia Lloyd, Kim Rivers, dentre outras.

as mães, e que são incompetentes ou inferiores às mães como cuidadores, - embora haja estudos mostrando exatamente o contrário. Agregando o conceito de masculinidades ao de *script*, o autor afirma que, apesar de objeções de ativistas feministas (como a de que não haveria razão para investir em homens como cuidadores, pois são as mulheres que vão cuidar das crianças) a presença do pai é relevante pois, dependendo da qualidade da presença, esta é positiva para a criança, para a renda familiar e para as mulheres - e engajar-se como pais na criação dos filhos também é bom para os próprios homens. Além disso, com a crescente entrada de mulheres no mercado de trabalho, formal ou informal, o papel do homem na criação dos filhos será cada vez mais relevante. O autor então convoca a refletir: admitindo que a presença dos homens como pais é positiva, o que poderia ser feito, em termos de políticas e programas, para beneficiá-los? Conclui, pois, que levar em conta gênero e direitos humanos no âmbito da família significa que os homens não devem ser deixados de lado nas pesquisas, no desenvolvimento de programas nem no desenho de políticas públicas.

Olavarria, Valdés *et al.* em 2002 realizaram o estudo citado no capítulo 2, *Panorama de la investigación sobre el rol y las responsabilidades de los hombres en la salud sexual y reproductiva de las mujeres*, para INSTRAW. Esse interessante documento crítico mostra como a influência de Cairo e Beijing foi preponderante na determinação das agendas de pesquisa; como as metodologias de pesquisa estão contaminadas por quem as define - ou seja, prioritariamente o campo do feminismo. Os autores criticam o viés instrumentalizante, a pressão para aprovar projetos que gerem mudança em comportamentos e atitudes masculinas, ou seja, marcadas por necessidades das mulheres e não por aspectos substantivos de real interesse para com os homens.

Em 2003, o UNFPA publica o que seria seu material institucional mais visível para o trabalho com homens, *It takes two: partnering with men in reproductive and sexual health* (Precisa de dois: fazendo parceria com homens para a saúde sexual e reprodutiva), que, desde sua programação visual, faz referência a casais, mas olhando para os homens da perspectiva das mulheres. O documento anuncia-se como uma retomada do estudo *Partnering: a new approach to sexual and reproductive health*, (UNFPA 2000b). A introdução faz referência ao que teria sido a primeira publicação do UNFPA, em 1995 (em espanhol, UNFPA 1996), o informe técnico *Participación masculina en salud reproductiva, incluyendo planificación de la familia y la salud sexual*. Entre uma e outra publicação, o UNFPA (1998a, 1998b) também produziu e divulgou dois textos destinados a ações de *advocacy* junto à população masculina: *Un nuevo papel para los hombres: asociados para la potenciación de la mujer*, e *Aliados para el cambio: cooperación de los hombres en la prevención del VIH/SIDA*. Aqui, mais uma vez, os homens pais ou os responsáveis, que assumem a responsabilidade no campo conjugal, paternal e familiar parecem ser os que não possuem sexualidade, ou é como se estivessem falando apenas da sexualidade monogâmica, heterossexual, tributária da concepção de divisão sexual do trabalho. Ao se assumir essa perspectiva, o texto parece restringir o universo masculino ao de homens casados, com filhos, em relações estáveis com suas parceiras, em uma postura essencializante e homogeneizadora.

O texto do UNFPA de 1995/6 explicitava ter sido realizado no marco do que estabelece a Conferência do Cairo, ou seja, com foco no papel que os homens desempenham na saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar e a saúde sexual e a necessidade de assumir suas responsabilidades na família em relação ao cuidado infantil e às tarefas domésticas. Assim, como discutido no capítulo anterior, recorre ao referencial teórico que propõe mudanças na divisão sexual do trabalho. O

documento apresentaria o que chama “conhecimento de vanguarda em relação à participação do homem na saúde reprodutiva”. São marcadas as diferenças entre essa publicação, produzida logo após Cairo, e o texto de 2003. A primeira, tratando da vida reprodutiva, contracepção, uso de preservativos e vasectomia, é voltada a experiências práticas de implementação de projetos e programas, inclusive comunitários. Nessa primeira publicação o diálogo da agência com a produção acadêmica externa a ela é ainda limitado, buscando-se principalmente definições – de participação e responsabilidade masculina, por exemplo – calcada nos enunciados da Conferência do Cairo. Como objetivos centrais de qualquer intervenção propõem-se: o apoio do homem à mulher e respeito por seus direitos sexuais e reprodutivos, saúde reprodutiva masculina e feminina e o comportamento reprodutivo e sexual responsável entre homens jovens. A ênfase das estratégias propostas é na configuração de serviços para a população masculina e na definição de intervenções comunitárias dirigidas a audiências masculinas, (incluindo o desenho das mensagens, mobilização comunitária e campanhas nos meios de comunicação de massas). O que se busca seriam serviços adequados para os homens.

Passados oito anos, o cenário no UNFPA é diferente. A introdução relata que, apesar de a intenção inicial ter sido a de realizar uma revisão do documento de 1995, isso foi impossível: era preciso estabelecer “novos paradigmas”, como parceria na saúde sexual e reprodutiva, promoção da igualdade de gênero e a preocupação em considerar homens “como parte da solução”. O que justificaria essa guinada seriam a necessidade de enfrentar a epidemia de aids e a demanda feminista pela eliminação da violência contra a mulher:

O papel dos homens na saúde sexual e reprodutiva nunca foi tão amplamente reconhecido. A crise da aids é a grande responsável, não apenas pela inclusão dos homens nas políticas e programas de população e saúde reprodutiva, mas também

por motivar doadores e provedores a desenvolver rapidamente programas de prevenção para homens e adolescentes. A pandemia também trouxe mais atenção para a conexão entre sexualidade e gênero, e tem modificado as implicações para as doenças sexualmente transmissíveis que, de um tema de saúde, [teriam se tornado] um tema social (...). Além disso, em vista da contínua desigualdade, o movimento internacional pelo fortalecimento dos direitos da mulher tem clamado por um confronto com a violência baseada em gênero e para a mudança dos pontos de vista e comportamentos nessa área (UNFPA 2003).

Aqui, há uma preocupação em disseminar idéias e perspectivas para além das adotadas pelos escritórios do UNFPA nas diferentes regiões, incluindo iniciativas inovadoras realizadas por grupos da sociedade civil, como a Campanha do Laço Branco, a experiência de grupo de homens na Nicarágua contra a violência, um projeto com barbeiros na República Dominicana, o trabalho com as Forças Armadas no Paraguai, dentre outras. Esse caleidoscópio de experiências apresentado (que inclui, mas extrapola o foco anterior nos serviços de saúde) revela uma ampliação das concepções e do refinamento conceitual de gênero e masculinidade, bem como maior preocupação com adolescentes e jovens.

Tanto a epidemia da aids quanto a vigência da violência de gênero formam duas situações sociais em que os homens foram colocados sob a mira de programadores, formuladores de políticas e de agências internacionais – sob o impulso do debate e ação pública do movimento de mulheres. No entanto, a emergência dessas duas temáticas ou questões iria favorecer a ampliação dos referentes conceituais de gênero para além dos elementos tradicionais associados ao âmbito do trabalho doméstico, criação de filhos e decisões reprodutivas. Se, antes, os homens eram vistos como potenciais “agressores”, gerando mal-estar, ameaçando a vida de mulheres, os novos enfoques permitiram repensar a construção social das subjetividades masculinas à luz da vertente de gênero, incluindo suas identidades e práticas sexuais, em associação ou não com a violência simbólica, sexual, doméstica. Entretanto, a tendência ainda é a da

captação dos discursos das agendas e agências para o universo das necessidades e direitos da população feminina.

Um exemplo de como o tema da violência contra a mulher e o papel dos homens em reduzir esse fenômeno vem sendo levado em consideração é a publicação produzida pelo INSTRAW (2002), *Partners in change: working with men to end gender-based violence* (Trabalhando com homens para eliminar a violência de gênero). O livro é uma coletânea de textos, produto de pesquisa encomendada pelo INSTRAW como parte da estratégia institucional de construção de alianças para a equidade de gênero (dois dos autores compilados são Alan Greig e James Lang, também autores do texto publicado pelo UNDP, 2000, mencionado acima). A introdução e a conclusão, em especial, são iluminadoras e exemplares das posições que influenciam o eixo da publicação e, como tal, da própria instituição e seu entorno. A violência é vista como um problema de variadas causas que só pode ser solucionada com a contribuição de “todos”, daí o trabalho de prevenção da violência feito com homens ser ponto central. Considerando as diferenças de abordagem dos estudos das masculinidades, a violência é vista como fenômeno que pode abarcar distintas definições, situações e usos, cujas causas sociais e políticas são informadas por crenças e comportamentos, que podem portanto ser modificados – o que requer ação de gênero.

Por outro lado, algo que salta aos olhos é como o tema da homossexualidade não aparece claramente nos textos e propostas das agências das Nações Unidas. Embora o campo dos direitos sexuais tenha sido aberto na Conferência de Beijing, ainda está associado à eliminação da violência e vinculado à situação das mulheres. Isso de certa forma pode estar ligado à tendência dos textos e programas, de pensar e definir ações voltadas para um homem casado, trabalhador, heterossexual, pai de

família e que deve aprender a apoiar a esposa. E ocorre apesar da produção acadêmica sobre práticas sexuais homoeróticas, apesar da presença ativa das organizações *gays* e lésbicas. Valeria a pena pensar como a entrada desses grupos no campo das Nações Unidas poderia ter se dado para efetivamente incidir sobre a formulação dos textos e programas de ação – mas esta questão extrapola o escopo desta tese.

Criando sinergias, gerando transformações

A reunião do grupo de especialistas⁴⁶ realizada em Brasília em 2003, mencionada na abertura deste capítulo, aponta para um adensamento dos debates, traz vários atores para o cenário e os reúne em torno de um discurso que passa a privilegiar os temas da violência e da prevenção da aids e incorpora temas associados à conciliação entre vida profissional e responsabilidades familiares. O esforço desse processo, segundo a Síntese das atividades (DAW, ILO & UNAIDS 2003), além de inspirar a reunião da Comissão do Status da Mulher de março de 2004, também inspiraria um pronunciamento do Secretariado Geral das Nações Unidas, nesse mesmo ano. Previamente a essa discussão no Brasil, a DAW conduzira uma discussão *on-line*, coordenada por Robert Connell, da qual participaram 314 pessoas de 70 países, durante quatro semanas (de 30 jun. a 25 jul.). Nas três primeiras semanas as questões indicadas para discussão obviamente correspondiam ao interesse das três agências da ONU envolvidas (DAW, ILO e UNAIDS): uma foi sobre o mundo do trabalho, a segunda sobre a epidemia de aids e a terceira sobre a igualdade de gênero para homens e meninas.

⁴⁶ Os 12 especialistas foram: Radhika Chopra (Índia); Magda ElSanousi (Sudão); Michael Flood (Austrália); Alan Greig (Inglaterra); Lars Jalmert (Suécia); James Lang (EUA); Linden Lewis (Barbados); Jorge Lyra (Brasil); Jivka Marinova (Bulgária); Emmaniel Ochora (Uganda); Dean Peacocok (África do Sul); Stephen Vete (Toga); e Njoki Wainaina (Quênia). Na qualidade de consultor participou Robert Connell e outros convidados também estiveram presentes como Benedito Medrado, Carlos Guida, Norma Fuller, entre outros.

Em minha perspectiva, essa discussão foi o momento de maior diálogo e concertação que se obteve em torno de gênero e masculinidades. O diálogo foi marcado pela amplitude temática e conceitual. Nesse processo estiveram incluídos os mais importantes teóricos e ativistas. Pontos centrais das discussões realizadas foram a diversidade na forma de conceber os homens e as masculinidades, a divisão sexual do trabalho, a influência dos processos econômicos na determinação das relações de poder entre homens e mulheres, associados à dimensão cultural. Dentre as possibilidades de mudança e intervenção aventadas, destaca-se a busca de maneiras pelas quais os homens podem “sair ganhando”, como o alcance de melhor equilíbrio entre o trabalho e a vida, menos estresse, melhor qualidade nas relações humanas, melhor cuidado com as crianças, redução no nível da violência presente nas sociedades.

Mas, o que falta definir claramente é o que esse campo deseja imprimir como vertente, como marca de ação estratégica e, também, verificar se este pretende ter vida independente das Nações Unidas, e com que forças. Afinal, a humanidade necessita de apenas um homem responsável, que responda por seus atos, ou o que queremos é um homem transformado, como quer Sonia Corrêa (s.d.). Essa autora, em seu texto *Reconceptualizing men's role: feminist perspective in a mirror*, (Reconceitualizando o papel masculino: a perspectiva feminista no espelho) rejeita tanto a concepção de participação masculina quanto as de envolvimento ou responsabilidade masculina, sugerindo seu abandono gradual. Lembra que os homens foram trazidos à cena porque o pensamento crítico e político feminista, assim como o *gay* e lésbico, teria afetado de alguma maneira o sistema de gênero estabelecido, especialmente nas culturas ocidentais. Portanto, para atingir os homens, de acordo com Corrêa, seria necessário criar um discurso público em masculinidade(s). No entanto,

como a autora destaca, “transformar os homens vai exigir muito mais tempo e energia intelectual que simplesmente envolvê-los em programas de saúde reprodutiva ou de planejamento familiar”. Modificar percepções, atitudes de homens individualmente não ajudaria a realizar grandes mudanças sociais. “Uma agenda de pesquisa e reflexão, mas sobretudo uma agenda de coordenação política deveria ser ocupada internacionalmente e vinculada a um pensamento teórico e conceitual sobre gênero, em associação com as grandes questões econômicas” – às quais eu agregaria, e militaristas.

E aqui retorno às colocações iniciais em torno do uso do conceito de gênero para contemplar as necessidades masculinas. Uma aglutinação de pensamento e ação política entre homens e mulheres poderia ser crucial para dar maior densidade às transformações que se deseja, na direção de um mundo efetiva e realmente mais igualitário e mais justo econômica, social, cultural e politicamente. A agenda de transformação de gênero é uma agenda de longo prazo, ou melhor, é uma agenda infinita. As relações entre carne, inconsciente e mente produtora de cultura, como quer Lamas (2002), são um processo interminável, que pode sempre se aprimorar, que se eterniza nas relações sociais no mundo privado e público, que se manifesta em todos os espaços e que deve ser concebido como um processo de transformação político-cultural. A substituição das mulheres pelos homens na execução de tarefas do mundo doméstico não resolve os problemas ou injustiças de gênero, assim como a entrada das mulheres no mercado de trabalho não é suficiente para a recepção de um diploma de emancipação feminina. As relações são muito mais complexas, imersas nas realidades econômicas, políticas, sociais e culturais (e sub-culturais) de cada dia, que por sua vez são determinadas local e globalmente, como a história vem sistematicamente mostrando. É nesse

sentido que os estudiosos que vêm ampliando o campo de debates e de ação política em termos de gênero, homens e masculinidades deveriam assumir um espaço que está aberto, com o apoio de algumas mulheres, de maneira global, tentando construir, como no dizer de Habermas, um espaço de ação política, de diálogo que busca a transformação. Afinal, seriam homens assumindo politicamente e em diálogo suas próprias concepções, realidades e demandas.

Considerações finais

Ao contrário do mito bíblico, pois, e em conformidade com a experiência comum, na esfera das Nações Unidas, os homens nascem de mulheres. Não há como ser diferente. A hegemonia da presença articulada das mulheres, como vimos, é histórica. Atores sociais contundentes, de diversas origens e matizes, produziram ações efetivamente comunicativas, buscando a transformação em todas as esferas de poder, com claro projeto e discurso político. Embora lentamente se identifique a presença da preocupação com o masculino, os contornos desse processo não estão claros. Também é necessário dizer que a igualdade de gênero, como grande ideário ou meta, é o guarda-chuva que abriga e inspira as ações em torno das necessidades masculinas, mesmo se o que prevalece é a perspectiva instrumental, de “usar” os homens para favorecer a situação das mulheres, não necessariamente contemplando assim as necessidades específicas deles.

De toda maneira, o homem nos textos é o “outro”. A visão normativa do masculino nos textos das conferências, com pouca variabilidade no transcurso do tempo, é resultado da ação de vários interlocutores/as e atores/as que, em maior ou menor diálogo, destinaram aos homens, pode-se dizer, um lugar restrito. Se todos os processos indicam que cada vez mais foram as mulheres organizadas que efetivamente ganharam espaço e poder crescente nas conferências, também pelo menos parcialmente é de sua autoria a redução e instrumentalização apontadas. As razões disso estariam fortemente associadas à cristalização da visão de que uma mudança na divisão sexual do trabalho pode modificar as relações de poder de gênero e facilitar a construção de outras masculinidades. Nesse

sentido, a domesticação dos homens, por meio de sua introdução e permanência no universo doméstico (onde cabem todas as relações com a reprodução, inclusive as decisões reprodutivas sobre número e momento de ter filhos) é trazida para a cena política como proposta alvissareira. Outra razão explicativa pode ser o fato de que o sofrimento ou necessidades masculinas, inclusive amparadas em um universo de pesquisas que crescem nacional e internacionalmente, realmente não têm sido evidenciadas em uma ação política que possa ser contraposta ou articulada aos movimentos feministas, *gays* e lésbicos, salvo raras e localizadas iniciativas.

Que gênero faz política e política faz gênero – a afirmação contundente de Joan Scott –, temos em mãos exemplos claros. A ação política do mundo instrumental (Habermas 2001) e não do mundo da vida, está em mãos de processos dirigidos por mulheres em seu movimento social. Por outro lado, as agências do Sistema das Nações Unidas vêm procurando incorporar as demandas e as propostas em torno do masculino, de maneira a criar ajustes em seus próprios mandatos. O discurso em torno da divisão sexual do trabalho foi a essência das ações desenvolvidas ou fomentadas pelas agências durante muitos anos. Essa perspectiva esteve presente desde o princípio da constituição do Sistema das Nações Unidas e é possivelmente o conteúdo que ainda informa em grande parte as formulações dos textos e programas aqui analisados, especialmente os que propõem implementar concretamente a perspectiva de gênero para englobar os homens. No entanto, como já apontado por feministas, o discurso e a ação em torno da divisão sexual do trabalho não será suficiente para eliminar, ou subverter, a hierarquia de gênero vigente. Como dizia Corrêa, a maior sensibilidade ou presença de homens aqui e ali não irá efetivamente transformá-los.

Da mesma maneira como ocorreu com as mulheres, será necessário ter em mãos diagnósticos que permitam a compreensão das situações socioeconômicas dos homens em todas as idades, e assim elaborar políticas mais eficazes para a superação de sua condição. Raríssimos são os estudos que efetivamente têm se preocupado em inquirir sobre desigualdades entre os homens, sem uma perspectiva persecutória ou acusadora de comportamentos ou atitudes masculinas – como, por exemplo, buscar construir indicadores da qualidade da paternidade responsável.

Esta análise evidenciou que, no âmbito da ONU, o que foi saudado como inovador em relação ao masculino, que foi o texto da Conferência do Cairo, não o era tanto assim. As idéias percorrem um longo trajeto. Vários temas que já estavam presentes em 1975 aparecem com a mesma força e vigor na Conferência de Beijing (1995), por exemplo. A recuperação histórica aqui empreendida revela essa continuidade dos esforços de análise e ação – muito embora passível de crítica, no que tange à adoção do conceito de gênero. As visões feministas, mesmo se viesadas em relação ao masculino, são as que adquiriram legitimidade discursiva.

De 1975, ano do início da década da mulher, a 2004 – ano da realização no México da 9ª Conferência Regional da Mulher, “gênero” permitiu problematizar o homem no contexto dos programas das Nações Unidas, mas de uma forma conservadora, estática, associada à divisão sexual do trabalho, buscando levá-lo a se comprometer com sua vida no âmbito privado – determinada pelas mulheres. Embora inspirado na meta louvável de democratizar as relações de gênero, ou de alcançar a igualdade de gênero, parece haver um equívoco no princípio de que a mera presença masculina nas tarefas domésticas seja suficiente para provocar as mudanças desejadas. Mesmo admitindo que a assunção de

responsabilidade no âmbito doméstico pode provocar mudanças na construção das masculinidades, não estaria aí o limite das transformações.

A linguagem repetitiva nos textos das Nações Unidas, aqui evidenciada, não parece ajudar a provocar as transformações desejadas, mas contribuir para cristalizar uma visão dos homens que é no mínimo insuficiente: recomenda participação no planejamento familiar, participação nas tarefas domésticas e na criação dos filhos. Uma mudança efetiva exige conhecimento do que acontece com os homens; e “gênero”, nesse sentido, não tem servido para propor ou aglutinar mudanças reais, porque estas exigem conhecimento prévio de onde estamos, análise e proposição de estratégias. Além disso, como discutido no capítulo anterior, os textos das conferências parecem falar apenas de um homem trabalhador, heterossexual, pai de família, casado, com filhos, deixando de lado realidades em transformação que incluem as mudanças no âmbito do exercício da sexualidade, constituição conjugal, relações familiares, relações parentais, estigmas, discriminações, violências, e grande impacto sobre as distintas esferas da saúde.

Também vale a pena considerar que em todo esse processo, parece que os homens estão num lugar de não-sofrimento – o que não é factível – e portanto não constroem suas vozes. Homens não falam pelos homens, não se constituíram em sujeito social. Também se parte da idéia de que os homens estão capacitados a atuar com facilidade no campo das escolhas sexuais e reprodutivas, fazendo uso de um poder que se configura como sendo uníssono. Pensar na diversidade da construção das masculinidades, uma verdade hoje já incorporada e também no campo discursivo já legitimada, não é suficiente para pensar e indicar para onde se pode seguir e com que estratégias e com que resultados. Novamente, é preciso definir o eixo, e o eixo parece ser o que Corrêa indica- a transformação que

problematize também do ponto de vista masculino a opressão por vários outros sistemas hierárquicos, a submissão, o desconhecimento, o impacto da economia e do militarismo. O homem de que estamos falando nas conferências parece muitas vezes ser apenas um homem família, ou um homem que existe também com finalidade determinada, ou seja para ter família e ter filhos, com uma diferença em relação às mulheres (que são sempre responsáveis e sabem o que significa ter filhos) devem ser educados. Com que perspectiva de famílias também estamos trabalhando? Onde estão os homens jovens? Que discursos estamos criando e deixando para o futuro? Também vale a pena indicar que o conceito de gênero problematiza para as mulheres e na esfera pública, enquanto que parece que gênero, para ‘homem’, problematiza na esfera privada.

A entrada do conceito de gênero, da maneira como o interpretamos nos textos das Conferências, não parece ter mudado a compreensão do que sucede com os homens em termos das análises e discursos que são considerados pelas declarações, plataformas de ação e os conseqüentes programas que são desenvolvidos. Quando o tema da sexualidade aparece, por exemplo ao se discutir a prevenção da aids, embora esse homem não seja mais o “homem-de-família”, da mesma forma necessita ser educado, reprimido, controlado. Fica claro que a concepção que transparece nos textos e indicações está contaminada por uma visão estereotipada do masculino. De certa maneira, no campo das Nações Unidas, os programas e as atividades desenvolvidos vão mostrando pequena inflexão, mas acredito que continuarão tendo pouco impacto caso não se criem e se estabeleçam homens como grupos possuidores de um ideal de transformação, ou de busca do que seriam processos efetivamente emancipatórios. Realmente, parece difícil ver homens em outro lado que não o da exploração, ou da dominação. Poderia ser desejável a construção

de processos políticos mais globais e a formação de vínculos entre os participantes, visando o que poderia vir a ser uma vasta rede internacional de estudiosos e tomadores de decisão em torno de gênero e masculinidades, e que possam problematizar consistentemente o campo em nível global, de forma contínua e sistemática.

Até o momento, a ausência de articulação política estratégica transnacional, marcada pela solidariedade e busca de emancipação, é real. No âmbito da relação com os espaços das Nações Unidas são mantidos certos nichos, com a presença de certos nomes, certos atores, que buscam de maneira quase privada construir essa interlocução com as agências do Sistema, sem efetivamente buscar usar ou potencializar as idéias e os espaços que o mundo da vida parece vir ofertando. Ora, por que não construir a partir daí um espaço de interlocução de líderes no âmbito da sociedade civil? Por que não, de maneira livre e generosa, criar espaços de solidariedade entre si e de diálogo efetivo com o universo político maior, das grandes redes e lideranças que estão buscando transformar efetivamente as relações sociais, políticas e econômicas a favor das mulheres? Todo o processo indica que o campo de alguma maneira pretende manter espaços privados de poder e recursos, de projetos individuais, resguardando as possibilidades de manutenção de certas perspectivas que em alguma medida podem competir entre si, não havendo clara manifestação de ideário generoso de transformação.

A presença de consultores voltados ao estudo das masculinidades no âmbito das Nações Unidas tem sido insuficiente. Embora partilhem o mesmo campo, não partem dos mesmos pressupostos teóricos, mas com suas consultorias podem influir na visão que vai ser imprimida, ainda que não oficialmente, pela agência. No entanto, não parece haver diálogo entre os pares nem com o mundo público, tampouco eixos de

solidariedade. No mundo já fragmentado das agências do Sistema, idéias vêm se movimentando continuamente, mas sem criar sinergias, parcerias, sem liderança e sem um pensamento estratégico definido globalmente. Um pensamento conjunto e estratégico para o campo, resguardadas as diferenças teóricas e políticas que pode haver entre eles, deveria estar centrado na retomada do debate e ação sobre igualdade de gênero, gênero e masculinidades, num marco de promoção dos direitos humanos. Afinal, as agências do Sistema das Nações Unidas não podem ser vistas apenas como canal para alavancar fundos para projetos específicos, ou para fortalecer pontualmente certas idéias. Um pensamento estratégico globalizante deveria entrar em cena, de maneira rápida e contundente, mostrando interesse em produzir um diálogo consistente e contínuo com o movimento de mulheres. Não se trata de formar um movimento “masculinista”, mas de produzir conhecimento e ação de forma interativa, dialogal, integrada.

No âmbito das Nações Unidas, seria alvissareiro que nos próximos processos de revisão, as próprias mulheres pudessem considerar se a predominância da visão interpretativa em torno da divisão sexual do trabalho é suficiente para problematizar e conseguir mudanças efetivas nas situações desiguais sociais, políticas e econômicas vividas pelas mulheres de todo o planeta. Ações fragmentadas, em que o mundo produtivo e reprodutivo são vistos como esferas a serem conciliadas e com a participação dos homens, não serão suficientes para a busca da transformação global de gênero – de mulheres e homens. Não se trata de domesticar os homens, mas de acreditar em um processo de transformação no qual muita energia deveria ser urgentemente investida.

Por eles mesmos.

Bibliografia consultada

- (The) Alan Guttmacher Institute. *In their own right: addressing the sexual and reproductive health needs of men worldwide*. New York [2003].
- Alatorre J. *Iniciativa para la paternidad responsable en el istmo centroamericano*. Santiago de Chile: CEPAL; 2001. Disponível em: <http://www.iin.oea.org/2004/Paternidad_responsable.pdf>.
- Alves JED, Corrêa S. *Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo+10*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. No prelo.
- Arias O. *Are men benefiting from the new economy: male economic marginalization in Argentina, Brazil, and Costa Rica*. Washington: World Bank; 2002. (Policy, Research Working Paper Series; WPS 2740). Disponível em <<http://www-wds.worldbank.org>> “Documents and Reports”.
- Arilha Silva MM. *Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução*. São Paulo; 1999. [Dissert. Mestr. Psicologia Social - Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica].
- Arilha Silva MM, Ridenti SU, Medrado B (orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS; Ed.34; 1998.
- Ávila MB. *Abertura*. [Apres. ao Seminário Homens, Sexualidade e Reprodução: Tempos, Práticas e Vozes; 2003 jun; Recife (BR)].
- Ayres JRCM. *Sobre o risco: para compreender a epidemiologia*. São Paulo: Hucitec; 1997.
- Barker G. *Men’s participation as fathers in the Latin American and Caribbean region: a critical literature review with policy considerations*. Washington: World Bank; 2003. mimeo.
- Barroso C. *As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do Plano Mundial de População*. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP* 1989; 1(1): 183-97.
- Becher, M. *Introduction: Reproductive Health Matters* 1996; 7 (n.esp.Men): 7-10.
- Bernstein RJ. *Beyond objectivism and relativism: science, hermeneutics and praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.
- Bernstein RJ. *Perfiles filosóficos: ensayos a la manera pragmática*. México: Siglo Veintiuno; 1991. *Cuál es la diferencia que marca una diferencia: Gadamer, Habermas y Rorty*. p.72-111.
- Berquó E. *Brief considerations on population issues during this century*. In: *Gender inequalities and reproductive health: changing priorities in an era of social transformation and globalization*; 1998; Campos do Jordão (SP, BR). Campinas: NEPO/Unicamp; IUSSP; 1998. p.26.
- Berquó E. *The reproductive health of Brazilian women during the ‘lost decade’*. In: *Martine G, Gupta MD, Chen L (eds.) Reproductive change: India and Brazil*. Oxford, Calcutá: Oxford University Press; 1998. p.380-404.

- Bilac E, Rocha MIB (orgs.) *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Ed. 34; 1998.
- Bock G. Women's history and gender history: aspects of an international debate. *Gender and History* 1989; 1 (1): 7-30.
- Bordo S. *Unbearable weight: feminism, western culture, and the body*. Berkeley: University of California Press; 1993.
- Bourdieu P. *La dominación masculina*. 3.ed. Barcelona: Anagrama; 2003.
- Bourdieu P, Wacquant L *Las argúcias de la razón imperialista*. Barcelona: Paidós; 2001.
- Cansino C. Hans-Georg Gadamer, 1900-2002. *Metapolítica* 2002; 6(23): 12-3.
- Catholics for a Free Choice. Mala fé en Naciones Unidas: la verdad sobre el Instituto Católico para la Familia y los Derechos Humanos. *Debate Feminista* 2003; 27 (14): 57-89.
- CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Unidad Mujer y Desarrollo. El desafío de la equidad de género y de los derechos humanos en los albores del siglo XXI. In: CEPAL. *Octava Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe* (Febrero 8-10). Lima; 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>.
- Chant S, Gutman M. *Mainstreaming men into gender and development: debates, reflections and experiences*. s.l.: Oxfam; 2000. Disponível em <http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/resources/wp_mainstreamingmen.htm>.
- CIPD – Conferencia Internacional sobre Población y Desarrollo, Cairo, 1994. *Programa de Acción*. Nueva York: UNFPA; 1996.
- CIPD – Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo, 1994. *Relatório da...* Brasília: CNPD; FNUAP; 1997.
- Cleaver F (ed) *Masculinities matter: men, gender and development*. New York: Zed Books; 2002. Chapter Men and masculinities: new directions in gender and development.
- Connell RW. Gender politics for men. In: Schacht SP, Ewing DW (eds.). *Feminism and men-reconstructing gender relations*. New York: New York University Press; 1998. p.225-36.
- Connell RW. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press; 1995a.
- Connell RW. La organización social de las masculinidades. In: Valdès T, Olavarría J. (eds.) *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago de Chile: Flacso; Isis Internacional; 1997. (Ediciones de la Mujer, 24).
- Connell RW. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade* 1995b; 2 (20): 185-206.
- Corrêa S. *Gênero: conceito, caminhos teóricos, aplicações*. México; 2002a. [Aula ministrada em curso no Colégio do México].
- Corrêa S. *Gênero e políticas públicas no Brasil* [Comun. apres. ao Seminário Gênero e Políticas Públicas, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; 2002b mar 7; Brasília].

- Corrêa S. Reconceptualizing men's role: feminist perspective in a mirror. s.n.t. mimeo.
- Daeren L. *Mujeres pobres: ¿prestadoras de servicios y/o sujetos de derechos? Un análisis y evaluación de programas de superación de la pobreza en América Latina desde un análisis de género*. Santiago de Chile: CEPAL; 2004.
- DAW – Division for the Advancement of Women. Expert Group Meeting 2003 out 21-24. *Agreed language from intergovernmental processes [Background paper]*. Brasília; 2003. Disponível em <<http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/men-boys2003/documents.html>> [2003 out 19].
- DAW – Division for the Advancement of Women. *Sociedade civil transnacional*. New York; 2004. Disponível em: <<http://www.dawn.org/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> [acesso 25 maio 2004].
- DAW – Division for the Advancement of Women. *World survey on the role of women in development*. New York: United Nations; 1999.
- DAW – Division for the Advancement of Women, ILO – International Labour Organization, UNAIDS – Joint United Nations Programme on HIV/AIDS. *Expert Group Meeting on The role of men and boys in Achieving Gender Equality*. Aide mémoire. 2003 Oct. 21-24 Brasília.
- De Barbieri T. Sobre la categoría género: una introducción teórica-metodológica. In: Azeredo S, Stolcke V (coords.) *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC; 1991. p.25-45.
- De Keijzer B. *Masculinity as a risk factor*. [Comun. apres. ao Seminar on Fertility and the Male life Cycle in the Era of Fertility Decline, IUSSP; 1995. Zacatecas (Mx)].
- Echeverría JI. *Desarrollo y experiencias de género: apuntes desde la perspectiva de Sen*. In: Largo E (ed.) *Género en el Estado: estado del género*. Santiago de Chile: Isis International; 1998. p.112-34. (Ediciones de las Mujeres, 27).
- ECLAC. *The Caribbean subregional review and appraisal: report on the implementation of the International Conference on Population and Development Programme of Action (ICPD+5)*. [Trinidad and Tobago]; 1998.
- Engels F. *El origen de la familia: la propiedad privada y el Estado*. México: Coyacán; 2000.
- Figueiredo LCM. *Os lugares da Psicologia*. [Palestra proferida na abertura da Semana da Psicologia da UNESP; 1993 set; Assis (BR)].
- Figueroa-Perea JG. Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. *Cadernos de Salud Pública* 1998a; 14 Supl 1: 87-96.
- Figueroa-Perea JG. *Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones*. *Revista Estudos Feministas* 2000; 8 (1): 131-43.
- Figueroa-Perea JG. *Identidad masculina y salud sexual y reproductiva en el contexto de las Fuerzas Armadas de América Latina*. México: UNFPA; 2002.

- Figueroa-Perea JG. La presencia de los varones en los procesos reproductivos: algunas reflexiones. In: Lerner S (ed.) *Sexualidad, reproducción y varones*. México: El Colegio de México, Somede; 1998b. p.163-89.
- Figueroa-Perea JG. Some elements to interpret the presence of males in processes of reproductive health In: FORUM Beijing + 5: future actions and initiatives. Beirut: UN Economic and Social Commission for Western Asia; 1999b.
- Flax J. Pós-modernismo e relações-de-gênero na teoria feminista. In: Hollanda HB. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco; 1991.
- Fuller N. *Masculinidades: cambios y permanencias; varones de Cuzco, Iquitos y Lima*. Lima: Ed. de la PUC-Perú; 2001.
- Fuller N. La constitución social de la identidad de género entre varones urbanos del Perú. In: Valdés T, Olavarría J (eds.) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago de Chile: Flacso; UNFPA; 1998.
- Gadamer HG. *The enigma of health: the art of healing in a scientific age*. Stanford: Stanford University Press; 1996.
- Gadamer HG. *Verdad y método II*. 4.ed. Salamanca: Sígueme; 2000.
- Garcia SM. *Homens e reprodução: mudanças e permanências em um grupo de homens de camadas médias de São Paulo*. Campinas; 2003. [Tese doutor. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /Unicamp].
- Greig A, Kimmel M, Lang J. *Men, masculinities and development: broadening our work towards gender equality*. New York: UNDP; 2000. (Gender in Development Monograph Series, 10).
- Guzmán V. *La institucionalidad de género en el Estado: nuevas perspectivas de análisis*. Santiago de Chile: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo; 2001.
- Habermas J. *Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social*. México: Taurus Humanidades; 1991a.
- Habermas J. *Teoría de la Acción Comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. México: Taurus Humanidades; 1991b.
- Habermas J. *Textos e contextos*. São Paulo: Instituto Piaget; 2001.
- Hawkesworth M. Confundir el género. *Debate Feminista* 1999; 10 (20): 3-48.
- Herrera G, Rodríguez L. Masculinidad y equidad de género: desafíos para el campo del desarrollo y la salud sexual y reproductiva. In: Andrade X, Herrera G. (eds.) *Masculinidades en Ecuador*. Quito: Flacso; 2001. p.159-72.
- CPD - International Conference on Population and Development, Cairo, 1994. *Programme of Action*. New York: UNFPA, 1996.
- Instituto Papai, FAGES, Projeto Pegacapá, NEPO. *Relatório 2*. [Do Seminário Internacional e I Seminário Norte-Nordeste Homens, Sexualidade e Reprodução: Tempos, Práticas e Vozes; 2003; Recife (BR)].

- INSTRAW – International Research and Training Institute for the Advancement of Women (ed.) *Partners in change: working with men to end gender-based violence*. New York; 2002. (Series B/57).
- Isis Internacional. *Los derechos humanos de las mujeres: itinerario de una historia*. Santiago de Chile; s.d.
- Izquierdo, MJ. Uso y abuso del concepto de género. In: VilaNova M (comp.) *Pensar las diferencias*. Barcelona: I.C.D.; Universitat de Barcelona; 1994.
- João Paulo II (Papa). *Carta às famílias* 2.ed. São Paulo: Paulinas; 1994.
- Lagarde M. Actuación feminista. In: Largo E (ed.) *Género en el Estado: estado del género*. Santiago de Chile: Isis Internacional; 1998. (Ediciones de las Mujeres, 27).
- Lamas M. La categoría género y sus estrategias de implementación. [Palestra apres.ao Taller Género, UNFPA; 2004 abr 14-16; Caracas].
- Lamas M. *Cuerpo: diferencia sexual y género*. México: Taurus; 2002. Cap. La fetichización del género.
- Lamas M. *Género: los conflictos y desafíos del nuevo paradigma*. Santiago de Chile: Isis Internacional; 1999. (Ediciones de las Mujeres; 28).
- Lassonde L. *Los desafíos de la demografía*. México: UNM; Fondo de Cultura Económica; 1997.
- Medrado B, Fonseca JLCL. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: Schor N, Mota MSFT, Castelo Branco V (orgs.) *Juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde/MS; 1999. p.230-48.
- Messner MA. Radical feminist and socialist feminist men’s movement in the United States. In: Schacht SP, Ewing DW (eds.) *Feminism and men: reconstructing gender relations*. New York: New York University Press; 1998; 67-85.
- Moghadam V. Transnational feminist networks: collective action in an era of globalization. *Internacional Sociology* March 2000; 15(1): 57-85.
- Naciones Unidas. Departamento de Información Pública. *ABC de las Naciones Unidas*. Nueva York; 2000.
- Olavarría J. [Palestra apres. ao Taller Género, UNFPA; 2004 abr 14-16; Caracas].
- Olavarría J, Valdés T *et al.* *Panorama de la investigación sobre el rol y las responsabilidades de los hombres en la salud sexual y reproductiva de las mujeres: identificación de tendencias emergentes, vacíos y desafíos (1994-2002)*. Santiago de Chile; 2002.
- ONU – Organização das Nações Unidas. *Declaração do Milênio*. Nova Iorque; 2000a.
- ONU – Organização das Nações Unidas. *Metas do Milênio*. Nova Iorque; 2000b.

- Oudshoorn N. *Contracéption masculine et querelles de genre*. Cahiers du Genre. Paris: L'Harmattan; 1999.
- Pellicer O. La historia previa a Pekin. *Revista Estudos Feministas* 1995; 6(12): 16-21.
- Petchesky R. *Global prescriptions: gendering health and human rights*. New York: Zed Books; Unsrud; 2003.
- Portella AP, Medrado B, Mello e Souza C, Diniz S. Sexualidade e reprodução: perspectivas de homens e mulheres. [Apres. ao Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco; 2003 ago.].
- Ricoeur P. *Freud: una interpretación de la cultura*. México: Sigo Veintiuno; 2002.
- Ricoeur P. *Historia y narratividad*. Barcelona: Paidós; ICE; Universidad Autónoma de Barcelona; 1999.
- Rogow D (ed.) *Respuestas a las necesidades de la salud reproductiva masculina en América Latina*. Nueva York: Population Council; 1991. (Serie Quality, Calidad, Qualité).
- Rorty R. Solidariedade ou objetividade. *Novos Estudos Cebrap* 1993; 36: 109-21.
- Rorty R. *A filosofia e o espelho da natureza*. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1994.
- Rorty R. Filosofia analítica, pragmatismo e ciência. Pinto PRM, Magro C, Santos EPF, Guimarães L (orgs.) *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: Humanitas; 1998.
- Rosemberg F. Reflexões preliminares sobre “análise de gênero” em projetos co-financiados pelo Banco Mundial. [Comun. apresentada ao Seminário Gênero e a Cooperação das Instituições Financeiras Multilaterais no Brasil; 1999 ago 11-12; Brasília].
- Scott JW. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade* 1990; 16 (2): 5-22.
- Scott JW. Prefácio a *Gender and the politics of history*. [Trad. Mariza Correa]. *Cadernos Pagu* 1994; 3: 11-27.
- Seidler V. *Unreasonable men, masculinity and social theory*. London: Routledge; 1995.
- Sen G. Conferência do Cairo: processo e resultados, um primeiro balanço. In: CIM – Centro de Informação Mulher (org.) *Mulher, população e desenvolvimento*. São Paulo; 2004. p.93-106 (Cadernos do CIM, 1).
- Smouts MC. La construction équivoque d'une 'opinion' mondiale. *Revue Tiers Monde* 1997; 38 (151): 677-93.
- SOCINT – Socialist International Women. *La Internacional Socialista de Mujeres: resumen histórico*. Londres; s.d. Disponível em: <<http://www.socintwomen.org/spanish/resumen-historico.html>> [2004].

- Spink P (org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez; 2000. Cap. Análise de documentos de domínio público, p..
- Szalai A *et al.* (eds.) **The use of time: daily activities of urban and suburban populations in twelve countries**. Paris; Mouton; The Hague, 1972.
- Touraine A. [Entrevista] Canal de televisão espanhol TVE. Março 2002.
- UNAIDS – Joint United Nations Programme on HIV/AIDS. **Men and Aids: a gendered approach**; 2000 World Aids. Geneva; 2000.
- UNDP – United Nations Development Programme. **Building capacity for gender mainstreaming: UNDP’s experience**. New York; 1998.
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Roles masculinos y masculinidades desde el punto de vista de una cultura de paz: informe de Reunión del Grupo de Expertos**. Oslo; 1997.
- UNFPA – United Nations Population Fund. **Aliados para el cambio: cooperación de los hombres en la prevención del VIH/SIDA**. Nueva York; 1998a. (Advocacy Series, Collection Plaidoyer).
- UNFPA – United Nations Population Fund. **Estado de la población mundial**. Nueva York; 2000a.
- UNFPA – United Nations Population Fund. **Un nuevo papel para los hombres: asociados para la potenciación de la mujer**. Nueva York; 1998b. (Advocacy Series, Collection Plaidoyer).
- UNFPA – United Nations Population Fund. **Participación masculina en salud reproductiva, incluyendo planificación de la familia y la salud sexual**. Nueva York; 1996. [Documento Técnico # 28].
- UNFPA – United Nations Population Fund. **Partnering: a new approach to sexual and reproductive health**. New York; 2000b. (Technical Paper #3).
- UNFPA – United Nations Population Fund. **It takes two: partnering with men in reproductive and sexual health**. New York; 2003.
- UNICEF – United Nations Children’s Fund. **Role of men in the lives of children: a study of how improving knowledge about men in families helps strengthen programming for children and women**. New York; 1997.
- UNIFEM – Fondo de las Naciones Unidas para las Mujeres. **La mujer en el ejercicio del poder y la adopción de decisiones: nota informativa 7**. s.d. Disponível em <<http://www.un.org/spanish/conferences/Beijing/7Mujer.htm>>[2001].
- UNIFEM – Fondo de las Naciones Unidas para las Mujeres. **INSTRAW – Instituto Internacional de Investigación y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer. La ONU y las mujeres 1945-1995**. New York; 1995.

- United Nations. Department of Public Information. **Basic facts about the United Nations**. New York; 1992.
- United Nations. **Human development report 1995**. New York; 1995.
- United Nations. **World survey on the role of women in development**. New York; 1999.
- USAID – United States Agency for International Development. Center for Communication Programs. Office of Population Interagency Gender Working Group. **Men and reproductive health (CD-ROM)**. Washington; 2000.
- USAID – United States Agency for International Development. Interagency Gender Working Group. **Reaching men to improve reproductive health for all** [report on the Special Meeting on Male Involvement, Sept 15-18]. Dulles (VI, USA); 2003. Disponível em < <http://jhuccp.org/igwg> > [2003].
- Valdés T, Olavarría J (eds.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago de Chile: Isis International; 1997. (Ediciones de las Mujeres, 24).
- Valdés T, Olavarría J (eds.) **Masculinidades y equidad de gênero en América Latina**. Santiago de Chile: Flacso; 1998.
- Viveros M Olavarría J, Fuller N (orgs.) **Hombres e identidades de género: investigaciones desde América Latina**. Bogotá: CES/Universidad Nacional; 2001.
- White SC. Men, masculinities, and the politics of development. In: Sweetman C (ed.) **Men and masculinity**. Oxford: Oxfam; 1997. p.14-23.
- WHO – World Health Organization. **What about boys? a literature review on the health and development of adolescent boys**. Geneva: Department of Child and Adolescent Health and Development; 2000.

Bibliografia complementar

- Alvarez S, Dagnino E, Escobar A. **Cultures of politics, politics of cultures: re-visioning Latin American social movement**. Boulden (CO, USA): Westview; 1998.
- Amuchástegui-Herrera AM. Masculinidad: una categoría en problemas. **Memoria – Revista Mensual de Política y Cultura** 2002; 155 (on-line). Disponível em < <http://www.memoria.com.mx|155/Amuchastegui.htm> >.
- Barrett M, Phillips A (comps.). **Desestabilizar la teoría: debates feministas contemporáneos**. México: Paidós; UNAM; PUEG; 2002.
- Basu AM. The new international population movement: a framework for a constructive critique. **Health Transition Review**, 1997; 7; Suppl 4: 7-31.
- Bell E. **Gender and governance: a bibliography**. Brighton: University of Sussex, Institute of Development Studies; 2001 (Bibliography, 11).
- Bessa KAM. Carta convite da organizadora. **Cadernos Pagu** 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]: 2.

- Bessis S. Les nouveaux enjeux et les nouveaux acteurs des débats internationaux dans les années 90. *Revue Tiers Monde*; 1997; 38 (151): 658-75.
- Bhatta G. Of geese and ganders: mainstreaming gender in the context of sustainable human development. *Journal of Gender Studies* 2001; 10(1): 17-32.
- Blacker D. Education as the normative dimension of philosophical hermeneutics. Chicago: University of Illinois Press; s.d.
- Bock G. Challenging dichotomies: perspectives in women's history. In: Offen K, Roach R, Rendall J (eds.) *Writing women's history: international perspectives*. Bloomington [IN, USA]: Indiana University Press; 1991. p.1-23.
- Bordo S. A feminista como o outro. *Revista Estudos Feministas* 2000; 8(1): 10-29.
- Bourdieu P, Wacquant L *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press; 1992.
- Butler J. Contingent foundations: feminism and the question of "postmodernism". *Cadernos Pagu* 1998; 11 [2 n.esp. Trajetórias do gênero, masculinidades]:.
- Catagay N. *Gender and poverty: social development and poverty elimination*. New York: UNDP; 1998. (Division Working Paper, 5)
- Citeli MT. *Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento*. Sao Paulo; 2001. [Tese de Doutorado FFLCH/USP].
- Córdova-Plaza R. El género como problema epistemológico. *Memoria – Revista Mensual de Política y Cultura* 2002; 155 (online). Disponível em <<http://www.memoria.com.mx |155/Cordova.htm>>.
- Corrêa M. Uma pequena voz pessoal. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]: 47-54.
- Corrêa M, Piscitelli A. Masculinidades numa perspectiva antropológica: entrevista com Miguel Vale de Almeida. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]: 201-31.
- Costa CL. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n.esp. Trajetórias do gênero, masculinidades]: 127-40.
- Costa RG. De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]: 157-99.
- Crane B, Isaacs SL. The Cairo Program of Action: a new framework for international cooperation on population and development issues. *Harvard International Law Journal* 1995; 36: 295-306.
- Daudet Y (org.). *Les Nations Unies et le développement social international*. Paris: Lédone; 1996.
- De Barbieri T. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. *Revista Interamericana de Sociología* 1992; 6 (2/3).
- Dietz MG. O contexto é que conta: feminismo e teorias de cidadania. *Debate Feminista* 1999; (n.esp. Cidadania e Feminismo): 3-28. [ed. México: Mettis; São Paulo: Melhoramentos].

- Dio Bletchmar E. Del sexo al género. *Rev. Assoc. Argentina de Psicoterapia para Graduados* 1992; 18: 35-.
- Doezema J. Who gets to choose? Coercion, consent and the UN trafficking protocol. *Gender and Development* 2002; 10 (1): 20-7.
- Faur E. *Masculinidades y desarrollo social*. Bogotá: UNICEF, Arango; 2004.
- Figueroa-Perea JG. Algunas reflexiones sobre la interpretación social de la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. In: *SALUD reproductiva: nuevos desafíos*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia; 1996a. p.53-71.
- Figueroa-Perea JG. Un apunte sobre ética y derechos reproductivos. In: *SALUD reproductiva: nuevos desafíos*. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia; 1996b. p.209-18.
- Figueroa-Perea JG. Ethical issues in the International Conference on Population and Development Programme of Action. [Comun. apres. à mesa redonda Rights: from Rhetoric to Reality, Cairo + 5 Non-Government Organizations Forum; 1999a; The Haye (HOL)].
- Flood M. Lo que más frecuentemente se pregunta acerca de los hombres pro-feministas y sus políticas. s.l.; 1997. mimeo.
- Fonseca TM. A dominação masculina: formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher. *Revista Estudos Feministas* 1999; 7 (1-2): 206-13.
- Foucault M. El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología* 1988; 1(3): 3-20.
- França Junior I, Ayres JR, Calazans G. Saúde coletiva e direitos humanos: um diálogo possível e necessário. In: *Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 6. Anais [texto integral]*. 2000. CD-ROM.
- Francis B. Relativism, realism and feminism: an analysis of some theoretical tensions in research on gender identity. *Journal of Gender Studies* 2002; 11 (1).
- Fraser N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a post-socialist age. In: Phillips A (ed.) *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press; 1998. p.430-61.
- Fraser N. *Justice interruptus: critical reflections on the post-socialist conditions*. New York: Routledge; 1997.
- Fraser N. A luta pelas necessidades: esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio. *Debate Feminista* 1999; (n.esp. Cidadania e Feminismo): 105-48. [ed. México: Mettis; São Paulo: Melhoramentos].
- Fraser N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça e do gênero. In: Bruschini C, Unbehun SG (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Sao Paulo: Ed. 34; FCC; 2002. p.61-78.

- Fraser N. Rethinking recognition: overcoming displacement and reification in actual politics. *New Left Review* 2000; 3: 107-20.
- Gálvez PT. Aspectos económicos de la equidad de género. Santiago de Chile: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo; 2001. (Serie Mujer y Desarrollo, 35).
- Gómez E. Equidad, género y reforma de las políticas de salud en América Latina y el Caribe. In: CEPAL. *Octava Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe* (Feb 8-10). Lima; 2000. Disponible em: <<http://www.eclac.org>>.
- Guzmán V. La equidad de género como tema de debate y de políticas públicas. In: Largo E (ed.) *Género en el Estado: estado del género*. Santiago de Chile: Isis International; 1998. (Ediciones de las Mujeres, 27).
- Guzmán V. Gobernabilidad democrática y género: una articulación posible. [Proyecto CEPAL/DAW]. Santiago de Chile: CEPAL; 2002. (Documento de Trabajo).
- Guzmán JE. *Identidad conceptual del Proyecto Proseguridad*. Santa Fé de Bogotá: s.ed.; 1999.
- Guzmán V. *Las relaciones de género en un mundo global*. Santiago de Chile: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo; 2002. (Serie Mujer y Desarrollo, 38).
- Haas P. Knowledge, power and international policy coordination. *International Organization* 1992; 46(1):.
- Heilborn ML, Sorj B. Estudos de gênero. [Apres.ao Seminário As Ciências Sociais no Brasil; 1998 nov 17-20; São Pedro (BR)].
- Hobsbawm E. *Era dos extremos: o breve século XX;1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Hurstel F. *La déchirure paternelle*. Paris: PUF; 1997.
- Kingdon J. *Agendas, alternatives, and public policies*. Boston: Little Brown; 1984.
- Kofes S. A bela esquina: gênero e feminismo. *Revista Estudos Feministas* 2001; 9(1): 326-30.
- Kyte R. On how sexual and reproductive rights entered the United Nations. In: Hinojosa C, Fried S (eds). *Bringing women's human rights home*. New Brunswick [NJ, USA]: Centro para el Liderazgo Mundial de las Mujeres; 1996. p.68-73.
- Lagarde M. La regulación social del género: el género como filtro de poder. In: *ENCICLOPEDIA de la sexualidad*. México: Consejo Nacional de Población; 1994. p.389-425.
- Lamas M. *La bella (in)diferencia*. México: Siglo XXI; 1991.
- Lamas M. *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: UNAM, PUEG, MA Porrúa; 1996. Cap. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría "género".

- Lamas M. *Para entender el concepto de género*. Quito: Abya-yala; 1998.
- Louro GL. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pró-estruturalista*. Petrópolis: Vozes; 1997.
- Machado LZ. Estudos de gênero: para além do jugo entre intelectuais e feministas. In: Schpun MR (org.). *Fronteiras do gênero, gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Mulheres; 1997. p.208-.
- Machado LZ. Gênero, un novo paradigma? *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]:.
- Maluf SW, Cima-Costa C. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. *Revista Estudos Feministas UFSC*, Florianópolis; 2001; 9; 1; 147-63.
- Messner MA. The limits of the male sex role: a discourse analysis of the men's liberation and men's rights movements. *Gender and society* 1998; 12: 255-76.
- Messner MA. *Politics of masculinities: men in movements*. Los Angeles: Thousand Oaks; 1997.
- Miguel LF. Política de interesses, política do desejo: representação e singularidade feminina. *Revista Estudos Feministas* 2001; 9 (1): 253-67.
- Moraes, MLQ. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]: 99-105.
- Mouffe C. Feminismo, cidadania e política democrática radical. *Debate Feminista* 1999; (n.esp. Cidadania e Feminismo): 29-47 [ed. México: Mettis; São Paulo: Melhoramentos].
- Mouffe C. Por uma política da identidade nômade. *Debate Feminista* 1999; (n.esp. Cidadania e Feminismo): 266-78 [ed. México: Mettis; São Paulo: Melhoramentos].
- Ortiz-Ortega A (org.) *Derechos reproductivos de las mujeres: un debate sobre justicia social en México*. México: Edamex; UNAM; 1999. p.27-68.
- Ortiz-Ortega A, Helzner J. Opening windows for gender: the case study of IPP. In: *Annual Meeting of the American Public Health Association*. Washington; 1998 (Nov 15-19)
- Pénotin-Dumon A. *El género en historia*. London: Institute of Latin American Studies; University of London; 2001. Disponível em <http://www.sas.a_e.uk/ilas/genero>.
- Philips A (ed.). *Feminism and politics*. Oxford: New York: University of Oxford, 1998.
- Philips A. *Democracy and difference*. University Park [PA, EUA]: Pennsylvania State University Press; 1993.
- Philips A. *Gênero y teoría democrática*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales; PUEG; 1996.
- Phillips A (ed.). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press; 1998.

- Piscitelli A. Gênero, uma perspectiva. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]:.
- Rago, M. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]: 89-98.
- Rocha MIB. Significados históricos e políticos da regulação da fecundidade. In: Batista C, Laranjeira M (orgs.) *Aborto: desafios da legalidade*. Recife: SOS Corpo; 1988. p.41-76. (Cadernos do SOS Corpo, 2).
- Rochefort D, Cobb RW (org.) *The politics of problem definition: shaping the policy agenda*. Lawrence [KS, USA]: University Press of Kansas; 1994.
- Rosemberg F. Organizações internacionais e educação. São Paulo; 2002. mimeo.
- Sarraceno C. Diferença sexual: uma jaula demasiado esterita ou um atalho fácil demais? *Debate Feminista* 1999; (n.esp. Cidadania e Feminismo): 73-81 [ed. México: Mettis; São Paulo: Melhoramentos].
- Scott JW. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pró-estruturalista. *Debate Feminista* 1999; (n.esp. Cidadania e Feminismo): 203-22 [ed. México: Mettis; São Paulo: Melhoramentos].
- Segal L. *Straight sex: rethinking the politics of pleasure*. Berkeley: University of California Press; 1994.
- Segal L. *Is the future female? Troubled thoughts on contemporary feminism*. New York: Peter Bedrick Books; 1987.
- Segal L. *Slow motion: changing masculinities, changing men*. New Brunswick: Rutgers University Press; 1990.
- Sharp R, Broomhill R. Bridgeting for equality: the Australian experience. *Feminist Economics* 2002; 8 (1): 25-47.
- Shepherd M. Feminism, men, and the study of masculinity: which way now? In: Schacht SP, Ewing DW (eds.). *Feminism and men: reconstructing gender relations*. New York: New York University Press; 1998; p.173-82.
- Silva AL, Souza M, Lago MCS, Ramos TRO (orgs.) *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres; 1999.
- Silva MP *Construção de identidade em um espaço comunicativo: experiência do Grupo pela Vida*. *Impulso Revista de Ciências Sociais e Humanas* 2002; 13, (32)
- Soihet R. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu* 1998; 11 (2 n. Trajetórias do Gênero, Masculinidades]: 77-87.
- Sorj B, Goldenberg M. Entrevista a Hilary Wainright. *Revista Estudos Feministas* 2000; 8 (1): 115-26.
- Sotelo MJ. Gender differences in political tolerance among adolescents. *Journal of Gender Studies* 1999; 8 (2): 211-7.

- Thébaud F. *Écrire l'histoire des femmes*. Fontenay-anx-Roses: ENS ; Fontenay- Saint Cloud; 1998. (Collections Sociétés, Espaces, Temps).
- Thébaud F. La primera guerra mundial: la era de la mujer o el triunfo de la diferencia sexual? In: Duby G, Perrot M (eds.). *Historia de las mujeres en Occidente: el siglo XX*. Madrid: Taurus; 1993. v.9 p.31-89.
- Tolson A. *The limits of masculinity: male identity and women's liberation*. New York: Harper & Row; 1977.
- Touraine A. *Podremos vivir juntos? iguales y diferentes*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 1997.
- Valcárcel A. Es el feminismo una teoría política o una ética? *Debate Feminista* 1995; 6 (12): 223-41.
- Voir M, Alter C. Engendering world conferences: the International Women's Movement and the UN. In: Weiss TG, Gordenker L. (eds.) *NGOS, the UN and global governance*. London: Lynne Rienner; 1996.
- Weitzman L. *The divorce resolution: the unexpected social consequences for women and children in America*. New York: The Free Press; 1985.
- Zwalen A. El origen del 'género'. In: Lassonde L. *Los desafíos de la demografía*. México: Fondo de Cultura Económica; UNAM; 1997.

ANEXOS

ANEXO 1

Lista de ações e eventos focalizando a população masculina* promovidos por organizações da sociedade civil, realizados no Brasil, ou em outras regiões com impacto no país, 1995-2004

- 1995 – Formação do Gesmap – Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculina e Paternidade na ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana, São Paulo, SP, Brasil
- 1995 – Pesquisa de opinião pública sobre direitos reprodutivos dos homens promovida pela CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução, São Paulo, SP, Brasil (resultados divulgados em publicação específica)
- 1996 – Publicação do número 7 **Men** da revista *Reproductive Health Matters*, Reino Unido
- 1998 – Realização do seminário **Homens, sexualidade e reprodução**, promovido pelo Gesmap/ECOS e Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; em 27-28 de abril, no Centro Universitário Maria Antônia, São Paulo, SP, Brasil
- 1998 – Publicação do livro *Homens e masculinidades: outras palavras*, pela ECOS e Ed.34, São Paulo, SP, Brasil (com apoio da Fundação Ford)
- 1998 – Lançamento do vídeo *homem.com.br*, produzido pela ECOS, São Paulo, SP, Brasil
- 1998 – Realização da Conferência Regional “La Equidad de Género en América Latina y el Caribe: desafíos desde la identidad masculina”, promovida pela Flacso – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Chile; em 8-10 de julho, em Santiago, Chile (com apoio do UNFPA e da Fundação Ford)
- 1998 – Lançamento do III Prodir – Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe, sobre o tema “Homens, masculinidades”; pela FCC – Fundação Carlos Chagas, São Paulo, SP, Brasil (com apoio de The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation)
- 1998 – Formação do Gema – Grupo de Estudos sobre Gênero e Masculinidade por integrantes do Instituto Papai e Universidade Federal de Pernambuco; em Recife, PE, Brasil
- 1998 – Realização do Simpósio “Participación Masculina en la Salud Sexual y Reproductiva: nuevos paradigmas”, promovido por IPPF – International Planned Parenthood Federation, RHO – Reproductive Health Outlook, e AVSC International – Association for Voluntary Surgical Contraception; em outubro, em Oaxaca, México
- 1998 – *Manifiesto de apoio de homens pelo fim da violência*, no Simpósio acima, México
- 1999 – Início da Campanha do Laço Branco no Brasil: “Homens pelo fim da violência contra a mulher”

* Sem pretensão de ser exaustiva, esta lista visa propiciar uma visão ampla das iniciativas que demonstram a preocupação com a população masculina no transcurso da última década.

- 1999 - Realização da pesquisa “Investigating the role of men in women’s reproductive and sexual health” (em cinco países: Brasil, México, Nigéria, Filipinas e Malásia), coordenada pelo IRRRAG – International Reproductive Rights Research Action Group; no Brasil, desenvolvida por cinco organizações: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP); EICOS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ); Fala Preta – Organização de Mulheres Negras (SP); Instituto Papai (PE); e SOS Corpo, Gênero e Cidadania (PE) [Pesquisa concluída em 2002; resultados consolidados publicados em 2004]
- 2000 - Campanha mundial “Aids: men make a difference”, promovida pela UNAIDS
- 2000 - Realização da Jornada Internacional “Las Retóricas de la Masculinidad”, promovida pela Universidad de Sevilla; em Sevilha, Espanha
- 2000 - Realização do *workshop* “Homens e Políticas Públicas: reflexões e práticas sociais”, promovido pelo Instituto PAPAI; em 10-11 de agosto, em Recife, PE, Brasil (com apoio de The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation)
- 2000 - Publicação do número especial **Homens e Masculinidades** da revista *Perspectivas*, com trabalhos de bolsistas da Fundação MacArthur; lançamento organizado pelo Instituto Papai em 12 de agosto, no SOS Corpo em Recife, PE, Brasil
- 2000 - Realização do I “Encuentro de Estudios de Masculinidad/es: identidad, discursos y deseos”, promovido por Flacso-Chile, Red de Masculinidad e Universidad Academia de Humanismo Cristiano; em Santiago, Chile
- 2001 - Realização do Seminário de Encerramento do III Prodir sobre “Homens, masculinidades”, promovido pela FCC; em Recife, PE, Brasil (com apoio de The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation)
- 2001 - Realização da 3rd Annual International Fatherhood Conference, promovida pelo NPCL – National Center for Strategic Nonprofit Planning and Community Leadership; em Atlanta, EUA
- 2001 - Realização do II “Encuentro de Estudios de Masculinidad/es: identidades, cuerpos, violência y políticas públicas”, promovido por Flacso-Chile, Red de Masculinidad e Universidad Academia de Humanismo Cristiano; em Santiago, Chile
- 2001 - Publicação do material Programa H “Trabalhando com Homens Jovens”, (cinco manuais e o vídeo *Minha vida de João*; recurso socioeducativo produzido por três ONGs brasileiras (ECOS, Instituto PAPAI e Instituto Promundo) e uma ONG mexicana (Salud y Género); Brasil e México
- 2002 - Realização da 4th Annual International Fatherhood Conference, promovida pelo NPCL; em Washington, EUA
- 2002 - Realização da Conferência Regional Latino-Americana e Oficina Internacional “Homens Jovens como Aliados na Promoção de Saúde e Equidade de Gênero”, promovido por ECOS, Instituto Papai, Instituto Promundo, Salud y Género; UNFPA, FNUAP e OPAS/OMS; no Rio de Janeiro, RJ, Brasil
- 2002 - Realização da Conferência “Varones Adolescentes: construcción de identidades de género en América Latina; subjetividades, prácticas, derechos y contextos socioculturales”, promovida por Flacso-Chile, Red Les Hechiceres (de investigaciones sobre identidad masculina) e Red de Masculinidades; em Santiago, Chile

- 2002 - Realização do III “Encuentro de Estudios de Masculinidad/es: hombres, identidades y sexualidades”, promovido por Flacso-Chile, Red de Masculinidad e Universidad Academia de Humanismo Cristiano; em Santiago, Chile
- 2003 - Realização de **Reunião preparatória** para a 48ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU: Expert Group Meeting on the Role of Men and Boys in Achieving Gender Equality (O papel dos homens e meninos para alcançar a igualdade de gênero), promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Brasileiro; em 4-9 novembro Brasília, DF, Brasil
- 2003 - Realização da **Global Conference on Men & Reproductive Health**, promovida pelo Program for Appropriate Technology in Health; em Washington, EUA
- 2003 - Realização do **Seminário Internacional “Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher”**, promovido pelo Instituto NOOS de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais; no IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal no Rio de Janeiro, RJ, Brasil
- 2003 - Realização do 2º **Seminário Internacional e 1º Seminário Norte/Nordeste “Homens, Sexualidade e Reprodução: tempos, práticas e vozes”**, promovido por Grupo Pegapacapé, Instituto Papai, Fages -Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de Pernambuco e Unicamp - Universidade Estadual de Campinas; em Recife, PE, Brasil
- 2004 - Realização do **Seminário Nacional “Homens Jovens e Equidade de Gênero: participação juvenil, programas e políticas públicas”**, promovido por ECOS, Instituto Papai e Instituto Promundo; em 24-26 de maio em Brasília, DF
- 2004 - Reunião da **48ª Session of the Commission on the Status of Women da ONU “The Role of Men and Boys in Achieving Gender Equality”**, organizada pela Division for the Advancement of Women; em Nova Iorque, EUA
- 2004 - Fundação da RHEG - Rede de Homens pela Equidade de Gênero, Brasil
- 2004 - Realização do **Seminário Regional “Homens na Agenda das Políticas Públicas de Gênero: promoção à saúde e direitos sexuais e reprodutivos”** durante o Fórum Social Nordestino; promovido pela RHEG; em Recife, Brasil
- 2004 - Realização do **I Colóquio Internacional sobre Masculinidades**, promovido pela Universidad de Puebla; em Puebla, México

Anexo 2

Excertos dos textos analisados, de Conferências das Nações Unidas, contendo menção a “homens” e “gênero”

“Homens”:

- | | |
|--|-----|
| 1 Conferência Internacional de População, Bucareste 1974 | A5 |
| 2 Conferência Internacional de População, México 1984 | A7 |
| 3 Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo 1994 | A13 |
| 4 1ª Conferência Internacional da Mulher, México, 1975 | A21 |
| 5 Igualdade, Desenvolvimento e Paz: Conferência Internacional para Revisão dos Resultados da Década das Nações Unidas para a Mulher, Nairobi, 1985 | A28 |
| 6 4ª Conferência Internacional da Mulher, Beijing, 1995 | A41 |

“Gênero”:

- | | |
|--|-----|
| 7 Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo 1994 | A59 |
| 8 “Cairo + 5”: Medidas-chave para seguir executando o Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Haia, 1999 | A67 |
| 9 Igualdade, Desenvolvimento e Paz: Conferência Internacional para Revisão dos Resultados da Década das Nações Unidas para a Mulher, Nairobi, 1985 | A69 |
| 10 4ª Conferência Mundial da Mulher, Beijing, 1995 | A71 |
| 11 “Beijing + 5”: A Mulher no ano 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI, Nova Iorque, 2000 | A86 |

“...menções a ‘nomens’ no documento da 1ª Conferência Internacional de População, Bucareste 1974

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
I Plan de Acción Mundial sobre Población	41		Los Gobiernos deben asegurar la plena participación de la mujer en la vida educacional, social, económica y política de sus países sobre una base de igualdad con el hombre. Se recomienda lo siguiente: [...a, b, c, d]
	42		La igualdad de condición del hombre y la mujer en la familia y en la sociedad mejora la calidad general de la vida. Este principio de igualdad debe ser plenamente realizado en la planificación de la familia, en la que ambos conyuges deben tomar en consideración el bienestar de otros miembros de la familia.
	78		Este Plan de Acción asigna alta prioridad a las actividades de investigación sobre problemas demográficos (incluidos el desempleo, el hambre y la pobreza) y materias conexas (...). Se considera que en las siguientes esferas se precisa la realización de investigaciones para colmar lagunas existentes en los conocimientos: (...). p) Las variaciones de la estructura, las funciones y la dinámica de la familia considerada como institución, incluidos los cambios de los papeles del hombre y de la mujer, las oportunidades de educación y empleo para la mujer y las actitudes al respecto; (...). la investigación biomédica sobre la fecundidad masculina y femenina
	87		Debe estimularse a las instituciones de enseñanza de todos los países a que amplíen sus planes de estudio para incluir el estudio de la dinámica de la población y las políticas demográficas, incluyendo cuando corresponda, la educación sobre la vida familiar y la paternidad responsable...
Resolución IV Condición jurídica y social de la mujer			La Conferencia Mundial de Población insta a los países que (...) b) Adopten medidas eficaces en materia de educación, formación y empleo y en la vida política y cultural para dar oportunidades iguales a hombres y mujeres (...). e) Tiendan a la participación igual de mujeres y hombres en todos los procesos administrativos y directivos.
Resolución XII La población y la condición de la mujer			Reconociendo que la promoción de la condición de la mujer y del hombre con miras a la plena igualdad en la sociedad (...) insta a los gobiernos que: a) Hagan de la igualdad entre mujeres y hombres una parte integrante de sus esfuerzos de desarrollo, en especial en las esferas de la educación, la sanidad, el empleo, la vida política, económica, social y cultural y la vida familiar.

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
Resolución XVII La familia y el desarrollo	4		Afirma la necesidad de promover medidas y políticas encaminadas a mejorar y proteger la salud del hombre , de la mujer y del niño.
Informe de la Tercera Comisión - La Población y la Familia	117		La mayoría de los delegados estimaron que el derecho de la mujer a tomar decisiones que afectaban su propia vida y una mejora general de su condición se contaban entre los medios más eficaces para promover la paternidad responsable . Más aún, la elevación de la condición de la mujer y su plena integración en el desarrollo, en pie de igualdad con el hombre , tenían valor por si mismas y constituían una ayuda al desarrollo. Muchos delegados expresaron la opinión de que los problemas relativos a la condición de la mujer sólo podían resolverse si se modificaba la estructura de la sociedad en otros aspectos. Varios representantes subrayaron que no se podía modificar en forma alguna el papel de la mujer sin cambiar al mismo tiempo la función del hombre . La educación y la formación profesional de la mujer adulta y el acceso de las muchachas y los muchachos a la educación en igualdad de condiciones eran algunos de los medios de fomentar la igualdad del hombre y la mujer . Prevalcía la opinión de que, además, debía darse la más alta prioridad a otras medidas jurídicas y de desarrollo que aseguraran tanto a la mujer como al hombre la posibilidad de realizar plenamente sus capacidades en el hogar, en la sociedad y en el mercado laboral.
	118		Los programas destinados a la juventud y las oportunidades de educación y empleo para los muchachos y muchachas ayudarían al desarrollo del individuo y en muchas culturas contribuirían a evitar los matrimonios precoces.

Documento de la Conferencia Internacional de Población, México 1984

Capítulo	Seção	Fundamentos	§	O que é proposto
Recomendaciones, resoluciones y decisiones aprobadas por la Conferencia	A. Declaración de México sobre Población y Desarrollo		A11	El mejoramiento de la condición de la mujer y el realce de su papel son objetivos importantes en sí mismos e influirán también de manera positiva en la vida y en el tamaño de la familia. El apoyo de la comunidad es fundamental para lograr la integración y participación plenas de la mujer en todas las fases y aspectos del proceso de desarrollo. Se deben eliminar las barreras institucionales, económicas y culturales y se deben emprender medidas amplias y rápidas para ayudar a la mujer a alcanzar la plena igualdad con el hombre en la vida social, política y económica de su comunidad. A fin de lograr este objetivo, es indispensable que el hombre y la mujer compartan responsabilidades en esferas como la vida familiar, el cuidado de los hijos y la planificación de la familia. Los gobiernos deben formular y aplicar políticas concretas para mejorar la condición y el papel de la mujer.
			A13	Aunque se han hecho considerables progresos desde la Conferencia de Bucarest, millones de personas carecen todavía de acceso a métodos de planificación de la familia seguros y eficaces. En el año 2000, habrá unos 1600 millones de mujeres en edad de procrear, de las que 1300 millones vivirán en países en desarrollo. Se deben hacer esfuerzos importantes ahora para asegurar que todas las parejas e individuos puedan ejercer su derecho humano fundamental de decidir libre y responsablemente y sin coerción el número y espaciamiento de sus hijos y de disponer de la información, la educación y los medios para hacerlo. En el ejercicio de ese derecho, se deben tener en cuenta los intereses de los hijos, vivos y futuros, y las responsabilidades hacia la comunidad.

- B.Recomendaciones para la ulterior ejecución del Plan de Acción Mundial sobre Población.**
Preámbulo (3d)
- El Plan de Acción Mundial sobre Población y los planes y programas emprendidos en el marco del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer han fomentado mejoras en la condición de la mujer. No obstante, la persistencia de **las desigualdades entre el hombre y la mujer** se manifiesta en la mayor incidencia de la pobreza, el desempleo y el analfabetismo entre las mujeres, la limitada gama de categorías de empleo y la desigual distribución de las responsabilidades domésticas y familiares, que recaen en su mayor parte en la mujer. Al mismo tiempo, se reconoce cada vez más que la falta de una activa participación de la mujer en todas las esferas de actividad es un facto que limita el desarrollo socioeconómico.
- 3e Los gobiernos han permitido y apoyado, en grado mucho mayor que anteriormente, la práctica de la planificación de la familia y la difusión de la información al respecto (...). Sin embargo, los datos de la Encuesta Mundial de la Fecundidad correspondientes a los países en desarrollo indican que, de las mujeres que no querían más hijos y estaban expuestas al riesgo de embarazo, más de la mitad, como promedio, no usaba anticonceptivo.
- 7 Si bien muchos gobiernos han reconocido la importancia de integrar a la mujer en el desarrollo de la sociedad, queda mucho por hacer para aplicar las recomendaciones aprobadas en 1974 por la Conferencia Mundial de Población, y detalladas en 1975 por la Conferencia Mundial del Año Internacional de la Mujer, y en 1980 por la Conferencia Mundial del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer. En el Plan, al igual que en otros importantes instrumentos internacionales, se destacaba la urgencia de lograr la plena integración de la mujer en la sociedad en un pie de igualdad con el **hombre** y de abolir todas las formas de discriminación contra ella. A fin de que las mujeres tengan libertad para participar plenamente en la vida de la sociedad, es igualmente necesario que **los hombres** compartan plenamente con las mujeres las responsabilidades relativas a la planificación de la familia, la crianza de los hijos y todos los demás aspectos de la vida doméstica. El logro de esos objetivos es esencial para alcanzar las metas del desarrollo, incluidas las relativas a la política demográfica.

Capítulo	Seção	Fundamentos	O que é proposto
	III Recomendaciones para la acción	13. Muchas de las recomendaciones siguientes están dirigidas a los gobiernos. Esto no significa que se excluyan los esfuerzos o las iniciativas de las organizaciones internacionales, (...) o las familias e individuos, cuando sus esfuerzos pueden aportar una contribución eficaz a las metas generales de población y desarrollo sobre la base del estricto respeto de la soberanía nacional y de las leyes nacionales vigentes.	
	B. Función y condición de la mujer	<p>B15. En el Plan Mundial de Acción sobre Población (...) al igual que en otros instrumentos internacionales importantes, especialmente el Plan de Acción aprobado en Mexico, DF en 1975, el Programa de Acción para la Segunda Mitad del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer, aprobado en Copenhage en 1980 y la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer, se destaca la urgencia de lograr la plena integración de la mujer en la sociedad en pie de igualdad con el hombre y de abolir todas las formas de discriminación contra ella. En la Conferencia de Nairobi (...) se formularan amplias estrategias para abordar estos problemas.</p> <p>B16. Dada la lentitud de los progresos hechos desde 1974 para lograr la igualdad de la mujer, la ampliación del rol y el mejoramiento de su condición continúan siendo objetivos importantes (...) El logro de una verdadera igualdad en cuanto a oportunidades, responsabilidades y derechos garantizaría a la mujer su plena participación en pie de igualdad con el hombre en todos los aspectos de la adopción de decisiones sobre cuestiones demográficas y de desarrollo que afectan a sus familias, a sus comunidades y a sus países.</p> <p>B17 La capacidad de la mujer para regular su propia fecundidad constituye una base importante para el disfrute de otros derechos; asimismo, la garantía de oportunidades socioeconómicas en un pie de igualdad con el hombre y el acceso a los servicios necesarios permiten a la mujer asumir mayores responsabilidades con respecto a su vida reproductiva. En las siguientes recomendaciones se tiene en cuenta la necesidad de adoptar medidas para que la mujer pueda ejercer eficazmente iguales derechos que el hombre en todas las esferas de la vida económica, social, cultural y política y, en particular, los derechos que guardan relación más directa con las cuestiones demográficas.</p>	

Capítulo	Sección	Fundamentos	§	O que é proposto
	III			
	Recomendaciones para la acción (cont.)			
			R.5	Se insta encarecidamente a los gobiernos a que integren plenamente a la mujer en todas las fases del proceso de desarrollo, incluidas la planificación y la adopción de políticas y decisiones. Los gobiernos deben emprender en forma más enérgica programas de acción encaminados a mejorar y proteger los derechos y la condición jurídica de la mujer, y esforzarse por descubrir y eliminar las barreras institucionales y culturales que obstaculizan la educación, la capacitación y el empleo de la mujer y su acceso a la atención a la salud. Además, los gobiernos deben prever medidas correctivas, incluso programas de educación masiva, para ayudar a la mujer a alcanzar la igualdad con el hombre en la vida social, política y económica de sus países. Debe darse importancia primordial al fomento al apoyo de la comunidad y a la colaboración que soliciten los gobiernos a las organizaciones no gubernamentales, especialmente las organizaciones femeninas, para acelerar esos esfuerzos.
			R.9	Los gobiernos deben promover y alentar, mediante la información, la educación y la comunicación, así como mediante la legislación laboral y el apoyo institucional cuando quiera que resulte apropiado, la participación activa de los hombres en todas las esferas de la vida familiar, incluidas la planificación de la familia, la crianza de los hijos y las tareas domésticas, a fin de que los cónyuges compartan plenamente las responsabilidades familiares.
18		... En el Plan se reconoce también la soberanía de las naciones en la elaboración, adopción y aplicación de sus políticas demográficas (§14), en consonancia con los derechos humanos fundamentales y las responsabilidades de los individuos, parejas y las familias (§17).		

Capítulo	Seção	Fundamentos	§	O que é proposto
	III			
	Recomendaciones para la acción (cont.)		R.11	Se exhorta a los gobiernos a que adopten políticas demográficas y políticas de desarrollo económico y social que se refuercen mutuamente (...) prestando especial atención al individuo , la familia y la comunidad, así como a otros factores de micronivel y macronivel.
			R.13	Se invita a los países que estimen que la tasa de crecimiento de su población dificulta el logro de los objetivos nacionales a que consideren la posibilidad de aplicar las políticas demográficas pertinentes en el marco del desarrollo socioeconómico. Esas políticas deben respetar los derechos humanos, las creencias religiosas, las convicciones filosóficas, los valores culturales y los derechos fundamentales de cada individuo y cada pareja a determinar el tamaño de su propia familia.
			R.23	Se insta a los gobiernos a que, con la asistencia de las organizaciones intergubernamentales y no gubernamentales, brinden a los individuos y a las familias toda la información pertinente acerca de la forma en que la conducta o las prácticas personales afecten a la salud y a que velen por que todos dispongan de los recursos necesarios para actuar sobre la base de esa información.
		R.25		El Plan de Acción Mundial sobre Población reconoce, como uno de sus principios, el derecho humano básico de todas las parejas e individuos a decidir libre y responsablemente el número y el espaciamiento de sus hijos (§14f). Para que ese derecho se ejerza, las parejas y los individuos deben tener acceso a la enseñanza necesaria, la información y los medios apropiados para regular su fecundidad, sean cuales fueren los objetivos demográficos generales de los gobiernos (§28 y 29a). Aunque este derecho es objeto de general aceptación, muchas parejas e individuos se hallan en la imposibilidad de ejercerlo eficazmente, ya sea porque carecen de acceso a la información, la enseñanza y/o los servicios necesarios, o porque, aunque disponen de algunos servicios, carecen aún de una variedad apropiada de métodos y servicios complementarios.
			R.25	Los gobiernos deben, con carácter de urgencia, proporcionar información, enseñanza y medios a todos los sectores de la población a fin de ayudar a las parejas y a los individuos a tener en número deseado de hijos.
			R.28	Se insta a los gobiernos a que mejoren la calidad y la eficacia de los servicios de planificación de la familia , así como de la supervisión de esos servicios, incluidos los servicios complementarios apropiados. Es preciso extender lo más rápidamente posible esos servicios a todas las parejas y a los individuos de ambos sexos , especialmente en las zonas rurales.

Capítulo	Seção	Fundamentos	§	O que é proposto
			R.29	Se insta a los gobiernos a que se aseguren de que los adolescentes de ambos sexos reciban una educación adecuada que incluya la vida familiar y la educación sexual, con el debido respecto por la función, los derechos y obligaciones de los padres y por los valores culturales e individuales cambiantes.
			R.30	Se insta a los gobiernos a que velen por que todas las parejas e individuos tengan el derecho fundamental de decidir libre y responsablemente el número y espaciamento de sus hijos y de disponer de la información, educación y los medios necesarios para ello; en el ejercicio de ese derecho las parejas e individuos deben tener en cuenta las necesidades de sus hijos, vivos y futuros, y sus obligaciones hacia la comunidad.
			R.33	Los países que pongan en práctica programas de planificación de la familia deben fijar metas para esos programas en el plano operacional, respetando el derecho fundamental de las parejas y los individuos a decidir en forma libre y responsable el número y el espaciamento de sus hijos, teniendo en cuenta las necesidades de sus hijos vivos y futuros, y sus responsabilidades respecto de la comunidad, asumidas libremente y sin coerción.
			R.34	Conceder licencia de maternidad y paternidad por un período suficientemente prolongado a fin de que la madre o el padre puedan atender a el niño, junto con el pago de remuneración adecuada y sin menoscabo de las ulteriores perspectivas de carrera y prestación de servicios comunales básicos que permitan los progenitores que trabajan atender a sus hijos y a las personas de edad de sus familias.
			R.69	Se insta a los gobiernos y a los organismos de financiación a que asignen más recursos a la investigación de la reproducción humana y a la regulación de la fecundidad, incluida la investigación biomédica, a fin de mejorar la inocuidad y la eficacia de los métodos de planificación de la familia existentes, de desarrollar nuevos métodos (inlcuso para varones), de idear mejores métodos para reconocer los períodos fecundos de la mujer y de encarar los problemas de la infecundidad y la subfecundidad, incluidos los provocados por la contaminación del medio ambiente. Dichas investigaciones deben tener en cuenta la distinta aceptación de métodos concretos en diferentes culturas. Otro aspecto importante que requiere mayores esfuerzos y apoyo es la investigación epidemiológica sobre los efectos médicos adversos y beneficiosos a corto y largo plazo de los agentes reguladores de la fecundidad. También es urgente que se modernicen y actualicen los requisitos oficiales para la evaluación preclínica y clínica de los nuevos agentes reguladores de la fecundidad y se fortalezca la capacidad de investigación de los países en desarrollo de los sectores mencionados.

3 Menções a “homens” no documento da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo 1994

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
II Princípios			Toda persona tiene derecho al disfrute del más alto nivel posible de salud física y mental.	Los Estados deberían adoptar todas las medidas apropiadas para asegurar, en condiciones de igualdad entre hombres y mujeres , el acceso universal a los servicios de atención médica, incluidos los relacionados con la salud reproductiva, que incluye la planificación de la familia y la salud sexual.
III Relaciones entre población, el crecimiento económico sostenido y el desarrollo sostenible	3.1 B		La pobreza persistente y generalizada y las graves desigualdades sociales entre hombres y mujeres tienen una gran influencia en parámetros demográficos tales como el crecimiento, la estructura y la distribución de la población y, a su vez, se ven influidas por ellos.	
	3.11 B		Aunque los logros registrados recientemente en las estadísticas de indicadores como la esperanza de vida y el producto nacional han sido notables y alentadores, por desgracia no reflejan plenamente las realidades de la vida moderna de centenares de millones de hombres , mujeres, adolescentes y niños.	
IV Igualdad y equidad entre los sexos y habilitación de la mujer	4.1 B		En todo el mundo la mujer ve en peligro su vida, su salud y su bienestar porque está sobrecargada de trabajo y carece de poder e influencia. En la mayoría de las regiones del mundo, la mujer recibe menos educación académica que el hombre y, al mismo tiempo, no se suelen reconocer los conocimientos, aptitudes y recursos de la mujer para hacer frente a la vida.	Es preciso que mujeres y hombres participen e intervengan por igual en la vida productiva y reproductiva, incluida la división de responsabilidades en cuanto a la crianza de los hijos y al mantenimiento del hogar.

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	4.3			Lograr la igualdad y equidad basadas en la asociación armoniosa entre hombres y mujeres y permitir que la mujer realice plenamente sus posibilidades.
	O			(...) Asegurar que todas las mujeres, al igual que los hombres, reciban la educación necesaria para satisfacer sus necesidades humanas básicas y ejercer sus derechos humanos.
	4.4			Los países deberían adoptar medidas para habilitar a la mujer y eliminar la desigualdad entre hombres y mujeres a la brevedad posible.
	M			
	4.11			...se debería insistir en las responsabilidades de los hombres respecto de la crianza de los hijos y los quehaceres domésticos.
	M			
	4.14			Los programas destinados a satisfacer las necesidades del creciente número de personas de edad deberían tener en cuenta que la mujer representa la mayor proporción de ese sector y que las ancianas suelen estar en situación socio-económica inferior a la de los hombres de la misma edad.
	M			
	4.19			Las escuelas, los medios de difusión y otras instituciones sociales deberían eliminar en todos los materiales informativos y docentes los estereótipos que refuerzan las desigualdades entre hombres y mujeres y hacen que las niñas no se respeten a si mismas.
	M			
IVC	4.24	Los cambios de los conocimientos, las actitudes y el comportamiento de hombres y mujeres constituyen una condición necesaria para el logro de una colaboración armoniosa entre hombres y mujeres.		
Responsabilidades y participación del hombre				

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	4.24	El hombre desempeña un papel clave en el logro de la igualdad de los sexos, puesto que, en la mayoría de las sociedades, ejerce un poder preponderante en casi todas las esferas de la vida, que van de decisiones personales respecto del tamaño de la familia hasta las decisiones sobre políticas y programas públicos a todos los niveles.		Es fundamental mejorar la comunicación entre hombres y mujeres en lo que respecta a las cuestiones relativas a la sexualidad y a la salud reproductiva y la comprensión de sus responsabilidades conjuntas, de forma que unos y otras colaboren por igual en la vida pública y privada.
	4.25			Promover la igualdad de los sexos en todas las esferas de la vida, incluida la vida familiar y comunitaria, y alentar a los hombres a que se responsabilicen de su comportamiento sexual y reproductivo y a que asuman su función social y familiar.
	4.26			Los gobiernos deberían promover y alentar la participación del hombre y la mujer en pie de igualdad en todas las esferas de la vida familiar y en las responsabilidades domésticas, incluidas la planificación de la familia, la crianza de los hijos y las labores domésticas. Esto debería lograrse mediante información, educación, comunicación, leyes sobre el empleo y promoviendo un entorno económicamente favorable que permita, entre otras cosas, las licencias familiares para hombres y mujeres de modo que tengan más posibilidades de compaginar responsabilidades domésticas y públicas.
	4.27			Deberían hacerse esfuerzos especiales por insistir en la parte de la responsabilidad del hombre y promover la participación activa de los hombres en la paternidad responsable, en el comportamiento sexual y reproductivo saludable, incluida la planificación de la familia; la salud prenatal, materna e infantil; la prevención de las enfermedades de transmisión sexual, incluido el VIH; la prevención de los embarazos no deseados y de alto riesgo; la participación y la contribución al ingreso familiar; la educación de los hijos, la salud y la nutrición; y el reconocimiento y la promoción de que los hijos de ambos sexos tienen igual valor.

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	4.27 cont.			Las responsabilidades del hombre en la vida familiar deben incluir la educación de los niños desde la más tierna infancia. Debe hacerse especial hincapié en la prevención de la violencia contra las mujeres y los niños.
	4.28			Los gobiernos deberían considerar la posibilidad de modificar sus leyes y sus políticas para que los hombres cumplan sus responsabilidades y proporcionen apoyo financiero a sus hijos y a su familia. Esas leyes y políticas también deberían fomentar el mantenimiento o la reconstitución de la unidad familiar. Debería protegerse la seguridad de las mujeres en relaciones abusivas.
V La familia, sus funciones, derechos, composición y estructura	5.11			Los gobiernos deberían apoyar y desarrollar los mecanismos adecuados para prestar asistencia a las familias en el cuidado de sus hijos y de las personas de edad o con discapacidad que estén a su cargo, inclusive las afectadas por el VIH y el SIDA, alentar a que esas responsabilidades sean compartidas por hombres y mujeres y apoyar la viabilidad de las familias constituidas por varias generaciones.
VI Crecimiento y estructura de la población				
VII Dere- chos re- producti- vos y salud reproduc- tiva	7.3 7.8 M		Las mujeres y los hombres de más edad tienen problemas especiales en materia de salud reproductiva que no suelen encararse de manera adecuada.	Se deberían elaborar programas innovadores para que todos los adolescentes y los hombres adultos tengan acceso a información, asesoramiento y servicios de salud reproductiva. Esos programas deben educar y facultar al hombre para que comparta por igual las responsabilidades de la planificación de la familia y los labores domésticas de prevenir las enfermedades de transmisión sexual. Los programas deberían llegar al hombre en su trabajo, en el hogar y en los lugares de esparcimiento. Con el apoyo y la orientación de los padres, y de conformidad con la Convención sobre los Derechos del Niño, se debería llegar también a los muchachos y adolescentes en las escuelas, las organizaciones juveniles y los lugares donde se reúnan. Acompañados de la información y el asesoramiento necesarios, se deberían promover y hacer accesibles métodos de contracepción masculina voluntarios y adecuados, así como métodos encaminados a prevenir las enfermedades de transmisión sexual, incluido el SIDA.

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	7.14			(e) Lograr que los hombres participen más y asuman una mayor responsabilidad práctica en la planificación de la familia.
	7.23 M			Entre otras medidas, los programas deberían: a) reconocer que los métodos apropiados para las parejas y las personas varían según la edad, el número de partos, el tamaño de la familia, la preferencia y otros factores, y velar por que mujeres y hombres tengan información sobre la mayor gama posible de métodos inocuos y eficaces de planificación de la familia y acceso a ellos, para que puedan tomar decisiones libres y bien informadas.
	7.34 B		La sexualidad humana y las relaciones entre los sexos están estrechamente vinculadas e influyen conjuntamente en la capacidad del hombre y la mujer de lograr y mantener la salud sexual y regular su fecundidad. La relación de igualdad entre hombres y mujeres en la esfera de las relaciones sexuales y la procreación, incluido el pleno respeto de la integridad física del cuerpo humano, exige el respeto mutuo y la voluntad de asumir la responsabilidad personal de las consecuencias de la conducta sexual. La conducta sexual responsable, la sensibilidad y la equidad en las relaciones entre los sexos, particularmente cuando se inculca durante los años formativos, favorecen y promueven las relaciones de respeto y armonía entre el hombre y la mujer.	
	7.37 M			... se debería hacer hincapié en la responsabilidad de los varones en cuanto a su propia salud sexual y su fecundidad, ayudándolos a ejercer esa responsabilidad. Las actividades educativas deberían comenzar en la unidad familiar, la comunidad y las escuelas a una edad apropiada, pero también deberían abarcar los adultos, en particular a los hombres , a través de la enseñanza no-académica y mediante diversas actividades con base en la comunidad.

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	7.40			... Los servicios deberían incluir la orientación de las mujeres y los hombres con miras a desalentar dicha práctica [mutilación genital].
	M			
	7.41			... En particular, deberían facilitarse a los adolescentes información y servicios que les ayudaran a comprender su sexualidad y a protegerse contra los embarazos no deseados, las enfermedades de transmisión sexual y el riesgo subsiguiente de infecundidad. Ello debería combinarse con la educación de los hombres jóvenes para que respeten la libre determinación de las mujeres y compartan con ellas la responsabilidad en lo tocante a la sexualidad y la procreación...
	B			
VIII Salud, morbilidad y mortalidad	8.5			En el esfuerzo por garantizar a todos una vida más larga y sana, se debería insistir en reducir las diferencias de mortalidad y morbilidad entre hombres y mujeres , así como entre regiones geográficas, clases sociales y grupos étnicos y poblaciones indígenas. (...) Deberían elaborarse programas especiales para suministrar atención y prestar el apoyo emocional necesario a los hombres y mujeres afectados por el SIDA, y para aconsejar a sus familias y a las personas de su círculo íntimo.
IX Distribución de la población, urbanización y migración interna				
X Migración internacional				
XI Población, desarrollo y educación	11.1	A pesar de que se han reducido las diferencias en el grado de instrucción de los hombres y las mujeres , el 75% de los analfabetos del mundo son mujeres.		
	11.5			Los objetivos son: b) promover la educación no académica para los jóvenes , garantizando la igualdad de acceso de hombres y mujeres a los centros de alfabetización.

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	11.13		En muchos países también existen redes eficaces de educación no académica sobre cuestiones relacionadas con la población y el desarrollo sostenible en los lugares de trabajo, los centros de salud, los sindicatos, los centros comunitarios, los grupos juveniles, las instituciones religiosas, las organizaciones de mujeres y otras organizaciones no gubernamentales... Esas redes son esenciales para llegar a toda la población, especialmente a los hombres, los adolescentes y las parejas jóvenes.	
	11.16 M			Las actividades de información, educación y comunicación, mediante campañas de educación del público, deberían servir para sensibilizar a la opinión pública acerca de cuestiones prioritarias, como (...) la responsabilidad de los hombres , la igualdad entre los sexos.
XII	12.1	Tecnología, investigación y desarrollo	La investigación, y en especial la investigación biomédica, ha contribuido de forma decisiva a que un número de personas cada vez mayor tenga acceso a una gama más amplia de métodos modernos, seguros y eficaces de regulación de la fecundidad. No obstante, no todas las personas encuentran un método de planificación de la familia que les convenga y la gama de opciones de que disponen los hombres es mas limitada que la de las mujeres.	
	12.13			Se necesitan con urgencia investigaciones sobre la sexualidad y los papeles de cada sexo y las relaciones entre ellos en diferentes contextos culturales, insistiendo en los aspectos siguientes: (...) las actitudes del varón respecto de la sexualidad y la procreación, la fecundidad, la familia y los papeles de cada sexo; (...) las necesidades manifiestas de hombres y mujeres en cuanto a métodos de regulación de la fecundidad y servicios de salud sexual..

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
XIII	13.9	Actividades nacionales		Los países deberían : d) Racionalizar la remuneración y otras cuestiones conexas, los términos y condiciones de servicio a fin de asegurar la igualdad de remuneración por trabajo igual , sin diferencias entre mujeres y hombres , así como la retención y el progreso del personal de gestión y técnico encargado de los programas de población y desarrollo, y mejorar así la ejecución nacional de estos programas.
	13.22			...debe hacerse especial hincapié en la satisfacción de las necesidades de los grupos de población desatendidos, incluidos los adolescentes (teniendo en cuenta los derechos y responsabilidades de los padres y las necesidades de los adolescentes) y los pobres de las zonas rurales y urbanas, y en la prestación de servicios de buena calidad en que se tengan en cuenta las necesidades especiales de mujeres, hombres y adolescentes .
XIV Cooperación internacional				
XV	15.5	Colaboración con el sector no gubernamental	Las organizaciones no gubernamentales, en especial las que se ocupan de la salud sexual y reproductiva y de la planificación de la familia, las organizaciones femeninas y los grupos de apoyo a inmigrantes y refugiados, han despertado el interés del público y prestado a hombres y mujeres servicios educativos que contribuyen a la aplicación eficaz de las políticas de población y desarrollo.	

4 Menções a “homens” no documento da Conferência Internacional da Mulher, México 1975

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	1		Al suscribir la Carta, los pueblos de las Naciones Unidas se comprometieron expresamente a “preservar a las generaciones venideras el flagelo de la guerra... a reafirmar la fe en los derechos fundamentales del hombre, en la dignidad y el valor de la persona humana, en la igualdad de derechos de hombres y mujeres y de las naciones grandes y pequeñas, ... a promover el progreso social y a elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de la libertad”.	
	2		Desde que entró en vigor la Carta se han aprobado muchos convenios, declaraciones (...) y otros instrumentos con objeto de reforzar, ampliar y aplicar estos principios y objetivos fundamentales. Algunos de estos instrumentos tienen por objeto salvaguardar y promover los derechos humanos y las libertades fundamentales de todas las personas, sin discriminaciones de ninguna especie. (...) La finalidad más concreta de otros es la eliminación de la discriminación basada en el sexo y la promoción de la igualdad de derechos de hombres y mujeres ...	
	3		...similitudes fundamentales unen a las mujeres para luchar contra las diferencias, donde quiera que estas existan, entre la condición jurídica, económica, social, política y cultural de la mujer y el hombre .	
	4		...las trabajadoras están en desventaja desde muchos puntos de vista debido al hecho de que toda la estructura tecnológica de producción en general se ha orientado hacia el hombre y sus necesidades...	
	14		La realidad de los problemas que siguen afrontando las mujeres en su vida diaria en muchos países del mundo (...) llevaron a las Naciones Unidas a proclamar el año 1975 Año Internacional de la Mujer y a pedir que se intensificaran las medidas para asegurar la integración plena de la mujer en la totalidad del esfuerzo a favor del desarrollo y a lograr la participación amplia de la mujer en la cooperación internacional y en el fortalecimiento de la paz mundial en un plano de igualdades de la mujer y el hombre .	

16

La realización de la igualdad entre el **hombre y la mujer** implica que haya entre ambos igualdad de derechos, oportunidades y responsabilidades que les permitan desarrollar sus talentos y aptitudes individuales para su propia satisfacción personal y beneficio de la sociedad. A esto efectos, es esencial un nuevo examen de las funciones y papeles tradicionalmente asignados a cada sexo dentro de la familia y de la comunidad en general. Debe reconocerse la necesidad de un cambio en el papel tradicional del **hombre** y de la mujer. Con objeto de permitir a la mujer una participación en un plano de igualdad (más plena) en todas las actividades sociales, deben establecerse y mantenerse servicios organizados por la sociedad con objeto de aliviar las tareas domésticas y, en especial, deben ofrecerse servicios para la infancia. Debe hacerse todo lo posible por modificar las actitudes sociales – basadas principalmente en la educación – para que **tanto los hombres como las mujeres** acepten compartir las responsabilidades del hogar y de los niños.

17

Con el objeto de promover la igualdad entre **hombres y mujeres**, los gobiernos deben garantizar a mujeres y hombres la igualdad ante la ley, el otorgamiento de facilidades para la igualdad de oportunidades educacionales [y] en las condiciones de empleo, incluyendo la remuneración y seguridad social adecuada. Los gobiernos deben reconocer y establecer medidas para aplicar normas igualitarias de empleo para **hombres y mujeres**, independientemente de su estado civil, y permitirles el acceso a todo el ámbito de las actividades económicas. El Estado también tiene la obligación de crear condiciones que promuevan la aplicación de normas jurídicas que estipulen la igualdad entre el **hombre y la mujer** y, en particular, la oportunidad para todos los individuos de recibir educación primaria y general gratuita, y a la larga la educación secundaria general obligatoria, igualdad de condiciones de empleo y protección a la maternidad.

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
20				Las guarderías infantiles y otras instalaciones destinadas a la atención de niños constituyen medios para complementar la formación y el cuidado que se da a los niños en el hogar. Al mismo tiempo, tienen importancia fundamental en la promoción de la igualdad entre hombres y mujeres .
23			Un elemento esencial para asegurar la protección de los derechos humanos y la plena igualdad entre hombres y mujeres en todo el mundo es la cooperación internacional continua basada en la paz, la justicia y la igualdad para todos y la eliminación de todas las fuentes de conflicto...	
25				...deben elaborarse políticas para fomentar la coordinación de estos diferentes papeles de la mujer a fin de ofrecer las condiciones más favorables para el desarrollo armónico de su personalidad, un objetivo que es igualmente pertinente al desarrollo del hombre .
34				El establecimiento de un mecanismo interdisciplinario y multisectorial dentro del gobierno, constituido por comisiones nacionales, oficinas de la mujer y otros órganos puede ser, con un personal y un presupuesto adecuados, una eficaz medida de transición para acelerar la consecución de oportunidades iguales para la mujer y su plena integración en la vida nacional. Tales órganos deberán incluir hombres y mujeres que representen a todos los grupos de la sociedad encargados de elaborar y ejecutar las decisiones de política en el sector público...
46				Hacia fines del primer período quinquenal (1975-1980), debería considerarse como mínimo el logro de lo siguiente: (...) k) orientar la enseñanza académica, no académica y permanente hacia la reevaluación del hombre y la mujer con objeto de asegurar su plena realización como individuos en la familia y en la sociedad.

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
		53		..los particulares y grupos interesados deberían organizar reuniones y seminarios sobre los que deberían prestar pleno apoyo a estos objetivos y explorar, en las mismas condiciones que los hombres , la forma de superar los obstáculos existentes para la cooperación internacional, el desarrollo de relaciones de amistad entre naciones y el fortalecimiento de la paz internacional.
		55		Habría que estimular a las mujeres y a los hombres a inculcaren sus hijos valores de respeto y comprensión mutuos por todas las naciones y todos los pueblos, la igualdad racial, la igualdad sexual, el derecho de todas las naciones a la libre determinación y el deseo de mantener la cooperación, la paz y la seguridad internacionales en el mundo.
		56		Habría que brindar a la mujer las mismas oportunidades que el hombre para representar a su país en todos los foros internacionales en que se estudien estos problemas..
		58		Uno de los principales objetivos de este Plan consiste en lograr que la mujer tenga, en el derecho y en la práctica, los mismos derechos y oportunidades que el hombre para votar y participar en la vida pública y política a nivel nacional, local y de la comunidad..
		60		En caso de no existir leyes que garanticen a la mujer el derecho a el voto, el derecho a ser elegida y a ocupar toda clase de cargos públicos, en igualdad de condiciones con el hombre , habría que hacer todos los esfuerzos posibles a fin de que se promulguen, a más tardar en 1978.
		63c		Entre los esfuerzos especiales para lograr estas metas cabría incluir: organizar estudios para determinar los niveles de competencia económica, social y política de las mujeres en comparación con los hombres para la contratación, la designación y el ascenso...

Capítulo	§	Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
	68		En un gran número de países el analfabetismo está mucho más difundido entre las mujeres que entre los hombres , y las tasas son generalmente más elevadas en las zonas rurales que en las urbanas.	
	78			Se debería instituir la escuela primaria gratuita y obligatoria y habría que ponerla en vigencia lo más pronto posible. Habría que estimular activamente los grupos de educación y capacitación mixtos y proporcionar orientación especial a ambos sexos para encauzarlos hacia nuevas ocupaciones y funciones cambiantes.
	84		... las ocupaciones en las que se concentra el mayor número de trabajadoras no son las mismas en que trabajan la mayor parte de los hombres .	
	89			Se debería atender particularmente a la necesidad de criterios multilaterales que facilitaran la combinación de las responsabilidades familiares y de trabajo. Estos podrían incluir: ...el trabajo a jornada parcial para mujeres y hombres ... Debería eliminarse en la mayor medida posible el trato discriminatorio de la mujer en los planes nacionales de seguridad social. Las trabajadoras deberían estar amparadas igual que los hombres en todos los aspectos.
	101		Aunque todo el mundo tiene derecho innegable a la salud, a menudo en muchos países, y especialmente en zonas rurales, ciertas condiciones han impedido a la mujer gozar realmente de este derecho en pie de igualdad con el hombre ... La mujer suele sufrir una desnutrición mayor que la del hombre , ya sea porque se priva de los alimentos para darlos a su familia o porque la sociedad dá menor valor a la mujer...	

Capítulo	§ Como são identificados	Fundamentos	O que é proposto
105			<p>Deberían tomarse las medidas necesarias para garantizar que la mujer tenga el mismo acceso a esos servicios [médicos] que el hombre...</p> <p>En particular [las disposiciones legislativas] deberían asegurar que la mujer y el hombre tengan el mismo derecho a la libre elección del conyuge y a contraer matrimonio unicamente con su libre y cabal consentimiento. (...) Los programas de planificación de la familia deben concentrar sus esfuerzos de comunicación y movilización en mujeres y hombres por igual, pues para que la regulación de la fecundidad tenga éxito es preciso contar con la cooperación de ambos. Esta política permitiría que la mujer ejerciera en pie de igualdad con el hombre el derecho a decidir cuantos hijos tendrá y en que momento...</p>
108		<p>Las mujeres suelen ser afectadas por estos problemas [derivados de la modernización y la industrialización] en mayor medida que los hombres, especialmente en las etapas iniciales de los procesos de desarrollo.</p> <p>Entre los demás datos tergiversados por los prejuicios se encuentran los relativos a los jefes de familia, pues se supone que una mujer solamente puede ser jefe de familia en la ausencia del hombre. Muchas familias estan realmente encabezadas por una mujer y, por lo tanto, es erroneo clasificarlas como encabezadas por un hombre.</p>	
109			<p>En la reunión de todos esos datos debe hacerse todo lo posible por medir: (...) e) el tiempo relativo dedicado a las tareas económicas y domésticas y al espaciamento por muchachas y mujeres en comparación con muchachos y hombres.</p> <p>Las investigaciones orientadas hacia problemas nacionales y regionales concretos deben confiarse a los hombres y mujeres competentes que están familiarizados con las condiciones nacionales y regionales de cada caso.</p>

Los medios de información para las masas tienen un gran valor potencial como vehículo para el cambio social (...) acelerando la aceptación del nuevo papel, cada vez mas amplio, que corresponde a la mujer en la sociedad, y promoviendo su integración en el proceso de desarrollo en un pie de igualdad con los **hombres**.

Tanto las organizaciones gubernamentales como las no-gubernamentales deben fomentar y apoyar, a nivel nacional, regional e internacional, las investigaciones tendientes a determinar cual es la **imagen de la mujer y del hombre** que proyectan los medios de información para las masas, y las influencias negativas y positivas que ejercen sus diversas funciones como difusores de información, recreación, educación y publicidad.

Quienes estan encargados del control de los medios de información deberían de realizar todos los esfuerzos posibles para despertar la conciencia pública respecto de los papeles cambiantes **de la mujer y del hombre** y asimismo de la preocupación que **tanto hombres como mujeres** tienen respecto a importantes cuestiones que afectan a sus familias, a sus comunidades y a la sociedad en general. Debería instarseles tambien a proyectar una imagen más dinámica de la mujer (y también del **hombre**) y a tener en cuenta la diversidad de papeles de la mujer y su contribución efectiva y potencial a la sociedad.

5 Menções a “homens” no documento de “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”: Conferência Internacional para Revisão dos Resultados da Década das Nações Unidas para a Mulher, Nairobi 1985

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
A. Historical background	2	..the General Assembly, in its resolution 3010 (XXVII) proclaimed 1975 International Women’s Year, to be devoted to intensified action to promote equality between men and women...	
B. Substantive background of the forward-looking strategies	13	..its enjoyment by all requires that women be enabled to exercise their right to participate on an equal footing with men in all spheres of the political, economic and social life of their respective countries, particularly in the decision-making process, while exercising their right to freedom of opinion, expression, information and association in the promotion of international peace and co-operation...	
	14	The effective participation of women in the development and in the strengthening of peace, as well as the promotion of the equality of women and men , require concerted multi-dimensional strategies and measures that should be people-oriented. Such strategies and measures will require continual upgrading and the productive utilisation of human resources with a view to promoting equality and producing sustained, endogenous development of societies, groups, and individuals.	
	15	... The attainment of the goals and objectives of the decade requires a sharing of this responsibility by men and women and by society as a whole and requires that women play a central role as intellectuals, policy-makers, decision-makers, planners, and contributors & beneficiaries of development.	
	18	Moreover, the devaluation of women’s productive and reproductive roles, as a result of which the status of women continued to be regarded as secondary to that of men , and the low priority assigned to promoting the participation of women in development are historical factors that limit women’s access to employment, health and education, as well as to other sectoral resources, and to the effective integration of women in the decision-making process.	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	19	..The exigencies created by problems of mass poverty, compounded by scarce national resources have compelled Governments to concentrate on alleviating the poverty of both women and men rather than on equality issues for women.	
C. Current trends and perspectives to the year 2000	26	..The restructuring of the world economy, viewed on a long-term basis, is to the benefit of all people - women and men of all countries.	
	27	... While women's total input of labour in the formal and informal sector will surpass that of men by the year 2000, they will receive an unequal share of the world's assets and income.	
	28	..In a general manner, an improvement in the situation of women could bring about a reduction in mortality and morbidity as well as better regulation of fertility and hence of population growth, which would be beneficial for the environment and, ultimately, for women, children and men .	
	31	If widespread international tensions continue, with threats not only of nuclear catastrophe but also of localised conventional warfare, then the attention of policy-makers will be diverted from tasks directly and indirectly relevant to the advancement of women and men , and vast resources will be further diverted to military and related activities.	
	34	..The changes occurring in the family, in women's roles and in relationships between women and men may present new challenges requiring new perspectives, strategies and measures.	
	42	Although addressed primarily to Governments, international and regional organizations, and non-governmental organizations, an appeal is made to all women and men in a spirit of solidarity. In particular, it is addressed to those women and men who now enjoy certain improvements in their material circumstances and who have achieved positions where they may influence policy making, development priorities and public opinion to change the inferior and exploited condition of the majority of women (...) in order to achieve the goals of equality for all women, their full participation in development and the achievement and strengthening of peace.	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
I EQUALITY A. Obstacles	45	<p>One of the most fundamental obstacles to women's equality is that <i>de facto</i> discrimination and inequality in the status of women and men derive from larger social, economic, political and cultural factors that have been justified on the basis of physiological differences.</p> <p>Although there is no physiological basis for regarding the household and family as essentially the domain of women, for the devaluating of domestic work and regarding the capacities of women as inferior to those of men, the belief that such a basis exists perpetuates inequality and inhibits the structural and attitudinal changes necessary to eliminate such inequality.</p>	
	51		<p>The political commitment to establish, modify, expand or enforce a comprehensive legal basis for the equality of women and men and on the basis of human dignity must be strengthened. (...)</p> <p>..For true equality to become a reality for women, the sharing of power on equal terms with men must be a major strategy.</p>
	52		<p>Governments should take the relevant steps to ensure that both men and women enjoy equal rights, opportunities and responsibilities so as to guarantee the development of their individual aptitudes and capacities and enable women to participate as beneficiaries and active agents in development.</p>
	54		<p>In order to promote equality of women and men, Governments should ensure, for both women and men, equality before the law, the provision of facilities for equality of educational opportunities and training, health services, equality in conditions and opportunities of employment, including remuneration, and adequate social security.</p> <p>Governments should recognise and undertake measures to implement the right of men and women to employment on equal conditions regardless of marital status, and their equal access to the whole range of economic activities.</p>

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
C. Measures for the implementation of the basic strategies at the national level	64	In the past decade there have been significant advances in the development of statistical concepts and methods for measuring inequality between women and men .	
	66		Law-reform committees with equal representation of women and men from governments and from non-governmental organizations should be set up to review all laws, not only as a monitoring device but also with a view to determining research-related activities, amendments and new legislative measures.
	69		Such social and economic development should be encouraged as it would secure the participation of women as equal partners with men in all fields of work, equal access to all positions of employment, equal pay for work of equal value and equal opportunities for education and vocational training. (...) ...and would develop branches of the social services to make domestic duties easier for women and men .
	71		Legislative and/or other measures should be adopted and implemented to secure for men and women the same right to work and to unemployment benefits, as well as to prohibit, <i>inter alia</i> , the imposition of sanctions, dismissal on the grounds of pregnancy or of maternity leave and discrimination in dismissals on the grounds of marital status.
2. Equality in social participation	79		Governments should take all appropriate measures to ensure to women, on equal terms with men and without discrimination, the opportunity to represent their Government at all levels on delegations to subregional, regional and international meetings.
	80		As future parents, young people and children should be educated and mobilised to act as stipulators for and monitors of changes in attitudes towards women at all levels of society, particularly with regard to the need for greater flexibility in the assignment of roles between women and men .

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	83		New teaching methods should be encouraged, especially audio-visual techniques to demonstrate clearly the equality of the sexes. Programmes, curricula and standards of education and training should be the same for females and males. Textbooks and other teaching materials should be continuously evaluated and, where necessary, redesigned, rewritten to ensure that they reflect positive, dynamic and participatory images of women and to present men actively involved in all aspects of family responsibilities.
	84		... Employment equity programmes should be developed to integrate women into all economic activities on a equal basis with men . Special measures designed to redress the imbalance imposed by centuries of discrimination against women should be promoted to accelerate <i>de facto</i> equality between men and women .
3. Equality in political participation and decision-making	90		Women should be encouraged and motivated and should help each other to exercise their right to vote and to be elected and to participate in the political process at all levels on equal terms with men .
II DEVELOPMENT	99	...In particular the decline in economic activity is having a negative impact on an already unbalanced distribution of income, as well as on the high levels of unemployment, which affect women more than men .	
A. Obstacles	101	Despite significant efforts in many countries to transfer tasks traditionally performed by women to men or to public services, traditional attitudes still continue to persist and in fact have contributed to the increased burden of work placed on women. The complexity and multidimensional aspects of changing sex roles and norms and the difficulty of determining the specific structural and organizational requirements of such a change have hindered the formulation of measures to alter sex roles and to develop appropriate perspectives on the image of women in society. Thus, despite gains made by a few women, for the majority subordination in the labour force and in society has continued through the exploitative conditions under which women often work have become more visible.	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
B. Basic strategies	111		This would include special measures designed to enhance women's autonomy, bringing women into the mainstream of the development process on an equal basis with men , or other measures designed to integrate women fully in the total development effort.
	117		... The development of these forms of participation, which have an impact on the development and promotion of working and living conditions, and the inclusion of women in these forms of participation on an equal footing with men is of crucial importance.
	121		Concerted actions should be directed towards the establishment of a system of sharing parental responsibilities by women and men in the family and by society. ... Household tasks and parental responsibilities, including decision-making regarding family size and child spacing, should be re-examined with a view to a better sharing of responsibilities between men and women and therefore, be conducive to the attainment of women's and men's self-reliance and to the development of future human resources.
	122		Monitoring and evaluation efforts should be strengthened and directed specifically towards women's issues and should be based on a thorough review and extensive development of improved statistics and indicators on the situation of women as compared with men , over time and in all fields.
C. Measures for the implementation of the basic strategies at national level		136	Flexible working hours for all are strongly recommended as a measure to encouraging the sharing of parental and domestic responsibilities by women and men , provided that such measures are not used against the interests of employees.
1. Overall			
2. Areas for specific action		137	Eliminating all forms of employment discrimination, <i>inter alia</i> through legislative measures, especially wage differentials between women and men carrying out work of equal value, is strongly recommended to all parties concerned. Additional programmes should help to overcome still existing disparities in wages between women and men . Differences in the legal conditions of work of women and men should also be eliminated, where there are disadvantages to women, and privileges should be accorded to male and female parents. Occupational de-segregation of women and men should be promoted.
Employment			

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	139		The working conditions of women should be improved in all formal and informal areas by the public and private sectors. Occupational health and safety and job security should be enhanced and protective measures against work-related health hazards effectively implemented for women and men .
	140		Parental leave following the birth of a child should be available to both women and men and preferably shared between them. Provision should be made for accessible child-care facilities for working parents.
	143		Recognition and application should be given to the fact that women and men have equal rights to work and, on the same footing, to acquire a personal income on equal terms and conditions, regardless of the economic situation.
	144		... Given that in many cases women account for a disproportionate share of total unemployment, that their unemployment rates are higher than those of men and that, owing to lower qualifications, geographical mobility and other barriers, women's prospects for alternative jobs are mostly limited, more attention should be given to unemployment as it affects women.
	145		Although general policies designed to reduce unemployment or to create jobs may benefit both men and women, by their nature they are often of greater assistance to men than to women. For this reason, specific measures should be taken to permit women to benefit equally with men from national policies to create jobs.
	146		As high unemployment among youth, wherever it exists, is a matter of serious concern, policies designed to deal with this problem should take into account that unemployment rates for young women are often much higher than those for young men .
Health	150		A greater sharing by men and women of family and health-care responsibilities should be encouraged. Women must be involved in the formulation and planning of their health education needs.
	155		Governments should also ensure that women have the same access as men to affordable curative, preventive and rehabilitative treatment.

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	156	The ability of women to control their own fertility forms an important basis for the enjoyment of other rights.	
	157		Governments should make available, as a matter of urgency, information, education and the means to assist women and men to take decisions about their desired number of children. (...) Education for responsible parenthood and family-life education should be widely available and should be directed towards both men and women .
Education	164		... While the elimination of illiteracy is important to all, priority programmes are still required to overcome the special obstacles that have generally led to higher illiteracy rates among women than among men .
	168		... The promotion and application of women's studies inside and outside in conventional institutions of learning will help to create a just and equitable society in which men and women enjoy equal partners.
	170		All educational and occupational training should be flexible and accessible to both women and men .
	173		Educational programmes to enable men to assume as much responsibility in the upbringing of children and the maintenance of the household should be introduced at all levels of the educational system.
Food, water and agriculture	179		Mechanisms should also include monitoring and evaluation and, where necessary, should modify the allocation of resources between women and men on mixed projects; should restructure rural development schemes to respond to women's needs; should assess women's projects in terms of technical and economic viability, as well as on social ground; and should develop gender-specific statistics and information that reflect accurately women's contribution to food staples.
Industry	194		... Social security benefits, including unemployment benefits, should be guaranteed to women on an equal footing with men .
Science and technology			
Communications	206		Women's own cultural projects aimed at changing the traditional images of women and men should be promoted and women should have equal access to financial support.

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
Energy	221		Priority should be given to substituting energy for muscle in the performance of the industrial and domestic work of women without loss of their jobs and tasks to men .
	222		In order to prevent depletion of the forest areas on which most rural women rely for much of their energy needs and income, innovative programmes, such as farm woodlot development, should be initiated with the involvement of both women and men .
Environment	224		... Women must have the same opportunity as men to participate in the wage-earning labour force in such programmes as irrigation and tree planting and in other programmes needed to upgrade urban and rural environments.
	226		Awareness by individual women and all types of women's organizations on environmental issues and the capacity of women and men to manage their environment and sustain productive resources should be enhanced.
Social services	228		Simultaneously, Governments and non-governmental organizations should mobilise the mass media and their means of communication to ensure public consensus on the need for men and society as a whole to share with women the responsibilities of producing and rearing children, who represent the human resource capable of the future.
	231		..Beyond these urgent protective measures for maltreated women and children, as well as repressive measures for the authors of this maltreatment, it would be proper to set in motion long-term supportive machineries of aid and guidance for maltreated women and children, as well as the people, often men , who maltreat them.
III PEACE A. Obstacles	236		Full equality between women and men is severely hampered by the threats to international peace and security, lack of satisfying solutions in the field of disarmament, including the spread of the arms race to outer space, violation of the principle of the rights of people under alien and colonial domination and foreign occupation to self-determination and independence...

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
B. Basic strategies	240	Women and men have equal rights and the same vital interest in contributing to international peace and co-operation.	
	249	... peace and security, self-determination and national independence are fundamental for the attainment of the three objectives of the Decade: equality, development and peace.	
	251	Peace requires the participation of all members of society, women and men alike , in rejecting any type of intervention in the domestic affairs of States, whether it is openly or covertly carried out by other States or by transnational corporations. Peace also requires that women and men alike should promote respect for the sovereign right of a State to establish its own economic, social and political system without undergoing political and economic pressure or coercion of any type.	
	253	In accordance with the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, all existing impediments to the achievement by women of equality with men should be removed. (...) To this end efforts should be intensified at all levels to overcome prejudices, stereotyped thinking, denial to women of career prospects and appropriate educational possibilities, and resistance by decision-makers to the changes that are necessary to enable equal participation of women with men in the international and diplomatic service.	
	256	Women of the world, together with men , should, as informal educators and socialisation agents, play a special role in the process of bringing up younger generations in an atmosphere of compassion, tolerance, mutual concern and trust, with an awareness that all people belong to the same world community.	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	257	... The questions of women and peace and the meaning of peace for women cannot be separated from the broader question of the relationships between women and men in all spheres of life and in the family.	
		C. Women and children under apartheid D. Palestinian women and children E. Women in areas affected by armed conflicts, foreign intervention and threats to peace F. Measures for the implementation of the basic strategies at the national level	
IV AREAS OF SPECIAL CONCERN			To deal effectively with the issue, Governments should organize multiprogrammes with the emphasis on economic activities, elimination of discrimination and the provision of supportive services and, <i>inter alia</i> , adequate child-care facilities and, where necessary, workplace canteens to enable women to gain access to economic, social and educational opportunities on an equal basis with men .
A. Women in areas affected by drought			
B. Urban and poor women	285		
C. Elderly women	286		... The recommendations of the Plan of Action are applicable to women and men with a view to providing them with protection and care, and ensuring their involvement and participation in social life and development. ... This applies particularly to those women whose lifetimes were spent in unpaid and unrecognised work in the home with little or no access to a pension. If the women have an income, it is generally lower than men's partly because their employment status has in the majority of cases been broken by maternity family responsibilities.
D. Young women			
E. Abused women			
F. Destitute women			
G. Women victims of trafficking and involuntary prostitution	290	Forced prostitution is a form of slavery imposed on women by procurers. It is <i>inter alia</i> a result of economic degradation that alienates women's labour through processes of rapid urbanisation and migration resulting in underemployment and unemployment. (...) ...it also stems from women's dependence on men .	
H. Women deprived of their traditional means of livelihood	295	The assumptions that underlie a large part of the relevant legislation, regulations and household surveys that confine the role of supporter and head of household to men hinder women's access to credit, loans and material and non-material resources.	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	295		... Governments are urged to ensure that women with sole responsibility for their families receive a level of income and social support sufficient to enable them to attain or maintain economic independence and to participate effectively in society. To this end, the assumptions that underlie policies, including research used in policy development, and legislation that confines the role of the supporter or head of household to men should be identified and eliminated.
<p>J. Women with physical and mental disabilities K. Women in detention and subject to penal law L. Refugee and displaced women and children M. Migrant women N. Minority and "indigenous" women</p>			
V INTERNATIONAL AND REGIONAL CO-OPERATION			
A. Obstacles	305	Nevertheless some progress has been made in terms of achieving equality between women and men and a greater appreciation of the role of women in development and peace which should also contribute toward effective international co-operation.	
B. Basic strategies	313		Steps should be taken to increase the participation of women in international, regional and subregional level activities and decision making, including those directly or indirectly concerned with the maintenance of peace and security, the role of women in development and the achievement of equality between women and men.
	315		On the basis of the results of the review and appraisal in the United Nations System that indicated the need for continued efforts to ensure the recruitment, promotion and retention of women, all United Nations bodies, the regional commissions and the specialised agencies should take all measures necessary to achieve an equitable balance between women and men staff at managerial and

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
C. Measures for the implementation of the basic strategies			
1. Monitoring			
2. Technical co-operation, training and advisory strategies	327		While technical co-operation should be focused equally on women and men, incorporation of women's needs and aspirations in the formulation and review of technical co-operation policies and programmes should be ensured and the potential negative effects on women of technical assistance should be minimised.
3. Institutional co ordination			
4. Research and policy analysis	348		The United Nations System should undertake research and prepare guidelines case studies and practical approaches on integrating women on an equal basis with men into political life...
5. Participation of women in activities at the international and regional levels and in decision-making	356		The United Nations System should take all necessary measures to achieve an equitable balance between women and men staff members at managerial and professional levels in all substantive areas, as well as in field posts...
	358		...All bodies and organizations of the United Nations system should therefore take all possible measures to achieve the participation of women on equal terms with men at all levels by the year 2000.
6. Information dissemination	366		International programmes should be designed and resources allocated to support national campaigns to improve public consciousness of the need for equality between women and men and for eliminating discriminatory practices.

7 Menciones a “hombres” no documento da 5ª Conferência Internacional da Mulher, Beijing 1995

Capítulo	Seção	Fundamentos	§	O que é proposto
Declara- ción de Beijing		Reconocemos que la situación de la mujer ha avanzado (...) pero persiste la desigualdad entre mujeres y hombres .	5	
			8	[Reafirmamos nuestro compromiso de:] (...) Defender los derechos y la dignidad humana intrínseca de las mujeres y los hombres ;
			12	Promover (...) la satisfacción de las necesidades morales, éticas, espirituales e intelectuales de las mujeres y los hombres .
			15	Estamos convencidos de que (...) La igualdad de derechos, de oportunidades y de acceso a los recursos la distribución equitativa entre hombres y mujeres de las responsabilidades respecto de la familia.. Son indispensables para su bienestar y de su familia.
			16	La erradicación de la pobreza basada en el crecimiento económico sostenido (...) exige la participación de la mujer en el desarrollo económico y social e igualdad de oportunidades, y la participación plena en pie de igualdad de mujeres y hombres .
			25	[Estamos decididos a: (...)] Alentar a los hombres a que participen plenamente en todas las acciones encaminadas a garantizar la igualdad.
			30	Garantizar la igualdad de acceso y la igualdad de trato de hombres y mujeres en la educación...
			36	... la igualdad de oportunidades, así como a igualdad de participación de las mujeres y los hombres en todos los órganos y procesos de determinación de políticas.
			38	Instamos al Sistema de las Naciones Unidas, a las instituciones financieras regionales e internacionales (...) y a todas las mujeres y hombres (...) se comprometan plenamente y contribuyan a la aplicación de esta Plataforma de Acción.

Capítulo	Seção	Fundamentos	§	O que é proposto
Declaración de objetivos	1	... el establecimiento del principio de que mujeres y hombres deben compartir el poder. La igualdad entre hombres y mujeres es una cuestión de derechos humanos y constituye una condición para el logro de la justicia social. Para obtener el desarrollo sostenible basado en el ser humano es indispensable que haya una relación transformada, basada en la igualdad entre mujeres y hombres . Se necesita un empeño sostenido y a largo plazo para que mujeres y hombres puedan trabajar en conjunto.. .		
	3	La Plataforma de Acción hace hincapié en que las mujeres comparten problemas comunes que sólo pueden resolverse trabajando (...) en asociación con los hombres para alcanzar el objetivo común de la igualdad de género.		
	5	La participación en pie de igualdad de mujeres y hombres en todos los órganos y procesos de adopción de políticas...		
Contexto mundial	14	De allí que sea indispensable buscar nuevas alternativas que garanticen que todos los miembros de la sociedad reciban los beneficios del crecimiento económico basado en un enfoque integral de todos los aspectos del desarrollo: crecimiento, igualdad entre mujeres y hombres , justicia social...		
	22	La cuarta parte de todos hogares del mundo están encabezados por mujeres y muchos otros dependen de los ingresos de la mujer aun cuando el hombre esté presente en el hogar.		
	24	La religión, la espiritualidad y las creencias desempeñan una función fundamental en las vidas de millones de mujeres y hombres. (...) contribuir a satisfacer las necesidades morales, éticas y espirituales de las mujeres y los hombres y realizar su pleno potencial en la sociedad...		
	25	...fijó una pauta internacional para esclarecer el concepto de igualdad entre mujeres y hombres . (...) Se ha avanzado considerablemente en el logro de la igualdad entre mujeres y hombres . Muchos gobiernos han promulgado leyes que fomentan la igualdad entre mujeres y hombres .		
	27	Desde 1975 ha aumentado el conocimiento acerca de la situación de mujeres y hombres y ello contribuye a la adopción de medidas encaminadas a promover la igualdad entre ambos.		

Capítulo	Seção	Fundamentos	§	O que é proposto
Contexto mundial	27 cont.	En varios países se han registrado importantes cambios en las relaciones entre mujeres y hombres (...) Gradualmente se han ido eliminando las fronteras entre las funciones productiva y reproductiva en la división del trabajo a medida que la mujer ha comenzado a integrarse a esferas de trabajo en las que antaño predominaban los hombres (...) y los hombres han comenzado a aceptar más responsabilidades domésticas (...) Sin embargo, los cambios registrados en las funciones de la mujer han sido mayores y mucho más rápidos que los cambios en las funciones del hombre (...) En muchos países las diferencias entre los logros y las actividades de la mujer y del hombre persisten , en lugar de reconocerse como consecuencias de funciones socialmente establecidas para cada sexo.		
	28	Es más, 10 años después de la Conferencia de Nairobi, no ha podido lograrse aún la igualdad entre la mujer y el hombre ...		
	29	La crianza de los hijos requiere que los progenitores, las mujeres y los hombres , así como la sociedad en su conjunto, compartan responsabilidades.		
	30	...es una responsabilidad que recae desproporcionadamente sobre la mujer debido a la falta de igualdad y a la distribución desequilibrada del trabajo reenumerado y no reenumerado entre la mujer y el hombre .		
	33	Los medios de difusión tienen muchas posibilidades de promover el adelanto de la mujer y la igualdad entre mujeres y hombres mostrando a las mujeres y los hombres sin estereótipos, de modo diverso y equilibrado.		
	36	Estos movimientos en gran escala han tenido profundas repercusiones en las estructuras y el bienestar de la familia, así como consecuencias desiguales para la mujer y el hombre ...-		
	37	Desde que se diagnosticó por primera vez el HIV, se estima que 19,5 millones de hombres , mujeres y niños han sido infectados (...) Entre los casos nuevos, las posibilidades de infección son el doble para las mujeres que para los hombres .		
	39	Para que la mujer participe de las actividades en condiciones de igualdad con el hombre , en todos aspectos de la vida...		

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
		40	...será indispensable que la comunidad internacional demuestre un interés renovado en el futuro y se comprometa a inspirar a una nueva generación de mujeres y hombres para que trabajen juntos por una sociedad más justa.	
Esfera de especial preocupación		41	El adelanto de la mujer y el logro de la igualdad entre la mujer y el hombre son una cuestión de derechos humanos. (...) La potencialización del papel de la mujer y la igualdad entre la mujer y el hombre son condiciones indispensables para lograr la seguridad política, social, económica, cultural...	
		42	Siguen existiendo barreras que se oponen a la potenciación de la mujer, pese a los esfuerzos de gobiernos, organizaciones no gubernamentales y mujeres y hombres de todas partes.	
		44	(...) desigualdad entre la mujer y el hombre en el ejercicio del poder y en la adopción de decisiones a todos los niveles...	
Objetivos estratégicos y medidas	A La mujer y la pobreza	47	...Esas políticas, dirigidas casi exclusivamente al sector estructurado, tiende además a obstaculizar las iniciativas de las mujeres y no tienen cuenta las diferentes consecuencias que tienen en las mujeres y en los hombres . (...)Para erradicar la pobreza y lograr el desarrollo sostenible, las mujeres y los hombres deben participar plenamente y por igual.	
		48	El número de mujeres que viven en condiciones de pobreza ha aumentado en forma desproporcionada al número de hombres , particularmente en los países en desarrollo.	
		52	El riesgo de caer en la pobreza es mayor para las mujeres que para los hombres , especialmente en la vejez.	
		53	En muchos países desarrollados, donde el nivel de educación general y formación profesional de las mujeres y los hombres son similares...	
		A 1		Revisar, adoptar y mantener políticas macroeconómicas y estrategias de desarrollo que tengan en cuenta las necesidades de la mujeres y apoyen sus esfuerzos por superar la pobreza.
		58	... Crear sistemas de seguridad social donde no existan, o revisálos con miras a situar a la mujer en pie de igualdad con el hombre en todas las etapas de sus vida	

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	A 3	65		Dar a la mujer acceso a mecanismos e instituciones de ahorro y crédito: Apoyar a las instituciones que cumplen con las normas de rendimiento llegando a gran número de mujeres y hombres de bajos salarios.
	B	69	La educación no discriminatoria beneficia tanto a las niñas como a los niños y de esa manera conduce en última instancia a relaciones más igualitarias entre mujeres y hombres.	
	Educación y capacitación de la mujer	72	La creación de un entorno educacional y social en el que se trate en pie de igualdad a las mujeres y los hombres (...) en que los recursos educacionales promuevan imágenes no estereotipadas de las mujeres y de los hombres (...) contribuiría eficazmente a eliminar las causas de la discriminación contra las mujeres y las desigualdades entre las mujeres y los hombres.	
		74	La falta de educación sexual y sobre la salud reproductiva tiene profundas repercusiones en la mujer y el hombre .	
		79		...a fin de que analicen, antes de adoptar decisiones, sus posible efectos en las mujeres y los hombres .
	B 1	80		Asegurar la igualdad de acceso a la educación: (...) h- Aumentar la calidad de la educación y la igualdad de oportunidad para las mujeres y los hombres en lo que se refiere al acceso.
	B2	81		Eliminar el analfabetismo entre las mujeres: (...) c- Eliminar las diferencias por motivos de género en las tasas de alfabetización elemental y funcional de mujeres y hombres .
	B3	82		Aumentar el acceso de las mujeres a la formación profesional: (...) g- Fomentar la adaptación (...) afin de promover la capacitación para toda la gama de posibilidades ocupacionales en carreras no tradicionales para las mujeres y los hombres .

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	B4	83		Establecer sistemas de educación y capacitación no discriminatorios: (...) b - Elaborar programas de enseñanza y material didáctico para docentes y educadores que aumenten la comprensión de la condición, el papel y la contribución de la mujer y el hombre en la familia. (...) f- adoptar medidas positivas para aumentar la proporción de mujeres que participan en la elaboración de políticas y la adopción de decisiones en materias de educación, (...) en todos los niveles de la enseñanza y en las disciplinas académicas que habitualmente están dominadas por el hombre , como los campos científico y tecnológico.
	B5	85		Asignar recursos suficientes para las reformas de la educación y vigilar la aplicación de esas reformas (...) para que las mujeres y las niñas, así como los niños y los hombres , en pie de igualdad, puedan terminar su educación.
		87		a - Contribuir a la evaluación de los progresos logrados utilizando indicadores educacionales (...) para eliminar las diferencias entre las mujeres y los hombres ; b- Vigilar los progresos realizados en la reducción de las diferencias entre la mujer y el hombre en la enseñanza.
C La mujer y la salud		89	El principal obstáculo que impide a la mujer alcanzar el más alto nivel posible de salud es la desigualdad entre la mujer y el hombre y (...) en diferentes regiones ...	
		92	Es preciso lograr que la mujer pueda ejercer el derecho a disfrutar el más alto nivel posible de salud durante todo su ciclo vital, en pie de igualdad con el hombre . (...)Las mujeres padecen muchas de las afecciones que padecen los hombres , y de diferentes maneras...	
		93	No se suele enseñar a los adolescentes a respetar la libre determinación de la mujer y a compartir con ella la responsabilidad..	
		94	Esta última condición lleva implícito el derecho del hombre y la mujer a obtener información (...) y medios de planificación de la familia.	

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
C	cont.	95	Las mujeres y los hombres de más edad tienen problemas especiales en materia de salud reproductiva que no suelen encararse de diferentes maneras.	Se debe prestar plena atención a la promoción de relaciones de respeto mutuo e igualdad entre hombres y mujeres .
		96	Las relaciones igualitarias entre la mujer y el hombre respecto de las relaciones sexuales y la reproducción...	
		97	La responsabilidad compartida por la mujer y el hombre de las cuestiones relativas al comportamiento sexual y reproductivo también es indispensable para mejorar la salud de la mujer.	
		98	...han hecho hincapié en que su vulnerabilidad social y las relaciones de poder desiguales entre la mujer y el hombre constituyen obstáculos para el sexo libre de riesgos...	
		102	Al igual que el hombre , la mujer, sobre todo en las zonas rurales y en las zonas urbanas pobres, está cada vez más expuesta a los riesgos que entrañan para la salud las catástrofes ambientales y la degradación del medio ambiente.	
		104	Las investigaciones sobre las enfermedades coronarias, por ejemplo, y los estudios epidemiológicos de muchos países suelen basarse únicamente en el análisis de pacientes varones . (...) así como muchas intervenciones que se le platican, se basan en investigaciones sobre pacientes varones , que no se han sometido a un análisis o ajuste posterior para dar cabida a las diferencias entre uno y otro sexo (...) antes de adoptarlas.	
C1		106		Fomentar el acceso de la mujer durante toda su vida a servicios de atención de la salud y a información y servicios conexos adecuados, de bajo costo y de buena calidad: (...) d - Posibilitar el acceso de la mujer a los sistemas de seguridad social en condiciones de igualdad con el hombre durante toda su vida.
C2		107		Fortalecer los programas de prevención que promueven la salud: a - Tomar decisiones y asumir responsabilidades sobre su propia salud, lograr respeto mutuo en asuntos relativos a la sexualidad y fecundidad, e informar a los hombres sobre la importancia sobre la salud y el bienestar de las mujeres...

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	C2	107		c - Alentar a los hombres a que participen en condiciones de igualdad en el cuidado de los hijos y el trabajo doméstico; d - Promover normas y pláticas que eliminen la discriminación contra y alentar tanto a las mujeres como a los hombres a asumir la responsabilidad de su comportamiento sexual con respeto a procreación; e - Preparar y difundir información (...) con el objeto de garantizar que las mujeres y los hombres , en particular las y los jóvenes , puedan adquirir conocimientos sobre salud; f - (...) las actividades físicas y de recreo puestas a disposición [de las muchachas] sobre la misma base en que participan los hombres y los muchachos en las actividades puestas a la disposición de ellos. g - Reconocer las necesidades específicas de los adolescentes (...) teniendo en cuenta los derechos del niño y los derechos, deberes y responsabilidades de los padres ...
	cont.	cont.		
	C 3	108		Tomar iniciativas en que se tenga en cuenta el género para hacer frente a las enfermedades de transmisión sexual y de VIH/SIDA y de otras cuestiones de salud sexual y reproductiva: (...) h - Impartir seminarios y educación y formación especializada a los padres , a los encargados de adoptar decisiones y a quien crean opiniones a todos los niveles de la comunidad, incluidas las autoridades religiosas y tradicionales, sobre la prevención del HIV/SIDA y otras enfermedades de transmisión sexual y sus consecuencias en las mujeres y en los hombres de todas las edades; l - Preparar programas específicos para varones de todas las edades y para los adolescentes , reconociendo las funciones parentales a que se hace referencia en el párrafo 107.
	C 4	109		Promover la investigación y difundir investigación sobre la salud de la mujer: (...) h - Prestar apoyo financiero e institucional a la investigación sobre métodos y tecnologías seguros, eficaces, accesibles y aceptables para la salud reproductiva y sexual de las mujeres y de los hombres .
D	La violencia	117	La violencia contra la mujer es uno de los mecanismos sociales fundamentales mediante los que se coloca la mujer en un posición de subordinación frente al hombre .	
	contra la mujer	118	La violencia contra la mujer es una manifestación de las relaciones de poder históricamente desiguales entre mujeres y hombres que han conducido a la dominación de la mujer por el hombre	

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
D cont.	119Estados libres de la violencia contra la mujer es no solo una necesidad sino una posibilidad real.	La igualdad, la colaboración entre mujeres y hombres y el respeto de la dignidad humana deben pernear todos los estadios del proceso de socialización. (...) Los sistemas educacionales deberían promover el respeto propio, el respeto mutuo y la cooperación entre mujeres y hombres .
		120	La experiencia obtenida en varios países demuestra que es posible movilizar a mujeres y hombres a fin de superar la violencia en todas sus formas. (...) Son aliados necesarios para el cambio los grupos de hombres que se movilizan contra la violencia basada en el género.	
		123		Propiciar la integración activa y visible de una perspectiva de género en toda las políticas y programas a fin de que se pueda analizar las consecuencias para la mujer y el hombre antes de adoptar decisiones.
	D1	124		Adoptar medidas integradas para prevenir y eliminar la violencia contra la mujer: (...) j - (...) para modificar los modelos de conducta sociales y culturales de la mujer y el hombre ; (...) k - Eliminar los prejuicios y las prácticas consuetudinarias ...) basadas en la idea de la inferioridad o la superioridad de uno de los sexos y en funciones estereotipadas, asignadas a el hombre y la mujer .
		125		g- Programas de educación y captación a fin de sensibilizar a las niñas y los varones , a las mujeres y los hombres acerca de los efectos personales y sociales negativos de la violencia en la familia. (...) j - Promover imágenes no estereotipadas de mujeres y hombres y de eliminar los patrones de conducta generadores de violencia.
E La mujer y los conflictos armados	131	...	La paz está indisolublemente unida a la igualdad entre las mujeres y los hombres y al desarrollo. (...) La ocupación extranjera y los conflictos étnicos y de otra naturaleza son una realidad que afecta constantemente a las mujeres y a los hombres en prácticamente todas las regiones.	
		141		Al encarar los conflictos armados o de otra índole, debería fomentarse un criterio activo y visible de incorporar en todas las políticas y programas una perspectiva de género, de manera que antes de adoptar una decisión se analicen los efectos sobre la mujer y el hombre .

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	E4	146		Promover la contribución de la mujer al logro de una cultura de paz: (...) b - Realizar investigaciones e individualizar mecanismos innovadores para limitar la violencia y solucionar los conflictos, a fin de difundirlos entre el público y para su utilización por mujeres y hombres .
	E5	147		Proporcionar protección, asistencia y capacitación a las mujeres refugiadas, a otras mujeres desplazadas que necesitan protección internacional y a las desplazadas internamente: (...) h - Aplicar normas internacionales para garantizar la igualdad de acceso y la igualdad de trato de mujeres y hombres en lo que respecta a los procedimientos de determinación del estatuto de refugiado.
F	La mujer y la economía	150	El grado de acceso de la mujer y el hombre a las estructuras económicas de sus sociedades y sus respectivas oportunidades de ejercer poder en ellas son considerablemente diferentes. (...) dado que a menudo esas políticas determinan la forma en que las mujeres y los hombres deciden. (...) La evolución real de esas estructuras y políticas económicas incide directamente en el acceso de la mujer y el hombre a los recursos económicos.	
		151	...la falta de poder de negociación proveniente de la desigualdad basada en el género, muchas mujeres se han visto obligadas a aceptar salarios bajos y condiciones de trabajo deficientes, por lo que frecuentemente se las ha preferido a los hombres .	
		155	Muchas políticas y programas siguen contribuyendo a la desigualdad entre la mujer y el hombre .	
		157	Aunque se han creado algunas nuevas oportunidades de empleo para las mujeres como consecuencia de la internacionalización de la economía, también han surgido tendencias que han agravado las desigualdades entre las mujeres y los hombres .	
		158	[Las mujeres] tienen escasas oportunidades de empleo debido (...) a que las condiciones de trabajo no son flexibles y a que los hombres y la sociedad no comparten lo suficiente las responsabilidades familiares.	

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
F cont.	163		Para lograr la plena igualdad entre la mujer y el hombre en su contribución de la economía (...) se requieren esfuerzos decididos para que se reconozca y aprecie por igual la influencia que el trabajo, la experiencia, los conocimientos y los valores tanto de la mujer como del hombre tienen en la sociedad.	
F1	165			Promover la independencia y los derechos económicos de la mujer, incluidos el acceso al empleo, a condiciones de trabajo apropiadas y al control de los recursos económicos: a - Promulgar y hacer cumplir leyes que garanticen los derechos de la mujer y el hombre a una reenumeración igual por el mismo trabajo; (...) e - Empezar formas legislativas y administrativas que otorguen a la mujer iguales derechos que los hombres a los recursos económicos; (...) q - Crear condiciones para que la mujer pueda participar en pie de igualdad con el hombre en los campos técnico, administrativo y empresarial.
F2	166			Facilitar el acceso de la mujer, en condiciones de igualdad, a los recursos, empleos, mercados y el comercio: a - Fortalecer el acceso de las mujeres al crédito y al capital en condiciones apropiadas e iguales a las que se conceden a los hombres ; b - Fortalecer la concesión de iniciativas por el Estado, en su carácter de empleador, para crear una política de oportunidades iguales para las mujeres y los hombres ; (...) l- Establecer la igualdad de remuneración para la mujer y el hombre por trabajo de igual valor y la non discriminación en el empleo.
F3	173			Proporcionar servicios comerciales, capacitación y acceso a los mercados, información y tecnología, particularmente a las mujeres de bajos ingresos: a - Proporcionar infraestructura pública para asegurar la igualdad de acceso a los mercados, para los empresarios de ambos los sexos ; (...) g - Prestar servicios de apoyo esequibles, como servicios de guardería de buena calidad, flexibles, que tengan en cuenta las necesidades de los trabajadores de ambos sexos .
F4	177			Reforzar la capacidad económica y las redes comerciales de la mujer: (...) b- Proporcionarles programas de capacitación, (...) todo ello en un pie de igualdad con los hombres .

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	F5	178		Eliminar la segregación en el trabajo y todas las formas de discriminación en el empleo: (...) f - Estimulando la diversificación de las posibilidades ocupacionales de las mujeres y los hombres ; (...) g - Alentar a las mujeres a realizar trabajos no tradicionales, especialmente en la esfera de la ciencia y tecnología, y alentar a los hombres a buscar empleo en el sector social; (...) k - Incrementar los esfuerzos por eliminar las diferencias entre la remuneración de las mujeres y de los hombres .
	F6	179		Fomentar la armonización de las responsabilidades de las mujeres y los hombres en lo que respecta al trabajo y la familia: (...) b - Asegurar que las mujeres y los hombres puedan decidir libremente y en un pie de igualdad si trabajan en jornada completa o parcial; c - Asegurar mediante leyes, incentivos o estímulos que se den oportunidades adecuadas a las mujeres y los hombres para obtener licencias y prestaciones de maternidad o paternidad.
		180		Adoptar medidas adecuadas para que las mujeres y los hombres puedan obtener licencias temporales: (...) b - Promover la igualdad de género y la exclusión de los estereótipos basados en el género de los papeles que desempeñan las mujeres y los hombres dentro de la familia.
G	La mujer en el ejercicio del poder y la adopción de decisiones	181	La consecución del objetivo de igualdad de participación de la mujer y el hombre en la adopción de decisiones proporcionará un equilibrio que refleja de una manera más exacta la composición de la sociedad.	
		183	Sin embargo, los estereótipos sociales negativos en cuanto a las funciones de la mujer y el hombre refuerzan la tendencia a que las decisiones políticas sigan siendo predominantemente una función de los hombres .	
		185	La desigualdad en el terreno público tiene muchas veces su raíz en las actitudes y prácticas discriminatorias y en el desequilibrio en las relaciones de poder entre la mujer y el hombre . Al repartirse más equitativamente esas responsabilidades entre la mujer y el hombre , no sólo se proporciona una mejor calidad de vida de las mujeres y sus hijas...	

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
G	cont.	188	... no tienen todavía la capacidad necesaria para presentar las cuestiones relacionadas con la igualdad de trato de mujeres y hombres en las esferas económicas y social.	
		189	Al abordar la cuestión de la desigualdad entre la mujer y el hombre en el ejercicio del poder y en la adopción de decisiones a todos los niveles (...) sus efectos para la mujer y el hombre .	
G1		190		Comprometerse a establecer el objetivo del equilibrio entre mujeres y hombres en los órganos y comités gubernamentales: a - Lograr una participación paritaria de las mujeres y los hombres ; b - Integrar a las mujeres en los cargos públicos electivos y no electivos en la misma proporción y en las mismas categorías que los hombres ; c - Proteger y promover la igualdad de derechos de las mujeres y los hombres en materia de participación en actividades políticas; (...) e - Regular datos cuantitativos y cualitativos sobre las mujeres y los hombres en todos los niveles de los diversos puestos (...) nombramientos públicos; (...) i- Reconocer las responsabilidades compartidas entre las mujeres y los hombres en el ámbito laboral y en la familia...
		191		c- Que las mujeres puedan participar en la dirección de los partidos políticos en pie de igualdad con los hombres ; d- Para conseguir la igualdad entre mujeres y hombres en sus distintas categorías , incluida la participación igual en sus órganos de adopción de decisiones; e- Desarrollar estrategias de comunicación para fomentar el debate público sobre los nuevos papeles de las mujeres y los hombres en la sociedad.
		193		c- Seguir reuniendo y difundiendo datos cuantitativos y cualitativos sobre la mujer y el hombre en la adopción de decisiones.
G2		195		Aumentar la capacidad de la mujer de participar en la adopción de decisiones y en los niveles directivos: (...) d - Proporcionar a mujeres y hombres una capacitación que tenga en cuenta el género con el fin de fomentar relaciones de trabajo no discriminatorias.

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	H	200	En muchas organizaciones se han elaborado metodologías orientadas a realizar un análisis de las políticas y programas desde el punto de vista del género y a tener en cuenta las distintas repercusiones de las políticas en uno y otro sexo .	
	Mecanismos institucionales para el adelanto de la mujer	202		Incorporación de una perspectiva de género en todas las políticas y programas de modo que antes de que adopten las decisiones se realice un análisis de sus posibles efectos para uno y otro sexo .
		H1 203		Crear o fortalecer mecanismos nacionales y otros órganos gubernamentales y mujeres y hombres de todas partes [para]: (...) f - Alentar y promover la participación activa de la amplia y diversa gama de agentes institucionales en los sectores públicos, privado y voluntario, a fin de trabajar por la igualdad entre la mujer y el hombre .
	H2	204		Integrar perspectivas de género en las legislaciones y políticas: a - Velar por que antes de adoptar decisiones en materia de políticas se realice un análisis de sus repercusiones en las mujeres y los hombres ; (...) c - Promover estrategias y objetivos nacionales relacionados a la igualdad entre mujeres y hombres
		205		a- Facilitar la formulación y aplicación de políticas gubernamentales sobre la igualdad entre mujeres y hombres .
	H3	206		Preparar y difundir datos e información destinados a la planificación y la evaluación desglosados por sexo: a- Tratar de velar por que se recojan, compilen, analicen y presenten por sexo y edad estadísticas sobre la persona que reflejen los problemas y cuestiones relativos al hombre y la mujer en la sociedad; (...) e - Mejorar la obtención de datos sobre toda la contribución de la mujer y del hombre a la economía, incluyendo su participación en el sector estructurado; f (iii) - que se haga evidente la desigualdad en la distribución del trabajo remunerado y no remunerado entre mujeres y hombres; (...) h - Perfeccionar los conceptos y métodos de obtención de datos sobre la medición de la pobreza entre hombres y mujeres , incluido el acceso a los recursos; (...) k - Perfeccionar los conceptos y métodos de obtención de datos sobre la participación de las mujeres y de los hombres con discapacidades incluyendo su acceso a los recursos.

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	H3	207		a- Asegurar la preparación periódica de una publicación de estadísticas sobre género en que se presenten e interpreten datos pertinentes sobre mujeres y hombres ; (...) c - Desarrollar y estimular el desarrollo de estudios cuantitativos y en cargos superiores, tanto en el sector público como en el privado.
	cont.	209		Alentar y apoyar (...) de modo que los países puedan medir plenamente el trabajo realizado por las mujeres y los hombres , incluidos el trabajo remunerado y no remunerado.
I	Los derechos humanos de la mujer	214	La igualdad de derechos de la mujer y el hombre se menciona explícitamente en el preámbulo de la Carta de las Naciones Unidas	
		217	La brecha entre la existencia de derechos y la posibilidad de disfrutarlos efectivamente se deriva del hecho de que los gobiernos no están verdaderamente empeñados en promover y proteger esos derechos y no informan por igual a las mujeres y a los hombres acerca de ellos.	
		226	Los factores que causan la huida de las refugiadas, otras desplazadas que necesitan protección internacional y las desplazadas internamente pueden ser diferentes de los que afectan a los hombres .	
		229	Incorporar una perspectiva de género en todas las políticas y los programas de manera que antes de que se adopten decisiones se analicen los efectos que han de tener para las mujeres y hombres .	
I 2		232		Garantizar la igualdad y la no discriminación ante la ley en la práctica: a- Dar prioridad a la promoción y protección del disfrute pleno y amplio por mujeres y hombres en condiciones de igualdad; (...) c - Incorporar el principio de la igualdad de mujeres y hombres en su legislación y garantizar, mediante leyes (...); m - Garantizar que las mujeres tengan el mismo derecho que los hombres a ser jueces, abogados, funcionarios de otro tipo en los tribunales...

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	I3	233		Fomentar la adquisición de conocimientos jurídicos elementales: (...) g - Promover la educación sobre los derechos humanos y jurídicos de la mujer (...) acerca de la igualdad de mujeres y hombres en la vida pública y privada.
	J La	239		Aumentar el acceso de la mujer y su participación en la expresión de sus ideas y adopción de decisiones en los medios de difusión y por conducto de ellos, así como en las nuevas tecnologías de comunicación: (...) d - Procurar que distribuyan equitativamente los nombramientos de mujeres y hombres en todos los órganos consultivos
	J1	240		...a los medios de difusión presentar una imagen equilibrada y diferenciada de la mujer y que fomenten una mayor participación de la mujer y el hombre en las esferas de la producción y la adopción de decisiones.
		242		c - Crear redes entre las organizaciones no gubernamentales [...visando a] promover los derechos humanos de la mujer y la igualdad entre la mujer y el hombre .
	J2	245		Fomentar una imagen equilibrada y no estereotipada de la mujer: (...) k - (...) la participación en pie de igualdad en las responsabilidades familiares (...) los papeles que desempeñan las mujeres y los hombres dentro de la familia.
	K La	250	En regiones, la mujer suele ser el miembro más estable de la comunidad, ya que el hombre a menudo trabaja en lugares lejanos...	
	mujer y el medio ambiente	251	Se ha reconocido que las políticas en materia de desarrollo sostenible en que no se cuente con la participación del hombre y la mujer no lograrán sus resultados a largo plazo.	
		252		...deberán propiciar la integración activa y visible de una perspectiva de género en todas las políticas y programas, incluyendo un análisis de consecuencias para la mujer y el hombre antes de adoptar decisiones.

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	K1	253		Lograr participación activa de la mujer en la adopción de decisiones relativas al medio ambiente en todos los niveles: (...) f - Adoptar medidas que reconozcan el papel social de las mujeres como productoras y consumidoras a fin de que puedan adoptar medidas ambientales eficaces, junto con los hombres , en sus hogares, comunidades y lugares de trabajo.
	K2	256		Integrar las preocupaciones y perspectivas de género en las políticas y programas a favor del desarrollo sostenible: a - Integrar a las mujeres, incluidas las mujeres indígenas, sus perspectivas y conocimientos, en condiciones de igualdad con los hombres en la adopción de decisiones en materia de ordenación sostenible de los recursos; (...) j - Individualizar y fomentar tecnologías ecológicamente racionales diseñadas, elaboradas y perfeccionadas con la participación de la mujer.
L	La niña	259	En algunos países del mundo el número de hombres excede el de mujeres en 5%.	
		262	Es preciso que mujeres y hombres colaboren con los niños y los jóvenes para desarraigar los estereótipos persistentes basados en el género.	
	L2	277		Eliminar las actitudes y las prácticas culturales que perjudican a la niña: (...) d- Prestar especial atención a los programas destinados a educar a mujeres y hombres, especialmente los padres , sobre la importancia de la salud física y mental.
	L3	278		Promover y proteger los derechos de la niña e intensificar la conciencia de sus necesidades y su potencial: (...) c - Educar a las mujeres, los hombres , las niñas y los niños para que se esfuercen por mejorar la situación de las niñas...
Disposiciones institucionales		289		Desempeñar en la creación de un clima social, económico, político e intelectual basado en la igualdad entre la mujer y el hombre.
		291		Debe existir un compromiso claro respecto de las normas y los estándares internacionales de igualdad entre la mujer y el hombre como base para toda la acción.

Capítulo	Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
		342		[alentar] otras instituciones y organizaciones internacionales para lograr que se examinen plenamente las consecuencias diferentes que tienen para la mujer y el hombre los programas de préstamos y otras actividades.
Disposiciones financieras		345	Una financiación adecuada de los programas encaminados a lograr la igualdad entre la mujer y el hombre .	
		359		Asegurar la idoneidad de los recursos destinados a la eliminación de las disparidades entre mujeres y hombres en sus actividades de asistencia técnica y financiera.

7 Menções a “gênero” no Plano de Ação da CIPD – Conferência do Cairo, 1994

Capítulo	§	Como é identificado	Fundamentos	O que é proposto
I Preamble	1.12			The present Programme of Action recommends to the international community a set of important population and development objectives, as well as qualitative and quantitative goals that are mutually supportive and of critical importance to these objectives. Among these objectives and goals are: sustained economic growth in the context of sustainable development; education, especially for girls, gender equity and equality ; (...) infant, child and maternal mortality...
II Principles	4		Advancing gender equality and equity and the empowerment of women and the elimination of all kinds of violence against women, and ensuring women's ability to control their own fertility, are cornerstones of population and development related programmes.	
III Inter-relationships between population, sustained economic growth, and sustainable development	3.1		There is general agreement that persistent widespread poverty as well as serious social and gender inequities have significant influences on, and are in turn influenced by, demographic parameters such as population growth structure and distribution	
	3.11	...despite decades of development efforts, both the gap between rich and poor nations and the inequalities within nations have widened. Serious economic, social, gender and other inequalities persist and hamper efforts to improve the quality of life for hundreds of millions of people.		

Capítulo	§	Como é identificado	Fundamentos	O que é proposto
IV Gender equality, equity, and empowerment of women	4.7			Governments and employers are urged to eliminate gender discrimination in hiring, wages, benefits, training and job security with a view to eliminating gender-based disparities in income.
	4.8			Specific procedures and indicators should be devised for gender -based analysis of development programmes and for assessing the impact of those programmes on women's social, economic and health status and access to resources...
	4.17			Leaders at all levels of the society must speak out and act forcefully against patterns of gender discrimination within the family, based on preference of sons.
	4.19			... countries must recognise that, in addition to expanding education for girls, teachers' attitudes and practices, school curricula and facilities must also change to reflect a commitment to eliminate all gender bias, while recognising the specific needs of the girl child.
	4.24		Men play a key role in bringing about gender equality since, in most societies, men exercise preponderant power in nearly every sphere of life, ranging from personal decisions regarding the size of families to the policy and programme decisions taken at all levels of government...	
	4.25		The objective is to promote gender equality in all spheres of life, including family and community life, and to encourage and enable men to take responsibility for their sexual and reproductive behaviour and their social and family roles	

Capítulo	§	Como é identificado	Fundamentos	O que é proposto
V The family, its roles, rights, composition and structure	5.1		Traditional notions of gender -based division of parental and domestic functions and participation in the paid labour force do not reflect current realities and aspirations, as more and more women in all parts of the world take up paid employment outside the home.	
VI Population growth and structure			-	-
VII Reproductive rights and reproductive health	7.3		...as part of their commitment, full attention should be given to the promotion of mutually respectful and equitable gender relations, and particularly to meeting the educational and service needs of adolescents to enable them to deal in a positive and responsible way with their sexuality.	
	7.34		Human sexuality and gender relations are closely interrelated and together affect the ability of men and women to achieve and maintain sexual health and manage their reproductive lives... Responsible sexual behaviour, sensitivity and equity in gender relations, particularly when instilled during the formative years, enhance and promote respectful and harmonious partnerships between men and women.	
	7.36			To promote adequate development of responsible sexuality, permitting relations of equity and mutual respect between the genders and contributing to improving the quality of life of individuals...

Capítulo	§	Como é identificado	O que é proposto
VII (cont.)	7.47		Governments, in collaboration with non-governmental organisations, are urged to meet the special needs of adolescents and to establish appropriate programmes to respond to those needs. Such programmes should include support mechanisms for the education and counselling of adolescents in the areas of gender relations and equality , violence against adolescents...
VIII Health, morbidity and mortality	8.29		...to address the social, economic, gender and racial inequities that increase vulnerability to the disease [aids]
IX Population distribution, urbanisation and internal migration	9.2		...to foster a more balanced spatial distribution of the population by promoting in an integrated manner the equitable and ecologically sustainable development of major sending and receiving areas, with particular emphasis on the promotion of economic, social and gender equity , based on respect for human rights, especially the right to development.
X International migration	10.12		Governments of receiving countries must ensure the protection of migrants and their families, giving priority to programmes and strategies that combat religious intolerance, racism, ethnocentrism, xenophobia and gender discrimination, and that generate the necessary public sensitivity in that regard.
	10.22		...to integrate refugee and returnee assistance and rehabilitation programmes into development planning, with due attention to gender equity .

Capítulo	§	Como é identificado	Fundamentos	O que é proposto
XI Population, development and education	11.5.a			...to combat illiteracy and to eliminate gender disparities in access to, retention in, and support for, education.
	11.5.c			...to introduce and improve the content of the curriculum so as to promote greater responsibility and awareness on the interrelationships between population and sustainable development, health issues, including reproductive health and gender equity .
	11.8			Countries should take affirmative steps to keep girls and adolescents in school by building more community schools, by training teachers to be more gender sensitive (...) with a view to closing the gender gap in primary and secondary school education by the year 2005.
	11.9			...where such programmes already exist, curricula should be reviewed, updated and broadened with a view to ensuring adequate coverage of such important concerns as gender sensitivity, reproductive choices and responsibilities, and sexually transmitted diseases, including HIV/aids...
	11.11			In all countries and among all groups, therefore, information, education and communication activities concerning population and sustainable development issues must be strengthened. This includes the establishment of gender and culturally sensitive information, education and communication plans and strategies related to population and development.
	11.13			Schools and religious institutions, taking in account their values and teachings, may be important vehicles in all countries for instilling gender and racial sensitivity, respect, tolerance and equity, family responsibility and other important attitudes at all ages.

Capítulo	§	Como é identificado	O que é proposto
XI (cont.)	11.15		...to encourage attitudes in favour of responsible behaviour in population and development, especially in such areas as environment, family, sexuality, reproduction, gender and racial sensitivity.
	11.16		Information, education and communication efforts should raise awareness through public education campaigns on such priority issues [such as] (...) gender equality ...
XII Technology, research, and development	12.1	Gender and ethnicity-specific information, which is needed to enhance and monitor the sensitivity of development policies and programmes, is still insufficient in many areas.	
	12.3		...particular attention should be given to the monitoring of population trends and the preparation of demographic projections and to the monitoring of progress towards the attainment of the health, education, gender , ethnic and social equity goals, and of service accessibility and quality of care, as stated in the present Programme of Action.
	12.4		Programmes on the collection, processing, analysis and timely dissemination and utilisation of population and related development data should include disaggregation (...), including gender disaggregation, and coverage and presentation compatible with the needs of effective programme implementation on population and development.
	12.7		All data collection and analysis activities should give due consideration to gender -disaggregation, enhancing knowledge on the position and role of gender in social and demographic processes.

Capítulo	§	Como é identificado	O que é proposto
XII (cont.)	12.10		...a significant increase in support from Governments and industry is needed to bring a number of potential new, safe, and affordable methods to fruition, especially barrier methods. This research needs to be guided at all stages by gender perspectives, particularly women's, and the needs of users, and should be carried out in strict conformity with internationally accepted legal, ethical, medical and scientific standards for biomedical research.
	12.13		Research on sexuality and gender roles, and relationships in different cultural settings is urgently needed, with emphasis on such areas as abuse, (...), family and gender roles...
	12.24		Among the vital areas for research are changing family structures (...) and the economic and demographic outcomes of gender inequality . Women should be involved at all stages of gender research planning...
	12.26		Of special importance are the causes of differentials, including gender differentials, in mortality and morbidity, particularly at younger and older ages.
XIII National action	13.1	As is the case with other social development programmes, experience has also shown that, in instances where the leadership is strongly committed to economic growth, human resource development, gender equality and equity , and meeting the health needs, countries have been able to mobilise sustained commitment at all levels to make population and development programmes and projects successful	

Capítulo	§	Como é identificado	O que é proposto
XIII (cont.)	13.8		...to incorporate user and gender perspectives in training programmes and ensure the availability, motivation and retention of appropriately trained personnel, including women, for the formulation, implementation, monitoring and evaluation of national population and development strategies, policies, plans and programmes.
	13.9.a		Countries should (...) formulate and implement human resource development programmes in a manner that explicitly addresses the needs of women (...) and the incorporation of user and gender perspectives throughout the training programmes.
XIV	International cooperation	-	-
XV	Partnership with the non-governmental sector	15.5	Youth organisations are increasingly becoming effective partners in developing programmes to educate youth on reproductive health, gender and environmental issues...
XIV	Follow-up to the Conference	-	-

8 Menciones a “género” no documento da Conferência de Avaliação Cairo +5, Haia, 1999

Capítulo / Seção	§	O que é proposto Medidas clave
Cap. I	Preámbulo	1 La equidad y la igualdad entre los géneros ... 3 La promoción de la igualdad y la equidad entre los género ...s
Cap. II	Cuestiones de población y desarrollo	
A	Población, desarrollo económico y medio ambiente	15 La injusticia y desigualdad basada en el género ... 16 Para erradicar la pobreza, con especial referencia al género ...
B	Modificación de la estructura por edades y envejecimiento de la población	21 Invertir más recursos en investigaciones que tengan en cuenta las cuestiones relacionadas con el género ...
C	Migración internacional	27 ...redoblar esfuerzos por mejorar la reunión de datos, incluidos los análisis basados en el género .
D	Migración interna, distribución de la población y aglomeraciones urbanas	
E	Población, desarrollo y educación	35 ...aprendizaje permanente que tenga en cuenta las cuestiones de género . 36 Afianzar la igualdad y equidad entre los géneros al igual de la conducta sexual...
F	Sistemas de datos, incluidos los indicadores	37 ...incluidas las poblaciones indígenas, y el nivel de sensibilidad a cuestiones de género de los servicios de salud sexual y reproductiva.
Cap. III	Igualdad, equidad y potenciación del papel de la mujer	
A	Promoción y protección de los derechos humanos de la mujer	39 ...el cumplimiento efectivo de políticas y leyes que tengan en cuenta las cuestiones de género .
B	Potenciación del papel de la mujer	
C	Integración de una perspectiva de género en los programas y las políticas	46 Debe adoptarse una perspectiva de género en todos los procesos...

Capítulo / Seção	§	O que é proposto
	46	...y el sistema de las Naciones Unidas, afin de promover una perspectiva de género ...
	46	Fomentar y fortalecer la capacidad e institucionalizar estrategias eficaces para efectuar análisis que tengan en cuenta las cuestiones de género (...) y promover una perspectiva de género ...
D		Promoción de la igualdad y la equidad entre los sexos
	50	...promover modelos positivos que ayuden a los varones a convertirse en adultos sensibles a la cuestión de género .
<hr/>		
Cap. IV Derechos reproductivos y salud reproductiva		
A .Salud reproductiva, incluidas la planificación de la familia y salud sexual		
B Garantía de servicios voluntarios de planificación de la familia de buena calidad		
C Reducción de las tasas de morbilidad materna		
D Prevención y tratamiento de las enfermedades de transmisión sexual, incluido el virus de inmunodeficiencia humana/síndrome de inmunodeficiencia adquirida		
E Los adolescentes		
<hr/>		
Cap. V Asociaciones y acuerdos de colaboración		
<hr/>		
Cap. VI Movilización de recursos		
<hr/>		

9 Menções a “gênero” no documento da Conferência Internacional para Revisão dos Resultados da Década das Nações Unidas para a Mulher, Nairobi, 1985

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
Introduction Historical background	6	The Forward-looking Strategies for the Advancement of Women during the period from 1986 to the year 2000 set forth in the present document concrete measures to overcome the obstacles to the Decade’s goals and objectives for the advancement of women. Building on principles of equality also espoused in the Charter of the United Nations, (...) the Forward-looking Strategies reaffirm the international concern regarding the status of women and provide a framework for renewed commitment by the international community to the advancement of the women and the elimination of gender based discrimination.	
	46	Women, by virtue of their gender , experience discrimination in terms of denial of equal access to the power structure that controls society and determines development issues and peace initiative.	
	115		The gender bias evident in most development programmes should be eliminated and the prejudices hindering the solution of women’s problems removed.
	121		... To this end, priority should be given to the provision of a social infrastructure that will enable society to share these responsibilities with families and, simultaneously, to bring about changes in social attitudes so that new or modified gender roles will be accepted, promoted and become exercisable.
	130		Governments should compile gender-specific statistics and information and should develop or reorganize an information system to take decisions and action on the advancement of women.
	138		... Gender stereotyping in all these areas should be avoided and the occupational prospects of women should be enhanced.

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	161		The appropriate gender -specific indicators for monitoring women's health [...developed by the World Health Organization] should be widely applied and utilized by governments and other interested organizations in order to develop and sustain measures for treating low grade ill health...
	167		The curricula of public and private schools should be examined, textbooks and other educational materials reviewed and educational personnel retrained in order to eliminate all discriminatory gender stereotyping in education.
	179		...and should develop gender -specific statistic and information that reflect accurately women's contribution to food staples.
	199		...to promote diversification of women's employment and to eliminate gender bias from labour markets.
	257		...Discriminatory practices and negative attitudes towards women should be eliminated and traditional gender norms changed to enhance women's participation in peace.
	288		Gender specific violence is increasing and governments must affirm the dignity of women, as a priority action...
	312		...Further investment in evolving adequate gender specific data is also required.
	333		Technical and advisory assistance should be provided by the United Nations system at the national level to improve systematically statistical and other forms of gender -specific indicators and information that can help redirect policy and programmes for the more effective integration of women in development as contributors and beneficiaries.
	347		Guidelines should also be developed by the United Nations for action to remove gender -specific discriminatory perceptions, attitudes and behaviour based on models of successful initiatives.

10 Menções a “gênero” no documento da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing, 1995

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
Declaración de Beijing	19	Es indispensable diseñar, aplicar ..políticas y programas de desarrollo efectivos e eficaces y sinérgicos, que tengan en cuenta el género .	
	24	Adoptar las medidas a suprimir todos los obstáculos a la igualdad de género	
	38	Comprometemos en calidad de Gobiernos a aplicar todas as nuestra políticas y programa reflejen una perspectiva de género	
Declaración de objetivos	3	que las mujeres comparten problemas comunes que sólo pueden resolverse trabajando de consuno y en asociación con los hombres para alcanzar el objetivo común de la igualdad de género	
Contexto mundial	22	En los estratos más pobres muy a menudo es la mujer quien mantiene el hogar debido, entre otras cosas, a la discriminación en materia de sueldos, a los patrones de segregación ocupacional en el mercado laboral y a otras barreras basadas en el género .	
	25	Muchos gobiernos han promulgado leyes que fomentan a igualdad entre hombres y mujeres y han establecidos mecanismos nacionales para velar por la inclusión de las perspectivas de género .	
	27	En muchos países las diferencias entre los logros y las actividades de la mujer y del hombre, en lugar de reconocerse como consecuencias de funciones socialmente establecidas para cada sexo (género), siguen achacándose a diferencias biológicas inmutables.	
	31	Muchas mujeres enfrentan barreras específicas que obedecen a diversos factores, además de su sexo (género).	
Esfera de especial preocupación	44	Desigualdad basadas en el género en la gestión de los recursos naturales y la protección del medio ambiente...	

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
Objetivos estratégicos y medidas A La mujer y la pobreza	47	Se ha observado.. las disparidades basadas en el género en el reparto del poder económico... La aplicación de una amplia variedad de políticas y programas de un análisis basado en el género es, por lo tanto, un elemento esencial de las estrategias de reducción de la pobreza.	
	48	Además de factores de carácter económico, la rigidez de las funciones que la sociedad asigna por razones de género y el limitado acceso de la mujer al poder, la educación...	
	48	...que non se haya integrado en todos los análisis económicos y en la planificación económica una perspectiva de género .	
	50	La pobreza afecta a los hogares en general, debido a la división del trabajo sobre la base del género y las responsabilidades relativas al bienestar familiar, las mujeres soportan una carga desproporcionada...	
	57	El éxito de las políticas y de las medidas destinadas a respaldar o reforzar la promoción de la igualdad de género y la mejora de la condición de la mujer...	
A1 Revisar, adoptar y mantener políticas macro-económicas y estrategias	58		b - Analizar, desde una perspectiva de género , las políticas y los programas, incluidos los relativos a la estabilidad macroeconómica, el ajuste estructural... c - Formular y aplicar políticas ... orientadas hacia la erradicación de la pobreza y la reducción de la desigualdad basada en el género .
	59		b - Fortalecer la capacidad analítica a fin de consolidar de manera más sistemática las cuestiones referentes a las perspectivas de género . f - Examinar la repercusión de los programas de ajuste estructural sobre el desarrollo social mediante evaluaciones de su efecto social y otros métodos pertinentes que tengan en cuenta los aspectos basados en el género , con miras para elaborar políticas...
	60		d - procurar obtener financiación para asegurar la inclusión de una perspectiva de género en el acceso a los servicios.

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
A4 Formular metodologías basadas en el género y realizar investigaciones para abordar el problema de la terminación de la pobreza	67		a - Elaborar medios teóricos y metodológicos para incorporar la perspectiva s de género en todos los aspectos de la formulación de políticas económicas; b - Aplicar esos métodos para analizar los efectos desde el punto de vista del género de todas las políticas y programas de ajuste estructural;
	68		a - elaborar indicadores estadísticos cuantitativos y cualitativos para facilitar la toma de decisiones con respeto a la erradicación de la pobreza y la igualdad entre los géneros ; f- Examinar la repercusión de los programas de ajuste estructural sobre el desarrollo y sobre las inequidades de género ;
B Educación y capacitación de la mujer	71	En muchas regiones persiste la discriminación en el acceso de las niñas a la educación debido a actitudes arraigadas, a embarazos o matrimonios a edades temprana, a lo inadecuado que resulta el material didáctico educacional y al sesgo de género que éste muestra, al acoso sexual...	
	74	En buena medida sigue habiendo un sesgo de género en los programas de estudio y el material didáctico o rara vez se atiende a las necesidades especiales de las niñas y las mujeres. La falta de sensibilidad de los educadores de todos los niveles respecto a las diferencias de género aumenta las desigualdad entre la mujer y el hombre al reforzar las tendencias discriminatorias.	
	75	Hay, en particular, sesgo de género en los programas de estudio de las ciencias.	
	79		Los gobiernos y otros agentes sociales deberían promover una política activa y visible de integración de una perspectiva de género en todas las políticas y programas.
B1 Asegurar la igualdad de acceso a la educación	80		a- Promover el objetivo de la igualdad de acceso a la educación tomando medidas para eliminar la discriminación en la educación en todos los niveles por motivos de género , raza, idioma, religión... b- Superar la diferencias por motivos de género que existan en el acceso a la enseñanza primaria y secundaria para el año 2005.

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	80		<p>c - Eliminar las disparidades por motivos de género en el acceso a todos los ámbitos de la enseñanza terciaria, velando por que la mujer tenga igual acceso que el hombre...</p> <p>d - Establecer un sistema docente en el que se tengan en cuenta las cuestiones relacionadas con el género, a fin de promover la igualdad de oportunidades de educación;</p> <p>i - Proporcionar servicios de orientación escolar y programas no discriminatorios de preparación de maestros y que tengan en cuenta las diferencias basadas en el género.</p>
B2 Eliminar el analfabetismo entre las mujeres	81		<p>b - Proporcionar el acceso universal a la enseñanza primaria a la niñas, y procurar lograr la igualdad de género en la tasa de finalización de la enseñanza...</p> <p>c - Eliminar las diferencias por motivos de género en las tasas de alfabetización;</p>
B4 Establecer sistemas de educación y capacitación no discriminatorios	83		<p>a - Formular recomendaciones y elaborar planes de estudio, libros de texto y material didáctico libres de estereotipos basadas en género para todos los niveles de enseñanza;</p> <p>c- Elaborar programas de capacitación, con miras a proporcionarles estrategias eficaces para una enseñanza con orientación de género;</p> <p>g- Apoyar y realizar estudios e investigaciones sobre el género en todos los niveles de la enseñanza;</p> <p>j- Elaborar programas de educación en materia de derechos humanos que incorporen la dimensión de género en todos niveles de la enseñanza;</p> <p>m- Proporcionar instalaciones recreativas y deportivas (...) que tengan en cuenta los aspectos relacionados con el género;</p> <p>p- Garantizar que la igualdad de género y las diversidades culturales, religiosas y de otro tipo se respeten en las instituciones educativas.</p>
C La mujer y la salud	90	<p>En las políticas y programas de salud a menudo se perpetúan los estereótipos de género.</p> <p>La salud de la mujer también se ve sujeta a discriminaciones por motivos de género en el sistema de salud y por los servicios médicos insuficientes o inadecuados.</p>	
	95	<p>Como parte de este compromiso, se debe prestar plena atención a la promoción de relaciones de respeto mutuo e igualdad entre hombres y mujeres (género).</p>	

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	98		Es preciso examinar desde la perspectiva de género los efectos del HIV/SIDA.
	99	La violencia sexual y basada en el género , incluidos los malos tratos físicos y psicológicos...	
	104	Muchos protocolos de terapias de drogas y otros tratamientos médicos que se aplican a la mujer, así como muchas intervenciones sobre pacientes varones (...) no se han sometido a un análisis o ajuste posterior para dar cabida a las diferencias entre uno y otro sexo .	
	105		Los gobiernos y otros agentes deberían promover una política activa y visible de integración de una perspectiva de género en todas políticas y programas.
C1 Fomentar el acceso de la mujer durante toda su vida a servicios de atención de la salud y a información y servicios conexos adecuados, de bajo costo y buena calidad	106		<p>c - Concebir y ejecutar, en colaboración con mujeres, organizaciones locales, programas de salud con orientación de género que prevean, por ejemplo, servicios de salud descentralizados;</p> <p>f - Reformular los sistemas de información, de manera que respondan a las necesidades en materia de género;</p> <p>g - Asegurarse de que todos los servicios y trabajadores relacionados con la atención de salud respetan los derechos humanos y siguen normas éticas, profesionales y no sexistas a la hora de prestar servicios a la mujer;</p> <p>l - Adoptar medidas concretas para reducir las diferencias por motivos de género en las tasas de morbilidad y mortalidad de las muchachas en situación desfavorecidas;</p> <p>w - Propiciar y alcanzar la seguridad alimentaría a nivel nacional concediendo especial atención a las diferencias entre los sexos.</p>
C2 Fortalecer programas (...) que promueven la salud de la mujer	107		p - Garantizar que los programas de las facultades de medicina y otros programas de formación sanitaria incluyan cursos sobre la salud de la mujer generales, obligatorios y que tengan en cuenta los aspectos relacionados con el género .
C3 Tomar iniciativas en que se tenga en cuenta el género para hacer frente a las enfer-	108		<p>e - Preparar programas y estrategias multisectoriales que tengan en cuenta el género;</p> <p>f - Facilitar el desarrollo de estrategias de la comunidad que protejan a las mujeres de todas las edades del HIV (...) para que ejerzan presión sobre las autoridades responsables a fin de que respondan de manera puntual, efectiva, sostenible y que tengan en cuenta el género;</p>

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
medades de transmisión sexual, el HIV/SIDA y otras cuestiones de salud sexual y reproductiva	108 cont		g - Apoyar y fortalecer la capacidad nacional de crear y mejorar políticas y programas sobre el HIV/SIDA y otras enfermedades de transmisión sexual que tengan en cuenta el género ; k - Prestar plena atención a la promoción de relaciones de género mutuamente respetuosas y justas.
C4 Promover la investigación y difundir información sobre la salud de la mujer	109		b - Promover investigaciones, tratamientos y tecnologías que tengan en cuenta el género y que centren en las mujeres; d - Aumentar el apoyo financiero y de otra índole (...) incluida la repercusión de las desigualdades de género y edad; f- Apoyar y financiar investigaciones sociales (...) sobre la manera en que las desigualdades basadas en el género afectan la salud de las mujeres; h - Prestar apoyo financiero e institucional a la investigación (...) en particular desde una perspectiva de género .
C5 Aumentar los recursos [para...] la salud de las mujeres	110		c - Establecer servicios de salud que incorporen las cuestiones relacionadas con el género en la labor de promover, sobre la base de la comunidad... ; d - Establecer objetivos y plazos ... sobre la base de evaluaciones de la repercusión en materia de género utilizando datos cualitativos e cuantitativos...
D La violencia contra la mujer	113	La expresión “violencia contra mujer” se refiere a todo acto de violencia basado en el género que tiene como resultado posible o real daño físico, sexual o psicológico...	
	120	La falta de suficientes estadísticas y datos desglosados por sexo sobre el alcance de la violencia dificulta la elaboración de programas (...) Son aliados necesario para el cambio los grupos de hombres que se movilizan contra la violencia basada en el género .	
	123	Cuando aborden cuestiones relacionadas con la violencia contra la mujer , los gobiernos y otras entidades deberán propiciar la integración activa y visible de una perspectiva de género ...	

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
D1 Adoptar medidas integradas para prevenir y eliminar la violencia contra la mujer	124		g - Promover la integración activa y visible de una perspectiva basada en el género en todas las políticas y programas en materia de violencia contra la mujer; h - Establecer estrategias para impedir que las mujeres víctimas de la violencia vuelvan a sufrirla por la prescindencia del género en las leyes o en las prácticas...; n - Sensibilizar a esas personas en cuanto a la naturaleza de los actos y las amenazas de violencia basados en la diferenciación de género , para conseguir que las mujeres víctimas reciban un trato justo.
	125		b - Establecer servicios lingüística y culturalmente accesibles para las mujeres e niñas inmigrantes, incluidas las trabajadoras migratorias, que sean víctimas de la violencia en razón de su sexo ; e - Organizar, apoyar y financiar campañas de educación (...) en las comunidades locales [con] el empleo de métodos tradicionales e innovadores apropiados de resolución de conflictos que tengan en cuenta el género .
D2 Estudiar las causas y las consecuencias de violencia contra la mujer...	129		d - Alentar a los medios de información a que examinen las consecuencias de los estereótipos basados en el género ; e - Combatir iniciativas comerciales que promueven la violencia y las desigualdades basadas en el género (...) y que adopten medidas para eliminar esas imágenes negativas con miras a promover una sociedad sin violencia.
E La mujer y los conflictos armados	136	Las persecución en forma de violencia sexual u otros tipos de persecución basados en el género ...	
	141	Al encarar los conflictos armados o de otra índole, debería fomentar un criterio activo y visible de incorporar en todas las políticas y programas una perspectiva de género .	
E1 Incrementar la participación de la mujer en la solución de los conflictos (...) y proteger a las mujeres...	142		a - Integrar una perspectiva de género en la solución de los conflictos armados o de otra índole; b- Procurar lograr un equilibrio de género al proponer o promover candidatos para ocupar puestos judiciales y de otra índole; c- Hacer que estos órganos puedan tratar debidamente las cuestiones relacionadas con el género ; (...) otras formas de violencia contra la mujer y los conflictos armados, incluyendo el terrorismo, (...) e integrar una perspectiva de género en su labor...

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
E3 Promover formas no violentas de solución de conflictos...	145		c - Tener en cuenta los problemas relacionados con el género al elaborar programas de formación para todo el personal sobre derecho internacional;
E5 Proporcionar protección (...) a las mujeres refugiadas...	147		h - Aplicar normas (...) incluidas la persecución en forma de violencia sexual u otros tipos de persecución relacionados con el género ...
F La mujer y la economía	151	... La falta de poder de negociación proveniente de la desigualdad basada en el género (...) muchas mujeres se han visto obligadas a aceptar salarios bajos. (...)La participación de la mujer y las consideraciones de género todavía están ausentes en grande medida...	
	155	A causa de la poca atención que se ha prestado a los análisis de género , a menudo se pasan por alto la contribución y los intereses de la mujer en las estructuras económicas (...) En los casos en que se ha avanzado en la integración de perspectivas de género , también ha aumentado la eficacia de los programas y las políticas.	
	163		Es necesario replantear las políticas de empleo a fin de incluir en ellas una perspectiva de género .
	164		... a programas de carácter general se incorpore una perspectiva de género .
F1 Promover (...) los derechos económicos de la mujer...	165		p - utilizar en la formulación de las políticas macroeconómicas y macroeconómicas y sociales el análisis de género ; q- Fomentar políticas y medidas que tengan en cuenta el género ...
F4 Reforzar la capacidad económica (...) de la mujer	175		b- Integrar una perspectiva de género en todas las políticas de reestructuración económica; e- Fomentar la igualdad (...) y la utilización de los resultados de los estudios e investigaciones sobre el género en todas as esferas.
F5 Eliminar la segregación en el trabajo y (...) en el empleo	178		c- Promulgar y hacer cumplir leyes y elaborar políticas aplicables en el lugar de trabajo contra la discriminación por motivos de género en el mercado de trabajo; k- Promover los planes de evaluación de las funciones con criterios imparciales en cuanto al género .

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
F6 Fomentar la armonización de las responsabilidades de las mujeres y los hombres en lo que respecta al trabajo y la familia	179		d- Modificar las aptitudes que refuerzan la división del trabajo sobre la base del género ; e- Transformar dentro del proceso productivo los papeles estebelecidos en función del género ; f- Examinar una serie de políticas y programas... para determinar como rpomover la igualdad de género .
	180		b- Elaborar y suministrar programas educacionales ... a fin de promover la igualdad de género ; b- la exclusión de los estereotipos basados en el género de los papeles que desempeñan las mujeres y los hombres dentro de la familia.
G La mujer en el ejercicio del poder y la adopción de decisiones	182		Incluir en los programas de los gobiernos nuevos temas que atienden y responden a las preocupaciones en materia de género .
	187		...La distribución equitativa del poder (...) realicen análisis estadísticas de género e incorporen una perspectiva de género al proceso de formulación de políticas y de ejecución de programas.
	189		Los gobiernos y otros agentes deberían promover una política activa y visible de incorporación de una perspectiva de género en todas políticas y programas...
G1 Adoptar medidas para garantizar a la mujer igualdad de acceso y la plena participación en las estructuras de poder y en la adopción de decisiones	190		a - Comprometerse a establecer el objetivo del equilibrio entre mujeres y hombres en los órganos y comités gubernamentales (género); j - Procurar lograr el equilibrio entre ambos sexos en las listas de candidatos nacionales...
	191		c - Considerar la posibilidad de incorporar las cuestiones de género a su programa político...
	192		i - Proponer como objetivo y apoyar el equilibrio entre las mujeres y los hombres (género);
	193		... aplicar las políticas y medidas existentes y adoptar otras (...) afin de lograr una igualdad general de mujeres y hombres.
	194		b- esforzarse por conseguir que los representantes elegidos actúen responsablemente en lo que respecta a su compromiso respecto de la problemática del género

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
H Mecanismos institucionales para el adelanto de la mujer	198 200 201 202	En sucesivas conferencias internacionales se ha subrayado la necesidad de tener en cuenta los factores relacionados con el género .	Realizar un análisis de las políticas y programas desde el punto de vista del género ... Prestar apoyo a la incorporación de la perspectiva de la igualdad de género ... Fomentar la formulación de políticas activas y visibles para la incorporación de una perspectiva de género ...
H1 Crear (...) mecanismos nacionales y otros órganos gubernamentales...	203		c - Proporcionar capacitación en el diseño y el análisis de datos según una perspectiva de género ; e - Informar periódicamente (...) las medidas encamiñadas a incorporar la problemática del género ...
H2 Integrar perspectivas de género en las legislaciones, políticas, programas y proyectos	204 205		d - promover la introducción en todas las legislaciones y políticas de una perspectiva del género ; e- Estudiar la política y los programas desde el punto de vista de género ... a - Conseguir que una perspectiva de género se incorpore normalmente en todos los procesos de formulación políticas; c- Promover una perspectiva de género en las reformas jurídicas de las políticas y los programas; f- Dar capacitación y asesoramiento a los organismos gubernamentales a fin de que tengan en cuenta en sus políticas y programas una perspectiva de género ;
H3 Preparar y difundir datos e información (...) desglosados por sexo	206 207		c - Métodos de investigación adecuados para mejorar los análisis de género ; d - Designar o nombrar personal para fortalecer los programas de reunión de estadísticas con una orientación de género ; i - Fortalecer los sistemas de estadísticas vitales e incorporar el análisis de género en las publicaciones e investigaciones; j - Desarrollar mejores datos desagregados por sexos y edad sobre las víctimas; a - Asegurar la preparación periódica de una publicación de estadísticas sobre género ; b - Velar por que en cada país los productores y usuarios de las estadísticas revisen (...) la utilidad del sistema oficial de estadísticas y el grado en que mide las cuestiones de género ; d - Utilizar en la formulación de políticas y en la ejecución de programas y proyectos, datos que reflejen mejor las cuestiones de género .

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	208		d - Ayudar a los países que soliciten a desarrollar políticas y programas de género ...
I Los derechos humanos de la mujer	216		...garantizan los derechos del niño y sostienen el principio de la no discriminación por motivo de sexo (género .)
	222		Tener en cuenta con más claridad el carácter sistemático y sistémico de la discriminación contra la mujer, indicado patentemente por los análisis de género ...
	224	Como ha sido demostrado en estudios y campañas para la eliminación de toda forma de violencia contra la mujer (...) y con el labor de los relatores especiales, (...) la violencia basada en el género , como los golpes y otras explotación sexuales...	
	229		Promover una política activa y visible encaminada a incorporar una perspectiva de género .
I1 Promover y proteger los derechos humanos de la mujer...	230		h- Incluir los aspectos relacionados con el género en la presentación de informes...
	231		c - ...evaluación de los efectos en materia de género . e - Incluir en sus actividades información sobre las violaciones de los derechos humanos relacionadas con el género ; i - Fomentar la incorporación de una perspectiva de género en los programas de acción nacionales; j - ...que reconozcan las violaciones de esos derechos, se ocupen de dichas violaciones y puedan tener plenamente en cuenta los aspectos de su trabajo que se relacionan con el género ...
			d - Revocar cualesquiera leyes restantes que discriminen por motivos de sexo y eliminar el sesgo de género en la administración de justicia; i- Impartir enseñanzas y capacitación sobre derechos humanos en que se tengan en cuenta los aspectos relacionados con el género ; q- Alentar la elaboración de programas de derechos humanos en que se tengan cuenta los aspectos relacionados con el género .
I2 Garantizar la igualdad y la no discriminación ante la ley y en la práctica	232		d - Revocar cualesquiera leyes restantes que discriminen por motivos de sexo y eliminar el sesgo de género en la administración de justicia; i- Impartir enseñanzas y capacitación sobre derechos humanos en que se tengan en cuenta los aspectos relacionados con el género ; q- Alentar la elaboración de programas de derechos humanos en que se tengan cuenta los aspectos relacionados con el género .
J La mujer y los medios de difusión	235	Se nota la desatención a la cuestión del género en los medios de información por la persistencia de los estereótipos basados en el género que divulgan organizaciones de difusión públicas y privadas	

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	237		... idear métodos para erradicar los programas en los que haya sesgo de género .
	238		Los gobiernos y otros sectores deberían fomentar una política activa y visible de incorporación de una perspectiva de género en sus políticas y programas...
J1 Aumentar el acceso [y la participación] de la mujer (...) en los medios de difusión...	239		d - Procurar que se distribuyan equitativamente los nombramientos de mujeres y hombres en todos los órganos consultivos...; Fomentar una imagen equilibrada y no estereotipada de la mujer en los medios de difusión;
	243		c - Fomentar una capacitación que tenga en cuenta los aspectos relacionados con el género ; e- Fomentar la idea de que los estereotipos sexistas que se presentan en los medios de difusión (género)...
	244		c - Introducir una perspectiva de género en todas las cuestiones de interés para las comunidades;
	245		Formatar (...) campañas en los medios de difusión que hagan hincapié en la igualdad de género y en la exclusión de los estereotipos basados en el género de los papeles que desempeñan las mujeres y los hombres; e - Elaborar criterios y capacitar a expertos para que apliquen el análisis de género a los programas de los medios de difusión.
K La mujer y el medio ambiente	248		Crear un novo paradigma de desarrollo en el que se integre la preservación del medio ambiente con la justicia y la igualdad de género dentro de una misma generación.
	252		Propiciar la integración activa y visible de una perspectiva de género en todas las políticas y programas.
K1 Lograr la participación activa de la mujer en la adopción de (...) decisiones relativas al medio ambiente...	253		e - Adoptar medidas para integrar una perspectiva de género en el diseño y la utilización, entre otras cosas, de mecanismos de gestión de recursos...; Tener en cuenta el efecto que ha de tener la consideración del género en la labor de la Comisión sobre desarrollo sostenible;
	254		b - Promover la participación de la mujer e incluir una perspectiva de género en la elaboración y la ejecución de proyectos financiados pelas NU.

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
K2 Integrar la (...) perspectiva de género en políticas...	256		e - Integrar los resultados de investigaciones que reflejen la problemática del género en las políticas con el fin de crear asentamiento humanos sostenibles.
K3 Fortalecer [...la evaluación] de las políticas de desarrollo y medio ambiente...	258		b - Análisis de políticas participativos y dinámicos en que se tenga en cuenta el género ; (...) iii - Análisis de los vínculos estructurales entre género , medio ambiente y desarrollo; iv - Orientación de género como paso fundamental para la preparación y vigilancia de programas y políticas.
L La niña	261	Los medios educativos viciados por prejuicios basados en el género ... Las actitudes de los profesores y las relaciones dentro del aula refuerzan las desigualdad de género ya existentes...	
	262		...colaboren con los niños y los jóvenes para desarraigar los estereotipos persistentes basados en el género .
	263	Los embarazos de adolescentes y las desigualdad basadas en el género existente tanto en la sociedad en general como en la familia...	
	267		Se debe prestar plena atención a la promoción de relaciones de respeto mutuo e igualdad entre hombres y mujeres (género .)
	273		Los gobiernos deben promover una política activa y manifiesta en el sentido de incorporar una perspectiva de género en todas las políticas...
L1 Eliminar [...la] discriminación contra la niña	274		g - Velar por que se desglosen por sexo y edad (...) a fin de incluir una perspectiva de género en la planificación...
L4 ...en la educación	279		e - Aplicar estrategias efectiva de enseñanza en que se tengan en cuenta los aspectos relacionados con el género ...
L7 Erradicar la violencia...	283		c - Impartir capacitación en materia de género a las personas que trabajan en programas de tratamiento...
Disposiciones institucionales	292		...Deben apoyar una política activa y visible de incorporación de una perspectiva de género ...

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
A Actividades en el plano nacional	296		...la capacidad de ampliar la participación de la mujer e incorporar el análisis de género en los programas y políticas.
	299		Los gobiernos deben comprometerse a establecer un equilibrio entre el hombre y la mujer (género)...
B Actividades en el plano subregional y regional	302		...centros de coordinación encargados del adelanto de la mujer, para que se ocupen de cuestiones relacionadas con el género ...
	303		Integrar en sus actividades generales las cuestiones relativas a la mujer y la perspectiva de género ; ... deben colaborar en las cuestiones relacionadas con el género .
C Actividades en el plano internacional	306		... se debe mejorar el marco internacional de cooperación en cuestiones de género (...) a fin de (...)
	308		...garantizar que en todos los programas y políticas se aplique la Plataforma de Acción.
	309		Se necesitan para ello dependencias especiales que se encarguen de las cuestiones relacionadas con la mujer y el género ...
	309		Inclusión efectiva del componente de género en todas las operaciones...
	310		...deben integrarse debidamente a las actividades de los centros de coordinación de cuestiones relacionadas con el género en las organizaciones.
Asemblea general	312		...debe integrar las cuestiones de género en todos sus trabajos.
	313		El Consejo debe incorporar los asuntos relativos al género en su examen de todas la cuestiones normativas.
Consejo Económico Social	315		Coordinar las actividades de desarrollo relacionadas con el género basándose en el Plan...
Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer	320		Seguir promoviendo su función catalítica en la incorporación de los criterios sobre género ...
	321		Garantizar la integración en sus actividades respectivas de los aspectos de género ...
Secretaría de las NU	326		...la incorporación de una perspectiva de género en todas as actividades do sistema de las Naciones Unidas (...)...para que le asesore sobre cuestiones relativas al género .

Capítulo/Seção	§	Fundamentos	O que é proposto
	328		La División debe examinar los obstáculos que se oponen al adelanto de la mujer mediante el análisis de las repercusiones de género al preparar estudios..
	330		Garantizar que en todas sus actividades figure como elemento central la perspectiva de género ...
	331		...desarrollar programas periódicos de capacitación con orientación de género .
	332		El Departamento de Información Pública debe procurar integrar una perspectiva de género en sus actividades generales de información.
	334		Fortalecer las capacidades nacionales para realizar estudios sobre la mujer e investigaciones en materia de género .
	340		...ascenso de las funcionarias del cuadro orgánico con miras a alcanzar un mayor equilibrio entre los sexos;
	342		...aumentar la capacitación del personal en el análisis de género .
Disposiciones financieras	346		Satisfacer las necesidades sociales y lograr los compromisos en materia de género contraídos en las cumbres (...); llevar a cabo análisis de las repercusiones de género ...
En el plano nacional			
En el plano internacional	353		...programas de asistencia con miras a mejorar la calidad y la eficacia de la ayuda mediante la integración de un criterio de género ...
	358		...y el 20% del presupuesto nacional a programas sociales básicos, y en tal sentido deberían tener en cuenta una perspectiva de género .
	360		...prestación de asistencia técnica y financiera para incluir una perspectiva basada en el género en las actividades de desarrollo.

11 Menções a “gênero” no documento da Conferência A Mulher no Ano 2000, Beijing+5, 2000

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
Declaración política	4	Acogemos complacidos el progreso alcanzado hasta el presente en la consecución de la igualdad entre los géneros ..	
	6	Los hombres deben participar en la promoción de la igualdad entre los géneros .	
	7	Reafirmamos la importancia que tiene incorporar la perspectiva de género en el proceso de aplicación de los resultados de otras grandes conferencias...	
	8	La incorporación de la perspectiva de género en todas las políticas y programas.	
Documento final			
Cap. 1		Introducción	
	1	La Plataforma de Acción estableció como objetivos la igualdad entre los géneros ...	
			Lograr que se concreten cabalmente los compromisos relativos a la igualdad entre los géneros , el desarrollo y la paz.
	2	La Plataforma de Acción, junto con esas conclusiones y recomendaciones convenidas, constituye la base para seguir avanzando hacia el logro de la igualdad entre los géneros .	
	4	...en asociación con los hombres, alcanzar el objetivo común de igualdad entre los géneros .	
Cap. 2			
A La mujer y la pobreza	7	Cada vez se reconoce más ampliamente que la pobreza tiene una dimensión de género y la igualdad entre los géneros es un factor concreto para erradicar la pobreza.	
	7	...han intentado incorporar una perspectiva de género en las políticas y programas. (...)También están prestando más atención a la incorporación de una perspectiva de género ...	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	8	...desigualdad basada en el género en el reparto del poder económico...	
B Educación y capacitación de la mujer	9	Cada vez más se cobra más conciencia de que la educación es uno de los medios más útiles para lograr la igualdad entre los géneros (...) poner fin a los prejuicios sexistas en la educación y la capacitación.	
	10	Obstáculos: (...) la persistencia de la discriminación y los prejuicios sexistas (...) la persistencia del uso de estereotipos basados en el género en el material didáctico...	
C La mujer y la salud	11	...se ha incorporado la perspectiva de género en las actividades sanitarias.	
	12	La falta de (...) investigaciones y tecnologías relativas a la salud de cada sexo (...) sensibilización respecto de las cuestiones de género en el suministro de información sobre la salud y los servicios sanitarios. (...) Los servicios de salud siguen sin tener en cuenta las diferencias de género ...	
D La violencia contra la mujer	13	Cada vez más se realizan estudios especializados sobre el papel de los géneros ...	
E La mujer y los conflictos armados	15	Se va generalizando la idea de que la repercusión destructiva de los conflictos armados es diferente en la mujer que en el hombre (...) En algunos países se ha aceptado la persecución por razones de sexo (...) Cada vez más se reconoce más la necesidad de integrar una perspectiva de género en la planificación...	
	16	En los conflictos armados, han tenido consecuencias particularmente perjudiciales para la igualdad entre los géneros (...) así como la falta de conciencia de las cuestiones de género en esas esferas, crean obstáculos importantes.	
F La mujer y la economía	21	Aún no se reconoce ampliamente la importancia de la perspectiva de género en el establecimiento de la política macroeconómica.	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	21	Aún no se ha logrado plenamente el objetivo de igual renumeración para la mujer y el hombre. (...) En los lugares de trabajo persisten la discriminación por razones de género . En algunos casos la persistencia de estereotipos respecto del género ha dado lugar a que disminuya la consideración que tienen los trabajadores que son padres.	
G La mujer en el ejercicio del poder y la adopción de decisiones	23	Apesar de la aceptación generalizada de la necesidad de lograr un equilibrio entre los géneros en los órganos decisorios a todos los niveles. (...) El medio ambiente e los medios de difusión impide la inclusión de una perspectiva de género . (...) las funciones que tradicionalmente se asignan a cada género limitan las posibilidades de la mujer en cuanto la educación y la carrera. (...) Los partidos políticos no tuvieron que rendir cuentas de sus actividades respecto de la promoción de la igualdad entre los géneros . La falta de sensibilización social respecto de la importancia de que exista una representación equilibrada de mujeres y hombres.	
H Mecanismos institucionales para el adelanto de la mujer	24	...han sido reconocidos como la base institucional que actúa como impulsora de la igualdad entre los géneros ... La incorporación de una perspectiva de género y la supervisión de la aplicación de la Plataforma de Acción... (...) Se reconoce ampliamente que la incorporación de una perspectiva de género es una estrategia para aumentar el efecto de las políticas para, promover la igualdad entre los géneros . (...) El objetivo de la estrategia es incorporar una perspectiva de género en todas las leyes. (...) Han contribuido en gran medida al desarrollo de los recursos humanos en la esfera de los estudios sobre cuestiones de género ... Preparación y difusión de datos desglosados por sexo y edad (...) Las investigaciones y la documentación que tienen en cuenta las diferencias basadas en el género . (...) Se ha avanzado mucho en la incorporación de la perspectiva de género (...) la creación de instrumentos y centros de coordinación sobre cuestiones relativas al género .	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
I Los derechos humanos de la mujer	25	Ello se ve intensificado por la insuficiente comprensión de la igualdad entre los géneros (...) la incorporación de la perspectiva de género por parte de las estructuras gubernamentales (...) así como los estereotipos basados en el género .	
	26	Así mismo, lograron que se respaldara la inclusión de una perspectiva de género . (...) También se ha avanzado en la integración de los derechos humanos de la mujer y de la perspectiva de género en el Sistema de las Naciones Unidas.	
	27	Obstáculos: la discriminación por razones de género y todas las demás formas... (...) Aunque hay una creciente aceptación de la igualdad entre los géneros (...) así como prácticas tradicionales y consuetudinarias nocivas y estereotipos negativos sobre la mujer y el hombre. (...) ...a la falta de conocimientos, información y la falta de sensibilidad a los prejuicios sexistas.	
J La mujer y los medios de difusión	28		Utilizar en los programas de los medios de comunicación un lenguaje que no sea sexista.
K La mujer y el medio ambiente	30	Se han incorporado perspectivas de género en algunos programas y políticas... En reconocimiento del vínculo que existe entre la igualdad entre los géneros , la erradicación de la pobreza, el desarrollo sostenible...	
	31	Sigue habiendo una falta de conciencia pública acerca de los riesgos ambientales a que hace frente la mujer y los beneficios de la igualdad entre los géneros ... La desigualdad entre los géneros ha obstaculizado la participación efectiva de la mujer en la adopción de decisiones relativas a un medio ambiente sostenible (...) En las políticas y programas ambientales no se aplican perspectivas de género ...	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
Cap. 3		Problemas que afectan actualmente a la plena aplicación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing	
	34	...el sector privado y las organizaciones no gubernamentales, según proceda, realicen la igualdad de los géneros ...	
	34	Es necesario contar con un compromiso político permanente a fin de lograr la igualdad entre los géneros ...	
	35	...la feminización de la pobreza, el aumento de las desigualdades entre los géneros debido en muchas ocasiones al empeoramiento de las condiciones de trabajo...	
	36	...factores han contribuido a que aumente la feminización de la pobreza, con el consiguiente menoscabo de los esfuerzos para lograr la igualdad entre los géneros . (...) Una innovación de ese tipo es el análisis basado en género de los presupuestos (...) la diferencia en la repercusión de los gastos públicos sobre la mujer y el hombre. (...)	
	40	...y en la evaluación de sus repercusiones en las cuestiones de género .	
	42	Elaboración y aplicación de políticas encaminadas a promover la igualdad entre los géneros ...	
	44	La responsabilidad y la igualdad entre los géneros son importantes requisitos para su prevención. (...) promover una actitud responsable, segura y respetuosa de los hombres, así como la igualdad entre los géneros . (...) Fomentar actitudes más positivas en cuanto a las relaciones y la igualdad entre los géneros es un factor concreto...	
	46	Esta situación ha aumentado la conciencia de la necesidad de incorporar una perspectiva de género .	
	47	Los cambios en el contexto de las relaciones entre los géneros , así como el debate sobre la igualdad entre ellos, han dado lugar a una reevaluación cada vez mayor del papel asignado a cada género .	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	47 cont.	Esto a su vez ha fomentado el debate sobre el papel y las obligaciones de mujeres y hombres en un intento de llegar a la igualdad entre los géneros .	
Cap. 4		Medidas e iniciativas destinadas a superar los obstáculos y a lograr la aplicación plena y acelerada de la Plataforma de Acción de Beijing.	
	48	El derecho al desarrollo, al bienestar y a la equidad son universales, indivisibles, interdependientes, están interrelacionados y son fundamentales para lograr la igualdad entre los géneros .	
	51	La experiencia ha demostrado que el objetivo de la igualdad entre los géneros solo puede lograrse plenamente en el contexto de unas relaciones renovadas...	
	52	Para lograr la igualdad entre los géneros y la potenciación del papel de la mujer es preciso corregir las desigualdades entre mujeres y hombres.	
	52	La igualdad entre los géneros significa que las necesidades, los intereses, las preocupaciones,...	
	53	...y las prioridades de la mujer y el hombre son una dimensión integral (...) de las medidas adoptadas en todos los ámbitos. La comunidad internacional acordaran un programa común de desarrollo en la igualdad entre los géneros .	
	53	...han de adoptar una perspectiva de género para velar por que los dividendos del desarrollo se distribuyan por igual. Dada la persistente y creciente carga que la pobreza supone para la mujeres de muchos países, particularmente de los países en desarrollo, es esencial continuar, desde una perspectiva de género . Es necesario contar con programas e infraestructura que tengan en cuenta el género ...	
	58	La voluntad y el compromiso políticos a todos niveles son cruciales para incorporar la perspectiva de género .	
	59	La violencia contra las mujeres ny la niñas es un gran obstáculo que impide lograr los objetivosde la igualdad entre los géneros .	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	59		La violencia basada en el género , como las palizas y otros tipos de violencia doméstica, los abusos (...) deben ser combatidos y eliminados.
	60	La falta de apoyo a la mujer y la insuficiente protección y asistencia a la familia repercuten en toda la sociedad y menoscaban los esfuerzos para lograr la igualdad entre los géneros .	
	61		El establecimiento de sólidos mecanismos nacionales para el adelanto de la mujer y la promoción de la igualdad entre los géneros ... (...) Programas y actividades de fomento de la capacidad con miras a potenciar el papel de la mujer e impulsar un diálogo público abierto sobre la igualdad entre los géneros (...) De esta forma servirían para fomentar el adelanto de la mujer y la incorporación de una perspectiva de género ...
	62		...la incorporación de una una perspectiva de género en todas las actividades de formulación y ejecución de programas. (...) Es especialmente importante abarcar nuevas esferas de programación para promover la igualdad entre los géneros en respuesta a los problemas existentes.
	65		Es preciso apoyar la realización y el logro de los objetivos de la igualdad entre los géneros .
A	66	Medidas que se	Establecer cuotas para promover el avance hacia el equilibrio entre los géneros .
	67	deben tomar en el plano nacional	a - Formular políticas que garanticen el acceso equitativo a la educación y la eliminación de las disparidades basadas en el género ; b - Apoyar (.. .) así como la eliminación de la discriminación por motivos de género (...)y los estereotipos basados en el género en los planes de estudio; c - Acelerar la adopción de medidas y fortalecer el compromiso político a fin de superar las diferencias por motivos de género ; d - Preparar planes de estudios que tengan en cuenta las cuestiones de género en todos los niveles de enseñanza; (...)afin de resolver el problema de los estereotipos en el género .
	68		Crear o mantener un entorno jurídico que no sea discriminatorio y tenga en cuenta las cuestiones de género ; (...) b - Las lacunas legislativas que dejan a mujeres y niñas sin la protección de sus derechos e impiden recurrir eficazmente contra la discriminación basada en el género ...; i - Incorporar, cuando proceda, una perspectiva de género en las políticas... i- Elaborar programas de apoyo que tengan en cuenta las cuestiones de género ; j - Capacitar a los trabajadores sanitarios para que reconozcan los casos de violencia basados en el género .

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	69	b – Adaptar políticas y mecanismos ambientales y agrícolas, cuando corresponda, a fin de incorporar una perspectiva de género .	
	71	a- Adoptar políticas y aplicar medidas para hacer frente, siguiendo un orden de prioridad, a los aspectos relativos al género ...	
	72	g – Promover los derechos humanos certificándose de que todos los servicios y trabajadores de la salud observen normas éticas, profesionales y que tengan en cuenta el género ; j – Como parte deste compromiso, se debe prestar plena atención a la promoción de relaciones de respeto mutuo e igualdad entre hombres y mujeres; (...) p – Promover y perfeccionar estrategias amplias que tengan en cuenta las diferencias de género .	
	73	a – Incorporar una perspectiva de género en las políticas macroeconómicas; b –Incorporar una perspectiva de género en la elaboración, el desarrollo... ; asignar recursos suficientes para apoyar programas sobre igualdad entre los géneros ; c- Aumentar, cuando proceda, y utilizar eficazmente las inversiones financieras y otros recursos en el sector social, especialmente en la educación y la salud, a fin de lograr la igualdad entre los géneros ; d – Procurar reducir la cantidad desproporcionada de mujeres que viven en la pobreza, especialmente en las zonas rurales, mediante la puesta en marcha de programas nacionales de erradicación de la pobreza que tengan en cuenta la perspectiva de género .	
	74	c – Seguir revisando... mediante un análisis desde el punto de vista del género .	
	76	a – Crear mecanismos institucionales en todos los niveles (...) a fin de fortalecer el apoyo de la sociedad a la igualdad entre los géneros ; b – Adoptar medidas (...) para integrar la perspectiva de género y deste modo acelerar la potenciación del papel de la mujer en todas las esferas y asegurar el compromiso de aplicar políticas que promuevan la igualdad de género ; c- Asignar a los mecanismos nacionales los recursos humanos y financieros necesarios (...) a fin de integrar las cuestiones de género ...; f – Velar por que las cuestiones de género se incorporen en la elaboración de todas las normas y estrategias de información del gobierno.	
	77	a – Suministrar apoyo institucional y financiero a las oficinas nacionales de estadística a fin de reunir (...) análisis basados en el género ; c- Crear capacidad nacional para la realización de investigaciones orientadas a las políticas y relativas a cuestiones de género .	

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
B Otras medidas que se deben tomar en el plano nacional	78		d - Dar una formación en la que se tenga en cuenta la perspectiva de género ;
	79		a -Capacitación en materia de salud para los trabajadores de salud afin de que se tenga en cuenta las cuestiones de género (...)promuevan el equilibrio entre los géneros ; d - Fortalecer las medidas encaminadas ... prestando atención a eliminar las diferencias entre los géneros ; f- promover la igualdad entre los géneros y el comportamiento sexual responsable.
	80		Preparar y utilizar marcos, directrices y otros instrumentos e indicadores prácticos para acelerar la incorporación de las cuestiones de género ; (...) educación, estudios de casos , estadísticas e información que tengan en cuenta las cuestiones de género ;
	82		a - Promover y proteger los derechos de las trabajadoras y adoptar medidas para eliminar las barreras estructurales y jurídicas y los estereotipos existentes en relación con la igualdad entre los géneros en el mundo laboral; (...) ocupandose, entre otras cosas, de los prejuicios basados en el género en la contratación...; j - ...para modificar actitudes y comportamientos estereotipados respcto de las funciones y las obligaciones de cada género (...) con el fin de fomentar la igualdad entre los géneros y actitudes y conductas positivas; k - Fortalecer las campañas de toma de conciencia y la capacitación en cuestiones de igualdad entre los géneros ; m - Promover la sensibilidad en materia de género y la responsabilidad social del sector privado (...) la difusión de información en que se tengan en cuenta las cuestiones de género .
	83		a - Fortalecer o establecer mecanismos nacionales (...) programas y puntos de referencia para lograr la igualdad entre los géneros .
C Medidas que se deben tomar en el plano internacional	85		a - Incorporar una perspectiva de género en todas las políticas , programas (...) y se mantengan dependencias y centros de coordinación sobre cuestiones de género ; c - Apoyar, especialmente en los países en desarrollo, las actividades nacionales encaminadas a aumentar el acceso a las nuevas tecnologías de la información (...)para crear conciencia sobre cuestiones de género ; d - Velar por que todo el personal de las Naciones Unidas (...) reciba capacitación que le permita incorporar en su trabajo una perspectiva de género (...) incluido el análisis de las repercusiones de género (...); f - Ayudar a los gobiernos, a su solicitud, a incorporar en la planificación del desarrollo nacional una perspectiva de género como dimensión del desarrollo.

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	86		a - Prestar asistencia a los gobiernos, en la preparación de estrategias en que se tengan en cuenta las cuestiones de género ; c - Alentar la participación de la mujer en todos niveles del proceso de adopción de decisiones y conseguir el equilibrio en el nombramiento de mujeres y hombres; d - Dar una formación en que se tengan en cuenta las perspectiva de género a todos participantes en las misiones de mantenimiento de la paz.
	88		Alentar la aplicación de medidas encaminadas a lograr el objetivo de tener igual número de hombres y mujeres en todos los puestos.
D Medidas que se deben tomar en los planos nacional e internacional	92		a - Promover la cooperación internacional para apoyar la labor a nivel regional y nacional en cuanto a la preparación y utilización de análisis y estadísticas relacionadas con el género (...) para que los gobiernos los utilicen en la formulación de indicadores estadísticos que tengan en cuenta las cuestiones de género ; d - eliminar los prejuicios sexistas en las investigaciones biomédicas (...) reunir, analizar y facilitar a las instituciones pertinentes y a los usuarios finales información desglosada por género .
	93		a - Desarrollar y apoyar la capacidad de las universidades... para llevar a cabo investigaciones relacionadas con el género ; b - Desarrollar un programa (...) acerca de la potenciación del papel de la mujer, las cuestiones de género ...; b - ... y los métodos y enfoques para tener en cuenta las cuestiones de género ; c - Objetivos mensurables y métodos de evaluación, incluidas evaluaciones de los efectos de género para medir y analizar los progresos; e - Continuar las investigaciones sobre todas las tendencias actuales que puedan estar creando nuevas disparidades entre los géneros .
	94		a -Tomar medidas para elaborar y ejecutar programas en que se tengan en cuenta las cuestiones de género ; d - Reafirmar su dedicación a un desarrollo en que se tengam en cuenta las cuestiones de género .
	95		a - Alentar e introducir cambios en los programas de formación de funcionarios públicos para que tengan plenamente en cuenta las cuestiones de género ; i - Seguir ideando medidas para promover el respeto de la diversidad (...) de manera a consolidar la igualdad entre los géneros .
	96		d - Fomentar relaciones sanas y equilibradas basadas en la igualdad entre los géneros .

Capítulo	§	Fundamentos	O que é proposto
	98		f - Alentar a los Estados partes a que continúen incluyendo la perspectiva de género en sus informes; alentar también a estos órganos a que sigan teniendo en cuenta una perspectiva de género... y seguir alentando a los mecanismos de derechos humanos a que continúen aplicando una perspectiva de género en su labor;
	99		m - Tomar medidas para velar (...) incluidas la enseñanza y la salud, en los que se tengan en cuenta las cuestiones de género .
	100		a -Promover una presentación equilibrada de la imagen del hombre y la mujer; c -Aprovechar a lo máximo (...) las historias de mujeres relativas al logro de la igualdad entre los géneros .
	100		
	101		b - ...y que esten orientados hacia la erradicación de la pobreza y la reducción de las desigualdades entre los géneros ; e - Reconociendo que entre la igualdad entre los géneros y la erradicación de la pobreza existen vínculos (...) estrategias amplias de erradicación de la pobreza en que se tengan en cuenta las cuestiones de género ; i - Determinar y aplicar soluciones duraderas y orientadas hacia el desarrollo que incorpore la perspectiva de género ; j - Apoyar programas de lucha contra la pobreza en que se incorporen dimensiones de género ; k - Promover y acelerar la aplicación de iniciativas en las que se integra una perspectiva de género ; l - ...aumentando así los recursos que se dedican a la igualdad entre los géneros ; m- lograr más rápidamente los objetivos de igualdad entre los géneros ; n- Recomendar al Comité (...) la incorporación de la perspectiva de género en el sistema de las Naciones Unidas; n- ... por integrar una perspectiva de género en todas as actividades y documentos... ; o - ... destinadas a lograr la igualdad entre los géneros , el desarrollo y la paz.
	102		d - Reconocer el papel critico que desempeñan las mujeres (...) y prestar ayuda integrando una perspectiva de género ; e - Realizar investigaciones y programas que tengan en cuenta el género .
	103		c - Proporcionar sistemas de apoyo en los que se tomen en cuenta las cuestiones de género...
	104		Alentar las asociaciones de cooperación (...) a fin de promover la igualdad entre los géneros , el desarrollo y la paz en el siglo XXI.

ANEXO III Glossário de siglas

- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe
- DAW - Division for the Advancement of Women
- DESA - Department of Economic and Social Affairs
- ECLAC - Economic Commission for Latin American Countries
(Regional Commission from ECOSOC)
- FAO - Food and Agriculture Organization
- IFAD - International Fund for Agricultural Development
- ILO - International Labour Organization
- INSTRAW - United Nations International Research and Training
Institute for the Advancement of Women
- OCHA - Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
- ODCCP - United Nations Office for Drug Control and Crime
Prevention
- OHCHR - Office of the United Nations High Commissioner for
Human Rights
- OPS - Organización Panamericana de Salud
- UN Habitat - United Nations Human Settlements Programme
- UNAIDS - Joint United Nations Programme on HIV/AIDS
- UNDP - United Nations Development Programme
- UNDPI - United Nations Department of Public Information
- UNEP - United Nations Environment Programme
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural
Organization
- UNFPA - United Nations Population Fund
- UNFIP - United Nations Fund for International Partnerships
- UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees
- UNICEF - United Nations Children's Fund
- UNIDO - United Nations Industrial Development Organization
- UNIFEM - United Nations Development Fund for Women
- UNITAR - United Nations Institute for Training and Research
- UNOPS - United Nations Office for Project Services
- USAID - United States Agency for International Development
- WFP - World Food Programme
- WHO - World Health Organization